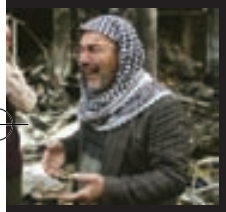





ANISTIA
INTERNACIONAL





08

Publicado originalmente
em 2008 por
Anistia Internacional
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido

© Copyright
Amnesty International
Publications 2008

Índice AI: POL 10/003/2008

ISBN: 978-0-86210-437-5

www.amnesty.org

Escrito originalmente
em inglês

Impresso no Brasil
Algo Mais - Gráfica e Editora
Porto Alegre

Todas as fotografias aparecem com os respectivos créditos e legendas na própria imagem.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia, gravação e/ou outros, sem a autorização prévia dos editores.

03716 - Prefacio_FINAL:Prefacio 23/5/2008 23:36 Página v

INFORME 2008 - ANISTIA INTERNACIONAL

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

08

Este relatório se refere ao período de janeiro a dezembro de 2007.

DADOS REFERENTES AOS PAÍSES

Os fatos no início de cada entrada individual de país neste relatório foram obtidos das seguintes fontes:

Todos os dados sobre expectativa de vida e sobre taxa de alfabetização de adultos são do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), obtidos em http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_indicator_tables.pdf

Os dados mais recentes disponíveis eram expectativa de vida ao nascer (2005) e taxa de alfabetização (índice relativo a maiores de 15 anos 1995-2005).

Os dados se referem a estimativas nacionais de alfabetização provenientes de censos ou de pesquisas realizadas entre 1995 e 2005, a menos que indicado em contrário.

Para mais informações, visite o site do PNUD ou acesse www.uis.unesco.org

Para os propósitos de cálculo do IDH, o PNUD pressupôs para alguns países que se inserem na faixa de "alto desenvolvimento humano" uma taxa de alfabetização maior que 99 por cento. Nesses casos, quando o PNUD optou por omitir esses dados de suas tabelas, o mesmo foi feito neste relatório.

Todos os dados sobre população e sobre mortalidade de crianças com menos de 5 anos referem-se a 2007 e são dos Indicadores Sociais, Demográficos e Econômicos do Fundo de População das Nações Unidas, acessados em http://www.unfpa.org/swp/2007/english/notes/indicators/e_indicator2.pdf.

Os dados de população visam tão somente indicar o número de pessoas afetadas pelas questões apresentadas neste relatório. A Anistia Internacional reconhece as limitações desses dados e não toma posições em questões tais como disputas de territórios ou a inclusão ou exclusão de certos grupos populacionais.

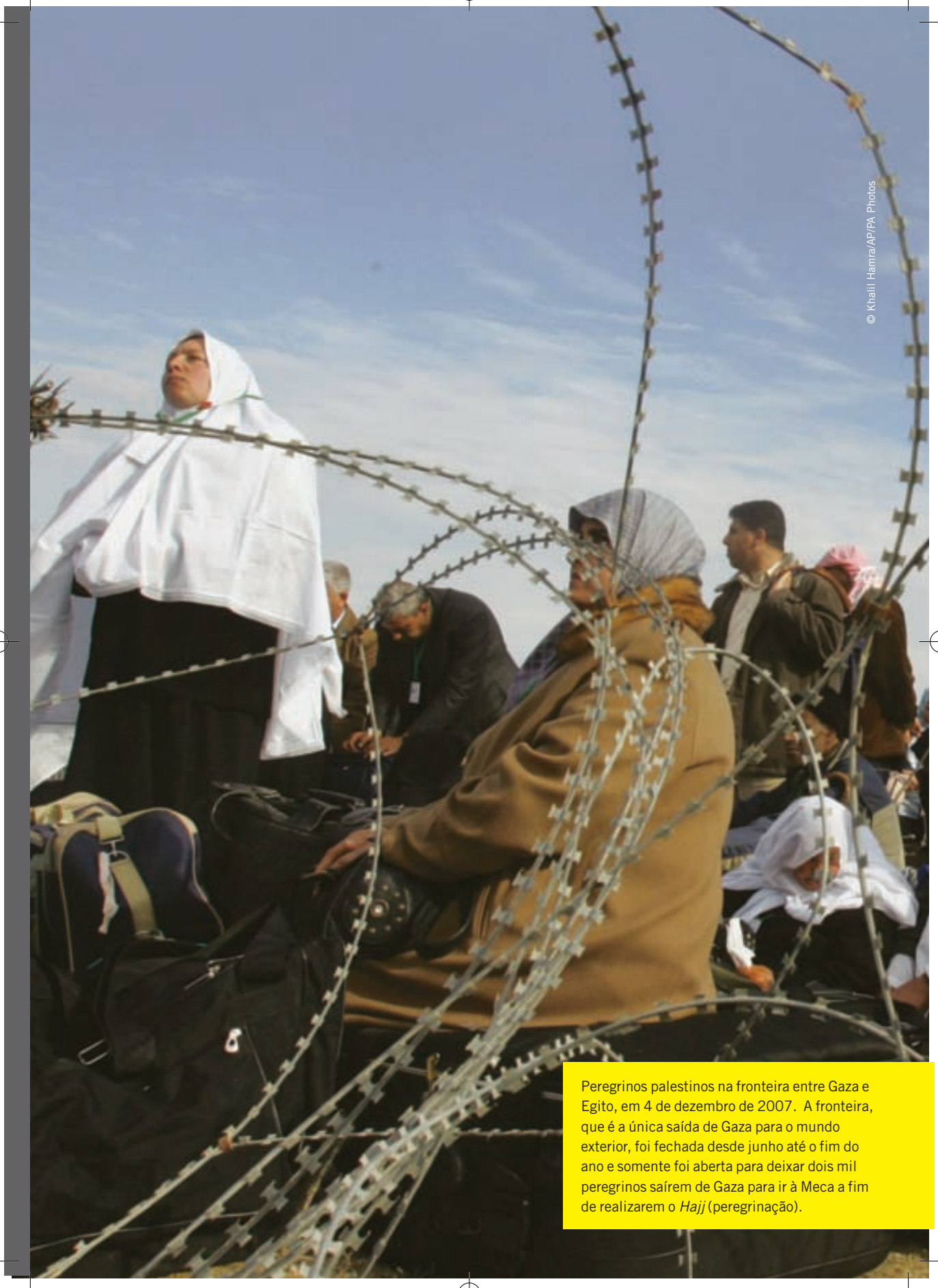
Algumas entradas de países neste relatório não fazem referência a algumas ou a nenhuma das categorias mencionadas acima. Essas omissões se devem a diversas razões, entre as quais a ausência da informação nas tabelas da ONU citadas acima.

Os dados aqui apresentados eram os mais recentes disponíveis no momento em que este relatório foi impresso, e têm apenas uma função de contextualização. Devido a diferenças de metodologia e nos períodos de referência dos dados, comparações entre países devem ser feitas com cuidado.

ABREVIAÇÕES USADAS NESTE INFORME

ACNUDH	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR, a agência da ONU para os refugiados	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AI	Anistia Internacional
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CAT	Comitê contra a Tortura da ONU
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura	Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes
Convenção da ONU contra a Tortura	Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
Convenção da ONU contra o Racismo	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
Convenção da ONU sobre a Criança	Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança
Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias
Convenção Européia dos Direitos Humanos	Convenção Européia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais
CPT	Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e de outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UA	União Africana
UE	União Européia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância





Peregrinos palestinos na fronteira entre Gaza e Egito, em 4 de dezembro de 2007. A fronteira, que é a única saída de Gaza para o mundo exterior, foi fechada desde junho até o fim do ano e somente foi aberta para deixar dois mil peregrinos saírem de Gaza para ir à Meca a fim de realizarem o *Hajj* (peregrinação).

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento de pessoas que realiza campanhas para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos. Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

A missão da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e ações com o objetivo de prevenir e de pôr fim aos abusos mais graves de todo o conjunto de direitos humanos: civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia – esse conjunto de direitos é indivisível.

A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Não se buscam e nem se aceitam fundos governamentais para investigar ou para fazer campanhas contra abusos de direitos humanos. A Anistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões.

A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembléias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Os membros do Comitê Executivo Internacional, eleitos pelo Conselho para que implementem suas decisões, são: Soledad García Muñoz (Argentina), Deborah Smith (Canadá - inglês), Pietro Antonioli (Itália), Lilian Gonçalves-Ho Kang You (Países Baixos), Vanushi Rajanayagam (Nova Zelândia), Christine Pamp (Suécia), Levent Korkut (Turquia), Peter Pack (Reino Unido - presidente) e David Stamps (EUA). A secretária-geral da Anistia Internacional é Irene Khan (Bangladesh).

Detento de Guantánamo – a base naval dos EUA em Cuba – em 9 de outubro de 2007. No fim do ano, ainda havia cerca de 275 pessoas em Guantánamo.

© Brennan Linsley/AP/PA Photos





A Anistia Internacional do Nepal realiza uma manifestação em Katmandu, no dia 1º de outubro de 2007, em solidariedade a todas as vítimas da repressão em Mianmar.

© Amnesty International

03716 - Prefacio_FINAL:Prefacio 23/5/2008 23:36 Página xi

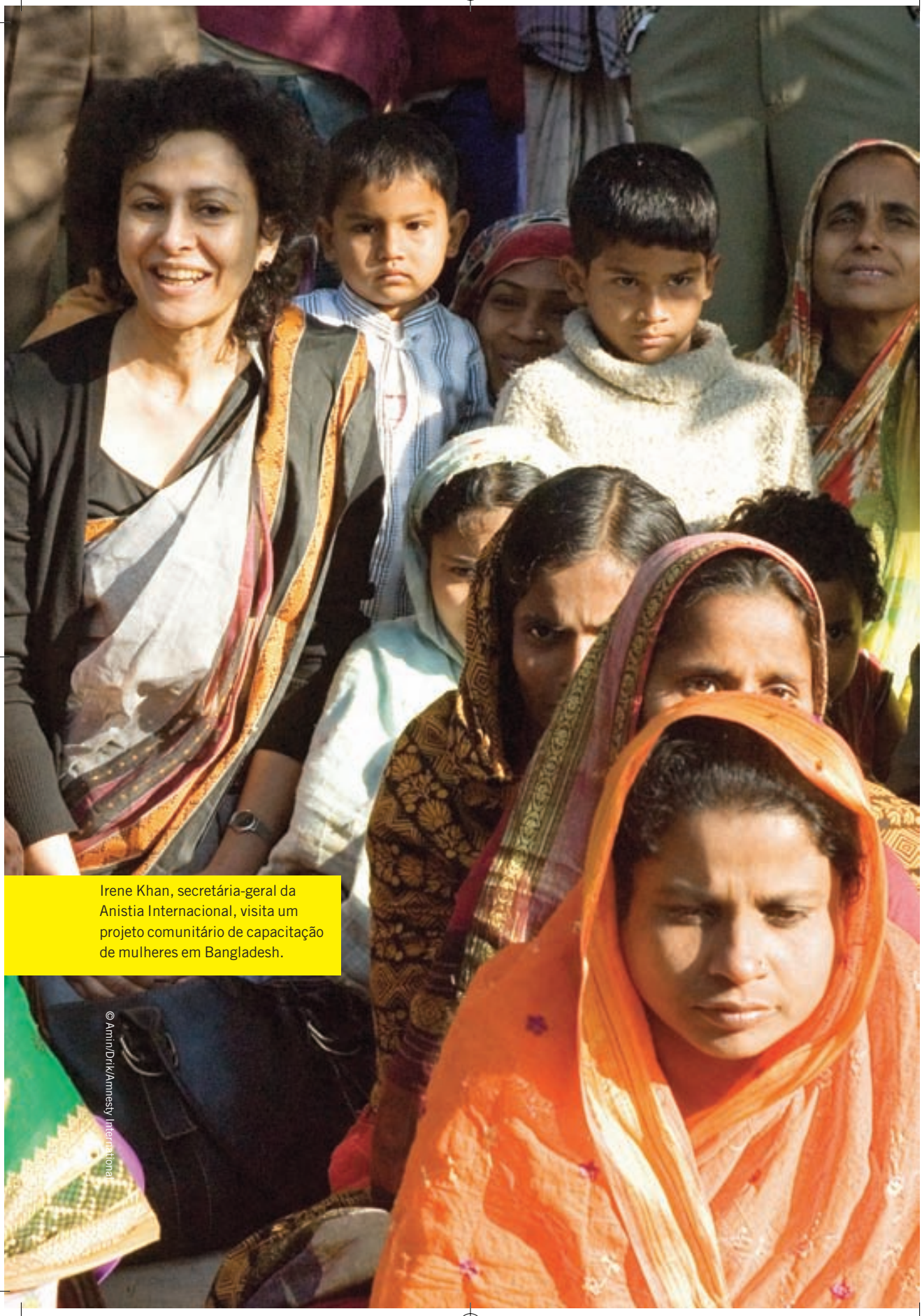


ÍNDICE
INFORME ANUAL 2008

PARTE 1
Prefácio
Promessas quebradas/3

PARTE 2
Perspectivas regionais
África/23
Américas/33
Ásia-Pacífico/43
Europa e Ásia Central/51
Oriente Médio e Norte da África/59

PARTE 3
Países
Afeganistão/73
África do Sul/76
Alemanha/79
Angola/81
Arábia Saudita/84
Argentina/88
Brasil/89
Canadá/93
China/95
Colômbia/99
Egito/104
Espanha/109
Estados Unidos/112
França/118
Guiné Bissau/120
Haiti/121
Índia/123
Indonésia/126
Irã/129
Iraque/133
Israel e Territórios Palestinos Ocupados/138
Itália/142
Japão/145
México/146
Moçambique/150
Palestina/152
Paquistão/156
Portugal/160
Reino Unido/161
República Democrática do Congo/165
Rússia/168
Síria/174
Sri Lanka/177
Sudão/179
Timor Leste/184
Venezuela/185
Zimbábue/186



Irene Khan, secretária-geral da Anistia Internacional, visita um projeto comunitário de capacitação de mulheres em Bangladesh.

© Amin/Drik/Amnesty International

03716 - Promessas Quebradas:Promessas Quebradas 23/5/2008 20:43 Página 3



PROMESSAS QUEBRADAS

ANISTIA INTERNACIONAL
INFORME 2008

Os líderes mundiais devem se desculpar por não terem cumprido a promessa de justiça e de igualdade que fizeram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada há 60 anos. Nessas seis décadas, muitos governos se mostraram mais interessados em abusar do poder ou em perseguir seus próprios interesses políticos do que em respeitar os direitos de quem representam.

Isso não significa negar os progressos que foram feitos no desenvolvimento de normas, sistemas e instituições de direitos humanos, em nível internacional, regional e nacional. Em diversos lugares do mundo, muita coisa melhorou por causa dessas normas e princípios. O número de países que hoje oferecem proteção legal e constitucional para os direitos humanos é maior do que nunca. Apenas uma pequena porção de países negaria abertamente à comunidade internacional o direito de examinar sua situação de direitos humanos. Em 2007, completou-se um ano de funcionamento pleno do Conselho de Direitos Humanos da ONU, através do qual todos os Estados-membros das Nações Unidas concordaram em debater publicamente seu desempenho em questões de direitos humanos.

Apesar de todos os eventos positivos, a realidade, porém, é que a injustiça, a desigualdade e a impunidade continuam sendo alguns dos aspectos mais marcantes do mundo de hoje.

Em 1948, em uma atitude de extrema liderança, os líderes mundiais se reuniram para adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os Estados-membros de uma Organização das Nações Unidas que recém ensaiava os primeiros passos demonstraram ter grande visão e coragem quando depositaram sua confiança em valores globais. Eles tinham pleno conhecimento dos horrores da II Guerra Mundial e tinham consciência da realidade sombria que viria com a Guerra Fria. Sua visão não se limitava apenas ao que acontecia na Europa. 1948 foi também o ano em que a Birmânia ganhou sua independência, que Mahatma Gandhi foi assassinado e

© AP/PA Photos 2007



Monges budistas acompanhados de civis em passeata por Yangun.

que as leis de *apartheid* passaram a ser introduzidas na África do Sul. Grande parte do mundo ainda se encontrava sob o jugo do colonialismo.

Os redatores da DUDH agiram com a convicção de que somente um sistema multilateral de valores globais, baseado em igualdade, justiça e no Estado de direito, poderia fazer frente aos desafios que estavam por vir. Em um verdadeiro exercício de liderança, eles resistiram às pressões de campos políticos que se opunham. Rejeitaram qualquer hierarquia entre o direito à liberdade de expressão e o direito à educação; entre o direito de não ser torturado e o direito à segurança social. Eles reconheceram que a universalidade dos direitos humanos – todas as pessoas nascem livres e iguais – e sua indivisibilidade – todos os direitos, sejam eles econômicos, sociais, civis, políticos ou culturais, devem ser realizados com o mesmo empenho – são a base de nossa segurança coletiva e de nossa humanidade comum.

Nos anos seguintes, a liderança visionária deu lugar a interesses políticos estreitos. Os direitos humanos se transformaram em um jogo excludente entre as duas "superpotências" envolvidas em uma luta ideológica e geopolítica para estabelecer sua supremacia. Enquanto um dos lados negava os direitos civis e políticos, o outro rebaixava os direitos econômicos e sociais. Ao invés de favorecer a dignidade e o bem estar das pessoas, os direitos humanos eram usados como instrumento para promover objetivos estratégicos. Os países que recém haviam conquistado sua independência e que se encontravam em meio à disputa entre as potências, ou lutaram pela democracia e pelo Estado de direito, ou abandonaram-nos de vez para adotarem diversas formas de autoritarismo.

A esperança sobre os direitos humanos aumentou com o fim da Guerra Fria, mas foi frustrada por uma explosão de conflitos étnicos e pela implosão de vários Estados, desencadeando uma série de emergências humanitárias, marcadas por abusos de direitos humanos perversos em grande escala. Enquanto isso, a corrupção, os governos medíocres e a impunidade generalizada para as violações de direitos humanos reinavam absolutos em muitas partes do mundo.

Ao entrarmos no século XXI, os ataques terroristas de 11 de setembro transformaram o debate de direitos humanos, mais uma vez, em uma questão desagregadora e destrutiva entre "ocidentais" e

"não-ocidentais", restringindo liberdades, alimentando suspeitas, medo, discriminação e preconceitos, tanto entre governos quanto entre populações.

As forças da globalização econômica trouxeram novas promessas, mas também novos desafios. Apesar de os líderes mundiais alegarem ter-se comprometido com a erradicação da pobreza, em sua grande maioria, ignoraram os abusos de direitos humanos que provocam e que aprofundam a pobreza. A promessa da Declaração Universal dos Direitos Humanos continuou a existir só no papel.

Hoje, olhando para trás, o que mais surpreende é a unidade de propósitos demonstrada pelos Estados-membros da ONU àquela época, quando adotaram a DUDH por absoluto consenso. Agora, frente a inúmeras e urgentes crises de direitos humanos, não há, entre os líderes mundiais, uma visão compartilhada sobre como lidar com os desafios contemporâneos de direitos humanos em um mundo que está cada vez mais ameaçado, inseguro e desigual.

O cenário político, hoje, é muito diferente do que era 60 anos atrás. Existem muito mais países hoje do que em 1948. Algumas ex-colônias estão entrando no jogo global lado a lado com seus antigos senhores coloniais. Pode-se esperar que as potências novas e as antigas se unam, como fizeram seus predecessores em 1948, para reafirmar seu compromisso com os direitos humanos? A julgar por 2007, o quadro não é nada promissor. E quanto às novas lideranças e às pressões da sociedade civil, farão alguma diferença neste ano de aniversário?

Pode-se esperar que as potências novas e as antigas se unam, como fizeram seus predecessores em 1948, para reafirmarem seu compromisso com os direitos humanos?

Um histórico desanimador

Na condição de país mais poderoso do globo, os Estados Unidos estabelecem os parâmetros para o comportamento dos governos em todo o mundo. Com um obscurecimento legal impressionante, o governo dos EUA prosseguiu em seus esforços para enfraquecer a proibição absoluta da tortura e de outros maus-tratos. Autoridades de alto escalão recusaram-se a denunciar a infame prática de asfixia na "prancha d'água" (*waterboarding*). O presidente dos EUA autorizou que a CIA prosseguisse com as detenções e com os interrogatórios secretos, mesmo que isso consista no crime internacional de desaparecimento forçado. Centenas de prisioneiros em Guantánamo e em Bagram, além de milhares no Iraque, continuaram a ser detidos


© Ricardo Moraes/AP/PA Photo 2007

Moradores iniciam um protesto durante uma das maiores operações policiais realizadas no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, Brasil, em que pelo menos 19 pessoas foram mortas a tiros pela polícia.

sem acusação nem julgamento. Muitos deles estão há mais de seis anos nessa condição. O governo dos EUA não assegurou que suas forças no Iraque fossem plenamente responsabilizadas por seus abusos. Uma Ordem emitida pela Autoridade Provisória da Coalizão, em junho de 2004, concedendo imunidade jurídica perante os tribunais iraquianos para as empresas militares e de segurança privadas que operam no Iraque coloca obstáculos ainda maiores a sua responsabilização. Em setembro de 2007, houve grande preocupação quando seguranças contratados pela empresa de segurança privada Blackwater mataram pelo menos 17 civis iraquianos. Essas ações não contribuíram em nada para fazer avançar a luta contra o terrorismo, mas fizeram muito para prejudicar o prestígio e a influência dos Estados Unidos no estrangeiro.

A vacuidade dos pedidos por democracia e por liberdade no exterior, feitos pelo governo dos EUA, ficou evidenciada através de seu constante apoio ao Presidente Musharraf, quando o governo paquistanês prendia milhares de advogados, de jornalistas, de defensores de direitos humanos e de ativistas políticos que clamavam por democracia, por um Estado de direito e por independência do Judiciário no Paquistão. Enquanto o Presidente Musharraf ilegalmente impunha um estado de emergência, destituía o presidente do Supremo Tribunal e lotava os tribunais superiores com juízes mais obedientes, o governo estadunidense justificava o apoio que lhe dava alegando tratar-se de um aliado "indispensável" na "guerra ao terror". A insegurança crescente nas cidades e nas regiões de fronteira do Paquistão, porém, indicam que, longe de conter a violência extremista, as políticas repressoras do Presidente Musharraf, incluindo desaparecimentos forçados e detenções arbitrárias, têm fomentado as desavenças e contribuído para estimular sentimentos antiocidentais, lançando as sementes de uma maior instabilidade na sub-região. Embora os EUA continuem a acolher o Presidente Musharraf, o povo paquistanês manifestou o quanto repudia suas políticas.

O mundo precisa que os Estados Unidos estejam verdadeiramente engajados e comprometidos com a causa dos direitos humanos, tanto em seu território quanto no exterior. Em novembro de 2008, a população dos EUA elegerá um novo presidente. Para que o país tenha autoridade moral como defensor dos direitos humanos, o próximo governo deverá fechar a prisão de Guantánamo e julgar os detentos em tribunais federais comuns ou, então, soltá-los. Deverá

revogar a Lei de Comissões Militares e assegurar o respeito pelo direito internacional humanitário e pelos direitos humanos em todas as suas operações militares e de segurança. Deverá proibir as provas obtidas mediante coerção e denunciar todas as formas de tortura e de outros maus-tratos, quaisquer que sejam suas finalidades. O novo governo deverá estabelecer uma estratégia viável para a paz e a segurança internacionais. Deverá abandonar o apoio a líderes autoritários e investir em instituições democráticas, no Estado de direito e nos direitos humanos, o que possibilitará uma segurança duradoura. Deverá, ainda, estar preparado para acabar com o isolamento dos EUA no sistema internacional de direitos humanos e para engajar-se de maneira construtiva com o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Se o governo dos Estados Unidos tem se destacado recentemente por afrontar o direito internacional, os governos da Europa têm demonstrado uma propensão à aplicação de dois pesos e duas medidas. A União Européia (UE) pretende ser "uma união de valores, unida pelo respeito ao Estado de direito, moldada por normas comuns e pelo consenso, comprometida com a tolerância, a democracia e os direitos humanos". Contudo, em 2007, surgiram novas evidências de que diversos Estados-membros da União Européia voltaram-se para o lado oposto e foram coniventes com a CIA no seqüestro, na detenção secreta e na transferência ilegal de prisioneiros para países em que foram torturados ou sofreram maus-tratos. Apesar dos repetidos apelos do Conselho da Europa, nenhum governo investigou completamente esses delitos, nem deixou claro o que aconteceu ou adotou medidas adequadas para impedir uma futura utilização do território europeu para transferências extrajudiciais e detenções secretas.

A União Européia não consegue cobrar de seus Estados-membros responsabilidade por questões de direitos humanos externas ao arcabouço legal da UE.

Ao contrário, alguns governos europeus procuraram enfraquecer uma decisão da Corte Européia de Direitos Humanos, de 1996, proibindo o repatriamento de suspeitos para países em que poderiam sofrer tortura. A Corte se pronunciou com relação a um dos dois casos que ainda aguardavam decisão em 2007, reafirmando a proibição absoluta da tortura e de outras formas de maus-tratos.

Enquanto muitos reclamam por causa dos excessos regulatórios da UE, ninguém se incomoda com a falta de regulação em matéria de direitos humanos no âmbito interno da União. A verdade é que a União Européia não consegue cobrar de seus Estados-membros



Ativistas em favor dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais participam de uma manifestação em Moscou, na Federação Russa, em maio de 2007. A polícia russa deteve manifestantes que reivindicavam o direito de realizar uma passeata de Orgulho Gay no centro de Moscou.



© REUTERS/Sergei Karpukhin


© Private

Hrant Dink, jornalista e defensor dos direitos humanos turco, foi morto a tiros em janeiro de 2007.

responsabilidade por questões de direitos humanos externas ao arcabouço legal da UE. A Agência dos Direitos Fundamentais da União Européia, criada em 2007, recebeu um mandato tão limitado que não lhe permitia exigir qualquer prestação de contas. Embora a UE estabeleça parâmetros de direitos humanos elevados para os países que pretendem aderir ao bloco (e o faz com razão), uma vez que esses países são admitidos, eles podem violar as normas da UE, tendo que prestar pouca ou nenhuma satisfação à organização.

Poderão os Estados-membros da UE pedir que a China ou a Rússia respeitem os direitos humanos quando eles mesmos são cúmplices com a tortura? Poderá a UE pedir que outros países – muito mais pobres – mantenham suas fronteiras abertas quando seus próprios Estados-membros estão restringindo os direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo? Poderá a União Européia pregar a tolerância no exterior quando fracassa em enfrentar a discriminação contra ciganos, muçulmanos e outras minorias que vivem dentro de seu próprio território?

Este ano, tanto para os EUA quanto para a UE, será um período de importantes transições políticas. O Tratado de Lisboa, assinado pelos governos da União Européia em dezembro de 2007, exige que novos compromissos institucionais sejam engendrados por seus Estados-membros. Em alguns dos Estados-membros mais importantes, eleições e outros acontecimentos políticos fizeram ou farão emergir novas lideranças políticas. Eventos como esses oferecem oportunidades para iniciativas de direitos humanos tanto no âmbito da UE quanto em nível global.

Quando os Estados Unidos e a União Européia causam danos a sua reputação em matéria de direitos humanos, sua habilidade para influenciar os outros diminui. Um dos exemplos mais visíveis da esterilidade que infundiram aos direitos humanos foi o caso de Mianmar, em 2007. A junta militar do país reprimiu com violência as manifestações pacíficas organizadas por monges, invadiu e fechou monastérios, confiscou e destruiu propriedade, espancou, prendeu e atirou nos manifestantes, hostilizou e tomou como reféns seus amigos e seus familiares. Os EUA e a UE condenaram essas ações em termos bastante fortes e intensificaram seus embargos comerciais e de armamentos; porém, isso não teve, praticamente, qualquer efeito concreto sobre a situação de direitos humanos. Milhares de pessoas continuaram a ser detidas em Mianmar, entre as quais, ao menos

700 prisioneiros de consciência, sendo a mais proeminente entre eles a ganhadora do prêmio Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi, que passou 12 dos últimos 18 anos sob prisão domiciliar.

Do mesmo modo que em Mianmar, também em Darfur os governos ocidentais praticamente não exerceram qualquer influência sobre a situação de direitos humanos. Embora a indignação e as amplas mobilizações da opinião pública internacional tenham gravado o nome de Darfur na consciência mundial, para o sofrimento das pessoas, isso não fez quase nenhuma diferença. Os assassinatos, os estupros e a violência prosseguiram implacavelmente e, se é que algo aconteceu, o conflito tornou-se ainda mais complexo e uma solução política tornou-se ainda mais remota. Apesar de uma série de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, o posicionamento de forças híbridas da União Africana e da ONU na região ainda não havia acontecido integralmente.

Um jogador global, se quiser ser digno de crédito, não poderá ignorar os valores e princípios que formam a identidade coletiva da comunidade internacional

Potências emergentes

Tanto com relação a Mianmar quanto a Darfur, o mundo voltou-se não para os Estados Unidos, mas para a China, como o país com a influência política e econômica necessária para fazer as coisas acontecerem – e não sem razão. A China é o maior parceiro comercial do Sudão e o segundo maior de Mianmar. A Anistia Internacional, através de suas pesquisas, mostrou que armamentos chineses estão sendo transferidos para Darfur em desafio ao embargo de armas imposto pela ONU. Há muito tempo que a China justifica seu apoio a governos abusivos, tais como os do Sudão, de Mianmar e do Zimbábue, definindo os direitos humanos como sendo um assunto interno de Estados soberanos e não como uma questão de sua política internacional de modo que convenha aos interesses políticos e comerciais chineses.

A posição da China, porém, não é imutável nem intratável. Em 2007, o país votou a favor do destacamento de uma força de manutenção da paz híbrida para Darfur, pressionou Mianmar a aceitar a visita do enviado especial da ONU, e diminuiu o apoio aberto que dava ao Presidente Mugabe, do Zimbábue. Os mesmos fatores que, no passado, motivaram a China a estabelecer relações com regimes repressores, podem muito bem ser a razão para as mudanças observadas hoje em suas políticas para esses países: a necessidade de fontes confiáveis de energia e de outros recursos naturais.


© Amnesty International 2007

71 ativistas da Anistia Internacional protestam contra as sentenças de morte de 71 infratores juvenis que aguardavam ser executados no Irã.

A Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos, há muito tempo, têm argumentado que países com má reputação em matéria de direitos humanos não criam um ambiente propício para os negócios – negócios precisam de estabilidade, e é isso que os direitos humanos propiciam. É possível que também a China esteja começando a reconhecer que apoiar regimes instáveis com má reputação em direitos humanos não faz sentido para os negócios e que, se o país quiser proteger seus bens e seus cidadãos no exterior, deverá apoiar valores globais que criem estabilidade política a longo prazo.

Entretanto, mesmo com essas mudanças em sua diplomacia, a China ainda tem um longo caminho a percorrer. O país continua sendo, desde 2004, o maior fornecedor de armas para o Sudão. Em janeiro de 2007, a China votou contra uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que condenava as práticas de direitos humanos de Mianmar. Além disso, o pais ainda terá de cumprir as promessas de direitos humanos que fez antes das Olimpíadas de Pequim. Algumas reformas na aplicação da pena de morte e o relaxamento nas regras para a imprensa estrangeira, observados em 2007, foram obscurecidos pela repressão aos ativistas de direitos humanos e à imprensa dentro da China, e também pela ampliação do escopo da "reeducação pelo trabalho" (uma forma de detenção sem acusação ou julgamento), como parte de um esforço para "limpar" Pequim antes das Olimpíadas.

No período que antecedeu os Jogos Olímpicos, o espaço para melhoras na situação de direitos humanos da China foi reduzido, ao passo que os confrontos aumentaram. Assim que baixar a poeira das Olimpíadas, a comunidade internacional precisará desenvolver uma estratégia eficaz para levar o debate de direitos humanos com a China a um plano mais produtivo e mais progressivo. O governo chinês, de sua parte, deverá reconhecer que a liderança global traz consigo responsabilidades e expectativas, e que um jogador global, se quiser ser digno de crédito, não poderá ignorar os valores e princípios que formam a identidade coletiva da comunidade internacional.

E a Rússia, como se sai em termos de liderança de direitos humanos? Uma Rússia cheia de autoconfiança e afluente com os rendimentos do petróleo tem reprimido as opiniões políticas divergentes, exercido pressão sobre os jornalistas independentes e introduzido controles

para refrear as ONGs. Em 2007, manifestações pacíficas foram dispersadas com o uso da força, enquanto advogados, defensores de direitos humanos e jornalistas eram ameaçados e atacados. O sistema judicial permaneceu vulnerável a pressões do Executivo. A corrupção arraigada comprometeu o Estado de direito e a confiança da população no sistema legal. Na Chechênia, a impunidade praticamente não tinha limites, fazendo com que as vítimas tivessem de recorrer à Corte Européia de Direitos Humanos, em Estrassburgo, para conseguir justiça.

Será que, em 2008, o novo presidente russo, Dimitry Medvedev, dará um tratamento diferente às questões de direitos humanos? Faria muito bem dar uma olhada ao redor do mundo para aprender a lição de que estabilidade política duradoura e prosperidade econômica só podem ser construídas em sociedade abertas em que os Estados prestem contas de seus atos.

Se os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU fizeram pouco para promover os direitos humanos e muito para enfraquecê-los, que tipo de liderança podemos esperar de potências emergentes como a África do Sul, o Brasil e a Índia?

Como uma democracia liberal de bases bem estabelecidas, com forte tradição legal em questões de direitos humanos e com um Judiciário independente, a Índia conta com o potencial para ser um bom modelo. No Conselho de Direitos Humanos da ONU, o país teve uma atuação positiva. A Índia pode ser creditada ainda por ter ajudado a aproximar os principais partidos e os insurgentes maoístas no Nepal, acabando com um prolongado conflito armado que provocou abusos de direitos humanos de enormes proporções. Contudo, em matéria de direitos humanos, a Índia ainda precisa ser mais enérgica em sua implementação doméstica e mais franca ao exercer sua liderança internacional. Em Mianmar, enquanto a junta militar investia com violência contra as manifestações pacíficas realizadas por monges e por outros manifestantes, o governo indiano continuou com suas negociações sobre extração de petróleo. Em Nandigram, Bengala Ocidental, comunidades rurais foram atacadas e tiveram seus integrantes feridos e mortos, com cumplicidade da polícia, quando protestaram contra o estabelecimento de uma zona econômica especial para a indústria.

Em setembro de 2007, em uma demonstração de liderança corajosa e impressionante, frente à oposição de Estados extremamente poderosos, 143 dos Estados-membros da Assembléia Geral da ONU votaram a favor da adoção da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, encerrando duas décadas de discussões.



© Amnesty International 2007

Mulheres ativistas participam do lançamento de um relatório da Anistia Internacional sobre a violência sexual em Serra Leoa.

O papel da África do Sul na NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) – que enfatiza questões de boa governança – traz esperanças de que os líderes africanos assumirão a responsabilidade por resolver os problemas africanos, inclusive com relação aos direitos humanos. O governo da África do Sul, porém, tem hesitado em se pronunciar sobre os abusos de direitos humanos no Zimbábue. Os direitos humanos são aplicáveis universalmente para todos – e nenhum país sabe disso melhor do que a África do Sul. Poucos países têm uma responsabilidade moral de promover esses valores universais, onde quer que estejam sendo violados, maior que a da África do Sul.

Países como Brasil e México têm sido firmes tanto na promoção dos direitos humanos em nível internacional quanto em seu apoio à engrenagem de direitos humanos da ONU. No entanto, a menos que a distância entre suas políticas no plano internacional e seu desempenho no âmbito doméstico seja diminuída, sua credibilidade como defensores dos direitos humanos será contestada.

Direitos humanos não são valores ocidentais – na verdade, os governos ocidentais têm mostrado tanto desdém pelos direitos humanos quanto qualquer outro governo. Eles são valores universais e, como tais, suas perspectivas de sucesso estão interligadas à liderança das Nações Unidas. Embora o Conselho de Segurança da ONU tenha permanecido imobilizado em questões de direitos humanos por causa dos interesses divergentes de seus membros permanentes, em 2007 a Assembléia Geral da ONU demonstrou seu potencial de liderança ao adotar uma resolução pedindo uma moratória universal da pena de morte. É exatamente esse tipo de orientação que o mundo precisa das Nações Unidas: Estados que inspirem uns aos outros a aprimorarem seu desempenho, ao invés de se nivelarem por baixo. Isso é o melhor que a ONU pode oferecer. Terá o Conselho de Direitos Humanos da ONU esse tipo de liderança em 2008 quando adotar o sistema de Revisão Periódica Universal?

Em setembro de 2007, em uma demonstração de liderança corajosa e impressionante, frente à oposição de Estados extremamente poderosos, 143 dos Estados-membros da Assembléia Geral da ONU votaram a favor da adoção da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, encerrando duas décadas de discussões. Dois meses depois de a Austrália ter votado contra a Declaração, o governo recém eleito do primeiro-ministro Kevin Rudd apresentou um pedido

formal de desculpas pelas leis e pelas políticas de sucessivos governos que "infligiram profunda aflição, sofrimento e prejuízo" à população indígena aborígine.

Construindo uma nova unidade de propósitos

Enquanto a ordem geopolítica passa por mudanças tectônicas, as antigas potências estão renegando os direitos humanos, ao passo que os novos líderes ainda não emergiram ou se mostram ambivalentes com relação a esses direitos. Neste cenário, qual é o futuro dos direitos humanos?

O caminho pela frente tem muitas pedras. Conflitos entranhados – altamente visíveis no Oriente Médio, no Iraque e no Afeganistão e esquecidos em lugares como o Sri Lanka e a Somália, para citar apenas alguns – provocam sacrifícios humanos enormes. Os líderes mundiais ou se atrapalham nas suas tentativas de encontrar saídas para situações como a do Iraque ou do Afeganistão, ou não têm a vontade política para encontrá-las, como no caso de Israel e dos Territórios Palestinos Ocupados. Este conflito tão prolongado tem sido especialmente marcado pelo fracasso de uma liderança internacional coletiva (na forma de um quarteto constituído pelos Estados Unidos, pela União Européia, pela Rússia e pela ONU) em lidar com a impunidade e com a injustiça.

Populações inquietas, indignadas e desiludidas não permanecerão silenciosas se o abismo que existe entre suas demandas por igualdade e liberdade e a resposta dos governos a essas demandas aumentar a cada dia

Quando os mercados oscilam e os ricos usam sua posição e influência indevidas para mitigar suas perdas, os interesses dos mais pobres e dos mais vulneráveis perigam ser esquecidos. Um grande número de empresas, com o apoio tácito de governos que se recusam a investigá-las ou a regulá-las efetivamente, continua a escapar da responsabilidade por seu envolvimento em abusos e violações de direitos humanos.

Há muita retórica sobre erradicar a pobreza e pouca vontade política para agir. Pelo menos dois bilhões de integrantes de nossa comunidade humana continuam a viver na pobreza, lutando para conseguir água potável, comida e moradia. Embora as mudanças climáticas afetem todos nós, os mais pobres serão os mais prejudicados, pois perderão suas terras, seus alimentos e seus meios de vida. Julho de 2007 marca o ponto medial do cronograma estabelecido pela ONU para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Apesar de nada perfeitas, a realização dessas metas



© Sven Torfinn/PANOS

Um incêndio atingiu o campo de refugiados de Kalma, para deslocados internos, em Nyala, sul de Darfur, em março de 2007. O campo de Kalma abriga milhares de pessoas que fugiram de suas casas em Darfur depois dos ataques violentos das milícias apoiadas pelo governo.

significaria um bom caminho andado na direção de melhorar, até 2015, a saúde, as condições de vida e a educação de grande parte das populações do mundo em desenvolvimento. O mundo, porém, não está no rumo certo para alcançar a maioria dessas metas mínimas e, infelizmente, os direitos humanos não estão sendo levados em conta nesse processo. Evidentemente, uma mudança de foco e novas iniciativas são mais do que necessárias.

E a liderança para erradicar a violência baseada em gênero, onde está? Em quase todas as regiões do mundo, mulheres e meninas sofrem com os níveis elevados de violência sexual. Na região de Darfur, destroçada pela guerra, os estupros e a impunidade ainda persistem. Nos EUA, muitas sobreviventes de estupro de comunidades indígenas carentes e marginalizadas não conseguem obter justiça nem proteção efetiva por parte das autoridades federais ou das tribais. Os líderes devem estar mais atentos a fazer com que os direitos de mulheres e meninas sejam realidade.

Todos esses são desafios globais com uma dimensão humana. Por isso, exigem uma resposta global. Os direitos humanos reconhecidos internacionalmente oferecem a melhor estrutura para essa resposta, pois representam um consenso global com relação aos limites aceitáveis e aos problemas inaceitáveis das políticas e das práticas governamentais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é hoje um modelo tão apropriado para uma liderança iluminada quanto o era em 1948. Os governos, portanto, devem renovar seu compromisso com os direitos humanos.

Populações inquietas, indignadas e desiludidas não permanecerão silenciosas se o abismo que existe entre suas demandas por igualdade e liberdade e a resposta dos governos a essas demandas aumentar a cada dia. O descontentamento popular com a alta acentuada no preço do arroz em Bangladesh, os distúrbios causados no Egito pelo preço do pão, a violência pós-eleitoral no Quênia e as manifestações que ocorreram na China por causa de despejos e de questões ambientais não são apenas exemplos da preocupação popular com temas sociais e econômicos. São sinais da ebulição de um caldeirão de protestos dos movimentos populares, inflamado pela traição de seus governos às promessas que fizeram de justiça e de igualdade.

De um modo praticamente inimaginável em 1948, existe hoje um movimento global de cidadãos exigindo que seus líderes renovem seu compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos. Advogados em ternos pretos no Paquistão, monges com trajes alaranjados em Mianmar, os 43,7 milhões de pessoas no mundo que, em 17 de outubro de 2007, exigiram uma ação contra a pobreza, são fortes sinais, emitidos nesse ano passado, de que uma cidadania global está determinada a defender os direitos humanos e a cobrar de seus líderes responsabilidade pelo que fazem.

Em um povoado do norte de Bangladesh, um grupo de mulheres senta sobre esteiras de bambu, em um local poeirento no centro da aldeia. Elas participam de um programa de formação legal. A maioria delas, mal sabe ler ou escrever. Elas ouvem com atenção o professor que, auxiliado por cartazes com esquemas e figuras, ensina sobre uma lei que proíbe o casamento de crianças e que requer da mulher uma manifestação de consentimento com o casamento. Essas mulheres acabaram de receber financiamentos por meio de um projeto de microcrédito operado por uma importante ONG de desenvolvimento rural de Bangladesh (*Bangladesh Rural Advancement Committee*). Uma das mulheres adquiriu uma vaca e espera conseguir uma renda extra vendendo leite. Outra planeja comprar uma máquina de costura e abrir uma pequena confecção própria. O que ela espera dessa aula? "Quero saber mais sobre os meus direitos", diz ela. "Não quero que minhas filhas sofram o que eu sofri; por isso, tenho que aprender a proteger os meus direitos e também os delas." Pode-se ver nos seus olhos um brilho de determinação que, por todo o mundo, está nos olhos de milhões de pessoas como ela.

Neste aniversário dos 60 anos da DUDH, o poder que têm as pessoas de criar esperanças e de produzir mudanças está tão vivo quanto nunca. Uma consciência de direitos humanos está envolvendo o planeta.

Os líderes mundiais se arriscam por ignorá-la.

Anistia Internacional,
em solidariedade a todos os defensores de direitos humanos do mundo no 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos



© Ricardo Moraes/AP/PA Photos

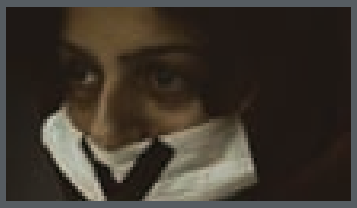
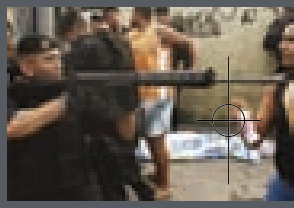
03716 - abertura parte 1#2:03716 - continente abertura part1 21/5/2008 20:41 Página 1



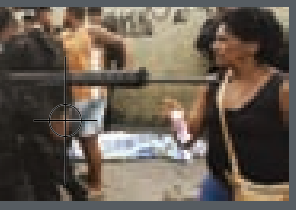
Um membro do BOPE, a tropa de elite da Polícia Militar, aponta a metralhadora para uma mulher enquanto as pessoas protestam ao lado do corpo de uma vítima, morta durante uma das várias operações policiais realizadas no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2007.

03716 - abertura parte 1:03716 - continente abertura part1 21/5/2008 20:40 Página xiv



03716 - abertura parte 1:03716 - continente abertura part1 21/5/2008 20:40 Página 1



INFORME 2008 - ANISTIA INTERNACIONAL
PARTE DOIS: PERSPECTIVAS REGIONAIS

08

03716 - abertura parte 1:03716 - continente abertura part1 21/5/2008 20:40 Página 2



Soldados do governo em patrulha no Burundi, 22 de outubro de 2007. Durante os anos de conflito armado, a violência sexual era endêmica. Hoje, apesar de os combates se restringirem praticamente à região oeste, mulheres e meninas contiuam sendo vítimas de estupros e de outras formas de violência sexual por todo o país – não apenas de forças armadas adversárias, mas, cada vez mais, também em casa e na comunidade.

© Esdras Ndikumana/AFP/Getty Images

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 23

ÁFRICA

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁFRICA

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nos 60 anos que transcorreram desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, a África passou por enormes mudanças. O processo de descolonização e o fim do *apartheid* na África do Sul (uma era que também teve início em 1948), foi acompanhado pela construção de instituições nacionais e por um respeito crescente ao Estado de direito. Muitos dos países subsaarianos agora contam com sociedades civis ativas e com meios de comunicação diversificados e independentes. No entanto, apesar do progresso significativo, os direitos humanos prometidos na DUDH estão longe de ser uma realidade para os povos da África.

Diversos conflitos armados prolongados foram resolvidos, como os de Angola, do Sudão Meridional, de Serra Leoa e da Libéria. As conseqüências para os direitos humanos, porém, perduram e afetam tanto o desenvolvimento econômico e social quanto o campo político. Apesar das mudanças rumo à democratização que vêm ocorrendo em muitos países, uma violenta luta pelo poder, mesmo nos países que não chegaram ao ponto de um conflito armado, continua a ser um importante componente da vida política na África.

Mesmo com a contribuição para a prevenção e solução de conflitos prestada pela Organização da Unidade Africana e, posteriormente, pela União Africana (UA), soluções estáveis e permanentes para as contendas africanas se mostraram, demasiadas vezes, enganosas. Tem havido uma deplorável falta de vontade política para lidar com as violações de direitos humanos que costumam estar na origem das tensões políticas e das hostilidades. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana não cumpriu o seu mandato de ocupar-se da dimensão de direitos humanos dos conflitos armados da África.

Durante as últimas décadas, a estrutura de direitos humanos do continente se desenvolveu por meio de diversos tratados e instituições regionais de direitos humanos. Em 1986, a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos entrou em vigor e, em 2007, comemorou-se o 20º aniversário da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africana). Contudo, apesar de

Durante as últimas décadas, a estrutura de direitos humanos do continente se desenvolveu por meio de diversos tratados e instituições regionais de direitos humanos. No entanto, apesar do progresso significativo, os direitos humanos prometidos na DUDH estão longe de ser uma realidade para os povos da África

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 24

avanços significativos no âmbito das instituições de direitos humanos da África, em especial o lançamento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, a Comissão Africana continua a enfrentar constantes obstáculos financeiros e políticos. O apoio insuficiente da UA tem forçado a Comissão Africana a recorrer à ajuda externa para cobrir a maior parte de suas despesas com funcionários, enquanto muitos dos seus Estados-membros têm demonstrado pouco interesse em sediar suas reuniões.

Nos últimos anos, muitos países africanos têm relutado em se engajar construtivamente com as instituições globais de direitos humanos, como o recém criado Conselho de Direitos Humanos da ONU. Muitos desses países vêm alinhando suas posições com as de um punhado de países determinados a enfraquecer o trabalho dessas instituições. Há, contudo, notáveis exceções. Alguns países africanos têm desempenhado um papel construtivo e, às vezes, corajoso na Organização das Nações Unidas, defendendo as vítimas de violações graves dos direitos humanos.

■ **Desde o mês de julho, centenas de famílias foram desalojadas à força e tiveram suas casas demolidas pela construtora Jardim do Éden, no bairro Iraque, em Luanda. Os desalojamentos forçados ocorreram para dar lugar à construção de um condomínio residencial de luxo. Não se ofereceu às famílias nenhum tipo de acomodação alternativa ou de compensação. Em novembro, dois jornalistas que faziam reportagem sobre as expulsões – António Cascais, jornalista autônomo da estação de rádio alemã Deutsche Welle, e Alexandre Neto, da rádio angolana Despertar – foram agredidos por seguranças particulares de uma empresa e detidos por cerca de três horas pela Polícia Militar.**

Um retrospecto de 2007

Na África, os direitos de muitas pessoas continuaram a ser violados em 2007. Direitos econômicos e sociais permaneceram ilusórios para milhões de pessoas. Os conflitos armados internos que seguiram devastando diversos Estados foram acompanhados de abusos brutais dos direitos humanos, inclusive homicídios ilegais, torturas e estupros. Em alguns países, todas as formas de dissenso foram suprimidas e, em muitos, a liberdade de expressão foi restringida e os defensores de direitos humanos sofreram ameaças e intimidações. As mulheres tiveram de enfrentar extensa discriminação e abusos sistemáticos de direitos humanos. Por todo o continente, os responsáveis por violações de direitos humanos se livraram de prestar contas de seus atos.

Direitos econômicos, sociais e culturais

Apesar de um aumento do crescimento econômico observado recentemente em muitos países africanos, milhares de pessoas continuam sem acesso às exigências mínimas para uma vida digna, como moradia, educação ou saúde adequadas. A instabilidade política, os conflitos armados, a corrupção, o subdesenvolvimento e a ausência de investimentos em serviços sociais básicos são fatores que contribuíram para o fracasso em fazer com que os direitos econômicos, sociais e culturais se tornassem uma realidade para homens, mulheres e crianças do continente.

A região meridional da África continuou a apresentar os maiores

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 25

índices mundiais de HIV/Aids. Na África do Sul, a pobreza funcionou como uma barreira de acesso a tratamentos e a cuidados para as populações rurais pobres, especialmente para as mulheres. A Anistia Internacional documentou como o direito das mulheres à saúde foi prejudicado pela inacessibilidade física a serviços de saúde, pelos custos do transporte, pela escassez de funcionários, pela falta de acesso diário à alimentação adequada e pelas desigualdades baseadas em gênero.

Em diversos países, famílias foram expulsas à força de suas casas para dar lugar a projetos de desenvolvimento ou de urbanização. Em geral, os governos não ofereciam nenhuma compensação nem moradias alternativas para quem havia sido desalojado, violando o direito de centenas de milhares de pessoas à abrigo e à moradia adequada

Conflitos armados

Os constantes conflitos armados tiveram conseqüências devastadoras para as populações civis, resultando em graves violações de direitos humanos, como homicídios ilegais, violência sexual e recrutamento de crianças soldados. Desalojamentos forçados e mortes relacionadas aos conflitos, por fome e por doenças, continuaram a ocorrer em grande escala.

Os conflitos na Somália e no leste da República Democrática do Congo (RDC) se acentuaram em 2007. Em janeiro, a UA autorizou o destacamento de uma força de manutenção da paz para a Somália (AMISOM); porém, sem um mandato explícito para a proteção de civis. Até o final do ano, menos de um quinto do efetivo previsto de oito mil homens havia sido posicionado.

Darfur (no Sudão), o leste do Chade e a região norte da República Centro-Africana continuaram a enfrentar conflitos e insegurança generalizada. Em Darfur, os grupos armados envolvidos no conflito se fragmentaram e se proliferaram, complicando ainda mais as perspectivas de uma solução pacífica. Em julho, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o destacamento de uma força de manutenção da paz híbrida da ONU-UA, de 26 mil efetivos, para Darfur. O envio, no entanto, foi adiado, pois o governo do Sudão colocou obstáculos e os Estados-membros da ONU não forneceram os equipamentos militares necessários ao posicionamento de uma força efetiva. Em setembro, o Conselho de Segurança da ONU autorizou uma presença multidimensional no Chade e na República Centro-Africana, lado a lado com uma operação militar européia. Até o final do ano, porém, essas forças ainda não haviam sido posicionadas.

No norte do Níger, eclodiu um conflito entre forças do governo e

A União Africana autorizou o destacamento de uma força de manutenção da paz para a Somália; porém, sem um mandato explícito para a proteção de civis

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 26

um grupo armado de oposição comandado por tuaregues. Esse conflito resultou em violações de direitos humanos.

Foram dados alguns passos para a resolução de conflitos: um acordo de paz foi assinado na Costa do Marfim em março e as negociações para pôr fim ao conflito no norte de Uganda prosseguiram.

A proliferação de armas leves continuou a ser um grande problema. Geralmente, os embargos de armas impostos pelo Conselho de Segurança da ONU não eram respeitados nem supervisionados adequadamente.

Impunidade

Os mecanismos de justiça internacional, em alguns casos, contribuíram para que houvesse atribuição de responsabilidades por crimes de direito internacional

Policiais e outros funcionários encarregados de aplicar a lei raramente tinham de prestar contas por violações sérias de direitos humanos, como prisões e detenções arbitrárias, maus-tratos e tortura. Essa impunidade predominou em muitos países, entre os quais Angola, Burundi, Eritréia, Guiné Equatorial, Moçambique e Zimbábue. Funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei fizeram uso freqüente de força excessiva em países como: Benin, Guiné, Mauritânia, Nigéria, Quênia, Sudão e Zimbábue. Os incidentes de uso excessivo da força costumavam não ser investigados, mesmo quando pessoas eram mortas.

Leis e regulamentos de anistia para crimes cometidos no decorrer de seus conflitos armados internos foram estudados no Burundi e adotados na Costa do Marfim, apesar de os líderes governamentais terem assegurado que não seriam concedidas anistias para aqueles que cometeram crimes sob o direito internacional. No entanto, em nenhum desses países houve qualquer avanço nas investigações e nos processos dos responsáveis por cometerem graves violações de direitos humanos durante o conflito. Na Libéria, também houve pouco progresso nas atividades da Comissão de Verdade e Reconciliação.

Os mecanismos de justiça internacional, em alguns casos, contribuíram para que houvesse atribuição de responsabilidades por crimes de direito internacional.

Em abril, o Tribunal Penal Internacional (TPI) expediu mandados de prisão contra dois indivíduos envolvidos no conflito de Darfur: Ali Kushayb, líder de uma milícia Janjawid, e Ahmad Muhammad Harun, ministro de Questões Humanitárias do Sudão. Ambos foram acusados de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. Porém, o governo sudanês se recusou a entregá-los ao TPI.

Em maio, o promotor do TPI anunciou que seria iniciada uma investigação na República Centro-Africana. Crimes de guerra e crimes contra a humanidade que teriam sido cometidos no distrito Ituri, na

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 27

RDC, em 2003, levaram o TPI a expedir um mandado de prisão contra Germain Katanga em julho. O governo da RDC entregou-o ao TPI. Entretanto, líderes do Exército de Libertação do Senhor, entre os quais Joseph Kony – indiciado pelo TPI com relação à situação de Uganda –, continuaram soltos.

Prosseguiram os julgamentos perante o Tribunal Penal Internacional para Ruanda. Ao mesmo tempo, o Tribunal deu início a sua estratégia de retirada, propondo a transferência dos casos para as jurisdições nacionais, inclusive de Ruanda.

Em julho, o Tribunal Especial para Serra Leoa condenou três integrantes do Conselho Revolucionário das Forças Armadas por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade. Dois membros das Forças de Defesa Civil também foram condenados por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade. O julgamento de Charles Taylor, ex-presidente da Libéria, foi adiado e está previsto para começar em 2008.

Houve poucos avanços no caso de Hissène Habré, ex-presidente do Chade, após um pedido da União Africana, em 2006, para que ele fosse julgado no Senegal, sob jurisdição universal, por crimes segundo o direito internacional.

Pena de morte

Aconteceram diversos desdobramentos positivos com relação à pena de morte em 2007, confirmando que os países africanos estão se tornando cada vez mais abolicionistas na prática ou na lei. Embora a pena capital continue a ser aplicada em vários países, a quantidade de pessoas executadas não foi muito alta.

Ruanda aboliu a pena de morte em julho e, em setembro, o governo do Gabão anunciou que iria abolir essa pena caso o Parlamento aprovasse. Em outubro, o governo de Mali apresentou ao Parlamento um projeto de lei abolicionista. Em diversos países, penas de morte foram comutadas por penas de prisão perpétua, como na República do Congo, em Gana e na Zâmbia.

Na votação da moratória do uso da pena de morte na Assembléia Geral da ONU, em dezembro, 17 países africanos votaram a favor de uma moratória e 20 se abstiveram.

No entanto, execuções foram efetuadas na Guiné Equatorial, na Somália e no Sudão, sendo que, em Uganda, tribunais militares ordenaram a execução de soldados. Pesquisas realizadas pela Anistia Internacional, em 2007, indicaram que ao menos sete execuções foram levadas a cabo na Nigéria no ano anterior, apesar de os representantes do governo declararem oficialmente que nenhuma pena capital havia sido efetuada no país nos últimos anos.

■ No dia 20 de setembro, um soldado das Forças de Defesa do Povo de Uganda, o cabo Geoffrey Apamuko, foi condenado à morte por enforcamento, acusado de homicídio. Os tribunais militares de Uganda continuaram a proferir sentenças de morte e a efetuar execuções dos soldados dessas forças armadas. Não se sabe ao certo o número de soldados mortos por determinação militar.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 28

Violência contra mulheres e meninas

Apesar de alguns países terem reforçado sua estrutura legal, a violência contra a mulher continuou a ser uma questão negligenciada. Gana e Serra Leoa aprovaram projetos de lei nacionais contra a violência; porém, em Serra Leoa, um projeto de lei sobre direitos da criança só foi transformado em lei depois que as cláusulas que previam a criminalização da mutilação genital feminina foram retiradas.

No Quênia, que, em 2006, aprovou a Lei de Crimes Sexuais; na Libéria, que, também em 2006, introduziu uma nova lei sobre o estupro; e na África do Sul, onde um ato de emenda à Lei Penal (de Crimes Sexuais e Questões Relacionadas) foi promulgado em dezembro, as mulheres e as meninas continuaram a sofrer violência generalizada, inclusive estupros. Na Nigéria, um projeto de lei para implementar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) não recebeu aprovação da Assembléia Nacional, 22 anos depois de o país ter ratificado esta Convenção. Além disso, um projeto de lei para tratar da violência doméstica acabou por não se tornar lei em nível federal, apesar de estados individuais dentro da Nigéria, como Lagos, terem aprovado legislações semelhantes.

■ **Uma menina de 14 anos que vivia em um campo para pessoas deslocadas dentro do próprio país, na região de Dar Sila, no Chade, foi capturada e estuprada por vários homens armados quando ela deixou o campo para buscar lenha, nas primeiras horas da manhã do dia 30 de abril.**

A violência sexual continuou a ser amplamente praticada em vários conflitos, com conseqüências permanentes para mulheres e para meninas, muitas das quais não tiveram acesso a tratamento médico ou psicológico adequados, nem a quaisquer mecanismos de justiça. Os perpetradores de violência contra mulheres, incluindo estupro, raramente eram responsabilizados. A ausência de reparações para mulheres e meninas submetidas a violência sexual, durante e após os conflitos armados, foi extensamente documentada em países como Costa do Marfim, Serra Leoa, Burundi e Uganda. Geralmente, essas meninas e mulheres são estigmatizadas pela sociedade, o que as torna ainda mais marginalizadas.

Em julho, soldados das forças de paz posicionados na Costa do Marfim foram acusados de praticarem abusos sexuais generalizados de mulheres e meninas. As acusações foram investigadas pela ONU e pelo Marrocos, uma vez que soldados marroquinos estavam envolvidos; porém, o resultado desses inquéritos não havia sido divulgado até o final de 2007.

No leste do Chade, mulheres e meninas deslocadas em conseqüência do conflito corriam risco de serem estupradas ou de sofrerem outras formas de violência quando se arriscavam a sair dos campos de refugiados. Situação semelhante ocorria em Darfur, onde mulheres e meninas corriam risco de sofrer violência sexual quando

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 29

tinham de sair dos campos para buscar lenha ou água, ou para ir ao mercado. Geralmente, os episódios de violência sexual não eram denunciados, pois as mulheres temiam as repercussões.

Na República Democrática do Congo (RDC), o estupro e outras formas de violência sexual também continuaram a ser muito comuns, principalmente no leste. Entre os perpetradores estavam soldados e policiais, bem como integrantes de diversos grupos armados. Alguns desses grupos raptaram mulheres e meninas e as submeteram a escravidão sexual. Inúmeras denúncias de estupro cometidos por tropas etíopes, por forças do governo federal interino e por pistoleiros também emergiram do conflito na Somália.

Em Malaui, meninos e meninas com até 10 anos de idade eram empregados para trabalhar em fazendas. A Mauritânia adotou uma legislação para criminalizar a escravidão, 26 anos após esta prática ter sido oficialmente abolida, pois havia indicações de que a escravidão continuava a ocorrer no país.

Refugiados, requerentes de asilo e imigrantes

Centenas de milhares de pessoas cruzaram as fronteiras da África em busca de proteção ou de um padrão de vida adequado, geralmente colocando suas vidas em risco.

Milhares de pessoas tentaram escapar do conflito armado na Somália fugindo para o Quênia; porém, em janeiro, as autoridades quenianas fecharam a fronteira do país, infringindo o direito internacional dos refugiados. Além disso, o Quênia repatriou centenas de requerentes de asilo à força para a Somália. Em conseqüência do conflito armado e da violência em Darfur e na República Centro-Africana, dezenas de milhares de pessoas fugiram para os países vizinhos, sobretudo para o Chade. Muitas não receberam assistência humanitária adequada.

Em 2007, a Tanzânia continuou a repatriar à força refugiados provenientes de Ruanda, do Burundi e da RDC, classificando-os como imigrantes ilegais, embora muitos deles tenham requerido status de refugiados. As autoridades de Uganda alegaram que o repatriamento de três mil refugiados e requerentes de asilo ruandeses foi voluntário. No entanto, muitos deles se queixaram de que seu retorno a Ruanda foi forçado. Requerentes de asilo e refugiados também foram repatriados à força do Sudão e do Reino Unido para a Eritréia, em contradição às diretrizes do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados.

As autoridades angolanas expulsaram violentamente milhares de imigrantes congoleses do norte de Angola para a RDC. Durante a expulsão, houve denúncias de que muitas mulheres foram estupradas por soldados angolanos.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁFRICA

O impacto da "guerra ao terror" comandada pelos EUA ficou cada vez mais evidenciado na região do Chifre da África e em outras partes do continente

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 30

"Guerra ao terror"

O impacto da "guerra ao terror" comandada pelos EUA ficou cada vez mais evidenciado na região do Chifre da África e em outras partes do continente. Em janeiro, pelo menos 140 pessoas que fugiam da Somália para o Quênia foram detidas pelas autoridades quenianas. Destas, mais de 80 pessoas que foram detidas e mantidas incomunicáveis, sem acusação nem julgamento, por suspeitas de ligações com o Conselho dos Tribunais Islâmicos da Somália ou, em alguns casos, com a Al Qaeda, foram transferidas ilegalmente para a Somália e, de lá, para a Etiópia. No final de 2007, mais de 40 ainda continuavam em detenção secreta ou incomunicável na Etiópia.

Diversos indivíduos, inclusive cidadãos estrangeiros, foram presos na Mauritânia por suspeita de envolvimento com uma célula ligada à Al Qaeda. Em junho e julho, 14 pessoas foram a julgamento na Mauritânia, acusadas de pertencerem ao Grupo Salafista para a Pregação e o Combate, da Argélia.

■ **Em fevereiro, guardas presidenciais da República da Guiné prenderam duas pessoas que trabalhavam para a rádio Liberty FM e saquearam as dependências da estação. Os soldados acusaram a rádio de transmitir entrevistas em que se criticava o presidente Lansana Conté. Um dos funcionários da rádio, David Camara, foi preso por membros das forças de segurança, que ameaçaram matá-lo e apagaram um cigarro em seu pescoço. Dois dias depois, ele foi libertado incondicionalmente.**

Após fazer uma vista à África do Sul, o relator especial da ONU sobre direitos humanos e a luta contra o terrorismo manifestou preocupação com a detenção administrativa de imigrantes, por 30 ou mais dias, sem a revisão judicial obrigatória. Além disso, ele se mostrou preocupado com o fato de as autoridades não respeitarem o princípio de não-devolução (*non-refoulement*) em casos de suspeita de "terrorismo" bem como em outros casos envolvendo imigração.

Defensores de direitos humanos e repressão ao dissenso

Em muitos países africanos, manifestar visões críticas ou independentes continuou a ser algo perigoso. Grupos de oposição política, defensores de direitos humanos, jornalistas independentes e a sociedade civil em geral, todos tiveram de enfrentar a repressão do Estado.

O espaço para a defesa dos direitos humanos permaneceu restrito em muitos países, entre os quais Angola, Eritréia e Zâmbia. Em alguns países, os defensores de direitos humanos corriam perigo pessoal. Em muitos lugares, eles eram hostilizados e intimidados, inclusive por meio de prisões e de vigilância.

No Zimbábue, inúmeros ativistas de direitos humanos foram presos durante manifestações pacíficas. Muitos sofreram maus-tratos da polícia enquanto estiveram detidos. Na RDC, uma mulher defensora de direitos humanos foi estuprada por um guarda de segurança durante uma visita de trabalho a uma unidade de detenção. As filhas de outra defensora foram agredidas sexualmente de modo violento por soldados.

No Sudão, defensores de direitos humanos foram presos e,

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 31

segundo informações, alguns foram torturados pelos serviços nacionais de inteligência e segurança. Na Etiópia, dois proeminentes defensores de direitos humanos foram condenados injustamente, em dezembro, sendo sentenciados a uma pena de dois anos e oito meses de prisão. Na Somália, um conceituado defensor de direitos humanos foi assassinado, enquanto que, na RDC, os defensores de direitos humanos continuaram expostos a ataques e a ameaças de morte, principalmente de agentes do governo.

O espaço para ativistas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT) foi especialmente limitado. Em Camarões, na Nigéria, na África do Sul e em Uganda, ativistas GLBT estiveram sob ataque de diversos grupos dentro dessas sociedades, contrários aos esforços para promover e defender os direitos humanos dos ativistas GLBT.

Prisioneiros políticos e prisioneiros de consciência foram detidos em países como Congo, Eritréia, Etiópia, Guiné Equatorial, Níger e a auto-declarada República da Somalilândia.

Em uma série de países, o trabalho dos meios de comunicação independentes foi severamente impedido e o direito à liberdade de expressão foi violado de várias maneiras, inclusive através de leis que restringem as atividades da imprensa e através da prisão de jornalistas. Na Somália e na RDC, jornalistas foram assassinados por causa do trabalho que realizavam.

No começo de 2007, as forças de segurança da República da Guiné reprimiram com violência manifestações organizadas por sindicatos – centenas de pessoas foram mortas ou feridas. O governo declarou estado de sítio, concedendo ao militares poderes que normalmente estão nas mãos de civis. No Zimbábue, centenas de defensores de direitos humanos e de membros da oposição foram reprimidos com violência quando exerciam seu direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica.

Na Nigéria, as eleições de abril foram gravemente afetadas pela violência. Eleitores, candidatos e correligionários foram ameaçados e atacados por adversários ou por grupos armados patrocinados por líderes políticos. No Quênia, a polícia matou dezenas de manifestantes durante os protestos que se seguiram às eleições de dezembro.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁFRICA

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 32



© Amnesty International

"Não traga armas": uma placa pintada à mão alertava quem ameaçasse essa comunidade na periferia de Kingston, na Jamaica,em outubro de 2007. A maioria das vítimas da violência vive nas periferias, perpetuando sua pobreza e sua exclusão.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 33



AMÉRICAS

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Se os direitos humanos estão hoje no coração do projeto das Nações Unidas, isso se deve, em grande parte, aos esforços dos países latino-americanos. Para as principais potências do pós-guerra envolvidas no projeto da Carta da ONU, inclusive os Estados Unidos, os direitos humanos estavam no fim de seu rol de prioridades. Entretanto, em 1945, pouco antes da reunião fundadora da ONU, em São Francisco, a Conferência Inter-Americana reuniu-se na Cidade do México e decidiu buscar a inclusão de uma declaração transnacional de direitos à Carta da ONU, que acabou por levar à adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Em maio de 1948, meses antes da adoção da DUDH, a Conferência Inter-Americana adotou a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, o primeiro instrumento geral de direitos humanos do mundo.

Essa contribuição crucial aos direitos humanos internacionais foi obscurecida durante os anos de intervenção dos regimes militares que dominaram a maior parte da região. Desde o início da década de 60, até meados dos anos 80, muitos países latino-americanos suportaram um longo período de governos militares, que se caracterizaram por violações sistemáticas e generalizadas de direitos humanos. Algumas violações, como os desaparecimentos forçados, tornaram-se emblemáticas tanto desses regimes quanto do foco das campanhas que a Anistia Internacional realizava na região naquela época.

Com o fim dos regimes militares e com o retorno de governos civis constitucionalmente eleitos, terminaram também os esquemas sistemáticos e bastante difundidos de desaparecimentos forçados, de execuções extrajudiciais e de tortura de adversários políticos. A esperança da chegada de uma nova era de respeito aos direitos humanos, contudo, mostrou-se, em muitos casos, infundada.

A maioria das Constituições assegura direitos fundamentais, e a maior parte dos países da região ratificou os principais tratados de direitos humanos. Com relação a esses últimos, uma notável exceção são os Estados Unidos, um dos dois únicos países no mundo que não ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança e um dos pouquíssimos países que não ratificaram a Convenção da ONU sobre a

PERSPECTIVAS REGIONAIS
AMÉRICAS

Em maio de 1948, meses antes da adoção da DUDH, a Conferência Inter-Americana adotou a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, o primeiro instrumento geral de direitos humanos do mundo

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 34

Mulher. O governo dos EUA também informou à ONU sua intenção de não ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

O legado dos regimes autoritários do passado sobrevive nas fraquezas institucionais que continuam a atormentar muitos países latino-americanos, sobretudo na América Central e no Caribe. A corrupção, a ausência de independência do Judicário, a impunidade para funcionários do Estado e a debilidade dos governos são fatores que têm abalado a confiança nas instituições do Estado. Proteção igual pode existir na lei, mas costuma ser negada na prática, principalmente para os que vivem em comunidades desprivilegiadas.

O abismo entre a lei e a prática que ainda subsiste em muitos países da região tem suas origens em um histórico de abusos na aplicação da lei que sucessivos governos têm falhado em enfrentar. As forças policiais e de segurança, bem como os sistemas de justiça, estão há muito acostumados a reprimir as diferenças de opinião, sustentando a corrupção e protegendo interesses econômicos e políticos arraigados. E esse abuso de poder persiste. A grande maioria dos que são presos ou punidos pelos sistemas de justiça são os impotentes e os desprivilegiados. Os responsáveis por abusos de poder e de direitos humanos geralmente seguem impunes.

Embora as práticas abusivas tenham permanecido em grande parte inalteradas, sua lógica foi transformada. As técnicas previamente utilizadas para reprimir as divergências políticas agora são direcionadas a quem desafia as injustiças sociais e a discriminação – como os defensores de direitos humanos – e a quem eles procuram apoiar. A defesa de toda uma série de direitos está sendo reivindicada por esses defensores em um contexto de movimentos sociais vibrantes e cada vez mais autoconfiantes. Uma diversidade de organizações, distantes da mentalidade e das experiências dos que adotaram a DUDH 60 anos atrás, está levando adiante essa luta contínua para fazer com que os direitos garantidos pela Declaração se tornem realidade.

■ **Ali al-Marri, um cidadão qatariano residente nos EUA que, em junho de 2003, foi designado "combatente inimigo" pelo Presidente Bush, permanecia sob detenção militar indefinida no território continental dos Estados Unidos no final de 2007. Em junho, um painel de três juízes do Tribunal de Recursos do Quarto Circuito decidiu que a Lei de Comissões Militares não se aplicava ao caso de Ali al-Marri e determinou que sua detenção militar "precisava terminar". No entanto, o governo tentou, com êxito, realizar uma nova audiência perante todo o corpo do Tribunal do Quarto Circuito. A decisão estava pendente no fim do ano.**

Um retrospecto de 2007

"Guerra ao terror"

Seis anos após o início da chamada "guerra ao terror", os Estados Unidos continuam a manter centenas de pessoas em detenção militar indefinida, sem acusação nem julgamento, no Afeganistão e na base de Guantánamo, além de outros milhares detidos no Iraque.

Em julho, o presidente George W. Bush deu sinal verde à continuação do programa de detenções secretas e de interrogatórios da CIA – apenas uma da longa lista de políticas ilegais adotadas por seu governo como parte da "guerra ao terror". A reautorização do

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 35

Presidente a esse programa foi uma clara rejeição aos princípios que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. De fato, o Presidente Bush expediu sua ordem executiva um ano depois que dois órgãos de supervisão de tratados da ONU comunicaram, em termos bastante claros, ao governo dos EUA, que a detenção secreta violava as obrigações internacionais do país.

Para aqueles que buscavam justiça para os detentos de Guantánamo, a Suprema Corte dos Estados Unidos foi um foco de atenção em 2007, no que foi considerado um momento crucial para os direitos humanos. Em fevereiro, o Tribunal de Recursos do Circuito do Distrito de Columbia decidiu que as disposições da Lei de Comissões Militares, que retirava dos tribunais a jurisdição para julgar petições de habeas corpus, se aplicava a todos os detentos mantidos em Guantánamo. Um recurso contra a decisão foi, inicialmente, indeferido pela Suprema Corte. Em junho, porém, a Suprema Corte tomou a decisão historicamente singular de anular sua ordem anterior. No dia 5 de dezembro, a Corte ouviu as alegações orais do governo, argumentando que, mesmo se os detentos tivessem realmente o direito a habeas corpus (o governo alegava não terem), a revisão judicial limitada a que eles tinham acesso seria um "substituto adequado".

O habeas corpus – o direito de um juiz decidir sobre a legalidade de uma prisão – é um princípio fundamental do Estado de direito. Os detentos que se encontram sob a custódia dos EUA, a quem foi negado recurso a esse procedimento, têm sido submetidos a desaparecimentos forçados, a detenções e transferências secretas, e a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, bem como a procedimentos injustos de julgamento. Sessenta anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, essas políticas e essas práticas são uma afronta ao mundo que a Declaração concebeu. A questão do habeas corpus está para ser decidida pela Suprema Corte em meados de 2008.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
AMÉRICAS

Na Colômbia, todas as partes no conflito continuaram a cometer graves abusos dos direitos humanos

Conflito

Os civis continuaram a suportar o peso do prolongado conflito armado interno na Colômbia. Embora o número de pessoas mortas ou seqüestradas tenha continuado a cair, todas as partes no conflito – forças de segurança, paramilitares e grupos guerrilheiros – continuaram a cometer sérios abusos dos direitos humanos. Centenas de milhares de pessoas foram novamente deslocadas pelos confrontos entre as partes rivais.

Pena de morte

Por muitos anos, a política estadunidense sobre pena de morte tem ido

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 36

na direção contrária à tendência abolicionista verificada nos demais países da região. Apesar de Bahamas, Trinidad e Tobago e Estados Unidos terem proferido sentenças de morte em 2007, os Estados Unidos foram o único país a levar a cabo as execuções. Porém, mesmo nos EUA, há sinais de que o apoio à pena de morte esteja esmorecendo.

No dia 17 de dezembro, Nova Jersey se tornou o primeiro estado no país, desde 1965, a abolir a pena capital. No dia seguinte, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução histórica pedindo uma moratória global das execuções. Sessenta anos depois de o direito à vida e da proibição de penas cruéis, desumanas ou degradantes terem sido inscritos na Declaração Universal, e três décadas após o reinício das execuções nos EUA, os propugnadores da pena de morte estão, cada vez mais, na defensiva em todo o mundo.

Nos Estados Unidos, a causa abolicionista parece estar bem mais promissora do que estava há uma década. Uma série de fatores contribuiu para essa tendência, como a libertação, com base em sua inocência, de mais de 100 pessoas que estavam no corredor da morte desde 1977 – três delas em 2007. O número de sentenças de morte proferidas a cada ano continua a diminuir desde que atingiu um pico em meados da década de 90. Acredita-se que mais de 100 sentenças de morte tenham sido pronunciadas nos Estados Unidos em 2007. Apesar disso, no período de cinco anos entre 1995 e 1999, uma média de 304 pessoas por ano eram condenadas à morte.

As 42 execuções levadas a cabo nos EUA em 2007 – embora uma já fosse demais – são o menor número de execuções judiciais registradas no país desde 1994. Pelo menos em parte, essa redução pode ser creditada à moratória das execuções por injeção letal observada desde setembro de 2007, quando a Suprema Corte dos EUA concordou em examinar uma contestação à constitucionalidade desse método de execução.

No Canadá, houve grande preocupação com relação a uma decisão governamental, tomada em outubro, de reverter uma política, há muito estabelecida, de buscar clemência para todos os cidadãos canadenses condenados à morte no estrangeiro. De acordo com a nova política, não será mais requerida clemência dos "países democráticos que aderem ao Estado de direito".

A América Latina continuou a tomar iniciativas importantes e inovadoras para acabar com a violência contra a mulher e para fazer com que a igualdade de gênero se torne realidade

Violência contra a mulher

A América Latina continuou a tomar iniciativas importantes e inovadoras para acabar com a violência contra a mulher e para fazer com que a igualdade de gênero se torne realidade. O México e a Venezuela, por exemplo, aprovaram novas legislações para combater a

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 37

violência contra as mulheres. Essas leis ampliaram a definição de violência contra a mulher e ofereceram uma estrutura mais abrangente de mecanismos de proteção. Algumas iniciativas criadas para enfrentar a violência contra a mulher – como, por exemplo, a experiência pioneira das delegacias de mulheres no Brasil – continuaram a ser prejudicadas pela falta de recursos adequados e pelas concepções equivocadas a respeito da natureza e da extensão do problema. Nos Estados Unidos, após uma campanha coordenada por uma ampla coalizão de grupos, o Congresso recomendou que fossem aumentados os fundos destinados à implementação da Lei da Violência contra a Mulher, uma lei federal que prevê uma série de medidas em nível estadual e local.

A maioria dos responsáveis por atos de violência contra mulheres não eram chamados a prestar contas: um reflexo da persistente falta de vontade política para tratar do problema. A maioria das dificuldades que as mulheres enfrentam quando buscam por justiça são as mesmas de país para país. O que as pesquisas da Anistia Internacional constantemente revelaram foi a falta de abrigos que ofereçam proteção adequada; a formação insuficiente dos agentes responsáveis pelo cumprimento da lei sobre técnicas apropriadas de investigação; e procedimentos processuais que não atendiam às necessidades de proteção da mulher e que não asseguravam a promoção de seus direitos e de sua dignidade. As mulheres que conseguiam fazer com que seus casos chegassem à fase de instauração de processo geralmente tinham de lidar com atitudes discriminatórias do sistema de justiça criminal e com ainda mais intimidações de quem as tinha abusado.

Muitas vezes, a discriminação de gênero era agravada por outras formas de discriminação. Se uma mulher for negra, indígena, lésbica ou pobre, ela geralmente terá de enfrentar maiores barreiras à justiça. E se os responsáveis pelos abusos souberem que podem espancar, estuprar e matar mulheres com impunidade, esses abusos, então, se tornam ainda mais disseminados e arraigados. Nos Estados Unidos, por exemplo, mulheres nativas norte-americanas e do Alasca que sofrem violência sexual são regularmente tratadas com inércia e indiferença. Além disso, elas experimentam níveis desproporcionalmente altos de violência sexual e de estupros. Estatísticas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos indicam que as nativas norte-americanas têm uma probabilidade cerca de 2,5 vezes maior de serem estupradas ou agredidas sexualmente do que as mulheres estadunidenses em geral. No Canadá, as estatísticas governamentais demonstram que as mulheres indígenas têm uma probabilidade cinco vezes maior de morrer em conseqüência de violência, o que faz salientar a grande urgência de que se ponha em

No Canadá, as estatísticas governamentais demonstram que as mulheres indígenas têm uma probabilidade cinco vezes maior de morrer em conseqüência de violência

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 38

prática um plano de ação nacional para tratar da questão da violência e para proteger as mulheres indígenas contra a discriminação.

Justiça e impunidade

Em abril, um tribunal federal de recursos em Buenos Aires, na Argentina, decidiu que os indultos concedidos em 1989 ao ex-ditador militar Jorge Videla e ao ex-admiral Emilio Massera, por crimes sob o direito internacional, eram inconstitucionais e, portanto, sem valor legal.

Em setembro, a Corte Suprema de Justiça do Chile, em uma decisão histórica, aprovou a extradição do ex-presidente peruano Alberto Fujimori para que fosse julgado por corrupção e violações dos direitos humanos no Peru.

Em novembro, porém, a mesma Corte Suprema absolveu um coronel reformado do desaparecimento forçado de três pessoas, em 1973, com base em que o crime havia prescrito. O julgamento fez escárnio das normas internacionais de direitos humanos e foi um retrocesso para todos que buscavam justiça por crimes cometidos sob o governo militar do ex-presidente Augusto Pinochet. A Corte Suprema do Panamá também decidiu que os desaparecimentos forçados cometidos por agentes do Estado, no final da década de 1960 e no começo da década de 1970, estavam sujeitos à prescrição.

Leis de anistia continuaram a vigorar no Chile e no Uruguai para crimes cometidos durante os governos militares dos anos 70 e 80. Entretanto, no Uruguai, um tribunal de apelações confirmou em setembro o julgamento e a detenção do ex-presidente Juan Maria Bordaberry (1971-1976) por co-autoria em 10 homicídios. Em dezembro, o ex-presidente general Gregorio Álvarez (1981-1985) foi preso e acusado de co-autoria no desaparecimento forçado de mais de 30 pessoas.

No México, um juiz federal concluiu, em julho, que o massacre de estudantes na praça Tlatelolco, em 1968, configurava um crime de genocídio. Porém, o juiz concluiu que as provas contra o ex-presidente Luis Echeverría eram insuficientes para levar adiante o processo.

Violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado continuaram a ser precariamente investigadas na maioria dos países. No Brasil, em El Salvador, na Guatemala, no Haiti e na Jamaica, por exemplo, as violações de direitos humanos cometidas por funcionários responsáveis pela aplicação da lei raramente, ou nunca, eram processadas.

Em muitas partes da região, os sistemas de justiça se caracterizam por corrupção, por ineficiência e por falta de vontade política clara para levar à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos. Além

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 39

disso, o uso de tribunais militares e policiais para julgar funcionários que cometem violações de direitos humanos continua a ser motivo de sérias preocupações. Na Colômbia, por exemplo, muitos dos mais de 200 homicídios cometidos pelas forças de segurança registrados em 2007 foram remetidos ao sistema de justiça militar, em que geralmente é aceita a asserção militar de que as vítimas eram mortas em combate, o que faz com que os casos sejam encerrados sem um exame mais aprofundado. No México, a Comissão Nacional de Direitos Humanos constatou que, quando participavam de operações policiais, militares haviam sido responsáveis por cometer sérios abusos contra civis. Apesar do contínuo fracasso dos tribunais militares em assegurar que se faça justiça nos casos de direitos humanos, a Comissão não recomendou que esses casos fossem julgados em tribunais civis.

No contexto da conduta dos Estados Unidos na "guerra ao terror", a falta de responsabilização por violações de direitos humanos continua sendo um problema grave, principalmente nos níveis mais elevados da cadeia de comando.

Jurisdição universal

Na Argentina e no Panamá, foram introduzidas novas leis que prevêem a jurisdição universal. Em dezembro, o Presidente Bush promulgou a Lei de Responsabilização do Genocídio, de 2007, que permite a investigação e a abertura de processo por genocídio se o suposto infrator for trazido ou encontrar-se nos Estados Unidos, mesmo que o crime tenha ocorrido fora do país.

Não houve avanços substanciais nos casos contra o ex-presidente general José Efraín Ríos Montt e outros ex-oficiais de alta patente militar da Guatemala. Uma decisão do Tribunal Constitucional que impedia a execução dos mandados de prisão do general Ríos e de um pedido para sua extradição, expedido em 2006 por um juiz espanhol, foi amplamente criticada por não reconhecer o princípio da jurisdição universal.

Em dezembro, um juiz italiano expediu mandados de prisão contra 146 ex-autoridades militares e políticas da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai, do Peru e do Uruguai. As prisões se referiam aos homicídios e aos desaparecimentos forçados de cidadãos sul-americanos de origem italiana durante a Operação Condor, um plano conjunto de colaboração entre pelo menos seis governos militares, nos anos 70 e 80, para eliminar adversários políticos.

Discriminação econômica e social

Aumentou a pressão sobre os novos governos da América Latina e do Caribe para que realizem suas promessas de enfrentar as

PERSPECTIVAS REGIONAIS
AMÉRICAS

Apesar de uma persistente tendência de tratar grandes parcelas da população como periféricas ou de excluí-las das considerações sobre desenvolvimento econômico, as comunidades seguiram se organizando para fazer campanhas pela realização de seus direitos, tendo, muitas vezes, que enfrentar ameaças e discriminação

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 40

desigualdades econômicas e sociais que têm raízes tão profundas na região. Alguns programas de redução da pobreza obtiveram o reconhecimento de seu impacto positivo; outros, no entanto, foram criticados por enfatizarem ações de caridade, ao invés de se concentrarem sobre a realização dos direitos humanos e a promoção da igualdade.

A contínua exclusão política de amplos setores da população, principalmente de afrodescendentes e de indígenas, esteve relacionada à discriminação e a barreiras que impedem o acesso a uma série de serviços essenciais à realização dos direitos humanos. Somava-se a isso uma persistente tendência de tratar grandes parcelas da população como periféricas ou de excluí-las das considerações sobre desenvolvimento econômico. A falta de transparência e de prestação de contas freqüentemente serviu para proteger interesses econômicos escusos e continuou sendo um dos maiores obstáculos à superação da pobreza e da discriminação.

As comunidades, contudo, seguiram se organizando para fazer campanhas pela realização de seus direitos, tendo, muitas vezes, que enfrentar ameaças e discriminação. No México, por exemplo, inúmeros integrantes de comunidades indígenas e de agricultores se opuseram a projetos como o da construção da represa de La Parota. Em países dos Andes Meridionais, comunidades se organizaram para fazer oposição a atividades de extração mineral que ameaçavam usurpar terras protegidas ou provocar graves prejuízos ambientais.

Movimentos diversos, dinâmicos e multifacetados estão assumindo esse desafio em todas as partes da região e estão desenvolvendo formas totalmente novas de ativismo e de promoção da cidadania. Eles estão exigindo que todos os direitos estabelecidos na Declaração Universal se tornem realidade – para todos

Diversos Estados, entre os quais Nicarágua e Paraguai, continuaram não implementando decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativas ao direito à terra dos povos indígenas.

Centenas de ativistas e de líderes comunitários da região foram submetidos a acusações criminais espúrias por tentarem proteger as terras de comunidades rurais pobres geralmente ameaçadas de invasão por empresas nacionais e multinacionais. Alguns foram condenados e presos injustamente.

Em países como a República Dominicana, o Peru e a Guatemala, a exclusão social foi exacerbada pelo fracasso das autoridades em fornecer certidões de nascimento apropriadas para uma parte da população. As pessoas sem documentos podem ter seu acesso negado a uma série de serviços, como saúde e educação. Além disso, seu acesso ao direito de votar, de participar da vida pública, de ter segurança de posse para moradia e para terra, bem como o direito a ser empregado regularmente, lhes era efetivamente negado.

Nos Estados Unidos, a discriminação racial se caracterizou por disparidades na aplicação da lei e no sistema de justiça criminal, bem como no tratamento de cidadãos não-estadunidenses detidos por

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 41

militares dos EUA no contexto da "guerra ao terror".

Leis discriminatórias que criminalizam as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo continuaram a vigorar no Caribe e na América Central. Na Nicarágua, porém, um novo Código Penal removeu as disposições que criminalizavam as relações homossexuais.

O HIV e a Aids continuaram a afetar mais as mulheres do que os homens, com uma maior incidência sobre as mulheres caribenhas (principalmente do Haiti e da República Dominicana). Cuba continuou a ser uma exceção, registrando baixos índices de infecção. Taxas desproporcionais de infecção por HIV e de mortalidade materna entre os indígenas da região são também um reflexo do impacto da discriminação sobre o acesso a serviços de saúde.

Quatro países da região continuaram a criminalizar o aborto sob todas as circunstâncias: Chile, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Em outubro, um ano depois de a Nicarágua ter criminalizado o aborto em todas as circunstâncias, grupos que trabalham com os direitos das mulheres relataram que elas estavam pagando com suas vidas por esse retrocesso da proteção maternal. Seu estudo mostrou que houve um aumento da mortalidade materna, que poderia ter sido impedido caso o aborto fosse descriminalizado. Em contraste, na Cidade do México, as mortes causadas por abortos inseguros diminuíram depois que uma lei descriminalizando o aborto foi aprovada em abril.

Denunciar abusos continuou a ser uma atividade perigosa em muitos países. Jornalistas que reportavam casos de corrupção e ambientalistas que reportavam os prejuízos causados pela poluição aos recursos naturais dos quais milhões de pessoas tiram seu sustento foram ameaçados e atacados.

A Declaração Universal promete liberdade do medo e da necessidade; porém, ser livre da necessidade, para muitas pessoas, no norte e no sul, continua sendo apenas uma ilusão. Apesar do impressionante crescimento das riquezas nos últimos 60 anos, uma injustiça social inabalável continua a excluir comunidades inteiras de seus potenciais benefícios. Milhões de pessoas continuam a enfrentar exclusão social e discriminação. Movimentos diversos, dinâmicos e multifacetados estão assumindo esse desafio em todas as partes da região e estão desenvolvendo formas totalmente novas de ativismo e de promoção da cidadania. Eles estão exigindo que todos os direitos estabelecidos na Declaração Universal se tornem realidade – para todos.

■ **No mês de março, Rufina Amaya, última sobrevivente do massacre de El Mozote, em El Salvador, morreu de causas naturais. Segundo consta, em uma operação efetuada em dezembro de 1980, as Forças Armadas de El Salvador mataram 767 pessoas no vilarejo de El Mozote e nas áreas vizinhas. Até hoje, ninguém foi levado à Justiça por causa desse massacre ou de outros que aconteceram durante o conflito armado interno no país.**

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 42



Em frente ao órgão de petições do Supremo Tribunal da China, uma mãe quer saber como sua filha morreu. Pequim, 1º de março de 2007.

© Elizabeth Dalziel/AP/PA Photos

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 43



ÁSIA-PACÍFICO

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Muitos dos países da região da Ásia e do Pacífico que adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, inclusive Índia e Birmânia (Mianmar), haviam recém conquistado sua independência do regime colonial. Para esses países, um compromisso global com um mundo em que todos fossem "livres e iguais em dignidade e direitos" tinha um significado muito especial.

Viver "a salvo do medo e da necessidade" eram aspirações igualmente poderosas para os cidadãos de muitas das nações asiáticas que, mais tarde, se juntaram às Nações Unidas, do Laos à Indonésia, do Camboja a Fiji.

Diante desse cenário, estar "a salvo da necessidade" parece ter sido algo que logo justificaria a emergência explosiva da Ásia como uma força econômica poderosa. Apesar das desigualdades entre as economias individuais da região, a Ásia tem visto suas riquezas crescerem em um ritmo mais acelerado do que em qualquer outra região desde 1960. O continente abriga dois dos países mais populosos do mundo: a China, com 1.3 bilhão de habitantes, e a Índia, com 1.1 bilhão. As economias desses dois países estão também entre as que mais crescem no mundo. Nem todos os seus cidadãos, porém, têm se beneficiado disso. Esse crescimento tem sido acompanhado pelo aprofundamento do abismo que separa ricos e pobres, exacerbando, ainda mais, modelos de discriminação já entranhados.

O desafio de fazer com que a expansão econômica desenfreada corresponda a uma melhora nos direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas mais pobres é algo que ainda precisa ser enfrentado.

Os conflitos atuais e a crescente violência praticada por grupos armados continuaram a provocar sérios abusos por toda a região, prejudicando a segurança de milhões de pessoas. Além das populações refugiadas, às quais não se oferecem soluções duradouras, centenas de milhares continuam deslocados internamente pelos conflitos. Enquanto isso, em muitos países, as forças de segurança têm desfrutado de impunidade por décadas de violações de direitos humanos, em que execuções extrajudiciais,

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁSIA-PACÍFICO

Apesar das desigualdades entre as economias individuais da região, a Ásia tem visto suas riquezas crescerem em um ritmo mais acelerado do que em qualquer outra região desde 1960

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 44

desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos foram cometidos em nome da "segurança nacional". Em diversos países, a instabilidade política e a reafirmação da autoridade militar – geralmente através da imposição de estados de emergência – têm prejudicado ou impedido a reforma de instituições que são cruciais para a proteção dos direitos humanos.

Neste ano de aniversário da Declaração Universal, em muitos países, a perspectiva de soluções efetivas para as vítimas de violações de direitos humanos permanece ilusória.

Mesmo em Estados com sistemas legais bem estabelecidos, com direitos fundamentais consagrados nas constituições, a proteção e a aplicação da DUDH costumam ser prejudicadas por conveniências políticas. Países da região da Ásia-Pacífico que ratificaram as principais convenções de direitos humanos da ONU têm relutado em adotar os protocolos facultativos que oferecem mecanismos internacionais para queixas individuais. Existem hoje instituições nacionais de direitos humanos estabelecidas em 13 países; em muitos deles, porém, sua independência e sua eficácia têm sido duramente criticadas nos últimos anos.

A Ásia continua a ser a única região do globo que não possui um instrumento de direitos humanos que abranja todo o continente. Entretanto, em um desdobramento crucial ocorrido em 2007, os líderes dos 10 países integrantes da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar – marcaram o 40º aniversário da Associação assinando seu primeiro estatuto formal, que incluía o compromisso de criar um órgão de direitos humanos para esta sub-região. O Fórum das Ilhas do Pacífico começou a estudar mecanismos similares como parte das iniciativas para a promoção da integração e da cooperação no Pacífico.

Em 2007, aconteceu também a finalização do novo órgão de direitos humanos da ONU, o Conselho de Direitos Humanos (CDH), do qual atualmente fazem parte Bangladesh, China, Coréia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Paquistão e Sri Lanka. Cada Estado-membro se comprometeu a respeitar os direitos humanos, a cooperar com os mecanismos de direitos humanos da ONU, a criar e a manter estruturas sólidas de direitos humanos, e a ratificar e defender as normas internacionais. Somente o tempo dirá se os novos mecanismos do Conselho, sobretudo a Revisão Periódica Universal, poderão facilitar um exame e uma resposta internacionais firmes quando os membros não honrarem seus compromissos, e se poderão trazer mudanças reais que se reflitam na vida diária dos habitantes da região.

Os dados de toda a região demonstraram que a distância entre ricos e pobres aumentou ainda mais. Processos desiguais de geração de riquezas continuaram a favorecer desproporcionalmente as parcelas com mais educação, com mais capacitação e que vivem nos centros urbanos

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 45

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁSIA-PACÍFICO

Um retrospecto de 2007

Crescimento econômico, globalização e pobreza

A característica definidora do ano de 2007 na região da Ásia-Pacífico foi o crescimento econômico descontrolado. Apesar de estatisticamente convincente, o crescimento excessivo continuou suspeito em termos de direitos humanos. Os dados de toda a região demonstraram que a distância entre ricos e pobres aumentou ainda mais. Processos desiguais de geração de riquezas continuaram a favorecer desproporcionalmente as parcelas com mais educação, com mais capacitação e que vivem nos centros urbanos.

A economia chinesa teve uma expansão de 11,4 por cento, o índice mais alto desde 1994. Esse crescimento, porém, veio acompanhado de tensões sociais, do empobrecimento acelerado de certas populações rurais, e de maior degradação ambiental. Os protestos orais de fazendeiros não foram suficientes para impedir que as autoridades efetuassem desapropriações forçadas para dar lugar a empreendimentos como os que servirão de apoio às Olimpíadas de 2008 em Pequim. Na Índia, o acelerado crescimento econômico foi acompanhado de uma marginalização ainda maior dos 300 milhões de pessoas que já vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade. Os interesses empresariais, em muitos casos multinacionais, se sobrepuseram às necessidades dos mais pobres. A exploração dos recursos naturais deixou dezenas de milhares sem ter onde morar e sem esperanças de retornar para onde viviam ou de obter reparação. No Camboja, milhares de pessoas foram expulsas à força de suas casas quando as autoridades, avidamente, se apossaram de suas terras.

As migrações, internas e entre fronteiras, contribuíram de maneira fundamental para o otimismo da economia na região; entretanto, nos mais diversos países, as migrações eram vistas como eventos desagradáveis e indesejados. Em particular, os imigrantes irregulares (que não possuem documentação legal para permanecer em um país anfitrião) foram submetidos a tratamentos discriminatórios, a violências e a abusos.

Na Malásia, mais de 20 mil imigrantes foram detidos pelo Rela, o Corpo de Voluntários do Povo, um órgão utilizado pelo governo para tratar do "problema" da imigração "ilegal". O Rela efetuava batidas policiais rotineiras nos locais em que viviam trabalhadores migrantes, refugiados e requerentes de asilo. Em muitos casos, as pessoas eram brutalmente espancadas e detidas de modo arbitrário. Algumas eram mandadas para campos de detenção de imigrantes, onde corriam o risco de serem repatriadas à força para países em que poderiam ser torturadas ou maltratadas.

■ **Dez imigrantes que se encontravam detidos enquanto aguardavam ser deportados foram mortos e outros 17 ficaram feridos durante um incêndio na unidade de detenção de Yeosu, na Coréia do Sul, em fevereiro. Os familiares dos mortos receberam compensação. Os demais detentos foram imediatamente deportados para os seus países de origem, muitos deles sem receber compensação e sem poder recorrer para receber salários que não foram pagos.**

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 46

Os imigrantes não somente viviam sob constante ameaça de serem detidos pelas autoridades, como também eram submetidos a abusos físicos e mentais por parte de seus empregadores, sendo que, geralmente, não lhes eram permitidos os mesmos benefícios e proteções garantidos aos trabalhadores locais.

Em 2007, havia aproximadamente 500 mil imigrantes vivendo na Coréia do Sul, cerca de metade dos quais eram trabalhadores irregulares. Muitos tinham de enfrentar severas restrições à mobilidade de emprego e tinham pouca ou nenhuma compensação contra tratamentos discriminatórios ou contra outros abusos cometidos no local de trabalho.

■ **Zakia Zaki, que dirigia a emissora privada Rádio da Paz, foi morto por um pistoleiro em sua casa, na província central de Parwan, no dia 5 de junho. A Associação de Jornalistas Independentes do Afeganistão registrou 53 casos de violência contra jornalistas em 2007, perpetrados pelo governo afegão e por insurgentes talibãs. Em seis dos casos um jornalista foi morto.**

Conflitos armados e repressão política

A região permaneceu como uma das frentes de batalha da "guerra ao terror" liderada pelos EUA, que continuou a influenciar os conflitos armados domésticos e regionais, as rivalidades e as lutas pelo poder. Os combates prolongados entre forças do governo e grupos armados no Afeganistão e no Paquistão continuaram provocando uma quantidade elevada de mortes de civis, bem como a deterioração das condições mais básicas de direitos humanos. Esses conflitos vêm tendo uma influência geopolítica bastante significativa, uma vez que as forças internacionais e a aliança da OTAN apóiam o Estado afegão, ao mesmo tempo em que a coalizão internacional comandada pelos Estados Unidos segue pressionando o Paquistão a dedicar-se com mais rigor aos objetivos da "guerra ao terror".

No Afeganistão, o contínuo conflito entre grupos insurgentes e o governo afegão, apoiado internacionalmente, se intensificou. Ao menos 6.500 pessoas morreram em razão da violência, sendo dois terços dessas mortes de civis. Todas as partes no conflito cometeram abusos dos direitos humanos. Os grupos armados, entre os quais o Talibã, propositalmente visaram civis, matando aqueles que percebiam como sendo simpatizantes do governo afegão ou das forças internacionais. Ao mesmo tempo, as forças internacionais matavam centenas de civis em operações ofensivas e em bombardeios aéreos. As forças de segurança nacionais do Afeganistão também se envolveram com a morte de uma grande quantidade de civis.

Ansioso por se apresentar como um aliado na "guerra ao terror", o governo já fragilizado do Paquistão mergulhou no caos em novembro, quando o general Pervez Musharraf declarou estado de emergência e suspendeu a Constituição do país. Suas ações foram tomadas depois que a Suprema Corte contestou sua candidatura presidencial enquanto ele permanecesse no posto de chefe do Exército. Aproximadamente 50 juízes foram removidos do órgão mais alto do Judiciário. As medidas

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 47

enérgicas que se seguiram levaram a uma severa repressão das liberdades de expressão e de movimento, e a detenções arbitrárias de milhares de advogados, jornalistas e ativistas de direitos humanos. As eleições foram marcadas para janeiro de 2008 e os ex-primeiros-ministros Benazir Bhutto e Nawaz Sharif retornaram do exílio no final do ano para se apresentarem como candidatos. Desde o início, o processo foi manchado pela violência, que culminou com o assassinato de Benazir Bhutto em dezembro.

Em outras partes da região, a violência, a insegurança e a repressão política crescentes, inclusive com restrições à liberdade de expressão, foram amplamente disseminadas. Defensores de direitos humanos e outros indivíduos que tentavam proteger seus direitos de modo pacífico encontravam-se vulneráveis a uma série de abusos. Seqüestros e desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos afligiram a região e, em muitos casos, foram cometidos com impunidade.

Em agosto, em Mianmar, começaram protestos em massa contra as políticas e as diretrizes econômicas do governo. No mínimo 31 pessoas, e provavelmente mais de 100, foram mortas devido às ações severas ordenadas pelas autoridades para reprimir os protestos; e uma quantidade semelhante de pessoas pode ter sido vítima de desaparecimentos forçados. Apesar de a comunidade internacional ter respondido inicialmente de maneira firme, essa disposição arrefeceu no final do ano, quando prosseguiam as prisões e as condenações por motivos políticos, apesar de o governo ter dado garantias às Nações Unidas e ter alegado que a situação estava "normalizada".

Desaparecimentos forçados, homicídios ilegais, prisões arbirátrias e tortura continuaram a marcar o contínuo e crescente conflito entre as forças do governo do Sri Lanka e o grupo armado de oposição Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (Tigres Tâmeis). Ambos os lados cometeram ataques contra civis, sendo que os Tigres Tâmeis os atacaram de modo indiscriminado. Os desaparecimentos forçados parecem ter continuado a fazer parte da estratégia de contra-insurgência do governo, tendo sido, geralmente, efetuados pelas forças de segurança ou pelos grupos armados que agiam com sua cumplicidade. Centenas de milhares de civis foram deslocados de seus locais de origem, sobretudo na região norte, devido ao prosseguimento do conflito. Com a intensificação das hostilidades, o espaço para as diferenças de opinião ficou cada vez mais limitado; jornalistas, especialmente os que tinham ligação com meios de comunicação tâmeis, foram atacados, seqüestrados e mortos. Apesar da disponibilidade de provas consistentes, as autoridades não investigaram efetivamente, nem processaram os indivíduos responsáveis por homicídios ilegais.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁSIA-PACÍFICO

Os segredos em torno da pena de morte permanecem sendo uma das maiores preocupações com relação a muitos países da região. Na China, as estatísticas referentes à pena capital continuaram sendo consideradas como um segredo de Estado

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 48

Em Bangladesh, um prolongado estado de emergência restringiu severamente o espaço para a liberdade de expressão e de reunião, bem como o respeito à legalidade. Segundo informações, centenas de milhares de pessoas foram presas em razão de os regulamentos de emergência concederem amplos poderes de prisão aos órgãos de aplicação da lei. Defensores de direitos humanos e jornalistas foram ameaçados, intimidados e envolvidos em casos forjados. Os órgãos de aplicação da lei foram implicados nas mortes de mais de 100 pessoas mantidas sob custódia, mas ninguém teve de prestar contas por essas mortes.

Pena de morte

Frente a um panorama global de crescente repúdio, a pena de morte permaneceu disseminada na região. No Afeganistão, 15 pessoas foram executadas por fuzilamento, as primeiras execuções que aconteceram em três anos. Entre 70 e 110 pessoas aguardavam execução. O Paquistão continuou a ampliar o escopo da pena capital, trazendo ainda mais delitos para o seu âmbito. Em 2007, mais de 100 pessoas foram executadas.

Os segredos em torno da pena de morte permanecem sendo uma das maiores preocupações com relação a muitos países da região. Na China, as estatísticas referentes à pena capital continuaram sendo consideradas como um segredo de Estado e, apesar de uma bem-vinda decisão da Suprema Corte do Povo de retomar sua reapreciação final de todos os casos, a pena de morte seguiu sendo utilizada extensivamente. É provável que ao menos 470 pessoas tenham sido executadas em 2007 – apesar de este número poder ser muito mais alto.

O governo japonês continuou negando um pedido de desculpas satisfatório ou compensações a milhares de mulheres de "consolo" que foram forçadas a prestar serviços sexuais aos soldados japoneses

A pena de morte continua a ser bastante utilizada na região não apenas para casos de homicídios, mas também para crimes não-violentos, como delitos relacionados às drogas, corrupção e outros crimes econômicos. Na Coréia do Norte, as execuções por enforcamento ou por pelotão de fuzilamento incluíram prisioneiros políticos e pessoas acusadas de crimes contra a ordem econômica.

A Rede Asiática contra a Pena de Morte manifestou preocupação de que mais pessoas na região estavam sendo condenadas à morte por delitos relacionados a drogas do que por qualquer outro crime. Em fevereiro, um grupo de advogados indonésios que representava cinco pessoas condenadas à morte por delitos ligados a drogas tentou apelar das condenações, argumentando que a Lei de Narcóticos Indonésia infringia o "direito à vida" consagrado na Constituição do país. Em outubro, a apelação foi rejeitada. No Vietnã, pelo menos 83 pessoas foram condenadas à morte por delitos relacionados ao tráfico de drogas.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 49

Violência contra a mulher

A violência baseada em gênero, inclusive a violência sexual, continuou sendo uma ameaça diária para mulheres e meninas, uma vez que os perpetradores, entre os quais policiais e outros indivíduos em situação de poder, se livraram da Justiça. Em muitos países, as mulheres que tentam denunciar estupros enfrentam sérios obstáculos. Em Papua-Nova Guiné, a violência contra as mulheres era considerada uma das causas principais da epidemia de HIV/Aids, que, por sua vez, fomentava ainda mais abusos contra as mulheres.

Prosseguiram também a violência doméstica e as agressões físicas e psicológicas nos locais de trabalho. Na China, os casos de violência doméstica registraram um aumento de 120 por cento nos primeiros três meses do ano – um crescimento atribuído a uma maior disposição de denunciar os abusos.

No Paquistão, o Estado falhou no seu dever de prevenir e processar casos de violência doméstica e na comunidade – como mutilações, estupros e assassinatos "em nome da honra". De janeiro a outubro, somente na província de Sind, 183 mulheres foram assassinadas por supostamente mancharem a "honra" da família. A prática da "swara" – a entrega de uma menina ou mulher para casamento com um adversário em troca da resolução de disputas – passou a ser punida por lei desde 2005. Porém, continuou a ser praticada impunemente.

Em março, um ato para a Erradicação de Ações Criminosas de Tráfico Humano tornou-se lei na Indonésia e foi bem-vindo pelas organizações não-governamentais por incluir uma definição de exploração sexual e por dar imunidade para as vítimas. Contudo, o tráfico de mulheres e de meninas continuou muito comum na região.

Em março, a legislatura taiwanesa aprovou diversas emendas à lei de Prevenção da Violência Doméstica, que passou a incluir parceiros do mesmo sexo e parceiros não-casados que coabitam.

Parlamentos do mundo todo adotaram resoluções pedindo justiça para os sobreviventes do sistema de escravidão sexual imposto pelo Japão durante a II Guerra Mundial. No entanto, o governo japonês continuou negando um pedido de desculpas satisfatório ou compensações a milhares de mulheres de "consolo", que foram forçadas a prestar serviços sexuais aos soldados japoneses. Em março, o primeiro-ministro do Japão, Abe Shinzo, declarou não haver provas de que as mulheres de "consolo" haviam sido obrigadas a se tornarem escravas sexuais.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁSIA-PACÍFICO

■ O venerando U Thilavantha, segundo abade de um mosteiro em Myitkyina, Mianmar, foi espancado até a morte enquanto estava detido, no dia 26 de setembro, tendo sido também espancado na noite anterior quando o mosteiro foi invadido. Após as ações repressivas das autoridades, no mês de setembro, um número desconhecido de prisioneiros morreu devido ao tratamento recebido durante o interrogatório.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 50

Fazendo avançar os direitos humanos

Ativistas, sociedade civil e movimentos sociais de toda a região se organizaram cada vez mais a fim de realizar protestos e ações para tratar de questões de direitos humanos – como a impunidade generalizada para a prática de desaparecimentos forçados, de execuções extrajudiciais e de tortura – e para defender os direitos das pessoas marginalizadas.

Em Papua-Nova Guiné, foi criada a Coalizão para Acabar com a Violência Armada: uma resposta à falta de ação governamental para combater a proliferação e o uso de armas de fogo ilegais. As mulheres defensoras de direitos humanos foram cada vez mais ativas, organizando, em outubro, um protesto silencioso de alta visibilidade para enfrentar a violência contra a mulher.

Em Mianmar, um aumento no preço dos combustíveis, combinado com uma economia em declínio, provocou protestos pacíficos. Os monges passaram a liderar manifestações nacionais contra as políticas econômicas do governo e criaram um novo grupo, a Aliança de Todos os Monges Birmaneses.

Laos ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em fevereiro. A adesão da Tailândia à Convenção contra a Tortura, em outubro, representou a frutificação dos muitos anos de ativismo da sociedade tailandesa e de quem a apoiou. Pouco antes, em agosto, o governo tailandês havia assinado o Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

Na Índia, estava havendo um debate vigoroso, liderado por organizações não-governamentais e pela sociedade civil, sobre os custos da globalização e sobre o que esse processo tem significado para os pobres. Para os países da região da Ásia-Pacífico, o desafio está em fazer com que a crescente prosperidade econômica desfrutada por alguns poucos privilegiados, em apenas um punhado de países, transponha as divisões sociais e atravesse fronteiras.

Isso somente poderá acontecer se os direitos humanos estiverem no coração das leis da região, e se a retórica se transformar em ação.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 51

EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Em 1948, a Europa havia sido devastada pela II Guerra Mundial. Logo depois, o continente seria ainda mais dividido pela Guerra Fria. Nos 60 anos seguintes, em um momento em que a região buscava construir a prosperidade, garantir a segurança e consagrar o Estado de direito, essas experiências tiveram uma profunda influência sobre as atitudes coletivas e individuais frente à necessidade de se compartilhar interesses e valores comuns.

De fato, dentro de uma década a Europa ocidental havia assentado as bases do que se tornaria uma arquitetura institucional regional pan-européia – estabelecida para criar um sistema de direitos humanos incomparável em todo o mundo e para transformar o que começou como uma comunidade local de produtores de aço e de carvão em uma união que se tornaria uma potência econômica e política global.

Dentro de uma década a Europa ocidental havia assentado as bases do que se tornaria uma arquitetura institucional regional pan-européia – estabelecida para criar um sistema de direitos humanos incomparável em todo o mundo

Naquela época, o Conselho da Europa redigiu o primeiro instrumento jurídico internacional para proteger os direitos humanos, criou a Corte Européia de Direitos Humanos para aplicá-lo e estabeleceu uma Assembléia Parlamentar. Composto atualmente por 47 Estados-membros, o sistema do Conselho foi acrescido de um Comissariado para os Direitos Humanos e de diversos órgãos supervisores. Mantiveram-se as aspirações de direitos humanos, de democracia pluralista e de um Estado de direito.

As comunidades econômicas criadas na década de 1950 hoje se transformaram na União Européia. A UE ampliou seu alcance – para incluir novos Estados-membros provenientes do antigo bloco comunista – e sua visão –, que se transformou em uma "união de valores" com a intenção de colocar os direitos humanos no centro de suas políticas internas e externas.

A configuração política da Europa no pós-guerra levou também à formação da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Com 56 Estados participantes, inclusive da Ásia Central, esta

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 52

é a maior organização regional de segurança do mundo. Suas origens podem ser traçadas ao período de distensão (*deténte*) da Guerra Fria, no início dos anos 70, quando serviu como um fórum multilateral para o diálogo e para a negociação entre Oriente e Ocidente. Um dos resultados mais importantes da OSCE foi a Ata Final de Helsinki que, por sua vez, inspirou a criação de uma série de organizações não-governamentais para supervisionar os principais compromissos de direitos humanos que os Estados haviam assumido com relação a seus cidadãos.

O caminho percorrido para se chegar a esse ponto, porém, não foi tranqüilo. O transcurso desses 60 anos foi marcado por ditaduras militares na Grécia, em Portugal, na Espanha e na Turquia, bem como pela repressão estatal em países do antigo bloco soviético. Grupos armados buscaram promover as causas de uma ideologia ou de minorias particulares por meio da força. Conflitos bárbaros convulsionaram partes da antiga União Soviética e da Iugoslávia que se desintegravam. Assim como emergiram novos Estados, também surgiram entidades com status não resolvido, que ainda não são reconhecidas pela comunidade internacional.

Os desafios ainda são grandes. Embora a maior parte da região esteja estável, a impunidade para os crimes cometidos durante os conflitos recentes ainda perdura, e centenas de milhares de pessoas ainda se encontram deslocadas, com poucas perspectivas de retorno em curto prazo. A prosperidade cresceu na maioria da região, mas não para aqueles que estão excluídos de direitos econômicos e sociais fundamentais, seja por causa de racismo ou de outras formas de discriminação.

A Europa continua a ser um forte atrativo para aqueles que procuram escapar da perseguição, da violência e da pobreza. Ao mesmo tempo, continua a repudiá-los, tratando com repressão os imigrantes irregulares. A segurança, apesar de ser uma preocupação extrema dos Estados de toda a região, continua a ser minada justamente por aqueles que a privilegiam em detrimento dos direitos humanos, em nome do combate ao terrorismo – uma concepção também utilizada para sufocar diferenças de opinião e para resistir a desafios ao status quo.

Para as inúmeras vítimas da violência doméstica, a região permanece um território inseguro.

É também uma verdade lamentável que esta região, que se considera uma liderança em matéria de direitos humanos, ainda mantenha uma enorme distância entre retórica e realidade, entre normas e aplicações, e entre princípios e realizações.

É também uma verdade lamentável que esta região, que se considera uma liderança em matéria de direitos humanos, ainda mantenha uma enorme distância entre retórica e realidade, entre normas e aplicações, e entre princípios e realizações

Os Estados que voluntariamente tomaram parte nos

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 53

compromissos firmados por instituições regionais, também voluntariamente burlaram suas obrigações, atacando e erodindo os direitos humanos, e não tendo a vontade política necessária para lidar com os abusos mais cruciais.

Um retrospecto de 2007

Segurança e direitos humanos

Dos casos em questão, um dos mais impressionantes é o das transferências extrajudiciais (*renditions*). Em 2007, finalmente, surgiram provas incontestáveis que confirmam a cumplicidade de Estados europeus com o programa de detenções secretas e ilegais comandado pelos Estados Unidos. Comprovou-se, também, que certos governos foram cúmplices: com a transferência de pessoas para países estrangeiros, em desacato ao Estado de direito; com desaparecimentos forçados; e com tortura e maus-tratos das pessoas submetidas a essas transferências e a detenções secretas. As brechas na legislação que facilitaram a conduta ilegal dos órgãos nacionais de inteligência europeus e estrangeiros e que os resguardaram de ter de prestar contas de suas ações também foram claramente identificadas. A resposta típica dos Estados, porém, continuou sendo o silêncio e a omissão.

Em muitas outras áreas, a segurança teve prioridade sobre os direitos humanos fundamentais, em detrimento de ambos. A China, o Cazaquistão, a Rússia e o Uzbequistão continuaram a cooperar em nome da segurança regional e da "guerra ao terror", por meios que violam obrigações assumidas sob o direito internacional dos refugiados e dos direitos humanos – o que inclui o repatriamento forçado de pessoas mesmo quando correm perigo de serem torturadas ou de sofrerem outras graves violações.

O governo do Reino Unido continuou a enfraquecer a proibição universal da tortura ao deportar pessoas consideradas uma ameaça à segurança nacional para países em que corriam um risco bastante real de sofrerem sérios abusos de direitos humanos, com base em "garantias diplomáticas" de cumprimento não obrigatório. O Reino Unido ainda tentou convencer outros Estados europeus, e até mesmo a Corte Européia de Direitos Humanos, de que tais garantias seriam legítimas.

Na Turquia e no Tadjiquistão, houve preocupações com a falta de justiça nos julgamentos de casos processados com base em leis antiterroristas.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
EUROPA E ÁSIA CENTRAL

■ **Um julho, a Corte Européia de Direitos Humanos realizou seu julgamento sobre o assassinato por motivos raciais de Angel Dimitrov Iliev, um homem cigano, que foi morto por um grupo de adolescentes na cidade de Shumen, na Bulgária, em 1996. A Corte observou que as autoridades, embora tenham reconhecido tratar-se de um crime de ódio, não conduziram uma investigação rápida e eficaz sobre o incidente.**

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 54

Refugiados, requerentes de asilo e imigrantes

Cidadãos estrangeiros, inclusive os que buscavam proteção internacional, continuaram a enfrentar um padrão recorrente de violações de direitos humanos. Homens, mulheres e crianças foram impedidos de ter acesso fácil a procedimentos de asilo, sendo alguns detidos ilegalmente, enquanto outros foram impossibilitados de obter a orientação e o apoio necessários. Muitos foram expulsos ilegalmente antes que seus pedidos pudessem ser considerados; outros foram enviados para países em que corriam risco de ter seus direitos humanos violados. Em alguns lugares, requerentes de asilo rejeitados foram forçados a viver em condições de miséria.

Novas leis adotadas na Bélgica, na França e na Suíça restringiram ainda mais os direitos de requerentes de asilo e de imigrantes.

■ **Em novembro, 10 policiais foram absolvidos da tortura de duas mulheres sob custódia policial, em Istambul, na Turquia, em 2002. As duas mulheres, "Y" e "C", teriam sofrido torturas que incluíam ser espancadas, ser deixadas nuas e atingidas por jatos de água fria com uma mangueira de alta pressão, e tentativa de estupro. Os veredictos foram dados após um novo laudo médico requisitado pela defesa ter afirmado não haver "provas definitivas de que o crime de tortura tenha sido cometido".**

Racismo e discriminação

Por toda a região, a discriminação com base na identidade continuou sendo amplamente praticada contra os ciganos, que permanecem, em grande medida, excluídos da vida pública e, assim, incapazes de usufruir de acesso pleno à moradia, a emprego e a serviços de saúde. Em alguns países, as autoridades não foram capazes de garantir que as crianças ciganas tivessem acesso à educação sem discriminação. Elas toleraram e muitas vezes promoveram a criação de classes ou escolas especiais, inclusive de algumas em que o currículo ensinado era reduzido. Assim como judeus e muçulmanos, os ciganos também foram vítimas de crimes de ódio. Na Rússia, ataques racistas ocorreram com uma regularidade alarmante.

Muitas pessoas sofreram discriminação por causa de sua condição legal, entre estas, as que foram deslocadas devido aos conflitos na ex-Iugoslávia e na União Soviética, cujo acesso a uma série de direitos – ligados a questões de registro e de residência – ou foi restringido ou foi simplesmente negado.

Na Lituânia, na Moldávia, na Polônia e na Rússia, as autoridades seguiram fomentando um clima de intolerância contra as comunidades GLBT. Alguns políticos em posição de destaque, por exemplo, utilizaram linguagem claramente homofóbica. Além disso, alguns eventos públicos tiveram sua realização impedida. Na Látvia, entretanto, ao contrário do que aconteceu nos dois anos anteriores, uma passeata GLBT foi permitida e também protegida de modo adequado pela polícia, contra manifestantes opostos à sua realização.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 55

Impunidade e responsabilização

Embora tenha havido alguns avanços no sentido de se enfrentar a impunidade por crimes cometidos no território da ex-Iugoslávia durante a década de 1990, muitos dos responsáveis por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade continuaram a evadir-se da Justiça. Isso se deveu ao fato de não haver cooperação com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, e também à falta de esforço por parte dos tribunais domésticos.

Tortura e outros maus-tratos continuaram sendo utilizados em toda a região, freqüentemente como um meio de extrair confissões e, geralmente, em situações envolvendo questões raciais. Entre os obstáculos que impedem o enfrentamento da impunidade para essas violações estão: o fato de a polícia burlar salvaguardas, a falta de acesso imediato a advogado, o medo da vítima de represálias, a ausência de um sistema independente e dotado de recursos suficientes para monitorar as denúncias, e a corrupção nos órgãos de aplicação da lei e no Judiciário. Em lugares como a Bósnia-Herzegóvina, a Moldávia, a Espanha, a Rússia, a Turquia, o Turcomenistão, a Ucrânia e o Uzbequistão, o fracasso na condução de investigações completas e imparciais perpetua uma cultura de impunidade.

Pena de morte

Em toda a região, houve progressos significativos em direção à abolição da pena de morte. Em maio, o Cazaquistão reduziu o número de crimes sujeitos à pena capital para um delito relacionado a terrorismo, tendo mantido sua moratória das execuções, assim como o Tadjiquistão. Em junho, o Quirguistão e o Uzbequistão promulgaram emendas que substituíram a pena de morte por penas de prisão prolongada ou perpétua. O Uzbequistão, porém, recusou-se a introduzir a moratória das execuções até que as mudanças entrassem em vigor, a partir do início de 2008.

Resistindo à tendência, a Belarus prosseguiu firme no seu papel de último executor real da Europa. Tanto em Belarus quanto nos outros países imperava o segredo em torno da questão. Os familiares não recebiam o corpo da pessoa executada e nem eram informados onde o corpo era enterrado; além disso, as estatísticas sobre a utilização da pena de morte não eram divulgadas.

Violência contra a mulher

A violência doméstica contra mulheres e meninas permaneceu disseminada por toda a região, entre todas as idades e grupos sociais. Sua manifestação se dava por meio de uma série de agressões verbais

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 56

e psicológicas, de violência sexual e de outros tipos, de controle econômico e de assassinatos. Geralmente, apenas uma pequena proporção das mulheres denunciava esses abusos. Elas eram impedidas de fazê-lo, entre outras razões, por medo de represálias dos parceiros abusivos; por medo de serem processadas por outros delitos; por culparem a si mesmas pelo que aconteceu; por medo de "envergonhar" sua família; por insegurança financeira; por estarem em uma situação instável de imigração; por falta de abrigos ou de outras medidas eficazes, como mandados liminares para garantir a proteção das mulheres e dos filhos. Acima de tudo, porém, o que as impedia de denunciar os abusos era a impunidade generalizada de que desfrutam os responsáveis.

Muitas vezes, as mulheres não tinham confiança de que as autoridades competentes considerariam o abuso como um crime – em vez de um assunto privado – e de que tratassem do problema como tal. A incapacidade de sanar essa falta de confiança nas denúncias não apenas impediu que se fizesse justiça em casos individuais, como também frustrou os esforços para se tratar desses abusos no seio da sociedade, ao ocultar a verdadeira extensão e a natureza do problema.

Embora tenha havido algumas ações positivas em termos de proteção legal nessa área, há lacunas fundamentais que ainda precisam ser enfrentadas. Em alguns países, ainda não havia leis que criminalizassem especificamente a violência doméstica; em outros, a inabilidade para coletar dados estatísticos abrangentes dificultou a disponibilização de serviços adequados para prevenção dos abusos – situações que deixaram as mulheres ainda mais vulneráveis. Desde que uma nova lei sobre violência doméstica foi adotada na Geórgia, em 2006, centenas de ordens de proteção e de restrição foram expedidas. No entanto, algumas disposições essenciais da lei não foram implementadas de maneira célere ou plena, e o número de abrigos para vítimas de violência doméstica permaneceu insuficiente. Na Espanha, foram introduzidas medidas positivas que incluíam um protocolo para trabalhadores da saúde que lidam com vítimas de violência doméstica. Porém, as mulheres imigrantes continuaram sendo especialmente vulneráveis à violência, pois ainda eram discriminadas na lei e na prática quando tentavam ter acesso à Justiça ou a recursos essenciais, tais como assistência financeira, tratamento psicológico e acesso a abrigos.

■ **Em janeiro, o Tribunal para Crimes Graves da Albânia sentenciou Fatos Kapllani e Arben Osmani a 16 e 15 anos de prisão, respectivamente, por eles traficarem crianças para a Grécia e forçá-las a trabalhar como prostitutas ou mendigas. A proteção de testemunhas continuou sendo problemática na Albânia. Funcionários do Departamento de Proteção à Testemunha do Ministério do Interior receberam treinamento sobre como proteger as testemunhas e, em abril, o governo aprovou um conjunto de normas para o tratamento das vítimas. Entretanto, em novembro, segundo informações, a polícia abriu um processo contra uma garota de 17 anos por ela ter "deixado de comunicar um crime" quando se recusou a identificar as pessoas que a haviam traficado para a Itália quando ela tinha 14 anos, a fim de que trabalhasse como prostituta.**

Tráfico

No interior da Europa e através de seu território, mulheres, homens e crianças continuaram a ser traficados para serem explorados em setores informais, como os trabalhos domésticos, trabalhos de

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 57

agricultura, de construção civil, de hotelaria e de exploração sexual forçada. Esse tipo de tráfico ocorreu de forma extensa, proliferando com maior intensidade nas situações de pobreza, de corrupção, de falta de educação e de desintegração social.

Ao invés de serem tratadas como vítimas de crimes abomináveis, como seria seu direito, as pessoas traficadas, quando se defrontam com as autoridades, costumam ser tratadas como criminosos, como estrangeiros ilegais ou, simplesmente, como uma ferramenta útil ao sistema de justiça criminal. Quando algum tipo de assistência era oferecido às pessoas traficadas, para que se recuperassem de seu infortúnio, esse auxílio geralmente era condicionado a concordarem em cooperar com o processo contra seus traficantes. Essa cooperação, freqüentemente, colocava as pessoas traficadas e seus familiares em situação de perigo.

O acesso à Justiça – que envolve reparação, compensação, restituição e reabilitação pelos abusos sofridos – raramente ocorria. Indivíduos sem permissão de residência e sem nacionalidade do país em que se encontravam geralmente eram deportados sem que se levasse em conta os riscos que poderiam correr ao serem devolvidos a seu país de origem, seja o risco de serem novamente vitimados pelo tráfico, seja o de sofrerem retaliação ou, ainda, outros tipos de violência.

Muitos países não fizeram com que o foco de suas ações nessa área se concentrasse sobre o respeito e a proteção aos direitos das pessoas traficadas. Na Grécia, a grande maioria das mulheres traficadas permaneceu não sendo reconhecida como tal pelas autoridades e, portanto, sem poder exercer seu direito à proteção e à assistência. Na Suíça, sobreviventes de tráfico humano podiam receber uma permissão de residência temporária enquanto durassem os processos criminais nos quais testemunhavam. Porém, perdiam o direito de permanecer no país assim que os procedimentos terminavam.

Entretanto, um acontecimento positivo, em 2007, foi o número de países que ratificaram a Convenção Européia relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. Esse número chegou a 10, o que significa que, para esses países, o tratado estará em vigor a partir de fevereiro de 2008. Em Portugal, sobreviventes de tráfico deixaram de ser classificados como imigrantes irregulares.

Repressão das diferenças de opinião

Em muitas partes da região, o espaço para as vozes independentes e para a sociedade civil diminuiu, pois a liberdade de expressão e de associação permaneceu sob ataque. Na Turquia, leis que amordaçam

O número de países que ratificaram a Convenção Européia relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos chegou a 10, o que significa que, para esses países, o tratado estará em vigor

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 58

a possibilidade de manifestação pacífica de opiniões divergentes permaneceram em vigor, fazendo com que advogados, jornalistas e defensores de direitos humanos se tornassem vítimas de hostilidades, de ameaças, de processos injustos e de ataques violentos. Depois do assassinato do jornalista turco-armênio Hrant Dink, em janeiro, um clima de intolerância passou a imperar.

No Uzbequistão, a liberdade de expressão e de associação continuou a deteriorar, enquanto que a pressão sobre defensores de direitos humanos, ativistas e jornalistas independentes não dava qualquer sinal de abrandamento. A repressão à sociedade civil prosseguiu em Belarus, onde qualquer tipo de atividade não autorizada pelo Estado, inclusive práticas religiosas, estavam sujeitas a procedimentos judiciais com desconsideração ao direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião. Embora o novo presidente do Turcomenistão tenha retrocedido com relação a algumas das políticas de seu antecessor, não houve melhoras significativas na realização dos direitos humanos. Dissidentes, jornalistas independentes, ativistas da sociedade civil e membros de minorias religiosas, segundo informações, estavam entre os que foram hostilizados, detidos ou aprisionados. No Azerbaijão, jornalistas independentes e de oposição foram presos acusados de difamação, foram hostilizados por agentes da lei e, em alguns casos, foram agredidos fisicamente por desconhecidos. Dois jornais oposicionistas de grande circulação foram fechados, e as edições de jornais de oposição que publicavam reportagens sobre temas politicamente sensíveis eram confiscadas ou tinham sua venda proibida por órgãos do governo local.

■ **Sumaia Abzueva, de 76 anos, segundo relatos, teria sido espancada por um grupo de jovens, no dia 9 de janeiro, quando estava a caminho do mercado, em Argun, na Chechênia. Ela estava tentando conseguir que a morte de seu filho, em 2005, fosse investigada. Sumaia contou que já havia sido ameaçada mais de uma vez pelos homens que prenderam e levaram seu filho de casa, os quais se suspeitava serem integrantes das forças de segurança chechenas.**

As autoridades russas tornaram-se cada vez mais intolerantes com as diferenças de opinião ou com as críticas, qualificando-as como antipatrióticas. A restrição governamental aos direitos civis e políticos foi marcante durante todo o ano, sendo mais acentuada no período que antecedeu as eleições parlamentares de dezembro. As ONGs continuaram a ser sobrecarregadas com regulamentações opressivas referentes ao fornecimento obrigatório de dados às autoridades, impostas por meio de mudanças na legislação. Na Chechênia e na região norte do Cáucaso, pessoas que buscavam justiça enfrentaram intimidações e represálias.

No entanto, apesar das ameaças, das hostilidades e das prisões, por toda a região os defensores de direitos humanos conservaram os ideais de 1948. Com perseverança em seu trabalho, serviram de inspiração para que outros se juntassem a eles em busca de mudanças duradouras e de respeito pelos direitos humanos de todos.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 59

ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Sessenta anos atrás, representantes de diversos governos do Oriente Médio participaram das negociações para a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Egito, Irã, Iraque, Líbano e Síria estavam entre os 48 Estados que pretendiam adotar a Declaração. A Arábia Saudita junto à União Soviética e ao governo de *apartheid* da África do Sul estavam entre os oito que se abstiveram.

Seis décadas mais tarde, seria de se esperar que, com tamanho apoio inicial, a Declaração Universal tivesse causado maior impacto na vida das pessoas que vivem na região do Oriente Médio e Norte da África. No entanto, a região está muito atrás da África, das Américas e da Europa no desenvolvimento de estruturas legais e de sistemas de aplicação que visem à promoção e à proteção dos direitos humanos. De fato, certos países, como a Arábia Saudita e alguns dos pequenos países do Golfo, ainda não se tornaram parte dos dois principais instrumentos internacionais que resultaram diretamente da DUDH: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – ambos já ratificados, há muitos anos, pela maioria dos outros Estados. De modo semelhante, o Irã é um dos poucos países que, até hoje, não se tornaram parte da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Seria de se esperar que, com tamanho apoio inicial, a Declaração Universal tivesse causado maior impacto na vida das pessoas que vivem na região

E é somente agora, no ano do 60º aniversário da Declaração Universal, que uma Carta Africana sobre Direitos Humanos está prestes a entrar em vigor. Essa Carta tem atributos positivos que expandem os direitos consagrados em tratados internacionais de direitos humanos. No entanto, tem também diversos aspectos negativos – como não declarar ilegal a execução de crianças – que os Estados podem utilizar para minar suas obrigações frente a normas globais de caráter vinculativo.

O sistema internacional de direitos humanos vem tendo um desenvolvimento lento na região do Oriente Médio e do Norte da África

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 60

por razões diversas e complexas. De certo modo, a Declaração Universal foi retratada por muitos líderes como sendo uma tentativa de imposição de valores "ocidentais" após a II Guerra Mundial. As referências da DUDH à não-discriminação, por exemplo, conflitavam com os sistemas legais e costumários dos países muçulmanos, bem como com as visões sobre liberdade de religião e sobre os diferentes papéis e posições de mulheres e de homens nesses países.

Tais preocupações, porém, poderiam ter sido superadas não fosse por outros acontecimentos decisivos no ano de 1948, a saber, a criação do Estado de Israel e a conseqüente expropriação da população palestina. A construção de um Estado judaico no coração do mundo árabe muçulmano teve um efeito desastroso que desencadeou um estado de guerra constante entre Israel e seus vizinhos árabes. O desapossamento dos palestinos e a criação de uma população palestina refugiada no exílio ocasionaram uma situação complicada que permanece sem solução e que tem sido pontuada por eclosões de combates entre Israel e seus vizinhos – mais recentemente, a guerra de 34 dias entre Israel e o Hizbollah, em 2006.

Sentimentos populares são geralmente explorados por conveniências políticas. Sendo assim, é principalmente a "ameaça" representada por Israel que os governos sírio e, até certo ponto, o egípcio têm usado como justificativa para os seus estados de emergência que já duram décadas. Por outro lado, é a "ameaça" imposta a Israel por parte de seus vizinhos árabes que justifica as políticas militarísticas de Israel e o que lhe garante um contínuo apoio ocidental. O fracasso da comunidade internacional em acabar com a ocupação militar israelense dos territórios palestinos e de assegurar uma solução duradoura que reconheça e que garanta os direitos fundamentais de israelenses e de palestinos lança uma sombra sobre toda a região e preserva uma fonte potencial de confrontos regionais e globais.

Os governos da região continuam a dar primazia a "segurança do Estado" e a "segurança pública", em detrimento dos direitos humanos e da vida de seus cidadãos

Os governos da região continuam a dar primazia a "segurança do Estado" e a "segurança pública", em detrimento dos direitos humanos e da vida de seus cidadãos. Desde o início da "guerra ao terror", essa situação tem se exacerbado. Abusos cruéis dos direitos humanos continuam bastante difundidos e solidamente arraigados em muitos países do Oriente Médio e do Norte da África. Apesar de discursos sobre maior democracia, boa governança e prestação de contas, grande parte do poder continua firmemente concentrada nas mãos de reduzidas elites: da oligarquia clerical no Irã; de civis intimamente ligados aos militares na Argélia, no Egito e na Tunísia; de clãs religiosos minoritários nos Estados do Golfo; e dos baathistas seculares na Síria. Todos eles praticamente não prestam contas a quem governam.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 61

Em toda a região, o poder do Estado é mantido e o dissenso e o debate são reprimidos por forças de segurança e por serviços de inteligência todo-poderosos. Aqueles que ousam se manifestar arriscam ser presos e detidos sem julgamento, além de sofrerem tortura e maus-tratos nas mãos de serviços policiais cujos senhores políticos permitem que abusem dos direitos humanos com impunidade. Muito freqüentemente, essas vítimas não contam com remédios jurídicos, nem com reparações. Os tribunais não têm independência e são subservientes aos poderes executivos do Estado.

Os governos ocidentais costumavam, ao menos, se pronunciar sobre esses abusos e defender um processo de mudança, mesmo que não estivessem prontos para arriscar seus interesses econômicos, e que, na verdade, tivessem eles mesmos empreendido políticas brutalmente repressivas durante o período colonial. Desde 11 de setembro de 2001, porém, até mesmo essas críticas silenciaram. Para viabilizar sua "guerra ao terror", os Estados Unidos e outros países ocidentais se aliaram a serviços de segurança e de inteligência de alguns dos regimes mais repressores da região. Eles secretamente "entregaram" suspeitos a países como Egito, Jordânia e Síria, de modo que possam ser detidos, interrogados e torturados; eles também os tem deportado para a Argélia ou para a Tunísia, apesar do risco que esses países apresentam. Ao fazer isso, não apenas infringiram leis internacionais, como ajudaram a fortalecer os métodos abusivos empregados pelos aparatos de segurança da região.

Hoje, a esperança de reformas está principalmente nas mãos de uma nova geração de jovens que estão crescendo na região e que se perguntam, cada vez mais, por que não podem ter acesso e desfrutar de seus direitos humanos inalienáveis. O aumento do alcance das transmissões por satélite e a crescente utilização da Internet significam que o espaço para debates não pode mais tão facilmente ser suprimido.

As convicções das elites dominantes da região estão sendo questionadas. Há uma pressão para que se ajustem e para que se tornem mais transparentes frente às populações que representam. Lentamente, uma transformação está começando. Os sinais estão por toda parte: as campanhas "Um milhão de assinaturas" e "Vamos acabar com os apedrejamentos para sempre", que os ativistas de direitos humanos realizaram no Irã; os protestos de juízes que exigiam maior independência judicial no Egito; a emancipação das mulheres no Kuait; os esforços feitos no Marrocos para enfrentar os abusos do passado e para abolir a pena de morte; a determinação mostrada pelos prisioneiros signatários da Declaração de Damasco, na Síria; e as iniciativas para estabelecer laços comunitários feitas por organizações israelenses e palestinas que trabalham por direitos humanos.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

■ No Iraque, em agosto, Mostafa Ahmad, motorista de táxi e refugiado palestino, foi seqüestrado por homens armados aparentemente pertencentes ao exército Mahdi. Dois dias depois, os seqüestradores usaram seu telefone celular a fim de avisar sua família para buscar seu corpo no necrotério; ele havia sido torturado com uma furadeira, seus dentes haviam sido arrancados e ele havia levado seis tiros.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 62

Um retrospecto de 2007

Conflito

Quase cinco anos depois que a invasão comandada pelos EUA derrubou Saddam Hussein, o conflito no Iraque deu poucos sinais de ter diminuído em 2007. No começo do ano, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, enviou um contingente adicional de 26 mil soldados para realizar um "revigoramento" que pretendia aumentar a segurança; porém, os abusos de direitos humanos continuaram sendo amplamente disseminados e evolveram uma variedade de perpetradores: os grupos armados e milícias xiitas e sunitas, as forças governamentais iraquianas e a força multinacional comandada pelos EUA. A violência sectária provocou milhares de mortes, além de torturas e mutilações bárbaras. Muitos iraquianos foram obrigados a fugir de suas casas; há cerca de 2 milhões de refugiados, mais outros 2,2 milhões deslocados dentro do país. No final do ano, fontes governamentais dos EUA e do Iraque sugeriram que o "revigoramento" havia se mostrado eficaz, contribuindo para uma redução no número de homicídios de civis e para o retorno de alguns refugiados. Os ataques, porém, continuaram freqüentes e a situação para a maioria dos iraquianos era trágica. Mais de 60 mil pessoas estavam sendo detidas sem julgamento pela força multinacional comandada pelos EUA e pelas autoridades iraquianas; a tortura era corriqueira e foi usada com impunidade pelas forças de segurança do Iraque; indivíduos acusados por ataques e por homicídios eram levados a tribunais em que não tinham um julgamento justo para, contudo, cada vez mais, serem condenados à morte.

No fim de 2007, tropas turcas estavam se concentrando ao longo da fronteira com o Iraque para lançar ataques contra separatistas turco-curdos com bases naquela área. A guerra de palavras cada vez mais estridente entre os governos dos Estados Unidos e do Irã ameaçou toda a região do Golfo.

A situação não era muito melhor nos territórios palestinos ocupados por Israel. Grupos armados palestinos continuaram a disparar indiscriminadamente foguetes "qassam" de fabricação caseira contra o sul de Israel, causando a morte de civis, enquanto Israel usava seu poderio militar para revidar, matando e ferindo civis palestinos. Ao mesmo tempo, as autoridades israelenses continuaram a expandir os assentamentos ilegais na Cisjordânia ocupada, a manter um rígido controle sobre a circulação dos palestinos, e a construir um muro/cerca "protetor" para o qual desapropriavam uma quantidade cada vez maior de terras palestinas. Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, o impacto dessas medidas foi agravado pelo aprofundamento das divisões no interior da comunidade palestina. Os choques

■ **Em agosto, as forças israelenses destruíram várias casas e currais de animais em Humsa, um pequeno vilarejo da Cisjordânia situado na área do Vale do Jordão. As famílias de Abdallah Hsein Bisharat e de Ahmad Abdallah Bani Odeh, que totalizavam cerca de 40 pessoas, a maioria delas crianças, ficaram desabrigadas. O Exército também confiscou os tanques de água e o trator que pertenciam aos residentes do vilarejo. Os moradores já haviam sido forçados a se mudar do povoado vizinho de Hadidiya para Humsa, depois que o Exército israelense ameaçou destruir suas casas. O Exército considera que o local seja uma "área militar fechada" destinada ao uso das forças israelenses para a prática de tiros. Em outubro, as famílias foram novamente forçadas a se mudar de Humsa e voltar para Hadidiya**

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 63

ocorridos no primeiro semestre entre forças de segurança palestinas rivais e grupos armados leais ao Fatah e ao Hamas atingiram um ápice em junho, quando o Hamas tomou o controle da Faixa de Gaza, deixando para a Autoridade Palestina liderada pelo Fatah apenas a administração da Cisjordânia. Imediatamente, a comunidade internacional cortou o auxílio para Gaza e as autoridades israelenses montaram um bloqueio que impôs uma punição coletiva aos 1,5 milhão de habitantes da Faixa de Gaza. O impacto foi maior sobre os mais vulneráveis: as mulheres, os idosos e os enfermos. Pessoas que sofriam de doenças potencialmente fatais foram impedidas de deixar o território para receber tratamento médico.

"Guerra ao terror"

A "guerra ao terror" continuou a causar um profundo impacto em toda a região, sendo exacerbada por ataques como o efetuado por um grupo armado na Argélia, que tirou a vida de aproximadamente 130 pessoas, muitas das quais civis. Esses ataques deploráveis foram condenados em termos absolutos pela Anistia Internacional; porém, não servem de justificativa para as violações generalizadas de direitos humanos que seguem sendo cometidas em nome da "guerra ao terror" e que têm como alvo muitas pessoas que não estão envolvidas com o terrorismo, nem com outros tipos de violência.

No final de 2007, o maior grupo nacional de indivíduos detidos na prisão estadunidense da base de Guantánamo, em Cuba, era formado por cidadãos iemenitas. Alguns cidadãos de outros Estados, como Bahrein, Kuait, Líbia, Arábia Saudita e Tunísia foram repatriados para seus países. Geralmente detidos ao chegarem, vários deles eram soltos em seguida, enquanto outros eram julgados e sentenciados a penas de prisão. Na Arábia Saudita, os repatriados eram submetidos a programas de "correção", dos quais se tinha pouquíssima informação, inclusive sobre se eram voluntários ou forçados. Em alguns casos – como no de dois homens repatriados para a Líbia e, então, aparentemente, detidos sem julgamento – o paradeiro dessas pessoas ainda era incerto no final do ano.

Na Arábia Saudita, bem como em outros países, a "guerra ao terror" também foi usada pelas autoridades para justificar medidas repressoras que já existiam muito antes do surgimento da Al Qaeda. Poderes excessivos para efetuar prisões arbitrárias, detenções secretas e incomunicadas, revistas e confiscos foram empregados não apenas contra suspeitos de terrorismo, como também de maneira mais ampla para sufocar as diferenças de opinião. No Egito, expoentes da Irmandade Muçulmana foram acusados e, apesar de serem civis, foram levados a um tribunal militar, por ordem presidencial, depois de

■ **Um vídeo divulgado em abril mostrava imagens de prisioneiros sendo torturados na prisão de al-Hair, em Riad. O governo declarou que investigaria o incidente e as autoridades prisionais mais tarde disseram que um soldado havia sido disciplinado por uso de tortura, sendo suspenso por um mês, e que outro havia sido suspenso por 20 dias por não intervir e nem impedir as agressões aos prisioneiros. Não se sabia se alguma investigação independente sobre o caso havia sido feita ou se os perpetradores haviam sido levados à Justiça.**

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 64

um tribunal civil recusar todas as acusações contra alguns deles. No Marrocos, mais de 100 pessoas foram detidas por suspeita de serem militantes islâmicos.

Detenções sem julgamento, torturas e outros maus-tratos

Por toda a região, milhares de pessoas foram detidas sem julgamento por razões políticas. Embora o Ministério do Interior do Egito tenha alegado que o número de detidos não passasse de 1.500, há informações de que as autoridades egípcias mantinham mais de 18 mil pessoas sob detenção administrativa, inclusive algumas que haviam sido presas anos antes. O governo saudita revelou que nove mil pessoas haviam sido detidas desde 2003. Dessas, mais de três mil permaneciam encarceradas em julho de 2007. O governo israelense mantinha mais de 800 palestinos sob detenção administrativa. Esses, bem como os mais de oito mil outros palestinos, inclusive crianças, que as autoridades israelenses mantinham sob detenção provisória ou cumprindo pena, estavam detidos sobretudo em Israel, o que viola o direito internacional e impede, efetivamente, as visitas familiares.

Os detentos – tanto prisioneiros políticos quanto suspeitos criminais – eram normalmente submetidos a tortura e a outros maus-tratos pela polícia de segurança, cujo *modus operandi* consistia em extrair confissões dos suspeitos "por espancamento", com impunidade. Nos casos políticos, a polícia contava com a ajuda de tribunais de vários países, cujos juízes continuamente ignoravam torturas cometidas antes dos julgamentos, negando os pedidos de advogados de defesa para que os réus passassem por exame médico e emitindo veredictos condenatórios baseados somente em "provas" obtidas mediante tortura. O Supremo Tribunal de Segurança do Estado da Síria é apenas um desses exemplos. As autoridades líbias, de modo sombrio, criaram um Tribunal de Segurança do Estado, revivendo as memórias do injusto e desacreditado Tribunal do Povo, que haviam abandonado ainda em 2005.

Punições cruéis e desumanas, como açoitamentos e amputações, foram utilizadas em diversos países, entre os quais o Qatar, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

O representante da Argélia votou a favor de uma moratória mundial das execuções acordada na Assembléia Geral da ONU

Restrições à liberdade de expressão e às diferenças de opinião

A maioria dos governos manteve um rígido controle sobre a liberdade de expressão, visando jornalistas e outros indivíduos, cujos escritos, declarações ou blogs eram considerados críticos demais ou subversivos. Autoridades do Estado moveram ações criminais difamatórias contra jornalistas e internautas que mantinham blogs na Internet, em países como Argélia, Egito, Marrocos, Tunísia,

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 65

Emirados Árabes Unidos e Iêmen. No Irã, jornalistas foram presos por expressar suas opiniões; no Iraque, foram assassinados por grupos armados obscuros. Em muitos países, pessoas que expressavam diferenças de opinião, ativistas de direitos humanos e políticos enfrentaram prisões, encarceramentos, hostilidades e intimidação nas mãos de autoridades públicas.

Contrariamente, e apesar dos bloqueios feitos pelo governo, o uso crescente da Internet e de telefones celulares possibilitou que a população tivesse maior acesso à informação e, por vezes, propiciou a emergência de novas formas de mobilização e de pressão sobre as autoridades. No Egito, as breves imagens gravadas por policiais em um telefone celular, depois divulgadas propositalmente no bairro em que a vítima morava, serviram para causar indignação e chamaram atenção para o problema endêmico da tortura policial, revelando o quanto os policiais se sentem invulneráveis. As inúmeras palavras que, durante anos, foram escritas sobre essa questão não tiveram tanto impacto quanto estas imagens. Isso colocou as autoridades na defensiva, forçando-as a processar os policiais responsáveis.

Pena de morte

A pena de morte continuou a ser usada extensivamente no Irã, na Arábia Saudita e no Iêmen, países cujos governos permanecem entre os maiores executores do mundo. As autoridades iraquianas afirmaram que estão respondendo a uma situação de segurança desesperadora e que prefeririam não recorrer a tais extremos. As autoridades dos países da região do Magreb, em contraste, apesar de civis estarem sendo mortos em atentados terroristas, mantiveram sua prolongada moratória das execuções.

As autoridades iranianas usaram as execuções para intimidar oponentes, realizando enforcamentos públicos. O governo da Arábia Saudita, embora tenha falado sobre reforma legal, presidiu um aumento acelerado no número de execuções realizadas após julgamentos injustos. A maioria dos réus era estrangeira, tipicamente trabalhadores imigrantes pobres da África ou da Ásia, condenados em julgamentos conduzidos em uma língua que não entendiam. Alguns souberam que seriam executados pouco antes de morrer. Tanto o Irã quanto a Arábia Saudita executaram menores infratores, uma grave violação do direito internacional. No Irã, entre os executados estavam pessoas condenadas por crimes morais; pelo menos uma pessoa foi lapidada. O Iêmen e a Síria também realizaram execuções, geralmente após julgamentos injustos. No Iêmen, um menor infrator condenado, Hafez Ibrahim, foi salvo apenas horas antes de ser executado por fuzilamento – graças a um telefonema urgente que alguém fez à

■ **Em junho, um tribunal criminal da Jordânia sentenciou um homem a uma pena reduzida de seis meses de prisão pelo assassinato de sua irmã solteira, pois o tribunal aceitou que ele a tivesse matado "num acesso de fúria" quando ela contou que estava grávida**

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 66

Anistia Internacional, e graças à intervenção do presidente Ali Abdullah Saleh, após apelos internacionais.

Em dezembro, o representante da Argélia votou a favor de uma moratória mundial das execuções acordada na Assembléia Geral da ONU. Os representantes do Marrocos e do Líbano se abstiveram e o representante da Tunísia não votou. Temia-se que os países árabes pudessem votar em bloco contra a moratória; porém, sua recusa em fazê-lo foi animadora.

Violência contra a mulher

Em países como Argélia, Iraque, Israel, Kuait, Tunísia e Iêmen, as mulheres assumiram cargos ministeriais nos governos ou cadeiras nos parlamentos nacionais ou, ainda, ocuparam posições de liderança em uma ampla variedade de profissões.

Contudo, elas continuaram em uma condição de subordinação frente aos homens, segundo as leis de família e outras legislações, na maior parte da região. A violência contra a mulher continuou disseminada e firmemente instituída, geralmente um produto das normas sociais e culturais predominantes, facilitada e agravada pelo fracasso das autoridades públicas em tratar dos abusos. No Egito, segundo informações, quase 250 mulheres foram mortas, no primeiro semestre de 2007, por maridos violentos ou por outros parentes; em média duas mulheres eram estupradas por hora e a mutilação genital de meninas foi amplamente praticada, apesar de, atualmente, ter-se tornado totalmente ilegal. Assassinatos "em nome da honra" continuaram a ser cometidos na Jordânia, na Síria e em outros lugares. No sul do Iraque, mulheres foram assassinadas por militantes xiitas, por infringirem os rígidos códigos de moral e de vestuário.

Por toda a região, os defensores de direitos humanos mantiveram acesa a chama que ilumina a todos que se identificam com os preceitos estabelecidos 60 anos atrás com tanta convicção

O caso mais emblemático talvez tenha sido um ocorrido na Arábia Saudita, em que um tribunal comandado por homens condenou uma jovem a prisão e açoitamentos apesar de ter admitido que ela fora vítima de um estupro grupal. Seu crime foi estar na companhia de um amigo quando os dois foram atacados pelos estupradores. Depois de receber extensa publicidade, o caso contra ela foi encerrado quando, em dezembro, o Rei concedeu-lhe perdão.

Também com relação a essas questões, contudo, houve desenvolvimentos animadores. Em particular, dois proeminentes clérigos muçulmanos, o grão mufti da Síria, Ahmed Badreddin Hassoun, e o clérigo xiita mais eminente do Líbano, o aiatolá Mohammed Hussein Fadlallah, ambos se pronunciaram com firmeza contra os assassinatos "em nome da honra" e contra outras violências cometidas contra as mulheres, denunciando esses abusos como anti-islâmicos.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 67

Refugiados e imigrantes

O conflito contínuo e os abusos de direitos humanos levaram milhares de iraquianos a fugir de suas casas. Mais de dois milhões estavam deslocados dentro do país; outros dois milhões estavam refugiados. Dentro do Iraque, segundo informações, algumas províncias fecharam suas fronteiras aos deslocados, ao passo que a Síria e a Jordânia, em particular, sentiram o peso da crise dos refugiados. A resposta internacional ao apelo do ACNUR por assistência humanitária foi inadequada, embora alguns Estados tenham criado esquemas de reassentamento para receber os que estavam em situação de maior vulnerabilidade.

Centenas de milhares de refugiados palestinos continuaram abandonados em campos desolados e miseráveis no Líbano, para onde suas famílias fugiram quando Israel foi criado em 1948. Apesar de muitos deles terem vivido quase toda sua vida no Líbano, continuavam sendo discriminados e tendo seu acesso negado à saúde, à educação e a oportunidades de trabalho. Em maio, a situação penosa em que se encontravam veio à tona quando ocorreu um conflito em Nahr al-Bared, um dos maiores campos de refugiados, próximo a Trípoli, entre o Exército libanês e membros de um grupo armado islâmico que havia assumido posições no local. Cerca de 30 mil residentes palestinos foram forçados a fugir do campo.

Imigrantes, refugiados e requerentes de asilo de países africanos subsaarianos também enfrentaram sérias dificuldades no Marrocos, na Argélia e na Líbia, especialmente ao tentarem atravessar esses países para alcançar o sul da Europa. No Marrocos, refugiados com sua condição reconhecida estavam entre os que foram detidos arbitrariamente e largados, sem água nem alimentação suficiente, na inóspita divisa com a Argélia. Em meio a denúncias de tortura e de outros maus-tratos, as autoridades líbias efetuaram prisões e deportações em massa, sem levar em consideração se os indivíduos eram refugiados genuínos escapando de perseguição e necessitando de proteção, ou se eram imigrantes econômicos, cujos direitos humanos as autoridades também tinham a obrigação de respeitar. No Egito, as forças de segurança mataram pelo menos seis refugiados ou imigrantes que tentavam cruzar a fronteira para Israel.

Nos países do Golfo, trabalhadores que realizavam serviços essenciais, porém mal pagos, no setor de construção ou no de prestação de serviços, especialmente as mulheres empregadas em trabalhos domésticos, foram submetidos a abusos por parte de seus empregadores e de outros indivíduos. Esses abusos incluíam estupros e outras formas de violência sexual. Foi-lhes negada proteção adequada perante a lei, e as autoridades governamentais mostraram pouca disposição em acatar seus direitos humanos.

03716 - Continentes parte 1:reg02 1col 21/5/2008 20:36 Página 68

Defensores de direitos humanos

Defensores dos direitos humanos – que formam a vanguarda da luta por direitos humanos – enfrentaram muitos desafios e perigos por toda a região. Freqüentemente, foram alvo de repressão. Em países como a Líbia e a Arábia Saudita, devido à ameaça do Estado, eles mal podiam ser reconhecidos como tal. Em outros países, como a Tunísia e o Egito, eles eram cercados por exigências oficiais de que registrassem suas ONGs para poderem funcionar legalmente; porém, não tinham a que recorrer quando as autoridades impediam o registro. Na Síria, influentes propositores de reformas que ousaram pôr seus nomes na Declaração de Damasco foram encarcerados, condenados a penas de prisão após julgamentos flagrantemente injustos e submetidos a tratamento brutal na prisão. No entanto, em meio a todas essas contingências, por toda a região, os defensores de direitos humanos mantiveram acesa a chama que ilumina a todos que se identificam com os preceitos estabelecidos 60 anos atrás, com tanta convicção.

abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 41

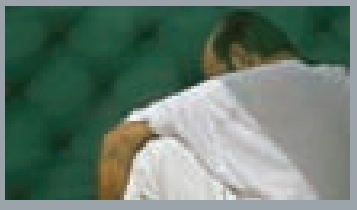
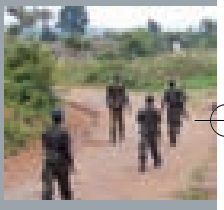


Integrante da Campanha por Igualdade faz um protesto, no dia 13 de dezembro de 2007, contra a detenção continuada das ativistas de direitos humanos Maryam Hosseinkah e Jelveh Javaheri. Em janeiro de 2008, as duas foram finalmente libertadas mediante o pagamento de fiança.

© Arash Ashoorinia / www.koosof.com

abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 42



abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 43



INFORME 2008 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE TRÊS: PAÍSES

08

abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 44



© Khalid Mohammed/AP/PA Photos

Abu Abdullah, a direita, em meio aos escombros de sua loja no mercado público de Sadriyah, em Bagdá. Em fevereiro de 2007, dois de seus filhos foram mortos em um atentado suicida que matou outras 130 pessoas.

abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 41



Integrante da Campanha por Igualdade faz um protesto, no dia 13 de dezembro de 2007, contra a detenção continuada das ativistas de direitos humanos Maryam Hosseinkah e Jelveh Javaheri. Em janeiro de 2008, as duas foram finalmente libertadas mediante o pagamento de fiança.

© Arash Ashoorinia / www.koosof.com

abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 42






abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 43



INFORME 2008 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE TRÊS: PAÍSES

08

abertura parte 2:reg02 1col 21/5/2008 20:38 Página 44



© Khalid Mohammed/AP/PA Photos

Abu Abdullah, a direita, em meio aos escombros de sua loja no mercado público de Sadriyah, em Bagdá. Em fevereiro de 2007, dois de seus filhos foram mortos em um atentado suicida que matou outras 130 pessoas.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 73

AFEGANISTÃO

AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de governo:	**Hamid Karzai**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**25,1 milhões**
Expectativa de vida:	**42,9 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**240/234 por mil**
Taxa de alfabetização:	**28 por cento**

O aumento dos conflitos e da insegurança, agravado por secas e por inundações, afetou grande parte do Afeganistão e resultou em deslocamentos em massa de pessoas durante o ano. Estima-se que pelo menos 6.500 pessoas foram mortas no contexto do conflito. Violações do direito internacional humanitário e do direito internacional dos direitos humanos foram cometidas com impunidade por todas as partes, inclusive pelas forças de segurança internacionais, afegãs e por grupos insurgentes. Todos os lados realizaram ataques indiscriminados, com bombardeios aéreos da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF) e das forças da Operação Liberdade Duradoura, comandada pelos EUA, bem como com ataques suicidas de grupos armados. De acordo com a ONG afegã Security Office, cerca de dois mil civis não-combatentes morreram, sendo um quarto dessas mortes causadas pelas forças de segurança e quase a metade delas causadas por grupos insurgentes. Direitos associados à educação, à saúde e à liberdade de expressão foram violados, especialmente os das mulheres. Defensores dos direitos humanos e jornalistas, muitos dos quais mulheres, foram ameaçados, intimidados fisicamente, detidos ou mortos. Houve limitado progresso na reforma de instituições governamentais fundamentais, como a polícia e o serviço de inteligência. Autoridades do governo e detentores de poder locais não prestaram contas por denúncias de abusos. Além disso, o acesso à Justiça, em muitas áreas, foi pouco ou inexistente

Informações gerais

O governo afegão deu continuidade à implementação do Plano Compacto para o Afeganistão. Esse plano foi acordado em 2006 entre o Afeganistão e seus parceiros internacionais e estava relacionado com o desenvolvimento, a segurança e a governança do Afeganistão. O número de efetivos das forças militares internacionais, incluindo as tropas da ISAF e da Operação Liberdade Duradoura, subiu para quase 49 mil.

O nível de insurgência se intensificou com o Talibã e com outros grupos armados garantindo o controle temporário de vários distritos, principalmente no sul, e confrontando-se, repetidamente, com forças militares afegãs e internacionais.

A exigência de retirada das forças internacionais feita pelo Talibã foi rejeitada pelo governo Afegão. Houve tentativas crescentes de promover o diálogo entre as partes envolvidas no conflito. Somando-se a isso, os esforços para incentivar uma solução regional para a situação levaram à realização de uma jirga (conselho tribal informal) de paz, em agosto de 2007, com participantes do Afeganistão e do Paquistão.

Abusos cometidos pelo governo afegão

Sistema de justiça

Em junho, uma conferência internacional chamou atenção sobre as falhas graves e sistemáticas existentes na administração da Justiça no Afeganistão – inclusive no Ministério da Justiça, nos tribunais, nas prisões, na polícia, no Exército e no serviço de inteligência afegão, o Diretório Nacional de Segurança (DNS) – apesar de anos de apoio internacional à reforma dessas instituições.

O mandato do DNS continuou obscuro, pois o decreto presidencial que define seus poderes permaneceu confidencial. Na prática, o Diretório pareceu continuar exercendo amplos poderes, inclusive detendo, interrogando, investigando, processando e sentenciando pessoas que, supostamente, teriam cometido crimes contra a segurança nacional. A falta de separação entre essas funções violou o direito dos suspeitos a um julgamento justo, contribuiu para a impunidade dos perpetradores de violações de direitos humanos e comprometeu o Estado de direito. Houve relatos consistentes de tortura e de outros maus-tratos de detentos mantidos pelo DNS.

Entre as sérias falhas que continuaram a dificultar a administração efetiva da Justiça incluíam-se: um Judiciário prejudicado por uma quantidade de servidores não-qualificados; uma força policial mal treinada e mal paga; a independência do Judiciário ameaçada por pressões dos grupos armados; e procedimentos injustos de julgamento, que incluíam violações ao direito de arrolar e interrogar testemunhas,

e negação do direito dos detentos à defesa legal e ao acesso à informação. A falta de confiança ou de acesso ao sistema de justiça formal resultou na dependência de sistemas de justiça informais, sobretudo nas áreas rurais, onde consta que mais de 80 por cento dos casos foram resolvidos através de mecanismos informais de justiça.

Impunidade

Persistiu a cultura de impunidade. Essa cultura foi incentivada, em fevereiro, pela introdução de um projeto de Lei de Anistia que absolve o governo da responsabilidade de levar à Justiça os suspeitos de terem cometido, no passado, violações de direitos humanos e crimes sob o direito internacional, inclusive crimes de guerra e crimes contra a humanidade.
Em dezembro, o Presidente Karzai declarou que seu governo ainda não teve condições de prender nem de processar muitos dos responsáveis por abusos de direitos humanos passados e atuais. Os acusados por tais abusos incluíam membros do Parlamento, assim como autoridades dos governos provinciais.
Não houve progresso na implementação do Plano de Ação para a Paz, a Justiça e a Reconciliação no Afeganistão, lançado em fevereiro de 2006.

Pena de morte

Quinze pessoas foram executadas em outubro – sendo essas as primeiras execuções em três anos –, e um indivíduo condenado à morte supostamente conseguiu se livrar da execução através de suborno. As 15 pessoas foram mortas a tiros quando tentaram fugir da execução. Imediatamente após as execuções, uma greve de fome de 10 dias foi iniciada por alguns prisioneiros do presídio de Pol-e-Charkhi.

Os prisioneiros disseram que as execuções não foram baseadas em julgamentos justos e transparentes e que algumas foram politicamente motivadas.
Acredita-se que entre 70 e 110 pessoas permaneciam no corredor da morte.

Abusos cometidos pelas forças internacionais

Matança de civis

As forças militares internacionais teriam causado a morte de várias centenas de civis. Alguns podem ter sido vítimas de ataques indiscriminados em bombardeios aéreos e em outras operações que, possivelmente, violaram o direito internacional humanitário. Depois de ocorrerem vários incidentes de maior repercussão, em meados de 2007, envolvendo a morte de civis pelas forças militares internacionais, a ISAF instituiu novas regras para os combates.

O impacto causado pela medida permaneceu incerto; porém, houve relatos regulares de ocorrência desproporcional de mortes de civis em conseqüência de operações militares internacionais.

■ No dia 4 de março, depois de um ataque suicida a um comboio dos EUA na principal rodovia de Jalalabad, na província de Nangarhar, as tropas estadunidenses abriram fogo indiscriminadamente por um percurso de 12 km da rodovia, matando pelo menos 12 civis e ferindo 35 pessoas. Investigações da Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão revelaram que as tropas dos EUA utilizaram a força de modo excessivo e indiscriminado. Os militares estadunidenses remeteram o caso para o Serviço de Investigação Criminal Naval, mencionando a necessidade de maiores investigações.

Tortura e outros maus-tratos

A ISAF continuou a transferir prisioneiros para o Diretório Nacional de Segurança apesar das denúncias de tortura e de outros maus-tratos praticados pelo órgão. As tentativas das forças internacionais de monitorar os detentos transferidos foram aplicadas de forma inconsistente.

Além disso, as forças envolvidas com a Operação Liberdade Duradoura, sob comando estadunidense, continuaram a transferir pessoas para o Diretório Nacional de Segurança e para instalações de detenção administradas pelos EUA, inclusive para a base aérea de Bagram, próxima a Cabul. As autoridades estadunidenses transferiram mais de 100 detentos de Bagram e de Guantánamo para o recém reformado Bloco D do presídio de segurança máxima de Pol-e-Charkhi, nos arredores de Cabul. Não estava claro quem era responsável pela supervisão do Bloco D.

Acredita-se que aproximadamente 600 detentos permaneciam em Bagram no fim do ano.

Abusos cometidos por grupos armados

Seqüestros e assassinatos

Grupos armados, incluindo o Talibã, o Hizb-e-Islami e a Al Qaeda, visaram deliberadamente civis como parte de sua luta atual contra o governo afegão e contra as forças militares internacionais. A estratégia incluía o assassinato de pessoas que pareciam estar

trabalhando ou cooperando com o governo afegão ou com as forças militares internacionais. Mulá Dadullah, um comandante do Talibã, declarou que o seqüestro era uma "boa tática" e encorajou os combatentes talibãs a utilizá-la com maior freqüência. Houve um aumento acentuado de seqüestros em todo o sul e sudeste do Afeganistão.

■ Quatro funcionários de tribunais provinciais afegãos foram seqüestrados pelo Talibã enquanto viajavam no distrito de Andar, em Ghazni, no dia 24 de julho. Seus corpos foram encontrados mais tarde pelas autoridades afegãs.

■ Forças talibãs seqüestraram 23 coreanos, no dia 19 de julho, enquanto eles viajavam através de Ghazni. Dois dos reféns foram mortos; os demais foram libertados após seis semanas de cativeiro.

■ Forças talibãs seqüestraram cinco afegãos e dois alemães, em 18 de julho, na província de Wardak. Um dos afegãos escapou e um dos alemães morreu em cativeiro. Os demais reféns foram libertados em outubro.

Ataques suicidas

Grupos armados realizaram cerca de 140 ataques suicidas contra alvos militares e civis, matando aproximadamente 300 civis.

■ Até 80 pessoas foram mortas durante um atentado suicida à bomba, ocorrido no dia 6 de novembro, em uma cerimônia na província de Baghlan. Inúmeras pessoas ficaram feridas. Algumas das mortes e dos ferimentos podem ter sido causados por seguranças dos membros do Parlamento presentes à cerimônia, os quais aparentemente abriram fogo após a primeira explosão.

■ Em 17 de julho, 24 pessoas foram mortas e 35 ficaram feridas quando um homem-bomba explodiu dentro de um ônibus que transportava recrutas da polícia afegã.

Assassinatos após processos quasi-judiciais

O Talibã e outros grupos mataram pessoas ilegalmente depois de processos quasi-judiciais.

■ No dia 30 de setembro, combatentes talibãs seqüestraram o jovem Zainullaah, um chaveiro de 15 anos, da loja onde ele trabalhava no distrito de Sangin, na província de Helman, no sul do Afeganistão. Eles o acusaram de ser espião, o enforcaram em um poste de luz e deixaram uma nota avisando que se outras pessoas fossem pegas espiando, teriam o mesmo destino.

Liberdade de expressão

Prosseguiram as severas restrições à liberdade de expressão. Vários jornalistas foram presos ou intimidados e mortos. Integrantes da Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão (AIHRC) e representantes de organizações nacionais de direitos humanos também sofreram ameaças.

A Associação de Jornalistas Independentes do Afeganistão registrou, em 2007, 53 casos de violência contra jornalistas, perpetrados pelo governo afegão e por insurgentes talibãs. Em seis dos casos, um jornalista foi morto.

■ Zakia Zaki, que dirigia a emissora privada Rádio da Paz, foi morto por um pistoleiro em sua casa, na província central de Parwan, no dia 5 de junho.

■ Kamran Mir Hazar, jornalista da Rádio Salaam Watandar e editor do portal de notícias na Internet Kabul Press, foi preso duas vezes, aparentemente por criticar o governo, e libertado em seguida sem acusações.

Violência contra mulheres e meninas

Nas mais diversas áreas, os direitos das mulheres continuaram a ser corroídos. Mulheres que trabalhavam para o governo sofreram ameaças, sendo que muitas sobreviveram a tentativas de assassinato.

■ Massoma Anwary, diretora do Departamento de Assuntos da Mulher da província de Ghor, sobreviveu a uma tentativa de assassinato em novembro.

Uma diminuição no número de ataques contra escolas permitiu que alguns estabelecimentos fossem reabertos em áreas perigosas e, de modo geral, houve aumento no número de crianças que freqüentavam a escola. No entanto, temores com a segurança fizeram com que muitas meninas não pudessem ir à escola.

De acordo com o segundo relatório da AIHRC sobre direitos econômicos e sociais, publicado em agosto, 36,1 por cento das meninas em idade escolar não freqüentavam a escola por questões de acessibilidade, incluindo segurança.

Relatórios da AI

- Afghanistan: Detainees transferred to torture – ISAF complicity? (ASA 11/011/2007)
- Amnesty International dismayed by execution of 15 in Afghanistan (ASA 11/014/2007)
- Afghanistan: Amnesty International condemns the unlawful killing of 15-year-old boy by Taleban (ASA 11/013/2007)
- Afghanistan: Amnesty International demands immediate release of all hostages (ASA 11/010/2007)
- Afghanistan: Justice and rule of law key to Afghanistan's future prosperity (ASA 11/007/2007

ÁFRICA DO SUL

ÁFRICA DO SUL

Chefe de Estado e de governo:	**Thabo Mbeki**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**47,7 milhões**
Expectativa de vida:	**50,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**77/70 por mil**
Taxa de alfabetização:	**82,4 por cento**

Em um contexto de pobreza generalizada e de desemprego, a polícia respondeu a uma série de protestos com força excessiva e com prisões arbitrárias. Tortura de suspeitos criminais em custódia policial e de condições precárias de prisão continuaram a ser relatadas. O fato de as autoridades não respeitarem o princípio de *non-refoulement* (não-devolução) foi criticado pela ONU. A violência contra a mulher - incluindo estupro - foi predominante e as barreiras de acesso à proteção e à Justiça persistiram. Um novo plano estratégico sobre HIV/Aids foi adotado, mas menos da metade dos que necessitam de tratamento anti-retroviral tiveram acesso a ele.

Informações gerais

As crescentes críticas dentro do partido do Congresso Nacional Africano (ANC) sobre as políticas econômicas do governo e sobre o estilo de liderança do Presidente Mbeki culminaram com a eleição, em dezembro, de Jacob Zuma como presidente do ANC. Seus apoiadores garantiram todas as posições de alto escalão do partido.
A tensão política aumentou quando, dias depois, Jacob Zuma foi indiciado pelo Tribunal Superior de Pietermaritzburg por 16 acusações de fraude e de outros crimes. O julgamento estava marcado para iniciar em 2008.

Em setembro, o Presidente Mbeki suspendeu o promotor chefe do Ministério Público (*National Director of Public Prosecutions - NDPP*), Vusi Pikoli, que estava investigando supostas atividades corruptas do Comissário Nacional dos Serviços de Polícia Sul-Africanos, Jack Selebi. A suspensão, feita logo depois de o NDPP ter obtido uma ordem judicial para a prisão de Jackie Selebi, foi amplamente criticada, inclusive pela Law Society, a associação dos advogados da África do Sul. O Comissário permanecia sob investigação no final do ano.

Mais de 43 por cento dos sul-africanos viviam abaixo da linha de pobreza de R 3.000 (USD 440) por ano; e a taxa de desemprego era de pelo menos 25 por cento. Mais de 11 milhões de pessoas estavam recebendo bolsas de assistência social do Estado. Enquanto o fornecimento de serviços essenciais às comunidades aumentou, o acesso à moradia adequada continuou sendo um grande desafio e uma causa de conflitos sociais, assim como de processos judiciais de direitos humanos nos tribunais.

Os altos níveis de crimes violentos continuaram a causar preocupação pública generalizada, com o aumento da pressão sobre o governo e sobre a polícia por uma resposta eficaz. Órgãos do governo e a sociedade civil fizeram progressos no desenvolvimento de um plano de auxílio para vítimas de crimes.

Em julho, um comitê parlamentar recomendou o estabelecimento de um órgão geral de direitos humanos que incorporasse a Comissão Sul-africana de Direitos Humanos (SAHRC) e outros órgãos, incluindo a Comissão de Igualdade de Gênero, a fim de melhorar sua efetividade, reduzir custos e promover a indivisibilidade dos direitos humanos.

Refugiados, requerentes de asilo e imigrantes

Os direitos de estrangeiros mantidos sob detenção da polícia e da imigração continuaram a ser violados e os requerentes de asilo enfrentaram barreiras no acesso aos procedimentos para determinação de asilo.

O relator especial da ONU sobre os direitos humanos e a luta contra o terrorismo manifestou preocupação com a detenção administrativa de imigrantes, por 30 ou mais dias, sem a revisão judicial obrigatória, e com o fato de as autoridades não respeitarem o princípio de não-devolução (*non-refoulement*).
Em fevereiro, o Tribunal Superior de Pretória rejeitou uma petição para declarar ilegal a entrega do paquistanês Khalid Mehmood Rashid ao Paquistão, em 2005, sem as salvaguardas apropriadas. O tribunal também se recusou a ordenar ao governo que investigasse seu posterior desapareci mento por 18 meses. Em outubro de 2007, o tribunal recusou um segundo requerimento para permitir que houvesse um recurso contra sua decisão de fevereiro. Outra solicitação para permitir a apelação foi

apresentada ao Supremo Tribunal de Recursos.

Em um caso envolvendo um requerente de asilo libanês, o Tribunal Superior de Pretória declarou ilegal, em setembro, a decisão dos órgãos encarregados da determinação de asilo de negar o status de refugiado a Ibrahim Ali Abubakar Tantoush. O Tribunal declarou que ele era um refugiado com direito a asilo.

Uso excessivo da força pela polícia

A polícia respondeu com força excessiva e prisões arbitrárias a várias manifestações públicas de descontentamento com a situação sócio-econômica.

■ Em setembro, manifestantes desarmados protestaram contra a falta de moradia adequada na área de Durban. Os organizadores do comício, a Associação dos Moradores de Favelas (Abahlali baseMjondolo), havia cumprido os requerimentos da Lei de Reuniões. Os participantes estavam aguardando pacificamente para entregar uma petição quando a polícia os dispersou sem aviso, usando canhões de água, granadas paralisantes, bastões de eletrochoque e balas de borracha. Eles perseguiram manifestantes que fugiam, espancando-os indiscriminadamente. Quatorze ativistas foram presos, incluindo um dos organizadores, Mnikelo Ndabankulu, que tinha ido à delegacia verificar a situação dos demais. Eles foram acusados de violência pública. Em novembro, os procedimentos judiciais foram adiados para 2008. Alguns dos detidos ficaram feridos com os espancamentos e com as balas de borracha, entre eles Mariet Nkikine, atingido cinco vezes nas costas à queima-roupa.

Na província de Limpopo, camponeses que estão perdendo o acesso a suas terras, sendo submetidos aos efeitos de explosões de minas e enfrentando maciças realocações protestaram contra a Anglo-Platinum e outras companhias mineradoras.

■ Em janeiro, 15 manifestantes, a maioria mulheres do povoado de Ga-Puka, que tentavam evitar que a empresa mineradora cercasse suas terras, foram golpeadas, empurradas e chutadas por policiais. Uma mulher portadora de deficiência física contou ter sido esmurrada pela polícia e que spray de pimenta foi lançado em seus olhos a curta distância, embora ela já estivesse sob custódia. Mais tarde, os manifestantes foram soltos sem acusações.

■ Em maio, a polícia prendeu 18 manifestantes em Maandagshoek, inclusive uma mulher grávida e uma mulher com um bebê em fase de amamentação, detendo-os ilegalmente por 12 dias. Eles foram libertados sob fiança depois de serem acusados de violência pública. Anteriormente, em março, um tribunal regional rejeitou acusações contra outros moradores de Maandagshoek que haviam sido dispersados pela polícia com uso de força excessiva durante protestos ocorridos em junho de 2006.

Tortura e outros maus-tratos

Continuaram os informes sobre o uso de tortura e de maus-tratos pela polícia como parte das investigações criminais. Casos corroborados incluíram o uso de cães policiais no ataque a suspeitos algemados, tortura por sufocação, coronhadas, chutes e agressões desferidos em todo o corpo dos suspeitos. As agressões ocorreram em vários locais, inclusive dentro ou próximo às casas dos suspeitos. Em alguns casos, negou-se aos detentos feridos o acesso urgente ao atendimento médico que necessitavam.

■ Em setembro, Z.S. foi atacado por cães policiais quando estava algemado e mantido pela polícia deitado de bruços no chão. Seus ferimentos infeccionaram antes que ele recebesse qualquer atendimento médico enquanto estava detido em uma delegacia de polícia na área de Durban.

O órgão de supervisão da polícia, a Diretoria de Queixas Independente, informou que recebeu, entre abril de 2006 e março de 2007, 23 queixas de tortura e 530 reclamações de agressões com intenção de causar lesões corporais graves. No mesmo período de 12 meses, recebeu 279 novos informes de mortes sob custódia e 419 de mortes resultantes de ação policial, incluindo 141 suspeitos mortos a tiros durante a prisão. Quase 50 por cento das 698 mortes ocorreu em duas províncias, Gauteng e Kwazulu Natal.

Condições prisionais

Em setembro, usando cães policiais, escudos e bastões de choque, carcereiros e guardas do presídio Medium B, de Durban, teriam agredido prisioneiros desarmados que se recusaram a deixar suas celas. Monitores de direitos humanos informaram que quatro semanas depois alguns detentos ainda possuíam ferimentos visíveis. O acesso de um médico independente aos prisioneiros foi negado.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 78

Na província de KwaZulu Natal, os procedimentos judiciais contra guardas penitenciários da prisão Ncome foram adiados para que se façam mais investigações sobre um ataque a aproximadamente 50 prisioneiros ocorrido em 2003. Em 2006, a Comissão de Inquérito Jali havia recomendado acusações criminais e criticado as autoridades prisionais por sua inércia.

Um órgão supervisor, a Inspetoria Judicial de Prisões, conduziu uma inspeção nacional em 235 penitenciárias e concluiu que a superlotação, a falta de programas de reabilitação e a carência de pessoal eram problemas "sistêmicos", e que a prestação serviços de saúde estava em "crise".

Impunidade

Em julho, parentes de vítimas de violações de direitos humanos da época do *apartheid*, o Grupo de Apoio Khulumani e duas outras ONGs iniciaram procedimentos junto ao Tribunal Superior de Pretória para declarar inválidas as emendas de 2005 à Política Nacional de Processos Judiciais. Essas emendas teriam o efeito de permitir a impunidade para perpetradores que não haviam cooperado com a Comissão de Verdade e Reconciliação ou cuja anistia fora recusada pela Comissão. Os procedimentos judiciais continuavam no final de 2007.

Em agosto, o Superior Tribunal de Pretória impôs sentenças com penas suspensas ao ex-ministro de Lei e Ordem da época do apartheid, Adriaan Vlok, e a quatro outros indivíduos após a aceitação de negociação de culpa. Eles expressaram "remorso" pela tentativa de assassinato de um líder anti-*apartheid*, Frank Chikane, em 1989, e aceitaram cooperar em outras investigações. Todos os cinco acusados se declararam culpados da acusação de tentativa de assassinato.

Em outubro, o ministro da Justiça e Desenvolvimento Constitucional emitiu uma declaração reiterando a oposição do governo a uma ação apresentada nos EUA por vítimas de violações de direitos humanos. O grupo está buscando indenizações de 50 corporações estadunidenses, européias e canadenses por suposta cumplicidade nos abusos da era do *apartheid*. A declaração foi emitida em resposta à decisão do Tribunal de Recursos do Circuito de Nova York de reverter a decisão de um tribunal inferior que havia rejeitado a ação. O ministro afirmou que a responsabilidade por restituição de direitos e reparações repousa no governo sul-africano, e não em tribunais estrangeiros.

Violência contra a mulher

Níveis elevados de violência sexual e outras formas de violência contra a mulher continuaram sendo registrados.

De acordo com as estatísticas da polícia, os incidentes de estupro notificados decresceram 4,2 por cento nos seis anos anteriores. No entanto, entre abril de 2006 e março de 2007, foram registrados 52.617 estupros. Também foram registrados 9.327 casos de "atentado ao pudor" – incluindo violação anal e outros tipos de ataque sexual que não se enquadravam na definição de estupro. Em dezembro, novas estatísticas criminais referentes ao período de abril a setembro de 2007 incluíam o registro de 22.887 estupros.

Autoridades policiais informaram ao Parlamento que, entre julho de 2006 e junho de 2007, a polícia registrou 88.784 incidentes de "violência doméstica" nos termos da Lei de Violência Doméstica de 1998. O Departamento de Justiça informou que mais de 63 mil ordens de proteção foram emitidas pelos tribunais entre abril de 2006 e março de 2007. No entanto, a Diretoria de Queixas Independente informou, em novembro, que das 245 delegacias auditadas em 2006, apenas 23 por cento cumpriam suas obrigações previstas na Lei de Violência Doméstica: nenhuma nas províncias de Mpumalanga e Limpopo; todas as auditadas na província do Cabo Ocidental.

Mulheres vítimas de violência e organizações que fornecem auxílio a essas mulheres relataram à Anistia Internacional que, enquanto alguns policiais facilitavam o acesso das mulheres às ordens de proteção, outros remetiam as vítimas de volta a suas famílias, ou não apreendiam armas perigosas, ou, então, se recusavam a tomar qualquer medida a menos que a reclamante apresentasse antes acusações criminais.

Um dos motivos apontados para a deterioração na eficácia da resposta policial nos casos de violência baseada em gênero teria sido a dissolvição das unidades especializadas em Violência Familiar, Proteção à Criança e Crimes Sexuais e a transferência dos funcionários para as delegacias de polícia locais. O Departamento de Justiça suspendeu a implantação

de tribunais especializados em crimes sexuais, apesar de seu alto índice de condenações em julgamentos por estupro.

Em dezembro, o Presidente Mbeki promulgou um ato de emenda à Lei Penal (de Crimes Sexuais e Questões Relacionadas), encerrando um processo de reforma legislativa de quase 10 anos. A lei define o estupro em termos de gênero neutro, aplicáveis a todas as formas de "penetração sexual" não consentida. Isso obriga as autoridades a desenvolverem um sistema de políticas e de instruções nacionais para garantir o treinamento e a coordenação relativos à implementação das disposições da Lei. No entanto, as medidas protetivas e os serviços destinados às vítimas e testemunhas previstos na lei são mais limitados do que as organizações de defesa pleiteavam originalmente. Disposições que permitem a testagem compulsória de HIV dos suspeitos detidos foram criticadas tanto no que se refere aos interesses da vítima quanto aos direitos do acusado.

Saúde – pessoas vivendo com HIV

Estima-se que 5,5 milhões de pessoas estejam vivendo com HIV. Em maio, um novo Plano Estratégico Nacional sobre HIV/Aids para o período 2007/2011 foi adotado pelos ministérios, depois de seis meses de consultas envolvendo departamentos do governo, organizações da sociedade civil e provedores de serviço de saúde. O Plano objetiva expandir o acesso a tratamento, cuidado e apoio a 80 por cento das pessoas vivendo com HIV, buscando suplantar os obstáculos sistêmicos que dificultam a prevenção, o tratamento e os cuidados. A demissão pelo Presidente Mbeki, em agosto, do ministro-adjunto da Saúde, Nozizwe Madlala-Routledge, que teve um papel chave no desenvolvimento do Plano, levantou preocupações de que o governo não estaria totalmente comprometido com o projeto.

De acordo com dados do governo divulgados em maio, um total de 303.788 pacientes recebiam tratamento anti-retroviral (TAR) através de programas da área de saúde pública. No entanto, organizações de monitoramento dos direitos à saúde manifestaram preocupação de que esses números representam menos da metade dos que necessitam de TAR. Em áreas rurais, o acesso a serviços de saúde e a possibilidade de as mulheres seguirem o tratamento foram impedidos por fatores como a inacessibilidade física aos serviços de saúde, os custos do transporte, a escassez de funcionários da área de saúde, os atrasos no "credenciamento" de unidades habilitadas a oferecer o TAR, a falta de acesso diário à alimentação adequada e as desigualdades sócio-econômicas.

Em razão de ter recebido reclamações e de ter observado a precariedade dos serviços prestados em muitas províncias, a Comissão Sul-africana de Direitos Humanos realizou, no mês de maio, audiências públicas sobre o direito de acesso aos serviços de saúde. Até o final do ano, a Comissão não havia publicado suas conclusões.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a África do Sul em março e em maio 2007.

Pakistan/South Africa: Khalid Mehmood Rashid appears after 18 months of secret detention (AFR 53/003/2007))

Afghanistan: Amnesty International condemns the unlawful killing of 15-year-old boy by Taleban (ASA 11/013/2007)

South Africa: Submission to the UN Universal Periodic Review First Session of the UPR Working Group 7-11 April 2008 (AFR 53/005/2007)

ALEMANHA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Chefe de Estado:	**Horst Köhler**
Chefe de governo:	**Angela Merkel**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**82,7 milhões**
Expectativa de vida:	**79,1 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**5/5 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99 por cento**

A Alemanha falhou em lidar com as violações de direitos humanos cometidas no contexto da "guerra ao terror" liderada pelos EUA, o que inclui seu envolvimento em transferências ilegais de suspeitos entre países. Além disso, a Alemanha tentou obter garantias diplomáticas para casos de deportação em que indivíduos corriam o risco de enfrentar sérias violações de direitos humanos, infringindo suas obrigações sob o direito internacional.

Maus-tratos, inclusive no contexto de transferências extrajudiciais (*renditions*)

■ Em agosto, o procurador estadual de Tübingen reabriu as investigações sobre as alegações de que Murat Kurnaz, cidadão turco nascido na Alemanha, fora torturado e maltratado de outras formas por integrantes do Comando das Forças Especiais alemãs quando estava sob custódia estadunidense no Afeganistão em 2002. A reabertura da investigação foi motivada pelo aparecimento de três novas testemunhas. Antes de sua libertação, em 2006, Murat Kurnaz havia permanecido detido por quatro anos e nove meses, a maior parte desse tempo na base de Guantánamo.

■ No final de 2007, o comitê parlamentar que examinava o papel da Alemanha nas violações de direitos humanos cometidas em decorrência de suas atividades antiterroristas começou a investigar o caso do cidadão alemão Muhammad Zammar. Durante as audiências, surgiu a informação de que a Polícia Federal Criminal da Alemanha havia avisado às autoridades dos EUA sobre as datas de viagem de Muhammad Zammar ao Marrocos, em novembro de 2001, de onde ele fora transferido ilegalmente para a Síria.

No final de dezembro de 2001, os agentes marroquinos o entregaram à Síria, onde ele foi mantido em detenção incomunicável e onde teria sido submetido à tortura e a maus-tratos.

Em novembro de 2002, enquanto estava detido pela Síria, Muhammad Zammar foi interrogado durante três dias por agentes policiais e de inteligência alemães. Quando retornaram à Alemanha, os agentes não revelaram informações sobre seu paradeiro às autoridades. Ele permanecia detido no fim de 2007.

■ Em setembro, o governo alemão anunciou que não pediria a extradição de 13 cidadãos estadunidenses, entre os quais ao menos 10 agentes secretos da Agência Central de Inteligência (CIA) suspeitos de deterem ilegalmente Khaled el-Masri, cidadão alemão nascido no Líbano.

Khaled el-Masri foi preso e detido ilegalmente na Macedônia em dezembro de 2003. Ele foi entregue a agentes estadunidenses e levado secretamente em um vôo para o Afeganistão, como parte do programa de transferências extrajudiciais dos EUA. Após cinco meses de supostos maus-tratos, ele foi levado em um vôo para a Albânia, sendo libertado depois que as autoridades dos EUA, aparentemente, perceberam que estavam com o homem errado.

Em janeiro de 2007, um promotor de Munique emitiu pedidos de extradição para os 13 cidadãos estadunidenses. Em abril, o Tribunal Constitucional Federal considerou que a decisão do promotor de fazer escuta telefônica do advogado de Khaled el-Masri era ilegal.

■ No que se refere ao combate ao terrorismo, o comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa recomendou, em julho, que a Alemanha: desenvolvesse diretrizes específicas para os serviços de inteligência relativas ao interrogatório de detentos no exterior; garantisse que as provas obtidas por meio de tratamentos desumanos ou degradantes, ou mediante tortura, não fossem admitidas em tribunal; e investigasse completamente as denúncias de transferências extrajudiciais em território alemão, adotando medidas efetivas para impedir que essas transferências ocorram novamente no futuro.

Garantias diplomáticas

■ Em 3 de outubro, a Corte Européia de Direitos Humanos sinalizou ao governo alemão que Hasan Atmaca não deveria ser extraditado para a Turquia até que houvesse uma nova determinação. Ao entrar na Alemanha, em fevereiro de 2005, Hasan Atmaca foi preso pelas autoridades alemãs sob suspeita de pertencer a uma organização criminosa. As autoridades turcas requisitaram sua extradição para a Turquia a fim de que fosse julgado por suas atividades em favor do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK).

Em maio de 2006, o governo alemão solicitou garantias diplomáticas das autoridades turcas de que Hasan Atmaca seria detido em um presídio de segurança máxima adequado às normas internacionais e de que as autoridades alemãs poderiam visitá-lo. As autoridades turcas prometeram que as garantias seriam avaliadas favoravelmente.

O Tribunal Superior de Frankfurt determinou a admissibilidade de sua extradição. No entanto, em 31 de maio de 2007, o Tribunal Administrativo de Darmstadt instruiu o Departamento Federal para Migração e Refugiados alemão a declarar Hasan Atmaca como refugiado e afirmou que ele não poderia ser deportado para a Turquia, pois isso equivaleria a *refoulement* (retorno forçado a países onde a pessoa pode correr risco de sofrer violações de direitos humanos graves).

Conforme a seção 4 da Lei de Procedimentos de Asilo alemã, o fato de uma pessoa receber status de refugiado não impede que as autoridades alemãs a

extraditem – em contravenção às normas internacionais.

Em fevereiro, anunciou-se que o Ministério do Interior havia buscado garantias diplomáticas da Argélia de que o país não torturaria nenhum suspeito de envolvimento em atividades terroristas quando repatriado da Alemanha.

Em julho, um subsecretário de Estado viajou para a Tunísia a fim de solicitar garantias semelhantes do ministro do Interior tunisiano com relação a dois cidadãos tunisianos suspeitos de terem ligações com organizações terroristas. As autoridades alemãs, então, emitiram ordens de deportação para os dois tunisianos que foram, mais tarde, contestadas em tribunal. As revisões judiciais ainda estavam pendentes no final do ano.

Direitos de imigrantes e de refugiados

Uma nova legislação implementando 11 diretivas da União Européia (UE) na área de asilo não ofereceu proteção adequada nos casos de pessoas que fugiam da violência. Isto significa, por exemplo, que requerentes de asilo vindos das regiões central e sul do Iraque e que não pertenciam a minorias visadas, muitas vezes, não recebiam proteção adequada.

■ Em 11 de julho, o comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa publicou um relatório sobre sua visita à Alemanha, realizada em 2006. No que se refere a asilo e imigração, o comissário pediu à Alemanha que introduzisse medidas de proteção aos refugiados que foram perseguidos por suas manifestações de orientação religiosa ou sexual.

■ Em 18 de abril, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura (CPT) lançou um relatório sobre a Alemanha. O documento recomendava que, em todos os estados alemães, "a detenção de imigrantes presos fosse administrada por regras específicas que refletissem seu status característico" e que "as autoridades de Hamburgo e da Baixa Saxônia, assim como as de todos os demais estados alemães, tomassem as medidas necessárias para garantir que os imigrantes detidos fossem acomodados em centros destinados especificamente para esse propósito". O CPT recomendou ainda que as autoridades de Brandenburgo "tomassem providências para garantir a presença regular de um psicólogo no Centro de Detenção de Eisenhüttenstadt e desenvolvessem programas para oferecer atendimento psicológico aos estrangeiros lá mantidos".

Custódia policial

Em janeiro, o Tribunal Regional de Dessau, revogando uma decisão anterior, abriu processo contra dois policiais suspeitos de envolvimento na morte do serra-leonês Oury Jalloh enquanto ele estava em sua cela, sob custódia policial, em janeiro de 2005.

Um policial foi acusado de lesão corporal com conseqüências fatais por ter, supostamente, desligado o alarme de incêndio várias vezes. Outro policial foi acusado de homicídio causado por negligência, por ele não ter percebido um isqueiro durante uma revista pessoal.

Oury Jalloh havia sido acorrentado a sua cama por, supostamente, ter resistido à prisão. Foi diagnosticada morte por superaquecimento. Investigações preliminares da promotoria estadual concluíram que o alarme de incêndio havia sido desligado durante o incidente

ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado:	**José Eduardo dos Santos**
Chefe de governo:	**Ada Piedade Dias dos Santos**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**16,9 milhões**
Expectativa de vida:	**42 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**245/215 por mil**
Taxa de alfabetização:	**67,4 por cento**

Defensores e organizações de direitos humanos foram vítimas de ameaças e de crescente intimidação. A liberdade de expressão foi restringida e um jornalista foi preso. Houve casos de expulsões forçadas e de violações de direitos humanos cometidas pela polícia; porém, em níveis menos elevados do que em anos anteriores. Uma rebelião na Cadeia Central de Luanda deixou mortos e feridos; houve controvérsias sobre o número de mortos.

Informações gerais

Em maio, Angola foi eleita para fazer parte do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em novembro, o país ratificou o Protocolo à Carta Africana

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 82

dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher na África e aderiu ao Protocolo Facultativo à Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Prosseguiu a implementação do acordo feito em 2006 para pôr fim ao conflito armado na província de Cabinda. Os ex-combatentes da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) foram incorporados às Forças Armadas de Angola (FAA) em janeiro. Mais de 60 militares, mantidos na Cadeia Militar de Landana por crimes cometidos durante o conflito, foram libertados em janeiro, de acordo com a Lei de Anistia de 2006. Em agosto, a FLEC mudou seu nome para Frente de Libertação do Estado de Cabinda.

As eleições legislativas e presidenciais adiadas para o fim de 2007 foram adiadas mais uma vez para 2008 e 2009, respectivamente. O cadastro dos eleitores, inicialmente programado para terminar em 15 de junho, foi prorrogado até 15 de setembro devido às fortes chuvas e às estradas intransitáveis que dificultavam o acesso a milhões de pessoas. Mais de oito milhões de pessoas foram cadastradas como eleitores.

Prosseguiu a epidemia de cólera que eclodiu em 2006 e que, até o fim de agosto, havia matado mais de 400 pessoas. A situação se agravou devido às chuvas torrenciais de janeiro e fevereiro em Luanda, que causaram a morte de mais de 110 pessoas e destruíram cerca de 10 mil casas, deixando aproximadamente 28 mil famílias sem moradia. Uma doença misteriosa, causando sonolência, vômitos e diarréia, surgiu no distrito de Cacuaco, em Luanda, no mês de outubro. Pelo menos 400 pessoas foram hospitalizadas e duas morreram. No final de novembro, a Organização Mundial da Saúde afirmou que a doença fora possivelmente causada por intoxicação com brometo.

Em setembro, o ex-diretor do Serviço de Segurança Externa de Angola, general Fernando Garcia Miala, foi sentenciado por um tribunal militar a quatro anos de prisão por insubordinação. Ele não compareceu à solenidade em que seria rebaixado de graduação, após ter sido destituído de seu posto em 2006. Outros três integrantes - Ferraz António, Miguel André e Maria Domingos - foram condenados por insubordinação pelo mesmo motivo e foram sentenciados a dois anos e meio de prisão. Eles entraram com recurso contra a sentença.

Moradia - desalojamentos forçados

Embora o número de vítimas de desalojamentos forçados tenha diminuído em relação aos anos anteriores, o risco dessas expulsões continuou a existir. Algumas das pessoas despejadas à força em 2007 foram realojadas. Entretanto, o governo se empenhou muito pouco e, em alguns casos, nem tentou, realojar ou oferecer compensação às centenas de famílias que foram expulsas, por várias vezes desde 2005, de suas casas nos bairros Cambamba I, Cambamba II e Cidadania. Elas continuaram desabrigadas, vivendo nas ruínas de suas casas, sob risco de serem expulsas novamente.

Cerca de 200 famílias ficaram sem moradia depois dos despejos forçados que ocorreram nos bairros Comandante Jika e Camama, nos municípios de Maianga e Kilamba Kiaxi, em Luanda, no mês de julho. Em Comandante Jika, diversos moradores afirmaram que alguns dos alojamentos alternativos disponibilizados haviam sido destinados a moradores de outra região, o que deixou algumas famílias sem ter para onde ir. As famílias não receberam nenhum outro tipo de compensação.

Desde o mês de julho, centenas de famílias foram desalojadas à força e tiveram suas casas demolidas pela construtora Jardim do Éden, no bairro Iraque, em Luanda. Segundo informações, a maioria das famílias foi expulsa por funcionários da construtora, protegidos por seguranças particulares e pela Polícia Nacional. Os desalojamentos forçados ocorreram para dar lugar à construção de um condomínio residencial de luxo. Não se ofereceu às famílias nenhum tipo de acomodação alternativa ou de compensação. Em novembro, dois jornalistas que faziam reportagem sobre as expulsões – António Cascais, jornalista autônomo da estação de rádio alemã Deutsche Welle, e Alexandre Neto, da rádio angolana Despertar – foram agredidos por seguranças particulares de uma empresa e detidos por cerca de três horas pela Polícia Militar.

Em Lubango, capital da província de Huíla, segundo informações, entre quatro e vinte famílias foram desalojadas à força, em julho, para dar espaço a um complexo hoteleiro de luxo. Houve tentativas de realojar as famílias expulsas, mas a maioria das moradias alternativas estava localizada em áreas distantes de seus locais de trabalho e das escolas, em lugares que careciam de transporte e de infra-estrutura urbana adequada. Não lhes foram oferecidas outras formas de reparação.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 83

Forças policiais e de segurança

A polícia cometeu diversas violações de direitos humanos, como detenções e prisões arbitrárias, torturas e maus-tratos, que ocasionaram a morte de pessoas sob custódia. Os policiais responsáveis por estas e por outras violações cometidas em 2006 não foram levados à Justiça.

■ Em fevereiro, policiais prenderam Francisco Levi da Costa e dois outros homens depois de um comerciante acusá-los de tentar roubar três caixas de peixes. A polícia levou os suspeitos para a 8ª Delegacia de Polícia, em Luanda, onde, por quatro dias seguidos, eles foram espancados pelos policiais. Segundo informações, Francisco Levi da Costa foi golpeado na cabeça e perdeu a consciência; a polícia, porém, o acusou de estar fingindo para ser libertado. Quatro dias depois, ele morreu dentro da cela. Ninguém foi preso em conexão com sua morte. Autoridades policiais informaram à Anistia Internacional que as investigações estavam em andamento.

■ Em março, policiais teriam atirado em Isaias Samakuva, presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), durante uma reunião no escritório do partido em Ndalatando, na província de Kwanza Norte. Segundo informações, Isaias Samakuva não foi ferido, mas a bala atingiu o pé de um menino de 14 anos que estava sentado sobre um muro, do lado de fora do escritório. O comandante da polícia de Kwanza Norte afirmou que o incidente estava sendo investigado. Porém, os resultados da investigação não haviam sido divulgados até o fim do ano.

Condições prisionais

O Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU visitou Angola em setembro e relatou que os prisioneiros eram mantidos em condições de superlotação consideradas graves e alarmantes.

No início de outubro, os presos da Cadeia Central de Luanda se rebelaram. As autoridades declararam que dois prisioneiros morreram e seis ficaram feridos, mas outras pessoas disseram que o número de mortos foi muito maior. Segundo informações, uma mensagem enviada da prisão afirmava que 80 presos haviam sido mortos na cela 11. As autoridades desmentiram essa informação, dizendo que alguns internos haviam sido transferidos para a Cadeia Central de Viana. A Polícia de Intervenção Rápida (PIR) foi chamada para controlar os presos e a multidão que se aglomerava diante da prisão. Familiares dos prisioneiros exigiram a divulgação da lista dos internos transferidos para Viana, bem como os nomes dos mortos e dos feridos. Os familiares tentaram fazer uma passeata até o palácio Presidencial, mas foram impedidos pela polícia. Dois dias depois da rebelião, o vice-ministro do Interior prometeu melhoras nas condições prisionais.

Defensores de direitos humanos

Os defensores de direitos humanos enfrentaram crescente intimidação e ameaças. Em abril, o diretor-geral da Unidade Técnica para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (UTCAH), um departamento governamental, declarou que, em breve, o governo proibiria as atividades de organizações não-governamentais (ONGs) "que não tivessem um impacto social". Em julho, ele acusou diversas ONGs de incitar a violência e ameaçou proibir o exercício de suas atividades. Entre as organizações ameaçadas estão a Associação de Justiça, Paz e Democracia (AJPD), a Mãos Livres, a Fundação Open Society e a SOS-Habitat.

Raul Danda, jornalista e líder de uma organização de direitos humanos proibida de exercer suas atividades, foi informado em janeiro de que as acusações feitas contra ele após sua detenção em Cabinda, em setembro de 2006, foram retiradas de acordo com a Lei de Anistia de 2006. Ele havia sido acusado de instigar, de incitar e de condescender com crimes contra a segurança do Estado.

Liberdade de expressão

Houve restrições à liberdade de expressão. Um jornalista (veja abaixo) foi sentenciado a cumprir uma pena de vários meses de prisão e outros dois jornalistas ficaram detidos por um breve período quando faziam uma reportagem sobre desalojamentos forçados no bairro Iraque (veja acima).

■ Em julho, policiais da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), em Cabinda, prenderam quatro homens durante uma missa que celebrava a visita de um enviado especial do

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 84

Vaticano. Os homens carregavam cartazes em protesto contra a nomeação, para a província, de um bispo que não era nascido em Cabinda, em 2005. Eles foram mantidos na sede da DPIC por três dias e foram acusados de desacato a autoridade pública e de incitar a violência contra uma autoridade religiosa. Os quatro foram libertados dez dias depois, após um julgamento sumário no Tribunal Provincial de Cabinda. Pedro Maria António foi absolvido, André e Domingos Conde foram, cada um, sentenciados a dois meses de prisão e Paulo Mavungo foi sentenciado a seis meses de prisão. As sentenças de prisão foram convertidas em multas e todas as penas foram suspensas por dois anos.

■ Em outubro, o Tribunal Provincial de Luanda sentenciou Felisberto da Graça Campos, diretor do jornal semanal Semanário Angolense, a oito meses de prisão por difamação e injúria contra um ex-ministro da Justiça (atualmente ouvidor da Justiça). As acusações foram motivadas por artigos publicados em abril de 2001 e em março de 2004, acusando o então ministro de apropriar-se de verbas do Ministério. Felisberto da Graça Campos ficou detido na Cadeia Central de Viana e, em novembro, foi solto em liberdade condicional. Enquanto isso, ele aguarda o julgamento de recurso.

Violência contra a mulher

As autoridades angolanas expulsaram com violência milhares de imigrantes congoleses das áreas de extração de diamantes no norte de Angola para a República Democrática do Congo. Segundo informações, muitas das mulheres imigrantes expulsas foram estupradas pelos militares angolanos durante a expulsão.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram Angola em fevereiro.

Angola: Lives in ruins -- forced evictions continue (AFR 12/001/2007)

Above the Law: police accountability in Angola (AFR 12/005/2007).

ARÁBIA SAUDITA

REINO DA ARÁBIA SAUDITA

Chefe de Estado e de governo:	**Rei Abdullah Bin Abdul Aziz Al-Saud**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**não ratificado**
População:	**25,8 milhões**
Expectativa de vida:	**72,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**25/17 por mil**
Taxa de alfabetização:	**82,9 por cento**

A situação dos direitos humanos continuou tenebrosa, apesar de reformas legais terem sido anunciadas e de ter havido um contínuo debate público sobre os direitos das mulheres. Centenas de pessoas suspeitas de terrorismo foram detidas e presas praticamente em segredo, e milhares de pessoas detidas nos anos anteriores continuaram presas. Os detidos incluem prisioneiros de consciência e dentre estes, defensores pacíficos de reforma política. As mulheres continuaram a sofrer severa discriminação tanto na lei quanto na prática. A tortura e outros maus-tratos impostos aos detentos foram comuns, e prisioneiros foram sentenciados a açoitamentos e a amputações. Ao menos 158 pessoas foram executadas, inclusive um menor infrator.

Informações gerais

Atos de violência esporádicos foram cometidos pelas forças de segurança e por homens armados, aparentemente em oposição ao governo. A violência causou a morte ou ferimentos de civis, de supostos opositores políticos e, em raros casos, de membros das forças de segurança. Entretanto, poucos detalhes foram revelados.

Em fevereiro, um ataque de um grupo armado matou quatro cidadãos franceses que estavam com um grupo de turistas no deserto ocidental. Em abril, o governo anunciou que o principal suspeito de ter cometido o ataque havia sido morto quando as forças de segurança invadiram sua casa na cidade sagrada de Medina.

Desenvolvimentos legais

Em outubro, o governo introduziu duas leis para a reestruturação dos tribunais e para a alteração das regras relativas às profissões jurídicas, destinando 1,8

bilhão de dólares para a implementação destas mudanças. Contudo, não se sabe ainda qual o impacto dessa ação positiva sobre três problemas cruciais: o sigilo e a falta de transparência do sistema de justiça criminal; a falta de adesão às normas internacionais para julgamentos justos, como o direito a um advogado de defesa e o direito à apelação; e a falta de independência do Judiciário. Estas deficiências continuaram bem evidenciadas durante todo o ano e contribuíram para que ocorressem violações dos direitos humanos. O Judiciário, por exemplo, continuou a não se pronunciar ou a ser cúmplice em violações cometidas no contexto do combate ao terrorismo e continuou a aplicar leis discriminatórias e a emitir julgamentos discriminatórios em casos que envolviam mulheres.

Combate ao terrorismo

Centenas de supostos simpatizantes de grupos religiosos de oposição – oficialmente descritos como "grupos mal orientados" – foram presos, enquanto milhares de pessoas detidas nos anos anteriores continuaram encarceradas sem julgamento e sem acesso aos seus direitos básicos como prisioneiros.

Entre os detidos em 2007 incluíam-se suspeitos de terrorismo que foram repatriados à força pelas autoridades de países como os Estados Unidos e o Iêmen. A maioria das detenções, porém, ocorreu na Arábia Saudita. Em alguns casos, as forças de segurança armadas mataram supostos militantes em circunstâncias obscuras durante o que seriam tentativas de prendê-los. As autoridades disseram que 172 pessoas suspeitas de planejarem ataques violentos foram detidas em abril e outras 208 em novembro, em diferentes partes do país. No entanto, as autoridades não revelaram maiores detalhes e não esclareceram precisamente quantos suspeitos foram presos e onde eles estavam sendo mantidos. Também era incerto o número de suspeitos detidos em anos anteriores que continuavam presos, apesar de se acreditar que fossem milhares. Em julho, o Ministério do Interior declarou que havia detido 9 mil suspeitos de ameaçarem a segurança entre os anos de 2003 e 2007, dos quais 3.106 continuavam presos. A maioria, segundo informações, foi submetida a um programa de "reforma" conduzido por especialistas em religião e em psicologia. Em novembro, o governo anunciou a libertação de 1.500 detentos que haviam, aparentemente, concluído o programa.

■ Em maio, detentos foram exibidos na televisão, confessando serem filiados a "grupos mal orientados" e descrevendo planos de bombardear instalações de petróleo e outros alvos. O governo declarou que os julgaria com base em suas confissões. Entre eles estavam Nimr Sahaj al-Baqmi e Abdullah al-Migrin, cujas confissões foram, segundo informações, aceitas pelos juízes. Não foi esclarecido se os dois detentos haviam recebido permissão para ter acesso a um advogado, apesar da probabilidade de serem acusados de crimes sujeitos a pena de morte. O destino de todos os detentos permaneceu envolto em segredo.

"Guerra ao terror"

Um cidadão saudita, Yasser Talal al-Zahrani, morreu sob custódia dos Estados Unidos na base de Guantánamo, em Cuba. Ao menos outros 77 foram libertados pelas autoridades estadunidenses e voltaram para a Arábia Saudita, onde foram imediatamente detidos, podendo receber visitas dos familiares. Alguns foram libertados logo depois e outros continuaram presos, aparentemente, para serem submetidos ao programa de "reforma" do governo para os detentos que ameaçavam a segurança.

Prisioneiros de consciência

Mais de 100 pessoas detidas devido a sua prática religiosa ou a sua orientação sexual eram ou pareciam ser prisioneiros de consciência. Entre elas estavam trabalhadores estrangeiros pertencentes à Ahmadi – considerada uma seita islâmica –, membros da comunidade xiita, reformistas sunitas e dissentes pacíficos. Havia também mulheres que, no mês de julho, organizaram os protestos diante da prisão do al-Mabahith al-Amma (o Departamento Geral de Inteligência), em Buraida, ao norte de Riad. Elas reivindicavam o julgamento ou a libertação de familiares que haviam permanecido detidos durante anos sem julgamento e sem acesso a advogados ou aos tribunais para questionar a legalidade das detenções. A maioria desses detentos foi libertada após períodos curtos de prisão, mas os cidadãos estrangeiros, como os ahmadis, foram despedidos de seus empregos e deportados sem que tivessem permissão para questionar a legalidade das ações tomadas contra eles.

Entretanto, ao menos 12 prisioneiros de consciência ainda estavam sendo mantidos presos

sem julgamento e sem acesso a advogado no fim do ano. Estavam entre eles Abdul Rahman al-Shumayri e outras nove pessoas, todas professores universitários, escritores e advogados, que haviam sido detidos em fevereiro após terem feito um abaixo-assinado reivindicando reforma política. Eles foram mantidos incomunicáveis por aproximadamente seis meses na prisão do al-Mabahith al-Amma, em Jidá, antes de receberem permissão para visitas familiares. Segundo informações, pelo menos dois deles foram confinados em solitárias.

Em um procedimento incomum, o prisioneiro de consciência Abdullah al-Hamid foi libertado sob fiança, após ter sido detido por um breve período devido ao seu envolvimento com o protesto das mulheres, tendo sido, então, julgado por um tribunal penal comum em uma audiência semipública. Ele e seu irmão, julgados juntos por acusações referentes ao seu envolvimento no protesto das mulheres, foram condenados e sentenciados a seis e a quatro meses de prisão, respectivamente, sendo obrigados a assumir o compromisso de não incitar mais nenhum protesto. Os dois entraram com recurso, mas o resultado ainda era aguardado ao final do ano.

Centenas de ex-prisioneiros de consciência, ativistas de direitos humanos e defensores de mudanças políticas pacíficas continuaram proibidos de viajar para o exterior. Entre eles estava Matrouk al-Falih, professor universitário e um dos reformistas, preso de março de 2004 a agosto de 2005. Ele foi informado pelo Ministério do Interior de que não teria permissão para viajar ao estrangeiro até março de 2009. Consta que outros tiveram suas proibições renovadas depois que elas expiraram.

Discriminação e violência contra a mulher

Dois casos chamaram a atenção para a natureza severa e para a extensão das discriminações legais e de outros tipos aplicadas contra as mulheres na Arábia Saudita, provocando debates nacionais e internacionais.

■ O irmão de uma mulher conhecida como Fátima – mãe de dois filhos – invocando sua autoridade legal como tutor masculino da irmã, solicitou uma ordem judicial para divorciar Fátima de seu marido, contra a vontade de ambos. O irmão argumentou que o marido de Fátima pertencia a uma tribo de status inferior e que ele não revelara essa informação quando pediu permissão para casar com ela. Apesar da oposição do casal, o tribunal determinou que eles seriam divorciados com base na regra tribal de paridade de status entre famílias e tribos como condição necessária para validar o casamento. Temendo correr perigo junto a seus familiares, Fátima preferiu viver na prisão a ir morar na casa de seu irmão, sendo mais tarde transferida para um abrigo de mulheres com seus dois filhos. Ela não pode mais se encontrar com seu ex-marido, já que isso significaria cometer o crime de *khilwa* (o encontro entre um homem e uma mulher que não são membros diretos da mesma família), o que colocaria ambos em risco de serem processados e punidos com açoitamentos e prisão.

■ Uma mulher de 20 anos, identificada como "a garota de Al Qatif" para proteger sua verdadeira identidade, foi estuprada por sete homens em 2006, na cidade de Al Qatif. Quando o caso chegou ao tribunal, a garota e seu companheiro, que havia estado com ela antes do estupro, foram sentenciados, cada um, a 90 chibatadas pelo crime de *khilwa*. Os estupradores foram sentenciados a penas de prisão entre um e cinco anos, além da pena de açoitamento. Na apelação, todas as sentenças foram aumentadas. A vítima do estupro e seu companheiro foram sentenciados a seis meses de prisão e a 200 chibatadas, enquanto as sentenças dos estupradores aumentaram para penas de prisão que variavam de dois a nove anos, além da pena de açoitamento. O advogado da vítima de estupro declarou publicamente que sua cliente, como vítima do crime, não deveria ter sido punida. Em resposta, o Ministério da Justiça declarou que, ao cometer o crime de *khilwa*, a jovem havia sido parcialmente responsável por seu próprio estupro e, então, deu início a uma ação disciplinar contra o advogado, acusando-o de infringir a lei e de revelar o caso à imprensa. Em dezembro, o Rei concedeu indulto à vítima do estupro e, segundo informações, o caso contra ela e seu companheiro foi encerrado. A ação disciplinar movida contra o advogado também foi anulada e ele teve permissão para continuar trabalhando.

Em setembro, ativistas de defesa dos direitos das mulheres fizeram uma petição junto ao Rei a fim de que ele permitisse às mulheres dirigir automóveis, como acontece em todos os outros países. Houve ainda pedidos para que as mulheres sauditas tivessem permissão para competir em eventos esportivos internacionais, assim como os homens também competem.

A discriminação estimulou a violência contra a

mulher, principalmente contra as empregadas domésticas estrangeiras, que corriam maiores riscos de sofrer abusos como espancamentos, estupros e até assassinatos, bem como de não receberem salários. Houve preocupação com as leis discriminatórias relacionadas ao casamento, que faziam com que mulheres acabassem presas a relacionamentos violentos e abusivos contra os quais não havia qualquer recurso legal.

O governo entregou o seu primeiro relatório ao Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Sua apresentação perante o Comitê estava marcada para janeiro de 2008.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos foram disseminados e, na maioria dos casos, eram cometidos impunemente. As forças de segurança, segundo informações, utilizavam vários métodos que incluíam espancamentos com bastões, socos, suspensão dos detentos pelos pulsos, privação de sono e insultos. Um vídeo divulgado em abril mostrava imagens de prisioneiros sendo torturados na prisão de al-Hair, em Riad. O governo declarou que investigaria o incidente. As autoridades prisionais, mais tarde, disseram que um soldado havia sido disciplinado pelo uso da tortura, sendo suspenso por um mês, e que outro havia sido suspenso por 20 dias por não intervir e nem impedir as agressões aos prisioneiros. Não se sabia se alguma investigação independente sobre o caso havia sido feita ou se os perpetradores haviam sido levados à Justiça.

Houve denúncias em vários tribunais de, pelo menos, seis supostos casos de tortura e de mortes sob custódia que teriam sido cometidos pela polícia religiosa: o Comitê para a Promoção da Virtude e a Prevenção do Vício. Em todos os casos concluídos, porém, os agentes do Comitê acusados foram isentados. Houve, contudo, uma maior cobertura desses casos por parte da imprensa.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Punições físicas judiciais foram rotineiramente impostas pelos tribunais. As sentenças de açoitamento eram freqüentemente aplicadas como punição principal ou complementar para a maioria dos crimes, sendo efetuadas quase diariamente. O maior número de chibatadas já imposto nos casos registrados pela Anistia Internacional foi de 7 mil chibatadas – contra dois homens condenados por sodomia em um tribunal de Al Baha, em outubro. Crianças também estavam entre os sentenciados a açoitamento.

Ao menos três pessoas tiveram a mão direita amputada na altura do pulso após serem condenadas por roubo.

Pena de morte

Ao menos 158 pessoas foram executadas: 82 sauditas e 76 cidadãos estrangeiros. Havia entre elas três mulheres e pelo menos um menor infrator, Dhahian Rakan al-Sibai, que tinha 15 anos à época do suposto homicídio pelo qual foi condenado. Ele foi executado em julho, em Taif. As pessoas executadas foram condenadas por homicídio, estupro, crimes relacionados a drogas, bruxaria, apostasia e outras acusações. Entretanto, praticamente não havia qualquer informação disponível sobre seus julgamentos, nem sobre possíveis apelações ou sobre se os réus tiveram acesso a advogado. A maioria das execuções ocorreu em público.

Acredita-se que várias centenas de pessoas continuem no corredor da morte. Entre elas, estão menores infratores, como Rizana Nafeek, uma empregada doméstica do Sri Lanka, que foi condenada à morte por um homicídio ocorrido em 2005 quando ela tinha 17 anos.

Visitas da AI

A Anistia Internacional solicitou novamente permissão para visitar a Arábia Saudita a fim de discutir a situação dos direitos humanos; porém, no final de 2007, o governo ainda não havia marcado as datas para esta visita.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 88

ARGENTINA

REPÚBLICA ARGENTINA

Chefe de Estado e de governo:	**Cristina Fernández (sucedeu a Néstor Kirchner em dezembro)**
Pena de morte:	**abolicionista para crimes comuns**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**39,5 milhões**
Expectativa de vida:	**74,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**17/14 por mil**
Taxa de alfabetização:	**97,2 por cento**

A

Várias pessoas foram feridas e uma pessoa foi morta durante manifestações de trabalhadores do setor público em reivindicação por melhores salários e condições de trabalho. Houve relatos de maus-tratos policiais a camponeses e a membros de comunidades indígenas.

Informações gerais

Em outubro, Cristina Fernández foi eleita presidente pela Frente para a Vitória, uma coalizão que incluía o partido governista Partido Justicialista.

Em janeiro, foi introduzida uma lei que implementava o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, criminalizando o genocídio, os crimes contra a humanidade e os crimes de guerra na legislação nacional.

Um projeto de lei incorporando o desaparecimento forçado ao Código Penal aguardava a aprovação pelo Senado no fim do ano.

Impunidade – justiça por violações passadas

Várias pessoas acusadas de cometerem violações de direitos humanos no período de vigência do governo militar (1976-1983) foram sentenciadas durante o ano.

■ Christian Von Wernich, ex-capelão da polícia de Buenos Aires, foi sentenciado à prisão perpétua, em outubro, por seu envolvimento em 42 seqüestros, sete assassinatos e 31 casos de tortura.

■ Em julho, a Suprema Corte decidiu que o indulto presidencial concedido pelo ex-presidente Carlos Menem ao ex-general Santiago Riveros, por antigas violações de direito humanos, era inconstitucional. Em sua decisão, a Corte afirmou que a legislação internacional não permite a impunidade por crimes contra a humanidade.

Polícia e forças de segurança

Funcionários municipais fizeram greves e manifestações por reivindicações salariais na Província de Santa Cruz em maio e em agosto. Alguns protestos terminaram em confrontos violentos com a polícia. Doze manifestantes foram feridos por balas de borracha, disparadas pela Polícia Provincial. Cinco policiais também ficaram feridos. Em abril, um manifestante foi morto por uma bomba de gás lacrimogêneo durante um protesto de professores por melhores condições de trabalho em Neuquén, na Província de Neuquén. Uma investigação sobre a morte foi iniciada.

Disputas por terra

Há informações de terem ocorrido incursões violentas em comunidades agrícolas e indígenas, por parte da polícia e de guardas armados, em situações de disputas por terra, particularmente na Província de Santiago del Estero. Organizações que trabalham em favor de camponeses foram intimidadas.

Discriminação – direitos indígenas

Em setembro, o Defensor Nacional submeteu à Suprema Corte uma medida cautelar em favor de comunidades indígenas, a maioria Tobas, da Província de Chaco. A ação destacava os níveis extremos de pobreza e a falta de comida, de acesso à água potável, de abrigo e de assistência médica nessas comunidades. Em outubro, a Suprema Corte decidiu que as autoridades federal e provinciais devem fornecer comida, água potável e programas de saúde e de educação, bem como alocar recursos específicos para o atendimento emergencial dessas comunidades.

Condições prisionais

Em novembro, mais de 30 detentos morreram durante um incêndio na prisão de Santiago del Estero. Consta que o fogo foi provocado por prisioneiros que protestavam contra maus-tratos, abuso de autoridade, revistas corporais degradantes e por suas queixas não serem investigadas. A Relatoria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade expressou preocupação e exortou as autoridades a tomarem medidas para proteger as pessoas detidas no sistema prisional e para investigar as alegações.

Relatório da AI

Argentina: Elecciones 2007 – Lamamiento para creación de un Plan Nacional de Derechos Humanos (AMR13/004/2007)

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 89

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de governo:	**Luiz Inácio Lula da Silva**
Pena de morte:	**abolicionista para crimes comuns**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**191,3 milhões**
Expectativa de vida:	**71,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**34/26 por mil**
Taxa de alfabetização:	**88,6 por cento**

Os moradores das comunidades marginalizadas continuaram a viver em meio a níveis extremamente elevados de violência, praticada tanto por grupos criminosos organizados quanto pela polícia. As operações policiais realizadas nessas comunidades resultaram em milhares de mortos e de feridos, geralmente intensificando a exclusão social. Grupos de extermínio ligados à polícia também foram responsáveis por centenas de assassinatos.

O sistema de justiça criminal falhou em seu dever de fazer com que os responsáveis por abusos prestem contas de seus atos. Infligiu ainda uma série de violações de direitos humanos às pessoas detidas em suas prisões e centros de detenção juvenis superlotados e exauridos de recursos.

As mulheres detidas em penitenciárias ou em celas policiais continuaram sendo vítimas de tortura e de maus-tratos. Ativistas rurais e povos indígenas que realizam campanhas por acesso à terra foram ameaçados e atacados por policiais e por seguranças privados. Houve denúncias de trabalho forçado e de exploração do trabalho em diversos estados, inclusive no setor canavieiro em expansão.

O governo federal introduziu um novo plano de combate à violência urbana, consolidou o seu programa para os defensores dos direitos humanos e criou um órgão independente para prevenção da tortura

Informações gerais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu segundo mandato em janeiro de 2007, quando também tomaram posse os novos governadores eleitos nos estados. O principal sustentáculo da política do governo federal foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado a melhorias na infra-estrutura básica, como rede viária, instalações portuárias e saneamento, bem como ao financiamento de diversos programas sociais. Organizações não-governamentais brasileiras manifestaram preocupação pelo impacto causado por projetos de pavimentação de estradas e de construção de represas próximo a terras indígenas. O programa de redistribuição de renda do governo federal, o Bolsa Família, contribuiu para a redução da pobreza extrema. Em novembro, pela primeira vez, o Brasil foi incluído em uma lista de países com alto índice de desenvolvimento humano, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Escândalos de corrupção atribularam tanto o governo federal quanto os governos estaduais. Importantes investigações da Polícia Federal descobriram esquemas criminosos envolvendo jogos ilegais, suborno e fraudes em contratos governamentais superfaturados. Entre os fundos desviados, estavam verbas federais destinadas a projetos sociais e de infra-estrutura em dois dos estados mais pobres do Brasil: Maranhão e Piauí.

O governo federal criou um órgão independente para a prevenção da tortura, em conformidade com o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, ratificado pelo Brasil no mês de janeiro. O órgão possui poderes para fazer visitas a prisões e a delegacias de polícia sem necessidade de aviso prévio.

Em agosto, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publicou o livro *Direito à Memória e à Verdade*. A obra faz um levantamento detalhado de 475 casos de tortura e de desaparecimentos ocorridos no período do governo militar (1964-1985) e marca o reconhecimento oficial de que foram cometidos abusos de direitos humanos durante o regime. No entanto, alguns arquivos militares permaneceram secretos e os familiares tiveram de continuar sua procura pelos restos mortais das vítimas que o Estado fez desaparecer naquele período. O Brasil continuou sendo um dos únicos países da região que não contestou as leis que deram imunidade às autoridades do regime militar responsáveis por graves abusos dos direitos humanos, como tortura.

Polícia e serviços de segurança

As comunidades carentes continuaram encurraladas entre as gangues de criminosos que dominam as áreas em que elas vivem e os métodos violentos e discriminatórios usados pela polícia. Em conseqüência disso, muitos dos que moram nessas comunidades vivenciaram intensas privações sociais e econômicas.

A resposta do governo federal e dos governos estaduais à violência criminal foi confusa. O governo federal lançou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), voltado à prevenção do crime, à inclusão social, à reabilitação de prisioneiros e à melhora dos salários dos policiais. Entretanto, apesar dos relatos abundantes de violações de direitos humanos cometidas pela polícia, o Presidente Lula e outras autoridades de seu governo apoiaram publicamente certas operações policiais militarizadas de grande repercussão, especialmente no Rio de Janeiro.

Nos estados, apesar de alguns governadores terem prometido reformas, a maioria das forças policiais estaduais continuou a adotar métodos violentos, discriminatórios e corruptos no combate e na repressão ao crime nas comunidades carentes, com escassa supervisão ou controle. Em nenhum outro lugar isso foi tão evidente quanto no Rio de Janeiro, onde as promessas de reforma foram abandonadas e o governador passou a adotar uma postura pública cada vez mais draconiana e belicosa nas questões de segurança. A política de realizar operações policiais militarizadas de grande escala foi intensificada à custa de centenas de vidas. Segundo dados oficiais, a polícia matou ao menos 1.260 pessoas no estado em 2007 – o maior número até agora. Todas as mortes foram classificadas como "resistência seguida de morte" e tiveram pouca ou nenhuma investigação séria.

■ Houve dezenas de mortes e uma enorme quantidade de feridos durante as operações policiais realizadas no Complexo do Alemão – um aglomerado de 21 comunidades socialmente excluídas, na zona norte do Rio de Janeiro, onde vivem mais de 100 mil pessoas – e na vizinha Vila da Penha. Milhares de pessoas tiveram de enfrentar o fechamento de escolas e de postos de saúde, bem como cortes no fornecimento de água e de energia elétrica. Durante as operações, houve denúncias de execuções extrajudiciais, espancamentos, vandalismo e roubo cometidos por policiais. Membros da comunidade disseram que um veículo blindado da polícia (o caveirão) era usado como uma unidade móvel dentro da qual os policiais aplicavam choques elétricos e praticavam espancamentos.

A ação repressiva culminou com uma "mega-operação", realizada no final de junho, envolvendo 1.350 policiais civis e militares e membros da Força Nacional, a força de elite do governo federal. A polícia matou ao menos 19 supostos criminosos, um deles com 13 anos de idade, e dezenas de transeuntes foram feridos. Foram apreendidas 13 armas e uma quantidade de drogas. Ninguém foi preso. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, e a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal declararam que investigações independentes dos relatórios forenses oficiais apontaram fortes indícios da ocorrência de execuções sumárias.
O relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais, que visitou o Rio de Janeiro em novembro, criticou a falta de investigações oficiais sobre os assassinatos e concluiu que a operação teve motivação política.

■ Em outubro, uma operação da Polícia Civil na favela da Coréia, em Senador Camará, zona oeste do Rio, deixou 12 mortos: um menino de quatro anos, que teria sido atingido por fogo cruzado, um policial e 10 "suspeitos", um deles de 14 anos. Imagens aéreas exibidas pela televisão em rede nacional mostraram dois homens tentando fugir do local enquanto eram alvo de tiros disparados de um helicóptero que os seguiu até serem mortos.

Milícias parapoliciais, formadas por policiais e bombeiros fora de serviço, continuaram a dominar uma grande parte das favelas do Rio de Janeiro.

■ Em abril, Jorge da Silva Siqueira Neto, presidente da Associação de Moradores da Favela Kelson's, na Penha, dominada pelas milícias, foi obrigado a abandonar o bairro após receber ameaças de morte. Ele acusou cinco policiais militares de terem assumido "poderes ditatoriais" dentro da comunidade e fez denúncias à Corregedoria da Polícia, à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público. Três dos policiais foram detidos administrativamente, sendo soltos em seguida, no início de setembro. Quatro dias depois, Jorge da Silva Siqueira Neto foi morto a tiros. Um inquérito foi aberto, mas até o fim do ano não havia progressos.

Em São Paulo, mais uma vez, as autoridades estaduais anunciaram redução nos números oficiais de homicídios policiais, embora esses dados tenham sido contestados. As violações de direitos humanos nas mãos de policiais, no entanto, continuaram.

■ Em dezembro, no município de Bauru, Carlos Rodrigues Júnior, de 15 anos, segundo informações, foi torturado e morto por vários policiais militares dentro

de sua própria casa. De acordo com os laudos forenses, ele levou 30 choques elétricos enquanto era interrogado sobre o roubo de uma motocicleta. Seis policiais estavam detidos provisoriamente no final do ano.

Grupos de extermínio

Em São Paulo, nos primeiros 10 meses de 2007, foram registradas 92 mortes em chacinas ligadas a grupos de extermínio – a maioria na zona norte da cidade. Nas cidades de Ribeirão Pires e Osasco, policiais estavam sendo investigados em conexão com as mortes de mais de 30 pessoas. Assassinatos cometidos por grupos de extermínio também foram registrados em outros estados, sobretudo Rio de Janeiro (especialmente na Baixada Fluminense), Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

■ Em agosto, Aurina Rodrigues Santana, seu marido, Rodson da Silva Rodrigues, e seu filho, Paulo Rodrigo Rodrigues Santana Braga, foram mortos a tiros por um grupo de homens encapuzados enquanto dormiam em sua casa, no bairro de Calabetão, em Salvador, na Bahia. O ataque aconteceu depois que a família denunciou que seu filho e sua filha, de 13 anos, foram torturados por quatro policiais militares.

Um acontecimento positivo ocorreu em abril, quando a Polícia Federal desarticulou um grupo de extermínio que agia no Estado de Pernambuco e que teria sido responsável pelas mortes de mais de mil pessoas num período de cinco anos. Outro grupo de extermínio foi desarticulado em novembro, quando foram presas 34 pessoas, entre as quais policiais, advogados e comerciantes.

Prisões – tortura e outros maus-tratos

Superlotação extrema, condições sanitárias precárias, violência entre gangues e motins continuaram a deteriorar o sistema prisional. Maus-tratos e tortura foram corriqueiros.

■ Em agosto, 25 detentos foram queimados até a morte na penitenciária de Ponte Nova, em Minas Gerais, durante uma briga entre facções.

■ No Espírito Santo, em meio a acusações de tortura e de maus-tratos, o governo impediu que o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) – um órgão com mandato oficial que, segundo a legislação estadual, tem poderes para monitorar o sistema prisional – entrasse nas celas.

■ Mais de 20 pessoas morreram em 2007 no Presídio Aníbal Bruno, em Pernambuco. A prisão, que tem um problema crônico de falta de funcionários e que abriga um número de prisioneiros mais de três vezes acima da sua capacidade, há muito tem sido alvo de denúncias de tortura e de maus-tratos.

Em todo o Brasil, as condições dos centros de detenção juvenil continuaram a ser motivo de preocupação. Houve novas denúncias de superlotação, de espancamentos e de maus-tratos. A diretora da Fundação Casa (antiga Febem), em São Paulo, foi afastada do cargo por meio de uma decisão que criticava a unidade Tietê pela higiene precária e pelas condições das acomodações abaixo do padrão. A demissão foi posteriormente revogada pelo Tribunal de Justiça do estado.

Violência contra a mulher

Os casos processados sob a Lei Maria da Penha, de 2006, que criminaliza a violência doméstica, começaram a chegar aos tribunais em 2007. Apesar de a lei representar um grande avanço, a falta de recursos, as dificuldades para cumprir ordens de exclusão e a precariedade dos serviços de apoio foram obstáculos à sua efetiva implementação.

A ausência de proteção do Estado nas comunidades marginalizadas expôs as mulheres à violência tanto dos criminosos quanto da polícia. Nas comunidades controladas por traficantes de drogas, as mulheres sofreram discriminação, violência e não tiveram acesso a serviços básicos. Há informações de mulheres que tiveram de raspar a cabeça por serem consideradas infiéis, que foram expulsas das comunidades por serem HIV positivas e que foram forçadas a fazer favores sexuais para pagar dívidas. Geralmente, elas tinham muito medo de fazer denúncias. As mulheres que lutavam por justiça em nome de familiares mortos pela polícia eram freqüentemente ameaçadas e intimidadas.

As mulheres representam uma parcela pequena, mas crescente, da população carcerária; suas necessidades, porém, têm sido constantemente negligenciadas. Tortura, espancamentos e abuso sexual foram relatados em delegacias de polícia e em celas prisionais.

■ Em novembro, uma menina de 15 anos, acusada de um pequeno furto, foi presa em uma delegacia de polícia na cidade de Abaetetuba, no Pará. Ela foi forçada a dividir uma cela com cerca de 20 a 30

homens pelo período de um mês. Ela foi estuprada repetidamente, segundo informações, em troca de comida. Quando o fato veio à público, os policiais a teriam ameaçado e ela, então, foi mantida sob proteção. Sua família também teria sido ameaçada pela polícia e passou a integrar um programa de proteção a testemunhas. O caso recebeu uma ampla cobertura da imprensa e diversos órgãos federais abriram investigações, o que revelou a existência de vários casos de mulheres vítimas de graves violações de direitos humanos em outros locais de detenção.

Disputas por terra

Prosseguiu a violência nas áreas rurais, geralmente em situações de disputa que opunham, de um lado, grandes proprietários de terra e, de outro, trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas ou quilombolas. A expansão da monocultura, como as plantações de soja e de eucaliptos, a extração ilegal de madeiras e a mineração, juntamente com projetos de desenvolvimento, como a construção de represas e o projeto de desvio do Rio São Francisco, estiveram entre as principais fontes de conflito. Houve sérias preocupações também com as condições de exploração das pessoas que trabalham com o desmatamento e com a produção de carvão vegetal, bem como no setor canavieiro.

Aumentaram as expulsões forçadas, geralmente envolvendo ameaças e intimidações. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de janeiro a setembro de 2007 foram expulsas 2.543 famílias em todo o Brasil, um aumento significativo com relação a 2006.

■ Em novembro, trabalhadores rurais que ocupavam uma fazenda próxima ao município de Santa Teresa do Oeste, no Paraná, foram atacados por 40 homens armados que teriam sido contratados por uma empresa de segurança a serviço da companhia multinacional suíça proprietária da terra. Eles mataram o líder sem-terra Valmir Motta de Oliveira com um tiro no peito. Um segurança da empresa também foi morto a tiros em circunstâncias incertas. Outras oito pessoas foram feridas no ataque, entre elas Izabel Nascimento, espancada até perder os sentidos. O assassinato se enquadra em um padrão de violência e intimidação há muito perpetrado pelas milícias rurais no Paraná.

Casos de trabalho forçado foram relatados por todo o país. Em dezembro, o Ministério do Trabalho atualizou sua relação de empregadores que sujeitavam trabalhadores a condições de exploração. A lista incluía 185 empregadores de 16 estados, envolvendo não apenas trabalhadores utilizados em atividades de desmatamento ou de cultivo da fronteira agrícola do Cerrado e da Amazônia, como também trabalhadores empregados na produção de monoculturas em estados mais abastados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Prosseguiu a exploração no crescente setor canavieiro. Em março, procuradores da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo resgataram 288 pessoas que faziam trabalhos forçados em seis plantações de cana-de-açúcar no estado. No mesmo mês, 409 trabalhadores, 150 dos quais eram índios, foram resgatados da destilaria de etanol Centro Oeste Iguatemi, no Mato Grosso do Sul. Em novembro, equipes de inspeção encontraram 831 índios que trabalhavam no corte de cana alojados em condições extremamente precárias e insalubres, em uma fazenda no município de Brasilândia, também no Mato Grosso do Sul.

■ Mais de mil pessoas que trabalhavam em condições análogas à escravidão foram libertadas de uma fazenda de cana da empresa produtora de etanol Pagrisa, em Ulianópolis, no Pará. Após a autuação, uma comissão do Senado acusou os inspetores de exagerarem a precariedade da situação dos trabalhadores. Em conseqüência, as operações do grupo de fiscalização foram temporariamente suspensas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego devido a temores de que as alegações pudessem comprometer a credibilidade da atuação do grupo de fiscalização. As inspeções foram retomadas em outubro.

O governo adotou algumas medidas para melhorar as condições de trabalho no setor canavieiro. No Estado de São Paulo, que responde por mais de 60 por cento da produção de cana do Brasil, o Ministério Público do Trabalho tomou a iniciativa de dar início a inspeções e de instaurar processos. No âmbito federal, o governo prometeu introduzir um esquema de credenciamento social e ambiental voltado à melhoria das condições de trabalho e à redução do impacto ambiental.

Povos indígenas

O Estado do Mato Grosso do Sul continuou sendo um foco de violência contra os povos indígenas.

■ Em janeiro, Kuretê Lopes, uma mulher indígena Guarani-Kaiowá de 69 anos de idade, morreu ao levar um tiro no peito, disparado por um segurança privado, durante a evacuação de uma área cultivável que os Guarani-Kaiowá ocupavam, pois afirmavam ser sua terra ancestral. Em setembro, quatro lideranças Guarani-Kaiowá envolvidas na ocupação foram sentenciadas por tribunais estaduais a 17

anos de prisão pelo suposto roubo de um trator, uma sentença que as ONGs locais consideraram desproporcional, discriminatória e politicamente motivada. No final do ano, um recurso ainda era aguardado.

■ Em junho, o líder indígena Ortiz Lopes foi morto a tiros em sua casa no município de Coronel Sapucaia. Ao efetuar os disparos, o pistoleiro teria dito a Ortiz Lopes que estava a mando de fazendeiros que queriam resolver uma disputa. Ativo defensor do direito às terras dos Guarani-Kaiowá, Lopes já vinha sendo ameaçado de morte.

Em agosto, o governo federal anunciou sua decisão de declarar 11.009 hectares na região de Aracruz, no Espírito Santo, como terras indígenas. A decisão foi tomada após uma longa disputa envolvendo os povos Guarani e Tupinikim e uma empresa produtora de celulose.

Impunidade

Devido às falhas existentes em todos os estágios do sistema de justiça criminal, os violadores de direitos humanos desfrutaram de uma impunidade que só foi exceção em casos com ramificações internacionais.

■ As autoridades tomaram providências para investigar, processar e condenar os responsáveis pelo assassinato da irmã Dotothy Stang, uma missionária dos EUA, ocorrido em fevereiro de 2005. Em maio, Vitalmiro Bastos de Moura, o fazendeiro acusado de ser o mandante do crime, foi sentenciado a 30 anos de prisão. Em outubro, Rayfran das Neves Sales, um dos pistoleiros envolvidos, foi sentenciado a 27 anos de prisão. Porém, o tribunal de justiça anulou o julgamento e ordenou que fosse refeito.

Procedimentos judiciais como esse, no entanto, continuam sendo raros em um estado onde a impunidade é a regra para os casos de violência rural. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, dos 814 casos de assassinato entre os anos de 1971 e 2006, no Estado do Pará, 568 permanecem não solucionados. Entre 92 casos criminais, houve apenas uma condenação.

■ Durante a onda de violência provocada por grupos criminosos no Estado de São Paulo, em maio de 2006, a polícia matou mais de 100 pessoas que seriam supostos criminosos; em outros 87 casos há indicações do envolvimento de grupos de extermínio com ligações com a polícia. Segundo o Ministério Público estadual, até o final de 2007 ninguém havia sido processado.

Defensores de direitos humanos

O programa de defensores de direitos humanos do governo federal criou um órgão de coordenação nacional. Porém, tanto a falta de recursos quanto a falta de coordenação continuaram a atrapalhar a implementação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Defensores continuaram a ser ameaçados e intimidados.

■ O líder indígena Marcos Ludison de Araújo (Marcos Xucuru) recebeu ameaças no mês de julho. Devido a uma longa história de intimidações por parte da Polícia Federal, um órgão com responsabilidade constitucional de garantir proteção, Marcos Xucuru decidiu então solicitar proteção a membros de confiança da Polícia Militar – uma medida prevista conforme as regras do programa de defensores. Entretanto, ele permaneceu em perigo por vários meses enquanto ocorriam as negociações entre o governo estadual e o federal.

■ Márcia Honorato, funcionária de uma ONG que diversas vezes denunciou as atividades de grupos de extermínio na Baixada Fluminense, uma região extremamente violenta próxima ao Rio de Janeiro, recebeu uma série de ameaças de morte, tendo, em uma ocasião, uma arma apontada para sua cabeça

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Brasil em maio e junho.

Brasil: "De ônibus queimados a caveirões": a busca por segurança humana (AMR 19/010/2007)

Brasil: Submissão à Revisão Periódica Universal da ONU - Primeira sessão do Grupo de Trabalho RPU, 7-11 de abril de 2008 (AMR 19/023/2007).

CANADÁ

Chefe de Estado:	**Rainha Elizabeth II, representada pela governadora-geral Michaëlle Jean**
Chefe de governo:	**Stephen Harper**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**32,5 milhões**
Expectativa de vida:	**80,3 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/6 por mil**

Ocorreram mortes após o uso de armas de eletrochoque pela polícia. Povos indígenas continuaram a enfrentar discriminação. Houve constante preocupação a respeito de leis antiterrorista e do tratamento de refugiados e de requerentes de asilo.

Discriminação – direitos dos povos indígenas

Um relatório publicado em maio sobre o inquérito público do assassinato de Dudley George pela polícia, em 1995, forneceu a base para o fortalecimento da proteção dos direitos dos povos indígenas. As disputas envolvendo terras e recursos continuaram, assim como o fracasso das autoridades em garantir sua resolução de modo rápido e imparcial. Isso foi demonstrado pela situação em Grassy Narrows, no noroeste de Ontário, e com os índios Lubicon Cree, ao norte de Alberta. O governo recusou-se a tratar de disparidades nos recursos financeiros disponíveis para as agências de proteção à criança indígena.
O Canadá votou contra a adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em setembro e, em seguida, argumentou que a Declaração não se aplicava ao Canadá.

"Guerra ao terror"

Maher Arar, cidadão canadense vítima de transferência ilegal (*rendition*) dos Estados Unidos para a Síria, em 2002, recebeu um pedido formal de desculpas e uma compensação do governo em janeiro. No entanto, muitas das recomendações do inquérito público sobre seu caso não foram implementadas. O inquérito sobre o papel de agentes canadenses nos casos de três cidadãos canadenses – Abdullah Almalki, Ahmed El-Maati e Muayyed Nureddin – detidos e torturados no exterior foi frustrado por excesso de segredo.

Em fevereiro, a Suprema Corte do Canadá decidiu que o sistema de certificação de segurança de imigração, usado pelo governo federal para deter e deportar pessoas nascidas em outros países e suspeitas de crimes terroristas, violava a Carta de Direitos, pois uma quantidade substancial de provas era retida, impedindo que os indivíduos preparassem uma defesa efetiva. Um projeto de lei que propunha a criação de uma Defensoria Especial falhou em abordar essa preocupação.

Em fevereiro, o Parlamento votou em favor da permissão para que cláusulas controversas da Lei Antiterrorista expirassem. Em outubro, o governo introduziu um projeto de lei que restauraria as cláusulas que permitem a prisão preventiva e as audiências de investigação. O projeto de lei estava pendente no Parlamento no fim do ano.
Em novembro, o Tribunal Federal rejeitou um requerimento do governo para anular a ação judicial iniciada pela Anistia Internacional e pela British Columbia Civil Liberties Association questionando a prática da transferência de prisioneiros detidos nos campos de batalha do Afeganistão para a custódia afegã, sob a qual correriam sérios riscos de tortura.

O governo canadense recusou-se a intervir em favor de Omar Khandr, detido pelas forças dos EUA no Afeganistão quando tinha 15 anos de idade e mantido por mais de cinco anos na base de Guantánamo.

Violência contra a mulher

As autoridades não instituíram uma estratégia nacional para abordar a violência e a discriminação contra mulheres indígenas, nem tomaram medidas para implementar antigas recomendações sobre as mulheres nas prisões federais. Continuaram as restrições ao financiamento de organizações para defesa das mulheres, resultando no fechamento de alguns grupos e na redução das atividades.

Refugiados e requerentes de asilo

Em novembro, o Tribunal Federal decidiu que o acordo de Terceiro País Seguro entre o Canadá e os Estados Unidos violava a Carta de Direitos e o direito internacional. O governo recorreu da decisão. No final do ano, tramitava no Parlamento uma legislação que exigiria do governo a implementação das disposições sobre apelação de refugiados previstas na Lei de Proteção a Imigrantes e Refugiados de 2001.

Polícia e forças de segurança

Pelo menos quatro pessoas morreram após o uso de armas de eletrochoque Taser pela polícia. A morte do cidadão polonês Robert Dziekanski, no Aeroporto Internacional de Vancouver, após ser atingido por cargas de eletrochoque ao menos duas vezes pela polícia, em outubro, resultou em diversas revisões e na abertura de um inquérito público provincial.

Pena de morte

Em outubro, o Canadá reverteu uma política já tradicional no país ao declarar que não mais pedirá clemência para cidadãos canadenses sentenciados à morte em países democráticos que respeitem o Estado de direito.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 95

Relatórios da AI

- Canada: Human rights for all -- No exceptions (AMR 20/001/2007).
- Canada: Inappropriate and excessive use of tasers (AMR 20/002/2007)
- Afghanistan: NATO countries at risk of complicity in torture (ASA 11/015/2007).
- Canada: Amnesty International reiterates call to suspend police use of tasers following airport death (AMR 20/004/2007)

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:	**Hu Jintao**
Chefe de governo:	**Wen Jiabao**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**1.221,4 bilhões**
Expectativa de vida:	**72,5 anos**

Um número cada vez maior de ativistas de direitos humanos foi aprisionado, colocado em prisão domiciliar, sob vigilância, ou intimidado. Continuou a repressão aos grupos minoritários, como tibetanos, uigures e mongóis. Os praticantes de Falun Gong enfrentaram um risco particularmente alto de sofrer tortura e outros maus-tratos sob detenção. Os cristãos foram perseguidos por praticarem sua religião fora dos canais sancionados pelo Estado. Apesar da restituição da revisão dos casos de pena de morte pela Suprema Corte do Povo, a pena capital permaneceu envolta em segredo e continuou a ser usada extensivamente. Predominou a prática da tortura de detentos e de prisioneiros. Milhões de pessoas não tiveram acesso à Justiça e foram forçadas a buscar reparação por meio de um ineficaz sistema de petições extralegal. Mulheres e meninas continuaram a sofrer violência e discriminação. Os preparativos para os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008 foram marcados pela repressão de ativistas de direitos humanos. A censura à Internet e a outros meios de comunicação foi intensificada.

Pena de morte

As estatísticas sobre pena de morte continuaram a ser consideradas um segredo de Estado, tornando difícil confirmar as alegações oficiais de que o restabelecimento da revisão pela Suprema Corte diminuiu o número de execuções. Com base em informações públicas, a Anistia Internacional estima que pelo menos 470 pessoas tenham sido executadas e que 1.860 tenham sido condenadas à morte durante 2007. Entretanto, se acredita que os números reais tenham sido muito mais altos.

Em junho, a Suprema Corte do Povo estipulou que os casos de pena de morte em primeira instância deveriam ser julgados em tribunal aberto, e que as cortes deveriam promover julgamentos públicos para as apelações em casos de pena capital. No entanto, os julgamentos sujeitos a pena de morte continuaram a ser realizados a portas fechadas. A polícia freqüentemente recorreu à tortura para obter "confissões", e os detentos não tiveram acesso imediato e regular a advogados. Penas de morte e execuções continuaram sendo impostas para 68 delitos, inclusive para vários crimes não-violentos, como corrupção e delitos relacionados a drogas.

Sistema de Justiça

Pessoas que exerciam pacificamente seus direitos, como a liberdade de expressão e de associação, continuaram correndo grande risco de desaparecimento forçado, detenção ilegal e detenção em regime de incomunicabilidade, prisão domiciliar, vigilância, espancamentos e hostilidades. Estima-se que 500 mil pessoas tenham sido submetidas à detenção punitiva sem acusação nem julgamento, através da "reeducação pelo trabalho" e de outras formas de detenção administrativa. A reforma da legislação de "reeducação pelo trabalho" permaneceu parada no Congresso Nacional do Povo. A polícia ampliou o uso da "reeducação pelo trabalho", bem como de uma outra forma de detenção administrativa, a "reabilitação forçada de dependentes de drogas", a fim de "limpar" Pequim em preparação para as Olimpíadas.

Para cerca de 11 a 13 milhões de pessoas, o único canal prático para a Justiça continuou sendo um sistema de petições a autoridades locais e de alto escalão, fora dos tribunais, em que a vasta maioria dos casos permaneceu sem resolução.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura durante a detenção continuou a ocorrer de modo generalizado.

■ Yang Chunlin, um ativista de direitos humanos da

província de Heilongjiang, foi detido em 6 de julho por "subversão do poder do Estado". Ele apoiou uma ação judicial apresentada por mais de 40 mil agricultores cujas terras foram confiscadas sem compensação. Yang Chunlin ajudou a colher assinaturas para uma petição denominada "Nós queremos direitos humanos, não os Jogos Olímpicos", firmada por muitos dos agricultores. A polícia recusou repetidamente seu acesso à família e a advogados, alegando que seu caso era "relacionado ao Estado". Yang Chunlin foi torturado, teve seus braços e pernas esticados e amarrados aos quatro cantos de uma cama de ferro, em várias ocasiões, sendo, inclusive, obrigado a comer, beber e defecar nessa posição.

■ Chen Xiaoming, ativista pelo direito à moradia, de Xangai, morreu em decorrência de uma extensa hemorragia, logo após ter sido colocado em liberdade condicional médica, no dia 1º de julho.

Defensores de direitos humanos

Enquanto o espaço para as atividades da sociedade civil continuou a crescer, os defensores dos direitos humanos que abordaram questões consideradas politicamente sensíveis tornaram-se cada vez mais visados. As autoridades criminalizaram as atividades dos ativistas de direitos humanos, acusando-os de crimes como dano à propriedade pública, extorsão e fraude.

Defensores dos direitos humanos e seus parentes, inclusive crianças, foram ainda mais intensamente hostilizados, tanto por funcionários do governo quanto por agressores não identificados, por meio de vigilância, prisão domiciliar e espancamentos. Entre os principais alvos estavam os advogados, cujos pedidos para renovação da licença profissional foram cada vez mais rejeitados.

■ O advogado de defesa e ativista de direitos humanos Gao Zhisheng permaneceu sob estrita vigilância policial, durante todo o ano, depois que foi condenado, em dezembro de 2006, por "incitação à subversão". Entre os dias 24 de junho e 4 de julho e, novamente, entre 22 de setembro e o início de novembro, ele foi mantido incomunicável e foi torturado em locais desconhecidos antes de retornar à prisão domiciliar em Pequim.

■ O advogado de direitos humanos Li Heping foi seqüestrado por indivíduos não identificados no final de setembro. Ele foi espancado por várias horas e recebeu ordens para interromper seu trabalho de direitos humanos. Depois disso, foi libertado.

Vários ativistas morreram, tanto durante a detenção quanto logo após serem libertados.

Liberdade de expressão

As autoridades chinesas mantiveram os esforços para controlar de modo bastante rígido o fluxo de informações. Elas decidiam quais os tópicos e quais as notícias que poderiam ser publicados. Às vezes, os meios de comunicação tinham de responder a diretrizes do governo em questão de minutos. As autoridades continuaram a bloquear alguns sites e a controlar o conteúdo da Internet, considerando palavras ou tópicos específicos.

Sabe-se que cerca de 30 jornalistas e mais, pelo menos, outras 50 pessoas estavam presas por veicularem suas opiniões na Internet. Com freqüência, as pessoas eram punidas simplesmente por acessarem sites que haviam sido proibidos.

Apesar de um afrouxamento temporário das regulamentações aplicadas aos jornalistas estrangeiros na China no período anterior aos Jogos Olímpicos, o controle sobre jornalistas chineses e estrangeiros continuou rigoroso, e muitos jornalistas chineses foram presos por abordarem assuntos sensíveis. Em abril, o Ministério da Segurança Pública teria ordenado uma triagem de todos os participantes das Olimpíadas de Pequim, com 43 categorias de pessoas a serem barradas, inclusive com base em crenças religiosas ou políticas.

Violência e discriminação contra a mulher

As mulheres sofreram discriminação no trabalho, na educação e no acesso a serviços de saúde. O tráfico de mulheres e de meninas permaneceu intenso, principalmente a partir da Coréia do Norte (veja abaixo). A violência doméstica continuou sendo amplamente praticada, tendo sido apontada como a principal causa de suicídio entre as mulheres das áreas rurais.

Em maio, segundo informações, dezenas de mulheres da região autônoma de Guangxi Zhuang, no sudoeste da China, foram submetidas a abortos forçados sob a supervisão dos órgãos locais de planejamento familiar. Em alguns casos, essas mulheres estavam no nono mês de gestação.

Repressão a grupos religiosos e espirituais

Milhões de pessoas foram impedidas de praticar livremente sua religião. Milhares permaneceram detidas ou cumprindo penas de prisão sob alto risco de tortura por praticarem sua religião fora dos canais autorizados pelo Estado. Praticantes do movimento espiritual Falun Gong, muçulmanos uigures, budistas tibetanos e grupos cristãos não-oficiais estavam entre os que foram mais duramente perseguidos.

Durante o ano, mais de 100 praticantes de Falun Gong teriam morrido em detenção, ou logo após sua libertação, em conseqüência de tortura, da negação de alimentos ou de tratamento médico, e por outras formas de maus-tratos.

Reuniões de igrejas protestantes domésticas, que funcionavam secretamente, eram freqüentemente interrompidas pela polícia; seus participantes geralmente eram detidos e espancados, e as igrejas, às vezes, eram destruídas.

■ Hua Huaiqi, líder de uma igreja doméstica sediada em Pequim, foi sentenciado em junho, em um julgamento a portas fechadas, a seis meses de prisão por obstrução da Justiça. Segundo informações, ele foi espancado na prisão. Sua mãe, de 76 anos, que protestou contra o tratamento dispensado ao filho, foi sentenciada a dois anos de prisão por destruição de propriedade pública e privada, depois de sua bengala ter atingido a lanterna de um veículo policial que se aproximava.

Membros da igreja católica não-oficial da China foram reprimidos. Um bispo católico idoso, Han Dingxiang, morreu sob custódia, em circunstâncias suspeitas, depois de passar mais de 20 anos na prisão. Ele foi rapidamente cremado pelas autoridades locais.

Religiosos seguidores de todas as crenças tiveram dificuldade para conseguir assistência legal, pois os advogados que se dispõem a atuar em casos sensíveis como esses geralmente são hostilizados, detidos e aprisionados.

Região autônoma uigur de Xinjiang

As autoridades continuaram a usar a "guerra ao terror", liderada pelos EUA, para justificar o endurecimento da repressão às pessoas de etnia uigur, que vivem principalmente na região autônoma uigur de Xinjiang, o que resultou em sérias violações de direitos humanos. Expressões não-violentas da identidade cultural uigur foram criminalizadas. Os uigures constituem o único grupo de que se tem conhecimento na China a ser condenado à morte e executado por crimes políticos, tais como "atividades separatistas".

Com crescente êxito, a China utilizou a Organização de Cooperação de Xangai para pressionar países vizinhos, entre os quais o Quirguistão, o Uzbequistão e o Cazaquistão, a cooperarem com o repatriamento forçado de uigures para a China.

Houve aumento no número de uigures detidos no exterior e devolvidos à força para a China, onde enfrentaram a pena de morte e possível execução. Esse tratamento era aplicado, inclusive, a uigures com nacionalidade estrangeira.

■ Ismail Semed, que foi repatriado à força do Paquistão para a China em 2003, foi executado sob acusações de "tentativa de dividir a pátria" e posse de armas de fogo e de explosivos.

■ Ablikim Abdiriyim, filho do ativista uigur Rebiya Kadeer, foi julgado em segredo e sentenciado a nove anos de prisão sob acusações de "incitação e engajamento em atividades separatistas". Segundo fontes oficiais, essas atividades consistiam basicamente em pedir ao webmaster da página do Yahoo em idioma uigur que colocasse artigos na rede. Porém, tanto o Yahoo! quanto a Alibaba, a empresa chinesa de internet que opera o serviço do Yahoo! na China, afirmaram que não dispõem de uma página em idioma uigur. Ablikim Abdiriyim teria sido torturado e sofrido outros maus-tratos na prisão. Consta que ele teve dificuldades para reconhecer membros da família durante uma visita em dezembro. As autoridades continuaram negando-lhe acesso a tratamento médico.

O governo empreendeu uma política de imigração em grande escala de chineses da etnia han ("chineses próprios") para a região autônoma uigur de Xinjiang, a fim de, supostamente, suprir a falta de trabalhadores. Ao mesmo tempo, uma grande quantidade de mulheres e de meninas uigures – mais de 200 mil, segundo informações –, foram enviadas, geralmente sob coação das autoridades locais, para trabalhar em fábricas na região leste da China, sob condições severas e com baixa remuneração.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 98

Região autônoma do Tibete e outras áreas de etnia tibetana

A liberdade de religião, de expressão e de associação dos tibetanos continuou severamente restrita. A Administração Estatal para Assuntos Religiosos instituiu o controle governamental sobre a identificação e o treinamento de professores de budismo tibetano em toda a China. Expressões pacíficas de apoio ao Dalai Lama continuaram a ser castigadas com rigor. Os esforços para enviar ao exterior informações sobre a repressão dos tibetanos foram severamente punidos.

■ Cerca de 40 crianças tibetanas foram detidas pela polícia na província de Gansu por escreverem nos muros frases em favor da independência do Tibete. Testemunhas oculares afirmaram que quatro dos meninos estavam machucados e confusos, e que um deles fora, por diversas vezes, levado para outro lugar à noite, retornando pela manhã com aparência de ter sido espancado e sem condições de falar.

■ Runggye Adak, um nômade tibetano que, durante um festival cultural, apelou publicamente pela volta do Dalai Lama ao Tibete, foi sentenciado a oito anos de prisão por "incitar à divisão do país" e por "perturbar gravemente a ordem pública". Três outros foram presos por 10, 9 e 3 anos, acusados de "conspirar com forças separatistas estrangeiras para dividir o país e por distribuir panfletos políticos", em razão de suas tentativas de enviar informações sobre a prisão de Runggye Adak para organizações estrangeiras.

Refugiados da Coréia do Norte

Aproximadamente 50 mil norte-coreanos estariam escondidos na China, vivendo sob medo constante de deportação. Acredita-se que, a cada mês, centenas de norte-coreanos tenham sido repatriados à força para a Coréia do Norte, sem ter acesso aos escritórios do ACNUR na China. A maioria dos norte-coreanos na China é de mulheres, muitas das quais foram traficadas para dentro do país. Para elas, o principal meio de evitar o retorno forçado para a Coréia do Norte é serem compradas para casar com homens chineses. Crianças nascidas de refugiadas norte-coreanas na China são, efetivamente, desprovidas de cidadania e enfrentam dificuldades de acesso à educação e a serviços de saúde.

■ Kim Yong-ja, uma mulher norte-coreana sem documentação, teria cometido suicídio enquanto se encontrava detida, devido ao medo de ser devolvida à força para a Coréia do Norte. Ela estava com outras 40 refugiadas norte-coreanas presas em dezembro, perto de Qinhuangdao, na província de Hubei.

Região administrativa especial de Hong Kong

Em julho, dezenas de milhares de pessoas se manifestaram em favor de reformas políticas e de direitos humanos no 10º aniversário do retorno de Hong Kong à soberania chinesa. Centenas de estrangeiros praticantes de Folun Gong foram proibidos de entrar em Hong Kong no período que antecedeu o aniversário. Em dezembro, o Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo decidiu que iria considerar a permissão de eleições diretas para a chefia executiva da região administrativa especial de Hong Kong em 2017, não em 2012.

Violência contra a mulher

Os casos de violência doméstica tiveram um crescimento de 120 por cento no primeiro trimestre do ano – um aumento atribuído a uma maior disposição em denunciar tais abusos à polícia. Ativistas pediram que a Regulamentação sobre Violência Doméstica fosse emendada com urgência, de modo a punir criminalmente os responsáveis por atos de violência doméstica e incluir, no seu escopo, os casais de mesmo sexo.

Discriminação contra homossexuais

Ativistas pelos direitos homoafetivos criticaram uma decisão, tomada em janeiro pela Autoridade de Telecomunicações, de que um programa de televisão que retratava relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo era tendencioso e impróprio para ser assistido por famílias. Em julho, o Supremo Tribunal decidiu que uma lei que criminalizava o relacionamento de pessoas do mesmo sexo em público, mas que não criminalizava a mesma conduta heterossexual, era discriminatória.

Requerentes de asilo

Requerentes de asilo acusados de crimes de imigração permaneceram sendo detidos enquanto aguardavam o resultado de seu pedido de asilo. Em maio, uma ONG local informou que muitos requerentes de asilo mantidos em centros de

detenção de imigrantes foram despidos na frente de outros detentos, humilhados por funcionários da imigração e não receberam cuidados médicos adequados.

Em outubro, 29 requerentes de asilo, mantidos no centro de detenção de imigrantes de Castle Peak, fizeram uma greve de fome por três dias em protesto contra sua prolongada detenção. Grupos de apoio disseram que alguns estavam detidos havia quase um ano, ao passo que as autoridades alegaram que a maioria estava lá por aproximadamente um mês.

Relatórios da AI

- Open Letter to Chairman of the Standing Committee of the National People's Congress on the reform of Re-education through Labour (ASA 17/020/2007).
- People's Republic of China: The Olympics countdown – one year left to fulfil human rights promises (ASA 17/024/2007)
- China: The Olympics countdown – Repression of activists overshadows death penalty and media reforms (ASA 17/015/2007)
- Hong Kong's return to Chinese sovereignty: ten years on (ASA 19/001/2007)
- China: Internal Migrants: Discrimination and abuse – the human cost of an economic "miracle" (ASA 17/008/2007)
- China: Remember the Gulja massacre? China's crackdown on peaceful protesters (ASA 17/002/2007)

COLÔMBIA

Chefe de Estado e de governo:	**Alvaro Uribe Vélez**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**47 milhões**
Expectativa de vida:	**72,3 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**30/26 por mil**
Taxa de alfabetização:	**92,8 por cento**

O contínuo conflito entre os grupos paramilitares apoiados pelo Exército, os grupos guerrilheiros e as forças de segurança resultou em sérios abusos dos direitos humanos, especialmente em certas regiões e nas áreas rurais. Todas as partes envolvidas nos 40 anos de conflito cometeram violações do direito internacional humanitário, incluindo crimes de guerra e crimes contra a humanidade. No entanto, menos civis foram mortos em comparação com os últimos anos. Pessoas continuaram a ser seqüestradas e os grupos guerrilheiros foram responsáveis pela maioria dos casos relacionados ao conflito; a quantidade de casos relatados, porém, foi menor do que em anos anteriores. O assassinato, em junho, de 11 reféns mantidos pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) provocou condenação generalizada e renovou os apelos para que as FARC libertassem todos os seus reféns. Continuaram os ataques a defensores de direitos humanos e a ativistas da sociedade civil; os paramilitares foram apontados como responsáveis pela maioria desses ataques.

Menos pessoas foram mortas por grupos paramilitares do que em anos anteriores. No entanto, aumentaram os relatos de mortes de civis pelas forças de segurança. Grupos paramilitares permaneceram ativos em várias partes do país, apesar de terem sido supostamente desmobilizados. O número de pessoas forçadas a fugir de suas casas por causa do conflito também aumentou. As FARC foram responsabilizadas pelos assassinatos de vários candidatos durante a campanha para as eleições locais de outubro.

Houve progressos em algumas investigações de maior repercussão sobre abusos de direitos humanos, mas a impunidade continuou sendo a maior preocupação. Cerca de 40 congressistas foram implicados nas prolongadas investigações judiciais sobre as ligações entre autoridades públicas e grupos paramilitares. Vários líderes paramilitares "desmobilizados" prestaram depoimento perante tribunais especiais sobre seu papel em violações de direitos humanos e sobre suas ligações com as forças de segurança, em troca de penas reduzidas de prisão.

Assassinatos cometidos pelas forças de segurança

Segundo informações, pelo menos 280 pessoas foram executadas extrajudicialmente por membros das forças de segurança nos 12 meses anteriores a junho de 2007. As vítimas, a maioria agricultores, geralmente eram apresentadas pelos militares como "guerrilheiros mortos em combate". A maioria das mortes foi remetida ao sistema de justiça militar, o qual normalmente encerrava esses casos sem

nenhuma tentativa séria de fazer com que os responsáveis prestassem contas.

■ Em 22 de abril, soldados da XVI Brigada do Exército entraram na casa de Ernesto Cruz Guevara, no município de Aguazul, departamento de Casanare. Os soldados o interrogaram sobre atividades da guerrilha. Antes de saírem, disseram à esposa que estavam levando seu marido para o Ministério Público (Fiscalía). Mais tarde, a família de Ernesto Cruz identificou seu corpo; o Exército alegou tratar-se de um guerrilheiro morto em combate.

Em junho, o Ministério da Defesa emitiu a Diretiva Nº 10, que reiterava que as execuções extrajudiciais eram uma violação do direito à vida.

C

Grupos paramilitares

O governo alegou que mais de 31 mil combatentes haviam sido desmobilizados e que os paramilitares não estavam mais na ativa. Eles atribuíram a continuação da violência a grupos criminosos de narcotraficantes. Embora alguns grupos paramilitares tenham realmente se transformado em grupos de narcotráfico, e alguma violência estivesse ligada às disputas entre esses grupos, havia fortes indícios de que os grupos paramilitares tradicionais continuavam a operar em várias partes do país com novos nomes, como "Águias Negras" e "Organização Nova Geração". Foram constantes os informes de cumplicidade entre os paramilitares e as forças de segurança.

De acordo com o Oitavo Relatório Trimestral da Missão da OEA para Apoiar o Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), publicado em fevereiro, foram identificados 22 desses grupos compostos de aproximadamente três mil combatentes. Outras fontes sugerem que este número seja muito maior. Pelo menos 230 assassinatos de civis foram atribuídos aos paramilitares, que agiam tanto sozinhos quanto em associação com as forças de segurança, em um período de 12 meses, terminado em junho de 2007.

■ No dia 23 de fevereiro, Alba Milena Gómez Quintero e seu filho de 18 anos, Miguel Antonio, foram mortos depois de serem levados, por dois supostos paramilitares, do táxi em que viajavam, na rodovia San Juan de Arama – Granada, no departamento de Meta, em um ponto localizado entre duas barreiras do Exército. Segundo informações, Alba havia feito uma queixa formal contra o Exército, que a teria acusado falsamente de auxiliar a guerrilha.

Fracasso em revelar a verdade sobre os abusos dos paramilitares

Apenas cerca de 10 por cento dos mais de 31 mil paramilitares desmobilizados se qualificaram para inclusão na Lei de Justiça e Paz, segundo a qual aqueles que depuserem as armas podem se beneficiar de significativa redução das penas, em troca de confissões sobre violações de direitos humanos e de reparação às vítimas. Porém, com apenas cerca de 20 unidades de investigação para lidar com milhares de casos, o andamento do processo foi muito lento.

Embora os líderes paramilitares que confessaram tenham revelado alguns dados sobre aqueles que assassinaram, as informações sobre a identidade das vítimas e sobre a localização de seus corpos permaneceram incompletas. Foram exumados mais de 1.100 corpos encontrados em várias covas coletivas entre o início de 2006 e o fim de 2007. A maioria desses corpos, porém, foi descoberta graças a informações obtidas junto a soldados rasos paramilitares que estavam fora do processo da Lei de Justiça e Paz. A grande maioria dos corpos permanece não identificada. A maior parte dos cerca de 4 milhões de hectares de terra que se estima terem sido roubados pelos paramilitares ainda não foi identificada, e apenas uma porção muito pequena dessas terras foi devolvida aos seus reais proprietários.

A maioria dos paramilitares escapou de investigações efetivas através do Decreto 128 e da Lei 782, que concedem anistias *de facto* àqueles que não estão sendo investigados por abusos de direitos humanos e que admitiram ser membros de grupos paramilitares, um delito conhecido como "conspiração para cometer um crime" (*concierto para delinquir*). No entanto, em julho, a Corte Suprema de Justiça determinou que pertencer a grupos paramilitares não era um crime político e que, portanto, as anistias não se aplicavam. A decisão deixou aproximadamente 19 mil paramilitares em um limbo legal.

Várias vítimas e seus representantes no processo da Lei de Justiça e Paz foram assassinados, supostamente por paramilitares.

■ Carmen Cecilia Santana Romaña, que representava vítimas que tentavam reaver suas terras e que postulavam seu direito a participar das audiências da Lei de Justiça e Paz, foi morta por um pistoleiro não

identificado, em 7 de fevereiro, no município de Apartadó, departamento de Antioquia.

■ Yolanda Izquierdo, que representava sobreviventes em uma audiência da Lei de Justiça e Paz na qual depunha o líder paramilitar Salvatore Mancuso – ela mesma também uma vítima – foi morta a tiros em Monteria, departamento de Córdoba, em 31 de janeiro, por pistoleiros suspeitos de ligações com os paramilitares.

Escândalo "para-político"

Mais de 40 legisladores estavam sendo investigados pela Corte Suprema por suas supostas ligações com paramilitares; quase metade deles encontrava-se detida no final do ano. Em dezembro, um desses políticos, Erik Morris, foi sentenciado a seis anos de prisão. Centenas de outras autoridades públicas, incluindo governadores, prefeitos e membros das forças de segurança, estavam sendo investigadas pelo Ministério Público e pela Procuradoria Geral. Em novembro, Jorge Noguera, ex-diretor da agência de segurança civil, o Departamento Administrativo de Segurança, foi inabilitado pela Procuradoria Geral da Nação para ocupar cargos públicos por 18 anos, devido a suas ligações com paramilitares. Segundo informações, diversos juízes da Corte Suprema que estão investigando o escândalo, bem como seus familiares, foram ameaçados.

Impunidade

A impunidade continuou sendo a norma na maioria dos casos de abuso dos direitos humanos. Embora tenha havido algum progresso em diversos casos de destaque, em muitos outros casos não houve qualquer avanço na identificação da cadeia de comando responsável.

■ Em novembro, um capitão do Exército foi preso por seu papel na morte de oito membros da Comunidade de Paz de San José de Apartadó, no município de Apartadó, departamento de Antioquia, em fevereiro de 2005. A Fiscalía General de la Nación afirmou que os assassinatos foram executados pelo Exército em conluio com paramilitares. Em fevereiro, a Fiscalía anunciou que estava investigando 69 soldados pelos assassinatos. Mais de 160 membros da comunidade foram mortos desde 1997.

■ Em novembro, foi divulgado que uma equipe da Fiscalía General de la Nación havia reaberto as investigações de 294 dos milhares de assassinatos de membros do partido União Patriótica, de esquerda, ocorridos desde 1985. Acredita-se que os paramilitares e as forças de segurança foram responsáveis pela maioria destes assassinatos.

■ Em outubro, o ex-ministro da Justiça e senador Alberto Santofimio foi sentenciado a 24 anos de prisão em conexão com o assassinato do candidato presidencial Luis Carlos Galán, em 1989.

■ Em setembro, três membros da Força Aérea foram sentenciados por um juiz civil a seis anos de prisão domiciliar pelo que foi descrito na sentença como homicídio acidental de 17 pessoas em Santo Domingo, no município de Tame, departamento de Arauca, em 1998. O sistema de justiça militar havia anteriormente absolvido os três homens, alegando que as mortes ocorreram depois que um caminhão pertencente à guerrilha explodiu. A decisão de setembro concluiu que as mortes foram causadas por uma bomba de fragmentação lançada por um helicóptero da Força Aérea.

■ Em agosto, quatro membros do Exército e um civil foram sentenciados a 40 anos de prisão pela morte de três sindicalistas no município de Saravena, departamento de Arauca, em agosto de 2004. O Exército havia alegado que eles eram guerrilheiros mortos em combate.

■ Em julho, um coronel reformado do Exército, Alfonso Plazas Vegas, foi preso por sua participação no desaparecimento forçado de 11 pessoas durante um ataque militar ao Palácio da Justiça, em Bogotá, depois que guerrilheiros do M-19 tomaram as pessoas que estavam dentro do prédio como reféns, em novembro de 1985. Mais de 100 pessoas morreram durante a investida militar, incluindo 12 juízes da Corte Suprema. Em setembro, o procurador-geral Mario Iguarán disse haver fortes indícios de que muitos dos desaparecidos estavam vivos quando deixaram o edifício.

Grupos guerrilheiros

As FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) continuaram a cometer abusos dos direitos humanos, bem como violações graves e repetidas do direito internacional humanitário, incluindo assassinato de civis e tomada de reféns. Mais de 210 assassinatos de civis foram atribuídos a grupos guerrilheiros nos 12 meses anteriores a junho de 2007.

■ Quatro pessoas foram mortas, supostamente pelo ELN, em San Joaquín, no município de Mercaderes, departamento de Cauca, em 14 de março.

■ Quatro pessoas foram mortas, supostamente pelas FARC, na municipalidade de Yarumal, departamento de Antioquia, em 1º de janeiro. Pelo menos duas das vítimas eram líderes comunitários.

No departamento de Arauca, as pessoas tiveram que fugir de suas casas depois que o atual conflito entre as FARC e o ELN levou a escaramuças armadas e ao assassinato seletivo de civis. Entre as vítimas estavam líderes comunitários e sociais acusados por cada um dos lados de apoiar o grupo rival.

As FARC continuaram visando políticos eleitos e teriam sido responsáveis pela maioria dos 29 assassinatos de candidatos durante o período de campanha para as eleições locais, realizadas em 28 de outubro.

■ Quatro prefeitos e vereadores foram mortos nos departamentos de Caquetá, Chocó e Valle del Cauca entre 7 e 10 de julho.

O uso de minas terrestres anti-pessoais pelos grupos guerrilheiros continuou sendo amplamente disseminado. Em 2007, mais de 180 civis e membros das forças de segurança, que continuaram sendo as principais vítimas das minas terrestres, foram mortos e 680 ficaram feridos.

■ Cinco membros da comunidade indígena Awá, entre os quais duas crianças, foram mortos por minas terrestres supostamente colocadas pelas FARC no município de Ricaurte, departamento de Nariño, em 14 e 15 de julho.

Conversações de paz preliminares entre o governo e o ELN foram suspensas em agosto, após desacordos sobre os termos de um cessar-fogo.

Seqüestro e tomada de reféns

Houve condenação generalizada depois que 11 dos 12 deputados do departamento de Valle del Cauca, seqüestrados pelas FARC em abril de 2002, foram mortos em circunstâncias não esclarecidas no dia 18 de junho. As FARC alegaram que eles morreram no fogo cruzado do combate com um grupo armado não identificado. No entanto, as autoridades contestaram esta versão.

A comunidade internacional passou a envolver-se mais ativamente nas discussões sobre a troca de prisioneiros das FARC por reféns mantidos pelo grupo guerrilheiro, depois de o Presidente Uribe autorizar que o "representante diplomático" das FARC, Rodrigo Granda, fosse solto da prisão em junho, e depois da libertação simultânea de mais de 100 prisioneiros condenados pertencentes às FARC. O Presidente Uribe autorizou o presidente venezuelano, Hugo Chávez, a intermediar um acordo e, em novembro, o Presidente Chávez reuniu-se com líderes das FARC em Caracas. Nesse mesmo mês, porém, o Presidente Uribe encerrou a mediação venezuelana depois que o Presidente Chávez teria supostamente contatado o comandante do Exército colombiano, contrariando um acordo de não falar diretamente com líderes do Exército da Colômbia sobre a questão dos reféns. O incidente levou à deterioração das relações diplomáticas entre os dois países. A libertação previamente anunciada de três proeminentes reféns mantidos pelas FARC não se materializou até o final do ano.

Embora os seqüestros tenham continuado a diminuir – de 687 em 2006 para 521 em 2007 – os números permanecem altos. Grupos guerrilheiros, principalmente as FARC e, em escala bastante mais reduzida, o ELN, foram responsáveis pelo seqüestro de aproximadamente 150 pessoas, a grande maioria dos quais relacionados ao conflito. Grupos criminosos foram responsáveis pela maior parte dos demais seqüestros. A autoria de cerca de 125 seqüestros não foi determinada.

Violência contra a mulher

Todas as partes no conflito continuaram a submeter mulheres e meninas a abuso sexual e a outras formas de violência. Mulheres guerrilheiras foram obrigadas a realizar abortos ou a tomar contraceptivos em violação aos seus direitos reprodutivos.

■ No dia 23 de maio, soldados armados teriam invadido uma residência no município de Toribío, departamento de Cauca, onde teriam tentado abusar sexualmente de uma menina de 11 anos.

■ Em 26 de março, cinco paramilitares dos Águias Negras – duas mulheres, dois menores e um homem – teriam entrado na casa de duas irmãs de 10 e 14 anos, no município de Bello, departamento de Antioquia. Alguns dos paramilitares teriam espancado as duas meninas, tendo abusado sexualmente e matado a mais velha. Consta que um vizinho de 60 anos, José Mendieta, que teria tentado ajudar as meninas, foi morto a facadas pelos agressores.

Segundo informações, paramilitares e grupos criminosos recrutaram à força, em várias partes do país, mulheres e meninas como trabalhadoras do sexo. No departamento de Putumayo, pelo menos

cinco mulheres recrutadas para trabalho sexual teriam sido mortas.

Ataques a civis

Os civis continuaram a suportar o impacto do conflito, em especial aqueles pertencentes a comunidades de indígenas, de afrodescendentes e de agricultores, muitos dos quais viviam em terras que interessavam economicamente às partes em confronto. Pelo menos 1.340 civis foram mortos ou desapareceram à força nos 12 meses anteriores a junho de 2007. Houve ainda mais de 305 mil novos casos de deslocamentos em 2007. Entre 3 e 4 milhões de pessoas foram deslocadas pelo conflito desde 1985.

■ Em setembro, quase mil indígenas Awá, cerca de metade dos quais crianças, foram deslocados da reserva Inda Sabaleta, no município de Tumaco, departamento de Nariño, em conseqüência dos combates entre o Exército e grupos guerrilheiros.

■ Em abril, mais de seis mil pessoas foram forçadas a fugir de suas casas, no departamento de Nariño, por causa dos contínuos embates entre o Exército e grupos guerrilheiros.

Paramilitares e guerrilheiros continuaram a recrutar crianças. Segundo estimativas do UNICEF, havia entre seis e sete mil crianças soldados na Colômbia.

Ocorreram também vários ataques à bomba em áreas urbanas, alguns dos quais as autoridades atribuíram às FARC.

■ Um carro-bomba explodiu em frente a um prédio da polícia em Cali, no departamento de Valle del Cauca, em 9 de abril. Um civil morreu e mais de 30 ficaram feridos.

■ Um artefato explosivo foi detonado em Buenaventura, no departamento de Valle Del Cauca, em 16 de março, matando quatro e ferindo sete pessoas.

Defensores de direitos humanos e outros ativistas

Defensores de direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, ativistas comunitários e sociais continuaram a ser visados, principalmente pelos paramilitares.

Durante o ano, os escritórios de diversas ONGs de direitos humanos foram invadidos e informações valiosas foram roubadas; entre estas organizações estão a Reiniciar, a Corporación Jurídica Yira Castro, a Fellowship of Reconciliation e a Justapaz.

Em fevereiro, cerca de 70 ONGs, sindicatos e outras organizações sociais receberam, segundo informações, e-mails de paramilitares com ameaças de morte. Em junho, oito organizações de direitos humanos do departamento de Nariño receberam ameaças de morte por telefone e por e-mail, supostamente do grupo paramilitar Nova Geração. Este grupo enviou ameaças similares a 13 ONGs de Nariño no mês de março.

■ Em 4 de novembro, Yolanda Becerra, presidente da Organização Feminina Popular, foi atacada em sua casa em Barrancabermeja, departamento de Santander, por dois homens armados e encapuzados. Eles a teriam jogado contra a parede e a ameaçado com uma arma, dando-lhe 48 horas para deixar a cidade.

■ Em 4 de abril, Judith Vergara, ativista comunitária da Comuna 13, em Medellín, departamento de Antioquia, foi morta a tiros quando viajava de ônibus na cidade.

Pelo menos 39 sindicalistas foram mortos em 2007. Começou a operar em janeiro uma representação Permanente da Organização Internacional do Trabalho na Colômbia. O escritório foi estabelecido para supervisionar os direitos dos sindicalistas no país e para monitorar o trabalho de uma unidade especial criada pelo procurador-geral para investigar o assassinato de sindicalistas.

Os esforços para garantir um acordo de livre comércio entre a Colômbia e os EUA foram atrapalhados por preocupações do Congresso estadunidense sobre o assassinato de sindicalistas colombianos.

O Presidente Uribe tornou a fazer comentários que sugeriam que as organizações de direitos humanos eram ligadas a grupos guerrilheiros. Em julho, ele disse que "a estratégia da guerrilha agora é outra: cada vez que há uma baixa na guerrilha, eles imediatamente mobilizam seus corifeus no país e no estrangeiro para dizer que foi uma execução extrajudicial".

Ajuda militar dos EUA

Em 2007, a ajuda dos Estados Unidos para a Colômbia somou aproximadamente US$ 727 milhões, cerca de 82 por cento dos quais destinados às forças de segurança. O valor total incluiu cerca de US$ 595 milhões de um projeto de lei para o financiamento de Operações Exteriores, 25 por cento dos quais

dependia do progresso das autoridades colombianas com relação a certos indicadores de direitos humanos. Em abril, a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, certificou que a Colômbia estivesse fazendo progressos em matéria de direitos humanos, e autorizou a liberação do montante total dos 25 por cento da ajuda certificada referente ao ano fiscal de 2006. O Congresso dos Estados Unidos, porém, reteve a liberação do dinheiro para as forças armadas, cerca de US$ 55,2 milhões, por preocupações relativas a execuções extrajudiciais e ao escândalo para-político. Apesar de três rodadas de perguntas e respostas, o Congresso não aceitou a justificativa para a certificação do progresso colombiano em matéria de direitos humanos e o dinheiro permanecia retido no final do ano.

Em dezembro, o presidente George W. Bush promulgou uma legislação que trazia mudanças significativas na assistência que os Estados Unidos prestavam à Colômbia. A assistência policial e militar previstas no projeto de lei para o financiamento de Operações Exteriores foi cortada em 31 por cento, enquanto a ajuda social e econômica aumentou 70 por cento. As condições de direitos humanos foram ampliadas para 30 por cento da ajuda e requeriam que as autoridades colombianas desmantelassem "grupos armados sucessores" – um reconhecimento do governo dos EUA de que prosseguem as atividades paramilitares na Colômbia. O valor total da assistência à Colômbia foi US$ 44 milhões a menos do que o montante requisitado pelo Presidente Bush para 2008.

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Em setembro, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) anunciou que o governo colombiano havia concordado em estender o mandato do escritório do ACNUDH na Colômbia por mais três anos.

Sobre o cumprimento, por parte do governo, das recomendações da ONU sobre direitos humanos, o relatório do ACNUDH sobre a Colômbia, publicado em março, afirma que "o quadro [...] ainda era variado, particularmente no caso das recomendações sobre a revisão dos arquivos de inteligência, da redução dos índices de impunidade, do fim do vínculo entre servidores públicos e membros de grupos paramilitares, e da melhoria da qualidade das estatísticas sobre direitos humanos e sobre direito internacional humanitário". O relatório também expressou preocupação sobre a presença continuada dos paramilitares, sobre o aumento dos relatos de execuções extrajudiciais cometidas pelas forças de segurança e sobre violações do direito internacional humanitário cometidas por grupos guerrilheiros, especialmente pelas FARC.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o país em fevereiro, junho e setembro.

Killings, arbitrary detentions, and death threats – the reality of trade unionism in Colombia (AMR 23/001/2007)

Colombia: FARC and ELN must release all hostages (AMR 23/019/2007)

Colombia: Latest killing of human rights defender throws controversial paramilitary demobilization process into further doubt (AMR 23/002/2007))

EGITO

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

Chefe de Estado:	**Muhammad Hosni Mubarak**
Chefe de governo:	**Ahmed Nazif**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**72,9 milhões**
Expectativa de vida:	**70,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**38/31 por mil**
Taxa de Alfabetização:	**71,4 por cento**

As emendas constitucionais aprovadas às pressas pelo Parlamento foram o mais grave retrocesso para os direitos humanos desde que o estado de emergência foi reintroduzido em 1981. Essas emendas consolidaram os vastos poderes da polícia e abrigaram de forma permanente sob a lei os poderes de emergência que vêm sendo usados sistematicamente para violar direitos humanos. Incluem-se entre essas violações a detenção prolongada sem acusação, a tortura e outras formas de maus-tratos, restrições à liberdade de expressão, associação e reunião e julgamentos manifestamente injustos nos tribunais militares e nos tribunais especiais de emergência. Cerca de 18 mil detentos administrativos – pessoas detidas por ordem do Ministério do Interior – permaneceram na prisão em

condições desumanas e degradantes. Algumas pessoas foram mantidas presas por mais de uma década; muitas, inclusive, cujas ordens de soltura foram determinadas várias vezes pelos tribunais. Cidadãos egípcios suspeitos de terrorismo, que haviam sido transferidos ilegalmente para o Egito por outros governos, continuaram presos. Os tribunais seguiram impondo sentenças de morte e pelo menos uma pessoa foi executada.

Quando a maior onda de greves ocorrida em décadas se propagou por todo o país, envolvendo trabalhadores dos setores público e privado, as autoridades proibiram as atividades de um grupo independente que defendia os direitos dos trabalhadores. As greves, motivadas pelo aumento do custo de vida, pelo crescimento da pobreza e por outros descontentamentos, coincidiram com os protestos políticos da Irmandade Muçulmana, a maior força de oposição do país, e com as campanhas de grupos de oposição que reivindicavam reformas democráticas. Ativistas políticos, jornalistas e internautas que mantinham blogs na Internet foram presos por expressarem pacificamente suas opiniões.

Há informações de que as mulheres enfrentaram níveis crescentes de violência. O governo adotou novas medidas para acabar com a prática da mutilação genital feminina (MGF), ainda utilizada na maioria das meninas.

Desenvolvimentos legais e constitucionais

Emendas Constitucionais

Em 19 de março, o Parlamento fez emendas em 34 artigos da Constituição. As mudanças draconianas introduzidas pelo artigo 179 consolidaram os amplos poderes de prisão da polícia, concederam maiores poderes aos agentes do Estado para espionar as comunicações particulares, autorizaram o Presidente a se esquivar dos tribunais comuns e abriram caminho para novas leis antiterroristas que, segundo as expectativas, prejudicarão ainda mais a proteção dos direitos humanos. Outras emendas parecem ter sido politicamente motivadas. Uma delas limitou a ação dos juízes na supervisão das eleições e dos referendos. Outra emenda proibiu a criação de partidos políticos baseados em religião – o que parece ser uma resposta ao sucesso eleitoral da Irmandade Muçulmana em 2005. As emendas foram aprovadas uma semana depois do pleito, por um referendo nacional que foi boicotado pelos principais partidos de oposição.

Emendas ao Código de Justiça Militar

O Código de Justiça Militar (Lei nº 25 de 1966), que estabeleceu os tribunais militares, recebeu emendas em abril. No entanto, as mudanças não trataram das falhas fundamentais inerentes a uma lei que permite o julgamento de civis por tribunais militares. A emenda introduziu um limitado direito de apelação por meio de cassações perante o Supremo Tribunal Militar de Recursos, o qual poderá reapreciar questões processuais durante o julgamento, mas não poderá rever os fundamentos factuais das acusações, nem as provas que embasaram a condenação. Além disso, todos os juízes do Supremo Tribunal Militar de Recursos são oficiais militares da ativa, e as decisões do tribunal continuam submetidas à ratificação do Presidente ou de pessoa designada por ele, que pode reduzir, alterar ou suspender a sentença.

Projeto de lei antiterrorista

O governo anunciou em dezembro que havia concluído um projeto de lei antiterrorista contendo 58 artigos, e que uma comissão de especialistas o examinaria antes que fosse apresentado ao Conselho de Ministros e, posteriormente, ao Parlamento.

E

"Guerra ao terror"

Um número desconhecido de cidadãos egípcios – suspeitos de terrorismo que, em anos anteriores, foram repatriados à força para o Egito pelo governo dos Estados Unidos e por outros governos, sem que fossem submetidos a processo judicial, sendo detidos ao chegarem e torturados pelas forças de segurança egípcias – continuou preso.

■ Muhammed Abd al-Aziz al-Gamal, Sayyid Imam Abd al-Aziz al-Sharif (Abu al-Fadl), Isam Shu'aib Muhammed, Khalifa Sayyid Badawi, Uthman al-Samman e Ali Abd al-Rahim, devolvidos ilegalmente do Iêmen para o Egito em fevereiro de 2002, ainda estavam detidos sem acusação e sem perspectivas de um novo julgamento. Eles também não tiveram acesso a um advogado, a tratamento médico, nem aos seus familiares. Após retornarem ao Egito, todos foram vítimas de desaparecimento forçado. Em março, surgiram informações de que Abu al-Fadl e Muhammed al-Gamal, condenados à morte por um tribunal militar em 1999, haviam sido transferidos de um local de detenção secreto para a prisão de Tora, ao sul do Cairo. Em julho, Abu al-Fadl, um dos fundadores da organização Jihad Islâmica, renunciou publicamente à violência política às vésperas da libertação de cerca de

330 integrantes da organização que estavam presos.

■ Usama Mostafa Hassan Nasr (Abu Omar), seqüestrado na Itália e transferido ilegalmente para o Egito em 2003, foi inesperadamente libertado sem acusação em fevereiro. Pelo menos 16 ordens para sua soltura emitidas anteriormente pelos tribunais haviam sido ignoradas. Quando retornou ao Egito, seu destino e seu paradeiro permaneceram desconhecidos durante 14 meses. Ele foi libertado em abril de 2004, mas preso novamente 23 dias depois, por ter contado a seus familiares que havia sido torturado enquanto esteve detido. Após sua libertação em 2007, ele se encontrou com representantes da Anistia Internacional e descreveu como foi seu seqüestro na Itália e sua prisão no Egito. Abu Omar relatou ter sido torturado durante os 14 meses em que foi mantido nas dependências dos serviços de Inteligência Geral e de Inteligência de Segurança de Estado (SSI), quando foi torturado com choques elétricos aplicados em partes sensíveis do seu corpo, foi crucificado em um dispositivo de madeira colocado em uma porta de metal, foi espancado com cabos elétricos e com mangueiras d'água, sendo também açoitado.

E

Sistema de justiça

Tribunais especiais e tribunais militares

Continuou a operar um sistema paralelo de justiça de caráter emergencial – que inclui tribunais de emergência especialmente constituídos e o julgamento de civis por tribunais militares. Sob esse sistema, as salvaguardas para julgamentos justos, tais como igualdade perante a lei, acesso imediato a um advogado e proibição do uso de provas obtidas mediante tortura, são freqüentemente violadas.

■ O julgamento de 40 integrantes da Irmandade Muçulmana (sete dos quais ausentes) teve início em abril. Eles foram acusados de terrorismo e de lavagem de dinheiro e, apesar de serem civis, foram julgados por um tribunal militar. Entre os réus, acusados de crimes passíveis de punição com a morte, estava Khairat al-Shatir, vice-líder supremo da Irmandade Muçulmana, preso em dezembro de 2006 juntamente com outros 16 integrantes proeminentes da organização. Em janeiro, todos os 17 foram absolvidos de todas as acusações por um tribunal penal regular; porém, em seguida foram presos novamente. Em fevereiro, o Presidente Mubarak determinou que esses 17 casos e os casos de outros 23 supostos integrantes da Irmandade Muçulmana fossem transferidos para o Supremo Tribunal Militar de Heikstep, no Cairo. Em maio, um tribunal administrativo do Cairo considerou sem efeito a ordem presidencial, mas, alguns dias depois, o Supremo Tribunal Administrativo reverteu a decisão quando o governo recorreu. O julgamento ainda estava em andamento no fim do ano. No entanto, jornalistas, observadores nacionais e internacionais, inclusive a Anistia Internacional, foram impedidos de assistir as sessões.

Detenção administrativa

Apesar de aproximadamente 530 detentos muçulmanos terem sido libertados em 2007, cerca de 18 mil pessoas continuaram a ser detidas sem acusação nem julgamento, sob as ordens do ministro do Interior, conforme a lei de emergência. A maioria dessas pessoas era mantida em condições cruéis, desumanas e degradantes, sendo que, segundo informações, centenas estavam doentes com tuberculose, doenças de pele e outras enfermidades. Muitas dessas pessoas continuaram detidas mesmo após serem absolvidas pelos tribunais e receberem ordens de soltura várias vezes.

■ Mohamed Abd Rahim el Sharkawy, um cidadão paquistanês de origem egípcia, de 57 anos, continuou em detenção administrativa na prisão de Tora Liman. Ele foi extraditado do Egito para o Paquistão em 1995, mantido incomunicável durante meses e, segundo informações, torturado. Logo em seguida, ele foi absolvido por um tribunal de emergência. Os tribunais ordenaram sua libertação pelo menos 15 vezes, inclusive em abril de 2007. Sua saúde estava debilitada devido às torturas que ele sofrera nos anos 90, às condições severas na prisão e à falta de cuidados médicos adequados. Em fevereiro, a administração da prisão encaminhou-o para fazer exames médicos, mas a solicitação foi negada pelo SSI.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros tipos de maus-tratos continuaram a ocorrer de forma sistemática e disseminada; segundo informações, tendo causado ou contribuído para, pelo menos, 20 mortes em 2007. Vídeos que mostravam o uso da tortura pela polícia foram colocados na Internet por blogueiros egípcios.

Os métodos de tortura mais comuns incluíam choques elétricos, espancamentos, suspensão em posições dolorosas, confinamento solitário, estupro, ameaças de morte, abusos sexual e ataques a familiares. Denúncias de tortura raramente eram investigadas. Os poucos processos instaurados contra supostos torturadores nunca foram relacionados a

casos políticos, e referiam-se, geralmente, a casos em que a vítima havia morrido.

■ Em agosto, Mohamed Mamduh Abdel Rahman, um menino de 13 anos, morreu na cidade de Mansura, situada no delta do rio Nilo, após ter sido supostamente torturado pela polícia. Ele perdeu a consciência quando ficou detido por seis dias sob suspeita de roubar pacotes de chá. As autoridades o transferiram para um hospital, onde ele morreu. Ele foi sepultado sem que a família fosse informada. Seu irmão, detido no mesmo dia, contou que a polícia queimou Mohamed com uma bobina quente, espancou-o e aplicou-lhe choques elétricos. Ele disse ainda que, quando Mohamed começou a ter convulsões, um policial chutou-o no tórax. Um vídeo de Mohamed no hospital mostra como ficaram as queimaduras em suas costas e em seus testículos. A polícia disse que ele morreu devido a causas naturais agravadas por tratamento médico inadequado e que as queimaduras foram acidentais. A família entrou com uma ação judicial. Em setembro, uma comissão de especialistas forenses designada pelo governo inocentou a polícia de qualquer má conduta.

■ Em um caso raro de processo bem-sucedido contra supostos torturadores, dois policiais da delegacia de Bulaq Dakrur, na província de Giza, foram sentenciados em novembro a três anos de prisão pela detenção ilegal, pela tortura e pelo estupro de Emad Mohamed Ali Mohamed (Emad al-Kabir), um taxista de 21 anos. Emad al-Kabir foi preso, em janeiro de 2006, após tentar acabar com uma discussão entre seu primo e alguns policiais. Ele relatou que os policiais amarraram suas mãos e pés, o açoitaram e ordenaram que ele dissesse palavras ofensivas contra si próprio. Os policiais, então, tiraram suas calças e o estupraram com um bastão, filmaram a tortura e divulgaram o vídeo no bairro em que Emad al-Kabir morava, em uma tentativa de humilhá-lo e de intimidar outras pessoas. Em novembro de 2006, o vídeo foi colocado na Internet. Em janeiro de 2007, Emad al-Kabir foi sentenciado a uma pena de três meses de prisão por "resistir à prisão" e por "agredir um policial".

Violência contra a mulher

A violência contra a mulher causou 247 mortes no primeiro semestre do ano, segundo uma organização não-governamental egípcia. Em novembro, o Centro Egípcio dos Direitos da Mulher informou que os casos de assédio sexual estavam aumentando e que duas mulheres eram estupradas por hora no país. A organização afirmou ainda que, de 2.500 mulheres que haviam denunciado casos de assédio sexual ao Centro, somente 12 por cento registraram queixa na polícia. O Centro Nacional de Pesquisas Sociais e Criminais, um órgão oficial, confirmou que os crimes sexuais estavam aumentando; porém, não conseguiu fornecer dados.

Após uma audiência em novembro, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos declarou que julgaria, em maio de 2008, uma demanda proposta por 33 organizações de direitos humanos contra o fracasso do governo egípcio em impedir e processar os ataques físicos e sexuais cometidos contra jornalistas e manifestantes mulheres durante um protesto realizado em maio de 2005.

Mutilação genital feminina (MGF)

O UNICEF estimou que três quartos das meninas muçulmanas e cristãs com idade entre 15 e 17 anos foram submetidas à mutilação genital feminina, e que dois terços das meninas agora com menos de três anos de idade têm a probabilidade de serem submetidas a essa prática antes de completarem 18 anos. Segundo as estatísticas oficiais egípcias, 97 por cento das mulheres com idade entre 15 e 49 anos já foram vítimas de mutilação genital feminina.

A MGF foi proibida em 1997 para todos os casos, exceto para casos "excepcionais", com pena máxima de três anos de prisão. Os avanços em direção à erradicação da mutilação genital feminina continuaram em 2007. Em junho, Bedur Ahmed Shaker, uma menina de 11 anos, morreu no povoado de Maghagha, em Minya, no Nilo, em conseqüência de MGF. O fato teve ampla divulgação. O grão mufti (responsável pela aplicação da lei islâmica) declarou então que a mutilação genital feminina era proibida pelo Islã. No mesmo mês, o ministro da Saúde emitiu um decreto proibindo os profissionais da área médica de realizarem mutilações genitais em mulheres. Em setembro, quatro médicos e uma parteira do sul da província de Minya, segundo informações, foram processados por realizarem MGF. Suas clínicas teriam sido fechadas. Uma lei que estabelece penas mais severas para quem fizer uso dessa prática estava sendo elaborada pelo Ministério.

Defensores de direitos humanos

Segundo a lei egípcia, as greves que se espalharam pelo país eram "ilegais", uma vez que não foram autorizadas pela Federação Geral de Sindicatos, financiada pelo Estado. As autoridades responderam com aumento da repressão aos sindicalistas e aos

ativistas de organizações não-governamentais.

■ Em março e abril, as autoridades fecharam três escritórios do principal grupo independente de defesa dos direitos dos trabalhadores no Egito, o Centro de Serviços Sindicais e Trabalhistas, em Naj Hammadi, em Mahalla al-Kubra e em Helwan. A Federação Geral de Sindicatos e o ministro do Trabalho culparam o Centro pela onda de greves. As autoridades continuaram a negar os requerimentos para que o Centro de Serviços Sindicais e Trabalhistas fosse registrado como uma associação.

■ Em setembro, as autoridades fecharam a Associação de Direitos Humanos e Assistência Legal, declarando que a entidade havia infringido a Lei Nº 84 de 2002, a qual proíbe que organizações recebam recursos estrangeiros sem a permissão do governo.

Liberdade de expressão

Jornalistas e internautas que mantinham blogs na Internet foram vítimas de perseguição, de processos e, em alguns casos, foram presos devido à expressão pacífica de suas opiniões ou por realizarem seu trabalho de jornalistas.

■ Em fevereiro, Karim Amer foi o primeiro internauta a ser preso no Egito por expressar pacificamente suas visões políticas em um blog. Sua sentença de quatro anos de prisão foi confirmada em março na apelação. Karim Amer é um prisioneiro de consciência. As acusações contra ele incluíam "divulgar informações perturbadoras da ordem pública e prejudicar a reputação do país", "incitar o ódio ao Islã" e "difamar o presidente".

■ Em setembro, quatro editores de jornais e de revistas foram sentenciados a penas de prisão e ao pagamento de multa por "maldosamente publicar informações falsas, declarações e rumores que podem perturbar a ordem pública". Todos eles foram libertados sob fiança enquanto aguardavam recurso.

Discriminação: minorias religiosas

A exigência legal de especificação da religião nos documentos de identidade – somente daquelas reconhecidas pelo governo – continuou a causar graves problemas para algumas minorias. Integrantes da comunidade bahá'í, cuja crença não é reconhecida pelo Estado, não conseguem obter documentos de identidade a não ser que se apresentem como muçulmanos, cristãos ou judeus. Sem os documentos, essas pessoas não podem matricular seus filhos na escola, dirigir um automóvel, nem abrir uma conta bancária. A falta de documentos de identidade também os deixa vulneráveis às inspeções policiais. As pessoas que se converteram, principalmente da religião islâmica para a cristã, também enfrentavam dificuldades para alterar seus documentos.

Os cristãos coptas, que representam 8 a 10 por cento da população egípcia, continuaram a ser vítimas de discriminação em diversas situações sociais e profissionais.

■ Em julho, o Supremo Tribunal Administrativo aceitou julgar um recurso apresentado por coptas convertidos ao Islã que buscavam reverter sua conversão, legalmente, de volta ao cristianismo. O governo havia tentado fazer com que o recurso fosse recusado.

■ Em agosto, Mohamed Hegazy, que se converteu do islamismo para o cristianismo em 2003, deu início a um processo judicial para que sua conversão fosse reconhecida oficialmente em seus documentos de identidade, a fim de que seu futuro filho pudesse nascer cristão. O Ministério do Interior negou o pedido de Mohamed Hegazy para que sua conversão fosse registrada oficialmente. Depois que o seu caso foi divulgado nos meios de comunicação, ele foi obrigado a esconder-se após receber ameaças de morte. Em novembro, o prosseguimento do processo foi aceito e uma audiência foi marcada para janeiro de 2008.

Pena de morte

Sentenças de morte continuaram a ser impostas e pelo menos uma pessoa foi executada. Em outubro, o Conselho Nacional de Direitos Humanos promoveu uma mesa redonda para discutir a pena de morte; porém, os ministros do governo disseram que a abolição dessa pena não estava na agenda.

■ Muhammed Gayiz Sabbah, Usama 'Abd al-Ghani al-Nakhlawi e Yunis Muhammed Abu Gareer iniciaram uma greve de fome, no fim de 2006 e início de 2007, em protesto contra as sentenças de morte impostas a eles em novembro de 2006, após um julgamento injusto. Em maio, a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos aceitou o caso, depois de, em dezembro de 2006, ter pedido que as autoridades egípcias suspendessem as execuções. Em sua sessão de novembro, a Comissão adiou a discussão sobre o caso para maio de 2008, pois o governo declarou que apresentaria documentos suplementares.

Refugiados e requerentes de asilo

Entre dois e três milhões de imigrantes, refugiados e requerentes de asilo, a maioria provenientes do Sudão,

viviam no Egito em 2007, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A polícia de fronteira egípcia usou força excessiva contra muitos imigrantes, refugiados e requerentes de asilo que tentavam entrar em Israel pelo Egito, principalmente a partir de julho. Segundo informações, pelo menos quatro homens e duas mulheres foram mortos a tiros. As buscas realizadas pela polícia egípcia na área de fronteira resultaram, somente no mês de julho, na prisão de aproximadamente 220 imigrantes, principalmente sudaneses. Em outubro, as autoridades egípcias teriam devolvido à força para o Sudão pelo menos cinco dos 48 requerentes de asilo que, em agosto, haviam sido transferidos à força de Israel para o Egito.
Um relatório emitido em maio pelo Comitê das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias pediu ao governo egípcio que "iniciasse o treinamento de todos os funcionários da área de imigração, principalmente da polícia e de outros profissionais que trabalham na fronteira".

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Egito entre fevereiro e março e entre abril e maio. Eles se reuniram com defensores de direitos humanos, com vítimas e seus familiares e com funcionários públicos

- Egypt: Systematic abuses in the name of security (AI Index: MDE 12/001/2007)
- Egypt: Proposed constitutional amendments greatest erosion of human rights in 26 years (AI Index: MDE 12/008/2007)
- Egypt: New anti-terror law must not entrench systematic human rights abuses (AI Index: MDE 12/013/2007)
- Egypt: Closing workers advice centre against protecting workers' rights (AI Index: MDE 12/015/2007)
- Egypt: Flawed Military Trials for Brotherhood Leaders – Human Rights Groups, Media Barred from Observing Trial (AI Index: MDE 12/019/2007)
- Egypt: Executions imminent after unfair trials (AI Index: MDE 12/020/2007)
- Justice subverted: trials of civilians before military courts (AI Index: MDE 12/022/2007)
- Egypt: Rights of Individuals intercepted at the border with Israel must be protected (AI Index: MDE 12/027/2007)
- Egypt: Continuing crackdown on Muslim Brotherhood (AI Index: MDE 12/028/2007)
- Egypt: Freedom of expression under attack (AI Index: MDE 12/031/2007)
- Egypt: Sweeping measures against torture needed (AI Index: MDE 12/034/2007)

ESPANHA

REINO DA ESPANHA

Chefe de Estado:	**Rei Juan Carlos I de Borbón**
Chefe de governo:	**José Luis Rodríguez Zapatero**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**43,6 milhões**
Expectativa de vida:	**80,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/5 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99 por cento**

Informes de violações de direitos humanos por parte de funcionários responsáveis pela aplicação da lei foram bastante comuns, bem como o foi sua impunidade. Requerentes de asilo e imigrantes tiveram seu acesso ao território espanhol negado e foram processados em estabelecimentos extraterritoriais em condições que não cumpriam as normas internacionais. Menores desacompanhados foram expulsos sem que tivessem garantias adequadas para sua segurança. As vítimas de violência doméstica continuaram a enfrentar obstáculos para conseguir proteção, justiça e reparação, sendo que as mulheres imigrantes encontravam dificuldades adicionais de acesso a recursos essenciais. O grupo armado basco Euskadi Ta Askatasuna (ETA) declarou em julho que seu "cessar-fogo permanente" havia acabado, recomeçando os atentados a bomba.

E

Forças policiais e de segurança

Tortura e outros maus-tratos

Continuaram sendo corriqueiros os informes de tortura e de outros maus-tratos praticados por agentes de aplicação da lei. Os órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei e as autoridades judiciais não investigaram esses casos de acordo com as normas internacionais, o que resultou em efetiva impunidade.

■ Durante as investigações referentes a um caso de 22 pessoas presas em janeiro de 2006 por acusações relacionadas a terrorismo, diversos detentos relataram ao juiz investigador que haviam sido torturados ou maltratados por agentes da Guarda Civil enquanto estavam detidos incomunicáveis. Até o final do ano, não se sabia de nenhuma investigação criminal a respeito das denúncias.

■ Em 27 de abril, três agentes da Guarda Civil foram

condenados por delitos relacionados à morte sob custódia de Juan Martínez Galdeano, na delegacia de polícia de Roquetas del Mar, no dia 24 de julho de 2005. O oficial comandante, José Manuel Rivas, foi condenado por atentado não-grave contra a integridade moral e por tratamento degradante. Ele foi sentenciado a 15 meses de prisão, a inabilitação para o exercício da função por três anos e a pagamento de multa. Os outros dois oficiais foram condenados por lesão corporal e por abuso de autoridade e também foram multados. Cinco oficiais foram absolvidos. Tanto a acusação quanto a defesa entraram com recursos.

No dia 19 de julho, Courage Washington, um cidadão ganense, foi gravemente ferido durante uma troca de tiros no aeroporto de Barajas, em Madri. Dois policiais à paisana abordaram Courage e pediram seus documentos de identidade. Alegou-se que o ganense, que sofre de distúrbios mentais, tirou do bolso uma arma de brinquedo e que a polícia, então, atirou nele quatro vezes. Segundo testemunhas, alguns dos disparos foram feitos quando ele já estava caído no chão. Mais tarde, foi aberto um inquérito criminal contra Courage Washington por agressão a um funcionário público. Seu advogado entrou com uma queixa contra a polícia.

Armas Taser

Diversos órgãos de aplicação da lei anunciaram a aquisição de armas de eletrochoque Taser, que já estavam sendo usadas por forças policiais locais em pelo menos três das Comunidades Autônomas. Essas armas não são usadas pela Polícia Nacional e pela Guarda Civil. Não houve controle nem regulamentação suficientes sobre o porte e a utilização dessas armas por agentes de aplicaçãoda lei.

Imigração

Abusos durante a deportação

Em julho, o Ministério do Interior anunciou um novo projeto de protocolo para a Polícia Nacional e para a Guarda Civil referente ao repatriamento seguro de imigrantes, inclusive daqueles em situação irregular. O projeto, porém, não reflete as normas européias pertinentes de direitos humanos nem as recomendações das organizações internacionais sobre o uso da força e de técnicas de imobilização por agentes de aplicação da lei durante expulsões. Na lista de materiais que tiveram seu uso aprovado durante expulsões, o protocolo incluía "fita adesiva reforçada", "cintos e roupas de imobilização" e "capacetes protetores", os quais podem violar a proibição internacional de tratamento cruel, desumano ou degradante, e podem causar asfixia ou outras lesões corporais graves a uma pessoa que está sendo deportada à força.

■ No dia 9 de julho, o cidadão nigeriano Osamuyia Akpitaye morreu durante uma tentativa de deportá-lo à força. Segundo testemunhas, os dois agentes de aplicação da lei que o acompanharam no vôo de Madri para Lagos amarraram suas mãos e seus pés e amordaçaram sua boca, supostamente com fita adesiva, para conter sua resistência à deportação. Osamuyia Akpitaye morreu logo após a decolagem. Uma autópsia determinou que ele morreu por asfixia.

Procedimentos extraterritoriais

As autoridades espanholas realizaram diversas operações de resgate para salvar imigrantes e pessoas em busca de asilo que se encontravam em situação de perigo quando tentavam chegar à Europa por mar. Os direitos de muitos deles, porém, foram violados durante a interceptação e durante os procedimentos relativos a processos extraterritoriais. As condições de detenção e os direitos de acesso aos procedimentos de asilo para as pessoas detidas em centros de processamento extraterritorial não estavam de acordo com as normas internacionais.

■ No dia 30 de janeiro, o serviço de resgate marítimo espanhol interceptou o barco Marine I, com 369 pessoas a bordo. Os passageiros, provavelmente da Ásia e da África subsaariana, viajavam em direção às Ilhas Canárias. O serviço de resgate espanhol auxiliou o barco a posicionar-se a 12 milhas da costa da Mauritânia. A embarcação permaneceu ancorada naquele local por quase duas semanas até que as autoridades espanholas e mauritanas concordassem, no dia 12 de fevereiro, em permitir que o barco aportasse na Mauritânia. Como parte do acordo, as autoridades espanholas puderam administrar a assistência social e os processos dos imigrantes e dos requerentes de asilo na Mauritânia. As autoridades espanholas concordaram em processar, na própria embarcação, os pedidos de asilo de 10 cidadãos do Sri Lanka que, juntamente com outras 25 pessoas, foram transferidos às Ilhas Canárias. Contudo, apesar de um relatório positivo emitido pelo ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, os pedidos de asilo não foram admitidos pelos procedimentos de asilo espanhóis e, no dia 25 de março, os 10 indivíduos foram deportados. Informou-se, em abril, que, das 369 pessoas a bordo do

Marine I, 35 foram repatriadas para a Guiné, 161 para a Índia e 115 para o Paquistão. Vinte e três pessoas teriam permanecido em um galpão na Mauritânia, sob controle efetivo das autoridades espanholas, em condições de detenção que não estavam de acordo com a legislação espanhola. No dia 18 de maio, 17 dessas pessoas foram transferidas para um centro de detenção sob jurisdição mauritana, sendo repatriadas para o Paquistão em junho. As outras seis foram transferidas para Melilla (Espanha) para receberem tratamento psicológico devido a sua experiência de detenção.

■ Em março, o barco Happy Day, carregando 260 imigrantes irregulares do Senegal para as Ilhas Canárias, foi interceptado por uma embarcação italiana operando em conjunto com a agência de controle de fronteiras da União Européia, Frontex, sob orientação espanhola. Por causa de disputas entre a Espanha, o Senegal e a Guiné (que se acreditava ser o ponto de partida original do barco), os 260 passageiros permaneceram uma semana dentro do barco ancorado em Kamsar, na Guiné, pois as autoridades guineanas recusaram-se a permitir que desembarcassem. A Anistia Internacional não pode acompanhar o que aconteceu aos imigrantes depois disso.

Menores desacompanhados

A reunificação familiar de menores desacompanhados não garantiu que fossem levados em conta os melhores interesses da criança. Menores desacompanhados foram expulsos para o Marrocos sem garantias adequadas para sua segurança.

Lei de estrangeiros

Em novembro, o Tribunal Constitucional decidiu que eram inconstitucionais as disposições da Lei de Estrangeiros, de 2000, que restringiam os direitos de associação, de acesso à educação básica e de assistência jurídica gratuita aos imigrantes.

Violência contra a mulher

Dois anos após a introdução de uma lei de prevenção à violência baseada em gênero, as mulheres continuaram a enfrentar obstáculos para obter proteção, justiça e reparação. Cláusulas fundamentais da lei ainda estavam sendo desenvolvidas ou sendo implantadas muito lentamente. Entretanto, algumas medidas positivas foram introduzidas, como um protocolo comum para os trabalhadores da saúde que lidarem com vítimas de violência doméstica. O número de mulheres assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros chegou a 71 em 2007. Destas, 48 eram estrangeiras. As mulheres imigrantes continuaram a ser particularmente vulneráveis à violência, pois continuaram a sofrer discriminação, na lei e na prática, quando tentavam ter acesso à Justiça e a outros recursos essenciais, tais como assistência financeira, tratamento psicológico e abrigos.
Em 22 de março, foi aprovada uma legislação estendendo o status de refugiado às mulheres que fugiam de perseguição baseada em gênero.

Grupos armados

Após o encerramento de seu "cessar-fogo permanente", o ETA voltou a cometer atentados na Espanha. O cessar-fogo, efetivamente interrompido no dia 30 de dezembro de 2006, com um atentado no aeroporto de Barajas, em Madri, que matou duas pessoas, foi declarado oficialmente encerrado no dia 5 de junho de 2007. No dia 24 de agosto, um carro bomba explodiu diante do quartel da Guarda Civil em Durango, no País Basco, causando danos à propriedade, mas nenhuma morte. No dia 9 de outubro, o guarda-costas de um vereador basco foi ferido em outro atentado a bomba. Em 1º de dezembro, dois oficiais desarmados da Guarda Civil espanhola foram mortos a tiros por supostos membros do ETA, em Capbreton, na França. Um homem e uma mulher foram presos e acusados de assassinato; um terceiro suspeito escapou.

Combate ao terrorismo

No dia 4 de outubro, 22 pessoas suspeitas de envolvimento na direção do partido político basco Batasuna, banido em 2003 pela Lei de Partidos Políticos, foram presas durante uma assembléia, com base em sua filiação a uma organização terrorista.
Em 19 de dezembro, a Audiência Nacional expediu sua sentença referente ao julgamento do chamado Macroprocesso 18/98, no qual 47 pessoas foram condenadas por filiação ou por diversos graus de colaboração com o ETA, em conseqüência de seu trabalho com várias organizações nacionalistas bascas. A sentença afirmava que as organizações ou faziam parte do ETA e/ou recebiam instruções do grupo. No final do ano, ainda eram aguardados os recursos contra a sentença. Entre os indivíduos condenados, vários declararam publicamente sua oposição ao ETA e ao uso da violência para fins políticos.

"Guerra ao terror"

No início de 2007, vieram à tona denúncias de envolvimento da polícia espanhola no interrogatório de pessoas mantidas no centro de detenção dos EUA em Guantánamo entre 2002 e 2005. Em resposta ao questionamento da Anistia Internacional, o Ministério do Interior confirmou terem ocorrido duas visitas da polícia espanhola à base de Guantánamo em julho de 2002 e em fevereiro de 2004.

No dia 19 de dezembro, três indivíduos que residiam no Reino Unido e que estavam detidos em Guantánamo foram soltos e enviados ao Reino Unido. Dois deles, Jamil El Banna e Omar Deghayes, compareceram perante um tribunal, no dia 20 de dezembro, para uma audiência preliminar relativa a um pedido de extradição feito pela Espanha com base em acusações referentes a terrorismo. Os dois se opuseram ao pedido. Uma decisão ainda era aguardada no final do ano.

Pelo menos 50 vôos operados pela CIA, que partiam ou iam para Guantánamo, fizeram escalas ou sobrevoaram o território espanhol entre 2002 e 2007, segundo reportagens publicadas na imprensa que citavam informações da AENA, Aeropuertos Españoles y Nagevación Aérea (a entidade encarregada da gestão dos aeroportos e do tráfego aéreo na Espanha). O último vôo de que se tem conhecimento aconteceu em fevereiro de 2007. Em alguns casos, as aeronaves aterrisavam em bases militares também usadas pelas forças dos Estados Unidos. As informações foram dadas ao juiz responsável por investigar as suspeitas de que vôos da CIA envolvidos com a transferência ilegal de suspeitos entre países (*renditions*) passavam pela Espanha. Alegou-se que o governo tinha conhecimento desses vôos, mas que não os comunicara ao Parlamento espanhol, apesar do pedido deste órgão, feito em abril de 2006, para que recebesse todas as informações disponíveis sobre esse assunto. Esses vôos tampouco foram comunicados aos investigadores do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu.

Teve início, em fevereiro, o julgamento de 28 pessoas acusadas de envolvimento nos atentados de 11 de março de 2004 contra os trens de Madri. Em outubro, a Audiência Nacional condenou 21 e absolveu sete dos acusados. Três homens receberam sentenças de 42 mil anos de prisão.

Impunidade

O Parlamento aprovou, em novembro, uma lei referente às vítimas do franquismo e da Guerra Civil Espanhola, ocorrida entre 1936 e 1939. Apesar de conter alguns aspectos positivos, a lei não satisfazia as normas internacionais sobre o direito a recursos e a reparações para vítimas de violações graves dos direitos humanos.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Espanha em fevereiro, março, junho e novembro.

Spain: Adding insult to injury – the effective impunity of police officers in cases of torture and other ill treatment (EUR 41/006/007)

Spain: Adding insult to injury – the effective impunity of police officers in cases of torture and other ill treatment (EUR 41/006/007)

E

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	
Chefe de Estado e de governo:	**George W. Bush**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**303,9 milhões**
Expectativa de vida:	**77,9 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**65/56 por mil**

As autoridades estadunidenses continuaram a deter centenas de cidadãos estrangeiros na base naval que os EUA mantém na Baía de Guantánamo, em Cuba, embora mais de 100 indivíduos tenham sido transferidos da instalação durante o ano. Os prisioneiros de Guantánamo permaneceram detidos indefinidamente, a grande maioria sem acusação e, efetivamente, sem poder recorrer aos tribunais dos EUA para contestar a legalidade de sua detenção. A maioria dos detentos em Guantánamo foi mantida em regime de isolamento em instalações de segurança máxima, aumentando as preocupações por sua saúde física e mental. O programa de detenções e interrogatórios secretos da Agência Central de Inteligência (CIA) foi reautorizado pelo Presidente Bush em julho. Em dezembro, o diretor

da CIA revelou que a agência havia destruído fitas de vídeo que continham os interrogatórios dos detentos.

Soldados que se recusaram a servir no Iraque por razões de consciência foram encarcerados. Prisioneiros continuaram a receber maus-tratos nas mãos de policiais e de guardas prisionais. Dezenas de pessoas morreram depois que a polícia utilizou armas de eletrochoque contra elas. Houve falhas graves em nível local, estadual e federal no que se refere à abordagem da violência sexual contra mulheres indígenas. A discriminação continuou sendo uma preocupação nas mais diversas áreas, inclusive com relação às práticas policiais, ao funcionamento do sistema de justiça criminal e ao direito à moradia. Ocorreram 42 execuções durante o ano. No final de setembro, a decisão da Suprema Corte de rever a constitucionalidade do uso de injeção letal levou a uma moratória *de facto* das execuções realizadas por esse método. Em dezembro, Nova Jersey se tornou o primeiro estado, em mais de quatro décadas, a legislar sobre a abolição da pena de morte.

"Guerra ao terror"

Pelo sexto ano consecutivo, as autoridades estadunidenses continuaram a deter cidadãos estrangeiros, classificados por elas como "combatentes inimigos", sob detenção militar indefinida e sem acusação na base de Guantánamo. No final de 2007, havia aproximadamente 275 detentos nessa prisão. Durante o ano, mais de 100 detentos foram transferidos para os seus países de origem, a fim de serem soltos ou de permanecerem detidos. Quatro detentos, descritos pelo Pentágono como "suspeitos de terrorismo perigosos", foram transferidos para Guantánamo. Um indivíduo, descrito pelo Pentágono como "membro de alto nível Al Qaeda", foi transferido da custódia da CIA para a base dos EUA em Cuba.

Quatorze homens descritos pelas autoridades estadunidenses como detentos de "alto valor", que foram transferidos para Guantánamo, em setembro de 2006, com o propósito declarado de enfrentar julgamento, ainda não haviam sido acusados formalmente no fim de 2007. Antes de serem transferidos, os homens haviam passado mais de quatro anos e meio sob custódia secreta da CIA, e seus casos foram utilizados pelo governo para postular a Lei de Comissões Militares de 2006. Em 9 de agosto, o Pentágono anunciou que todos os 14 haviam sido confirmados como "combatentes inimigos" pelos Tribunais de Revisão do Estatuto de Combatente – juntas compostas por militares que podem utilizar informações secretas e obtidas sob coação para tomar suas decisões. As sessões desses tribunais referentes aos 14 homens ocorreram a portas fechadas sob a alegação de que os detentos possuíam informações confidenciais sobre o programa de detenções secretas da CIA, inclusive sobre técnicas de interrogatório, condições de reclusão e localização das unidades de detenção. As denúncias de tortura sob custódia da CIA, feitas por alguns dos presos, foram censuradas nas transcrições dos Tribunais de Revisão. No fim de 2007, apenas um dos 14 indivíduos havia conseguido ter acesso a advogado para a limitada revisão judicial das decisões desses tribunais, conferida pela Lei de Tratamento de Detentos (2005). Até o fim do ano, nenhuma revisão desse tipo havia sido realizada para nenhum dos detentos de Guantánamo.

Em fevereiro, o Tribunal de Recursos do Circuito do Distrito de Columbia decidiu que as disposições da Lei de Comissões Militares que retiravam dos tribunais a jurisdição para julgar petições de habeas corpus se aplicavam a todos os detentos mantidos em Guantánamo "sem exceções". Em 2 de abril, a Suprema Corte rejeitou um apelo contra a decisão. No entanto, em 29 de junho, a Corte tomou a decisão, historicamente singular, de anular sua sentença de 2 de abril, concordando em ouvir o caso depois que advogados dos detentos apresentaram novas informações sobre a inadequação do esquema dos Tribunais de Revisão do Estatuto de Combatente. As novas informações foram fornecidas por um oficial militar que estivera envolvido nas revisões dos Tribunais de Revisão. A decisão da Suprema Corte estava pendente no final de 2007.

■ Ali al-Marri, um cidadão qatariano residente nos Estados Unidos que, em junho de 2003, foi designado "combatente inimigo" pelo Presidente Bush, permanecia em detenção militar indefinida dentro do território dos EUA no final do ano. Em junho, um painel de três juízes do Tribunal de Recursos do Quarto Circuito decidiu que a Lei de Comissões Militares não se aplicava ao caso de Ali al-Marri e determinou que sua detenção militar "precisava terminar". No entanto, o governo tentou, com êxito, realizar uma nova audiência perante todo o corpo do Tribunal do Quarto Circuito. A decisão estava pendente no fim do ano.

Em Guantánamo, foram retomados os procedimentos das comissões militares.

■ Em março, o australiano David Hicks tornou-se o primeiro – e até o final do ano, o único – prisioneiro de

Guantánamo condenado pelos Estados Unidos. Ele se declarou culpado, conforme a Lei de Comissões Militares, de uma acusação de "fornecer apoio material para o terrorismo". Uma junta de oficiais militares recomendou sete anos de prisão, porém, seis anos e três meses da pena foram suspensos de acordo com os termos de um acordo feito antes do julgamento. David Hicks foi transferido de Guantánamo, em maio, para cumprir o restante de seus nove meses de prisão na Austrália. No dia 29 de dezembro, ele foi libertado do presídio de Yatala em Adelaide.

Três outros detentos de Guantánamo estavam enfrentando acusações no fim do ano, inclusive dois que eram menores de 18 anos quando foram presos.
As condições de detenção em Guantánamo e seu impacto na saúde dos internos, já abalada pela natureza indefinida de sua detenção, continuaram causando sérias preocupações. Um dos detentos, cidadão saudita, teria cometido suicídio no dia 30 de maio. Até meados de janeiro, 165 detentos haviam sido transferidos para o Campo 6, onde ficavam confinados em celas de aço individuais sem janelas por, pelo menos, 22 horas por dia. Contrário às normas internacionais, as celas não têm acesso à luz natural ou ar e permanecem iluminadas por luz fluorescente durante as 24 horas do dia.
Aproximadamente 100 outros detentos eram mantidos no Campo 5, onde os presos permanecem confinados até 24 horas por dia, em celas pequenas, com um pouco de acesso à luz natural, mas sem vista para o exterior.
Acreditava-se que outros 20 detentos eram mantidos no Campo Echo, onde os prisioneiros ficam entre 23 e 24 horas por dia em celas sem janelas e sem luz natural.

No dia 20 de julho, o Presidente Bush emitiu uma ordem executiva para que o programa de detenções e de interrogatórios secretos coordenado pela CIA respeitasse o Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra de 1949. A Anistia Internacional escreveu ao Presidente Bush enfatizando que, se o programa da CIA recebesse detentos como fizera antes, ele estaria novamente autorizando o crime internacional de desaparecimento forçado. Até o fim do ano, não havia sido recebida qualquer resposta.

Um detento, Abd al-Hadi al-Iraqi, segundo informações, foi transferido da custódia da CIA para Guantánamo durante o ano. O Pentágono anunciou a transferência em 27 de abril, mas não forneceu detalhes sobre quando ele fora detido ou onde estivera mantido antes da transferência. Em junho, a Anistia Internacional e outras cinco organizações de direitos humanos publicaram uma lista de mais de 36 indivíduos que teriam sido detidos pelo programa da CIA e cujo paradeiro ou destino permanece desconhecido.

Em dezembro, o diretor da CIA revelou que, em 2005, a agência destruiu as fitas de vídeo com gravações dos interrogatórios conduzidos em 2002 com detentos mantidos sob custódia secreta. Segundo informações, as fitas continham centenas de horas de interrogatórios de Abu Zubaydah e Abd al-Rahim al-Nashiri, dois dos detentos de "alto valor" transferidos para Guantánamo em setembro de 2006. Ambos alegaram, durante suas audiências nos Tribunais de Revisão do Estatuto de Combatente, em 2007, que haviam sido torturados sob custódia da CIA. Abu Zubaydah está entre os que teriam sido submetidos à técnica de asfixia na "prancha d'água" (*waterboarding*).

Centenas de pessoas permaneceram sob custódia dos EUA no Afeganistão e no Iraque. Houve preocupações também sobre os assassinatos cometidos no Iraque por empresas de segurança contratadas pelos Estados Unidos (veja os capítulos sobre o Afeganistão e o Iraque).

Tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias de maus-tratos em penitenciárias e durante a custódia policial no território continental dos Estados Unidos, geralmente envolvendo o uso cruel de instrumentos de contenção ou de armas de eletrochoque.

Sessenta e nove pessoas morreram depois de serem atingidas por descargas de armas Taser, elevando para quase 300 o número desse tipo de mortes desde 2001. Vários dos mortos foram submetidos a choques múltiplos ou tinham problemas de saúde que poderiam torná-los mais suscetíveis aos efeitos adversos dessas armas. Apesar de essas mortes serem comumente atribuídas a fatores como intoxicação por drogas, médicos legistas concluíram que os choques de Tasers causaram ou contribuíram para muitas das mortes.
A grande maioria dos mortos estava desarmada e não representava uma séria ameaça quando atingida pelos choques. Muitos departamentos de polícia continuaram a autorizar o uso de armas Taser em diversas circunstâncias, inclusive contra pessoas desarmadas que resistiam à prisão ou que se recusavam a obedecer às ordens da polícia. A Anistia Internacional apresentou suas preocupações em um inquérito do Departamento de Justiça sobre as mortes causadas por armas Taser e reiterou seu apelo às autoridades estadunidenses para que suspendam o uso dessas e de outras armas de eletrochoque, até que se conclua um inquérito rigoroso

e independente, ou para que se restrinja sua utilização a situações em que o uso de força letal pelos policiais poderia ser justificado.

Milhares de prisioneiros continuaram a ser confinados em isolamento prolongado em unidades de segurança máxima, onde as condições algumas vezes equivalem a tratamento cruel, desumano ou degradante.
■ Herman Wallace e Albert Woodfox, ambos prisioneiros da Penitenciária Estadual de Louisiana em Angola, permaneceram em isolamento prolongado. Por mais de 30 anos eles ficaram confinados, sozinhos, em pequenas celas, 23 horas por dia, com apenas três horas semanais para exercícios ao ar livre. Consta que ambos sofrem de sérios problemas de saúde decorrentes de sua situação. Uma ação judicial, argumentando que o tratamento dado aos prisioneiros era inconstitucional, permanecia pendente no fim do ano.

Originalmente, os dois homens haviam sido colocados no "seguro" depois de serem acusados de envolvimento no assassinato de um guarda, em 1972, durante uma rebelião na prisão – acusações que eles sempre negaram. A Anistia Internacional continua preocupada que seu prolongado isolamento tenha sido baseado, ao menos em parte, em seu histórico de ativismo político na prisão, inclusive na sua participação no Partido Pantera Negra (organização negra radical).

Prisioneiros de consciência

O especialista do Exército Mark Lee Wilkerson cumpriu três meses e meio de pena, após ser sentenciado a sete meses de prisão, por ter se recusado a servir no Iraque por razões de consciência. Outro objetor de consciência à guerra no Iraque, o médico do Exército dos EUA Agustín Aguayo, foi sentenciado a oito meses de prisão por motivos semelhantes. Como o tempo que passou sob custódia aguardando julgamento foi levado em consideração, ele foi libertado depois de um mês. No fim do ano, vários outros soldados que se recusaram a servir no Iraque por oposição à guerra enfrentavam a possibilidade de serem processados.

Sistema de justiça

Jose Padilla, cidadão estadunidense previamente detido por mais de três anos sem acusação nem julgamento, sob custódia militar dos EUA como um "combatente inimigo", foi condenado, em agosto, por um tribunal civil federal por conspiração para fornecer apoio material ao terrorismo. Sua sentença estava pendente no final do ano. O tribunal rejeitou a alegação de seus advogados de que a tortura e outros maus-tratos sob custódia militar o deixaram inepto para enfrentar julgamento. O governo preferiu não apresentar as informações obtidas durante sua detenção militar, pois poderiam ser contestadas por terem sido obtidas mediante coação. A Anistia Internacional continuou preocupada com a falta de prestação de contas pelos três anos de tratamento ilegal de Jose Padilla e pelos danos ao seu direito de presunção de inocência, por ter sido constante e publicamente estigmatizado pelo governo como um "perigoso terrorista".

Gary Tyler, um cidadão estadunidense afrodescendente, permaneceu na prisão de Lousiana pelo assassinato de um estudante secundarista branco durante um incidente racial em 1974. Durante os 33 anos que passou na prisão, Gary Tyler, que tinha 16 anos na época do homicídio, tem constantemente afirmado sua inocência. Ele foi condenado por um júri formado exclusivamente por brancos, após um julgamento gravemente falho. Os apelos para que o então governador lhe concedesse perdão foram infrutíferos.

Em agosto, ocorreu uma audiência oral referente ao caso de cinco cidadãos cubanos que haviam sido condenados em Miami, em junho de 2001, por conspirar para atuar como agentes da República de Cuba e por outras acusações (*USA v Gerardo Hernandez et al*). As razões da apelação incluíam insuficiência de provas e supostas declarações impróprias da promotoria durante o julgamento. A decisão do Tribunal de Recursos permanecia pendente no fim do ano. O governo dos Estados Unidos continuou a recusar vistos às esposas de dois dos prisioneiros para que os visitassem na prisão.

Discriminação

Preocupações constantes sobre discriminação nos EUA incluem disparidades raciais em batidas e revistas policiais, bem como em outras áreas do sistema de justiça criminal, além do tratamento de cidadãos não-estadunidenses detidos no contexto da "guerra ao terror" (veja acima).
■ Mychal Bell foi julgado em julho e acusado de tentativa de assassinato em segundo grau. Seu julgamento ocorreu em um tribunal adulto, apesar de ele ser menor de idade no momento do suposto crime. O caso levantou preocupações sobre a disparidade no tratamento de adolescentes negros e brancos. Ele foi

um dos seis estudantes secundaristas negros que foram acusados de agredir um estudante branco, em dezembro de 2006, em Jena, Lousiana, durante um período de tensão racial desencadeado quando estudantes brancos penduraram três forcas em uma árvore no pátio da escola. Os estudantes negros foram originalmente acusados de tentativa de assassinato em segundo grau, o que poderia colocá-los na prisão por décadas. Depois de ocorrerem manifestações pelos direitos civis, as acusações contra os réus foram reduzidas e Mychal Bell foi transferido para um tribunal juvenil.

Pena de morte

Um total de 42 prisioneiros foram executados nos EUA durante o ano, elevando para 1.099 o número total de execuções levadas a cabo desde que a Suprema Corte suspendeu a moratória da pena de morte em 1976. Este foi o menor número anual de mortes judiciais nos EUA desde 1994 e deveu-se, em parte, à suspensão das execuções, seguidas ao anúncio dado pela Suprema Corte, em 25 de setembro, de que apreciaria a contestação ao procedimento de injeção letal com três substâncias químicas administradas no Kentucky e na maioria dos outros estados que utiliza esse método.

Em junho, a Suprema Corte impediu a execução de Scott Panetti, prisioneiro do corredor da morte do Texas que sofre de delírios severos. A decisão considerou que o Tribunal de Recursos do Quinto Circuito havia empregado uma interpretação "falha" e "muito restritiva" da decisão de 1986 da Suprema Corte, a qual afirmava ser inconstitucional a execução de prisioneiros insanos. A sentença tem potencial de fornecer proteção adicional a prisioneiros condenados à morte que sofrem de doenças mentais graves.

O estado de Dakota do Sul realizou sua primeira execução desde abril de 1947. Elijah Page foi executado por um assassinato cometido em 2000, quando ele tinha 18 anos e provinha de uma infância de privações e de abusos. Ele desistiu de tentar apelar. Com sua execução, 34 estados e o governo federal conduziram ao menos uma execução desde 1976.

Em 2 de janeiro, a Comissão de Estudos sobre a Pena de Morte de Nova Jersey – estabelecida pelo parlamento estadual em 2006 para estudar todos os aspectos da pena capital no estado – divulgou seu relatório final, no qual recomendou que a pena de morte fosse abolida. Em dezembro, Nova Jersey se tornou o primeiro estado dos EUA, desde 1965, a legislar para abolir a pena de morte, quando os deputados aprovaram e o governador sancionou a legislação que substitui a pena capital pela prisão perpétua sem direito à liberdade condicional.

Nova York efetivamente se tornou o 13º estado abolicionista dos EUA em outubro, quando sua mais alta corte se recusou a abrir uma exceção à sua decisão de 2004, que julgou o estatuto estadual da pena de morte inconstitucional. A contestação dessa sentença foi apresentada pelo estado no caso da última pessoa que ainda restava no corredor da morte em Nova York.

Desde 1975, mais de 120 pessoas foram libertadas dos corredores da morte nos EUA por serem inocentes.

■ Curtis Edward McCarty, que passou 21 anos na prisão, 16 dos quais no corredor da morte de Oklahoma, foi libertado em maio quando um juiz federal ordenou que as acusações contra ele fossem retiradas. Exames de DNA ajudaram a exonerá-lo, e o juiz decidiu que o caso contra ele havia sido maculado pelo testemunho questionável de uma ex-perita forense sem credibilidade.

■ Em dezembro, Michael McCormick, ao ser julgado novamente, foi inocentado de um assassinato pelo qual passou 16 anos no corredor da morte do Tennessee.

■ Em dezembro, promotores retiraram todas as acusações contra Jonathan Hoffman, relativas a um crime pelo qual ele permaneceu quase uma década no corredor da morte na Carolina do Norte.

■ Joseph Nichols foi executado no Texas, em 7 de março, pelo assassinato de Claude Shaffer em 1980. Seu co-réu, Willie Williams, que foi julgado primeiro, declarou-se culpado e foi executado em 1995. No julgamento de Joseph Nichols, o estado argumentou que, apesar do fato de Willie Williams ter dado o tiro fatal, Joseph Nichols era culpado conforme a "lei de cumplicidade" do Texas, segundo a qual a distinção entre o ator principal e seu cúmplice em um crime é abolida, e ambos podem ser considerados igualmente culpados. O júri não conseguiu chegar a um veredicto e Joseph Nichols foi novamente julgado. Dessa vez, a promotoria alegou que Joseph havia disparado o tiro fatal, e o júri votou pela pena de morte.

■ Philip Workman foi executado no Tennessee, em 9 de maio, apesar das fortes evidências de que uma testemunha-chave do estado havia mentido no julgamento e de que o policial, por cujo assassinato ele fora condenado, possa ter sido morto com um tiro

disparado acidentalmente por um colega policial. Philip Workman permaneceu no corredor da morte por 25 anos.

■ No dia 16 de julho, menos de 24 horas antes do horário agendado para ser morto, o prisioneiro do corredor da morte da Georgia, Troy Davis, recebeu da Comissão de Perdão e Liberdade Condicional a suspensão de sua execução. Ele havia passado mais de 15 anos aguardando ser executado pelo assassinato de um policial. Não havia provas materiais contra ele e a arma usada no crime nunca foi localizada. O caso contra Troy Davis consistia inteiramente de testemunhos, a maioria dos quais posteriormente abjurados. Em 3 de agosto, a Suprema Corte da Georgia concedeu um recurso extraordinário e concordou em realizar uma audiência para um novo julgamento de seu caso. No final de 2007, uma decisão ainda era aguardada.

Violência contra a mulher

Mulheres nativas norte-americanas dos EUA e do Alaska continuaram a sofrer um nível desproporcionalmente alto de estupros e de violência sexual; porém, enfrentaram barreiras para ter acesso à Justiça. Isso se deve a um complexo labirinto de jurisdições tribais, estaduais e federal, que permite aos perpetradores escaparem da Justiça; à falta de verbas governamentais para serviços essenciais; e às falhas, em nível estadual e federal, para processar os casos. As recomendações do Congresso para que se aumentassem os fundos destinados a tratar de algumas dessas preocupações ainda dependiam de aprovação federal no fim do ano.

Direito à moradia – Furacão Katrina

Milhares de pessoas evacuadas das áreas da Costa do Golfo afetadas pelo Furacão Katrina em 2005 permanecem desalojadas e com poucas perspectivas de retornarem para suas casas. Muitas continuaram a viver sob condições precárias, em acomodações temporárias espalhadas pelos EUA, sem trabalho e sem acesso às suas antigas redes de apoio.

Grupos comunitários e de direitos civis manifestaram preocupação com a proposta de demolição de uma grande parte das unidades residenciais públicas de Nova Orleans – apesar de terem sofrido apenas danos menores causados pela inundação e poderem ser recuperadas e reabitadas. Temia-se que a ausência de residências com preços acessíveis pudesse ter provocado uma mudança demográfica em que as comunidades pobres, de maioria afrodescendente, não teriam condições de retornar para suas casas

Relatórios da AI

- USA: New Jersey Death Penalty Study Commission recommends abolition (AMR 51/003/2007)
- USA: The experiment that failed -- A reflection on 30 years of executions (AMR 51/011/2007)
- USA: "Where is the justice for me?" The case of Troy Davis, facing execution in Georgia (AMR 51/023/2007)
- Maze of injustice: The failure to protect Indigenous women from sexual violence in the USA (AMR 51/035/2007)
- USA: Justice delayed and justice denied? Trials under the Military Commissions Act (AMR 51/044/2007)
- USA: Cruel and inhuman: Conditions of isolation for detainees at Guantánamo Bay (AMR 51/051/2007)
- USA: An "uncomfortable truth": Two Texas governors -- more than 300 executions (AMR 51/076/2007)
- USA:: Prisoner-assisted homicide – more "volunteer" executions loom (AMR 51/087/2007)
- USA: Off the record -- US responsibility for enforced disappearances in the "war on terror" (AMR 51/093/2007)
- USA: Supreme Court tightens standard on "competence" for execution (AMR 51/114/2007)
- USA: Law and executive disorder -- President gives green light to secret detention program (AMR 51/135/2007)
- USA: Amnesty International's concerns about Taser use: Statement to the US Justice Department inquiry into deaths in custody (AMR 51/151/2007)
- USA: No substitute for habeas corpus -- Six years without judicial review in Guantánamo (AMR 51/163/2007)
- USA: Slippery slopes and the politics of torture (AMR 51/177/2007)
- USA: Amnesty International's briefing to the Committee on the Elimination of Racial Discrimination (AI Index: AMR 51/178/2007)
- USA: A tool of injustice: Salim Hamdan again before a military commission (AMR 51/189/2007)
- USA: Destruction of CIA interrogation tapes may conceal government crimes (AMR 51/194/2007)
- USA: Breaking a lethal habit – A look back at the death penalty in 2007 (AMR 51/197/2007)
- USA: Unlawful detentions must end, not be transferred (AMR 51/200/2007)

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 118

FRANÇA

Chefe de Estado: **Nicolas Sarkozy (sucedeu a Jacques Chirac em maio)**
Chefe de governo: **François Fillon (sucedeu a Dominique de Villepin em maio)**
Pena de morte: **abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional: **ratificado**
População: **60,9 milhões**
Expectativa de vida: **80,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f): **6/5 por mil**

Os direitos de requerentes de asilo e de refugiados foram violados e debilitados. Continuaram ocorrendo alegações de maus-tratos pela polícia. As autoridades tomaram medidas para assegurar que o direito à moradia adequada fosse garantido por lei.

Migração, refugiados e requerentes de asilo

Depois da eleição de um novo governo, em maio, a responsabilidade pela proteção dos refugiados, incluindo a supervisão da agência governamental que determina o status de refugiado (*Office français de protection des réfugiés et apatrides* – OFPRA), foi transferida para o recém-criado Ministério para a Imigração, Integração, Identidade Nacional e Co-Desenvolvimento. Ao obscurecer a distinção entre política de imigração e obrigações relativas a asilo, essa mudança pode resultar em violações dos direitos de refugiados e de requerentes de asilo.

Uma nova lei sobre imigração, integração e asilo entrou em vigor em 21 de novembro, restringindo o direito à reunificação familiar e introduzindo testes de DNA para verificar parentesco. A lei foi amplamente criticada em termos de direitos humanos, inclusive pelo Comitê Consultivo Nacional de Ética.

■ Em 26 de abril, a Corte Européia de Direitos Humanos julgou que a França havia violado o princípio de não-devolução (*non-refoulement*) e o direito a um recurso nacional efetivo ao tomar a decisão de devolver ao seu país de origem, em 2005, o requerente de asilo eritreu Asebeha Gebremedhin, antes que seu pedido de asilo fosse analisado. A Corte baseou-se na obrigação, segundo a Convenção Européia de Direitos Humanos (CEDH), de garantir o direito de apelo com efeito suspensivo antes de retornar alguém a um país onde possa correr o risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos graves. O novo projeto de lei sobre imigração introduz o direito de apelo suspensivo (ou seja, evita que o indivíduo seja devolvido até que a decisão sobre o apelo seja tomada), mas inclui restrições substanciais, como um limite de 48 horas para recorrer da sentença e a possibilidade de o juiz rejeitar o apelo sem entrevistar pessoalmente o requerente se o apelo for considerado manifestamente infundado.

■ Em 11 de maio, o Comitê contra a Tortura da ONU (CAT) julgou que a França violara a Convenção contra a Tortura quando expulsou um requerente de asilo para a Tunísia, após efetuar os procedimentos de asilo de modo acelerado. Adel Tebourski foi repatriado à força para a Tunísia, em agosto de 2006, após ter sido libertado da prisão. Ele havia solicitado asilo depois de ser despojado de sua dupla nacionalidade franco-tunisiana. Porém, sob os procedimentos acelerados, seu pedido foi rejeitado. Ele foi repatriado para a Tunísia antes que seu apelo fosse analisado, apesar do pedido do CAT para que a França suspendesse sua expulsão até que seu caso fosse examinado pelo Comitê.

■ Em 3 de junho, o requerente de asilo tunisiano Houssine Tarkhani foi repatriado à força pela França para a Tunísia. Em maio, ele havia sido questionado por um juiz por suspeita de atividades relacionadas ao terrorismo, mas jamais foi acusado de algum crime. Quando descobriu a natureza das suspeitas contra ele, solicitou asilo. De acordo com o procedimento acelerado, seu pedido foi recusado. Embora tenha interposto um recurso junto à Comissão de Apelação dos Refugiados, foi repatriado para a Tunísia antes que uma decisão fosse tomada. Ao chegar à Tunísia, Houssine Tarkhani foi detido e, segundo informações, levado para o Departamento de Segurança do Estado, em Tunis, onde foi mantido incomunicável e onde foi torturado antes de ser acusado de uma série de delitos vagamente definidos como terrorismo.

Maus-tratos policiais

Alegações de maus-tratos policiais foram feitas durante todo o ano. Os órgãos de investigação internos e os tribunais penais não lidaram com as queixas de violações de direitos humanos perpetradas por funcionários encarregados da aplicação da lei com a eficácia, com a rapidez e com a imparcialidade exigidas pela legislação internacional.

■ Em agosto, Albertine Sow apresentou à Comissão Nacional de Ética da Segurança uma queixa referente

a um incidente ocorrido em agosto de 2006, quando ela, grávida de seis meses, teria sido maltratada por policiais. Em novembro de 2006, o processo judicial que ela movia contra os policiais foi encerrado sem ser investigado pelo promotor público, apesar de numerosos testemunhos oculares e de relatórios médicos que respaldavam sua queixa. Acusações que haviam sido feitas contra Albertine Sow e seu irmão, Jean-Pierre Yenga Fele, por agressão aos policiais, ainda estavam sendo investigadas.

■ Em setembro, a juíza investigadora encerrou o inquérito sobre a queixa de maus-tratos policiais apresentada por Gwenaël Rihet, em janeiro de 2005, sob alegação de falta de provas. Gwenaël Rihet, um jornalista, foi supostamente agredido por um policial, em 15 de maio de 2004, quando filmava uma manifestação no Festival de Cinema de Cannes. O incidente foi gravado em vídeo, mas a juíza se recusou a vê-lo, afirmando ter lido a transcrição do vídeo feita pela Superintendência Geral da Polícia Nacional (IGPN), o órgão de disciplina interna da polícia. A transcrição afirmava que o vídeo não mostrava evidências de má-conduta do policial acusado. Um vídeo contendo imagens de uma câmera de segurança da cidade, que se acreditava ter gravado o incidente, foi extraviado no gabinete da juíza. O advogado de Gwenaël Rihet interpôs um recurso contra o encerramento da investigação, que ainda se encontrava pendente no final do ano.

"Guerra ao terror"

Em 19 de dezembro, cinco cidadãos franceses, previamente detidos sob custódia dos EUA na base de Guantánamo antes de serem repatriados para a França, em 2004 e 2005, foram condenados por associação criminosa relacionada a operações terroristas. Eles foram sentenciados a um ano de prisão (considerado o tempo cumprido), além de sentenças entre três e quatro anos de prisão a ser cumprida em regime condicional. Um sexto cidadão foi absolvido. Os réus compareceram perante o Tribunal Correcional de Paris em julho de 2006, mas o caso foi suspenso quando o juiz ordenou que fossem fornecidas informações adicionais sobre as visitas que integrantes do serviço secreto francês e do Ministério de Assuntos Exteriores fizeram a Guantánamo em 2002 e 2004, quando teriam entrevistado os seis detidos. Documentos anteriormente confidenciais recebidos pelo juiz supostamente confirmaram que os detidos foram, de fato, entrevistados por agentes franceses. Os advogados de defesa dos réus alegaram que seus clientes estavam comparecendo ao tribunal francês com base em testemunhos extraídos quando eles estavam em Guantánamo, fora de qualquer jurisdição legal e enquanto estavam detidos ilegalmente e que, portanto, os procedimentos criminais franceses deveriam ser declarados nulos. Até o final do ano, quatro dos cidadãos haviam interposto recurso.

Desdobramentos legais

No dia 30 de outubro, conforme requerido pelo Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura da ONU, foi aprovada uma nova lei (N° 2007-1545, de 30 outubro de 2007), criando um órgão independente para inspecionar locais de detenção. O órgão tem permissão para visitar todos os locais de detenção dentro do território francês, incluindo presídios, centros de detenção de imigrantes, instalações de detenção nas fronteiras e unidades de segurança nos hospitais psiquiátricos. No entanto, a lei não garante ao órgão poderes para visitar locais de detenção sob jurisdição francesa que não estejam em território francês, e permite que as autoridades dos centros de detenção, sob diversos pretextos, recusem ou adiem as visitas.

Pena de morte

Em 2 de outubro, a França aderiu ao Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que visa à abolição da pena de morte. Em 10 de outubro, a França ratificou o Protocolo 13 da Corte Européia de Direitos Humanos, relativo à abolição da pena de morte sob todas as circunstâncias.

Habitação

Em fevereiro, a Assembléia Nacional aprovou um projeto de lei apresentado pelo ministro da Habitação e Coesão Social com o objetivo declarado de criar uma garantia legal (*droit opposable*) ao direito à moradia para todos os residentes legais no país, impossibilitados de ter acesso a tais acomodações, ou de permanecer nelas por seus próprios meios. O projeto de lei estabelece "comissões arbitrais" que avaliarão as queixas de indivíduos que aleguem que seu direito à moradia adequada não está sendo cumprido ou que está ameaçado. Pessoas designadas por estas comissões como "casos prioritários" terão direito de apelar ao tribunal administrativo. Imigrantes irregulares

estão explicitamente excluídos de se beneficiarem dessas novas disposições.

Relatório da AI

Europe and Central Asia: Summary of Amnesty International's Concerns in the Region; France, January – June 2007 (EUR 01/010/2007).

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:	**João Bernardo "Nino" Vieira**
Chefe de governo:	**Martinho Ndafa Cabi (sucedeu a Aristides Gomes em abril)**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**1,6 milhões**
Expectativa de vida:	**45,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**206/183 por mil**

A péssima situação econômica e o tráfico de drogas ameaçaram a frágil estabilidade política do país. A liberdade de expressão foi limitada e jornalistas e defensores de direitos humanos foram perseguidos. Crianças foram traficadas para o exterior, a fim de trabalharem como operárias ou para mendigarem.

Informações gerais

O ex-comodoro da Marinha Mohamed Laminé Sanha foi assassinado em janeiro por agressores desconhecidos. Por várias vezes, desde 2006, ele havia sido preso e detido sem acusação nem julgamento. Sua última prisão ocorreu em agosto de 2006 quando foi acusado de conspirar para matar o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Ele foi solto sem acusações três dias depois. Segundo informações, foi instaurado um inquérito sobre a morte do comodoro Sanha; porém, até o final do ano, seus resultados ainda não haviam sido divulgados. Um ex-primeiro-ministro, que acusou o Presidente Vieira e outros militares graduados de envolvimento no assassinato, buscou refúgio, por três semanas, no Escritório das Nações Unidas de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS) quando um mandado de prisão foi expedido contra ele. O ex-premiê deixou o local quando o mandado foi anulado.

Em março, o governo renunciou depois de ter perdido um voto de confiança do Parlamento. Mais de mil pessoas participaram de manifestações contra o governo na capital, Bissau, vigiadas por policiais e militares fortemente armados. Um novo primeiro-ministro e um novo governo foram designados em abril.

Em março, estimava-se que o país precisava de 700 milhões de dólares para satisfazer suas necessidades básicas; os doadores, porém, relutavam em conceder o auxílio devido à instabilidade política do país, ainda mais agravada pela situação econômica.

O país tornou-se um ponto crucial na rota do tráfico de drogas da América Latina para a Europa – mais uma séria ameaça a sua estabilidade e segurança. Circularam denúncias de que membros das Forças Armadas estariam envolvidos com o tráfico de drogas, principalmente depois que, em abril de 2006, a polícia prendeu quatro soldados e dois civis com 600 kg de cocaína em seu automóvel. Em outubro, um ex-ministro da Segurança Nacional recebeu ordens de não deixar o país enquanto durasse uma investigação sobre seu envolvimento com o comércio de drogas.

Liberdade de expressão

Jornalistas e defensores de direitos humanos enfrentaram prisões e ameaças de violência por terem denunciado o envolvimento de autoridades militares com narcotráfico. Alguns tiveram que se esconder ou buscar refúgio na sede do UNOGBIS; outros deixaram o país.

■ Em julho, quatro jornalistas receberam ameaças. Alberto Dabo, correspondente da Rádio Bombolom e da agência Reuters, teve que passar uma semana escondido depois de receber ameaças anônimas por telefone. Ele havia publicado informações que implicavam funcionários públicos e soldados com o comércio de drogas. Em setembro, ele foi acusado de difamar o Chefe do Estado Maior da Armada, de violar segredos de Estado e de abusar da liberdade de imprensa. Até o final de 2007, seu julgamento não havia começado.

■ O defensor de direitos humanos Mário Sá Gomes teve que passar um período escondido, no mês de julho, e depois buscar refúgio no UNOGBIS, devido a um mandado de prisão que foi expedido contra ele. Ele havia pedido publicamente a demissão do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas para que o problema

das drogas fosse solucionado. Depois de três semanas, Mário Sá Gomes deixou a sede do UNOGBIS, quando o ministro do Interior ofereceu garantias para sua segurança e providenciou o acompanhamento de guarda-costas. Em outubro, ele foi interrogado pelo procurador-geral, mas não foi indiciado.

Tráfico de crianças

Crianças continuaram a ser traficadas para o exterior, a fim de trabalhar em plantações de algodão no sul do Senegal ou para que mendigassem na capital senegalesa. Nos meses de outubro e novembro, a polícia interceptou diversos veículos que transportavam cerca de 200 crianças entre cinco e 12 anos, prendendo ao menos sete pessoas. Prometeu-se às crianças que elas receberiam educação no Senegal.

HAITI

REPÚBLICA DO HAITI

Chefe de Estado:	**René García Préval**
Chefe de governo:	**Jacques Édouard Alexis**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**8,8 milhões**
Expectativa de vida:	**59,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**108/93 por mil**
Taxa de alfabetização:	**54,8 por cento**

Embora a estabilidade política e a segurança tenham melhorado durante a maior parte do ano, a situação dos direitos humanos continuou péssima, com a impunidade prevalecendo para a maioria dos abusos, e a população sendo incapaz de exercer seus mais básicos direitos econômicos e sociais. A violência contra as mulheres e a falta de acesso à Justiça e a serviços de amparo para sobreviventes, principalmente nas áreas rurais, foram motivo de grande preocupação. Jornalistas continuaram sendo alvo de ameaças e de assassinatos. Milhares de pessoas permaneceram detidas, sem acusação nem julgamento, em condições de superlotação. Ao menos 175 mil crianças continuavam a trabalhar como empregadas domésticas em condições equivalentes a trabalho escravo, e quase meio milhão de crianças estava fora da escola.

Informações gerais

Os níveis de violência política permaneceram baixos; porém, a alta taxa de desemprego, a pobreza generalizada e o tráfico de drogas resultaram em perturbação social e em violência.

Durante todo o ano, a Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) conduziu robustas operações militares para desmantelar as gangues armadas que agiam nos maiores centros urbanos. Mais de 800 supostos membros de gangues foram presos. O Conselho de Segurança da ONU estendeu o mandato da MINUSTAH até outubro de 2008. Programas de redução da violência foram iniciados nas áreas em que a violência armada predominava; porém, uma melhora sustentável da situação de segurança foi prejudicada pelo fracasso do Estado em proteger e em realizar os direitos sociais e econômicos mais básicos das pessoas. O desarmamento prosseguiu em ritmo muito lento.

As eleições locais e municipais para prefeitos, realizadas em abril, completaram um processo de três turnos para eleição de representantes em todos os níveis de governo. No entanto, o pleito de dezembro para renovação de um terço do Senado foi adiado. O Parlamento ratificou um tratado de ingresso no Caricom, o mercado comum do Caribe.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação e violência generalizadas em todos os aspectos da vida pública e privada, uma situação que é ainda mais agravada pela falta de acesso à Justiça. A violência baseada em gênero era escassamente documentada, em parte devido ao medo de retaliação e de exclusão. A falta de abrigos e de outros serviços de apoio também impediu o registro desses casos.

As adolescentes corriam maior risco de sofrerem assédio e violência sexual. Estatísticas divulgadas por organizações não-governamentais mostraram que o número de casos reportados aumentou em comparação com anos anteriores, e que mais da metade das vítimas tinha menos de 17 anos. O sistema de justiça não ofereceu remédios jurídicos efetivos para sobreviventes de estupro e de violência doméstica. Nas áreas rurais, há informações de que autoridades judiciais teriam pressionado sobreviventes de estupro a aceitarem acordo financeiro com o perpetrador, em vez de tratar do caso como delito penal.

Em novembro, 108 soldados cingaleses das forças de paz foram repatriados para o Sri Lanka, devido a denúncias de abuso sexual e de exploração de mulheres e de meninas haitianas.

Sistema de justiça

Houve empenho em fortalecer o sistema de justiça com a adoção de novas leis relativas à condição dos magistrados e ao Conselho Superior que supervisiona suas funções, ambas com o intuito de reforçar a independência do Judiciário. No entanto, a fraqueza estrutural e institucional, agravadas pela corrupção e pela carência de recursos, continuaram a alimentar violações de direitos humanos dentro do sistema de justiça.

Detenções provisórias prolongadas infringiram persistentemente as normas internacionais de direitos humanos, e pouco foi feito para corrigir essa situação. Somente 16 por cento dos detentos haviam sido sentenciados; no caso de meninos e meninas menores de 18 anos, somente cinco por cento. Outros permaneciam detidos após cumprirem sua pena.

O presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e relator especial da OEA sobre o Direito das Pessoas Privadas de Liberdade observou que algumas pessoas haviam sido presas por membros da MINUSTAH sem mandado ou, então, haviam sido submetidas a prisões em massa, "sem seguir os procedimentos básicos de um devido processo legal e sem respeitar as normas internacionais de direitos humanos".

Impunidade

O governo avançou pouco na investigação de casos de violações de direitos humanos ocorridos no passado.

Liberdade de expressão - jornalistas

Jornalistas foram ameaçados e atacados por indivíduos suspeitos de agirem em nome de criminosos ou de perpetradores de abusos de direitos humanos cometidos no passado. Os assassinatos de pelo menos nove jornalistas, desde 2000, continuaram sem solução.

Em agosto, porém, foi criada a Comissão Independente de Apoio às Investigações Relativas aos Assassinatos de Jornalistas (CIAPEAJ). Foi uma iniciativa conjunta do presidente do Haiti e da SOS Journalistes, uma ONG que trabalha para a proteção dos direitos dos jornalistas.

■ Em março, o jornalista Robenson Casseus, da rádio Nouvelle Génération, recebeu ameaças de morte anônimas por telefone depois de recusar mudar suas transmissões para apoiar um partido político de oposição. Ele foi atacado e espancado, e sua casa foi totalmente destruída em um incêndio criminoso.

■ Em dezembro, dois homens foram condenados por um tribunal penal pelo assassinato do jornalista Brignol Lindor, em 2001. Porém, a identidade das pessoas responsáveis por instigar o assassinato permanecia desconhecida até o final do ano.

Defensores de direitos humanos

Ativistas e defensores de direitos humanos continuaram a receber ameaças de agentes do Estado e de indivíduos particulares. Foram registrados alguns casos com claras conotações políticas.

■ Em outubro, Dérilus Mérilus e Saniècе Petitphat, ambos integrantes do Comitê de Direitos Humanos de Savanette, receberam ameaças de morte de parentes de um acusado de estupro depois de auxiliarem a vítima a fazer uma queixa formal.

■ Em agosto, Lovinsky Pierre-Antoine, presidente da Fundação 30 de Setembro, foi seqüestrado. Seu paradeiro permanecia desconhecido até o final do ano. Ele trabalhara para pôr fim à impunidade por abusos cometidos no passado e para obter reparação para as vítimas de violações de direitos humanos no período do governo militar (1991-1994).

Direitos das crianças

O acesso das crianças à educação foi limitado pelo impacto da pobreza, pela violência e pelo elevado preço do ensino. O UNICEF estimava que aproximadamente 500 mil crianças estavam fora da escola no Haiti.

Os castigos físicos foram proibidos nas escolas, mas seu uso continuou a ser relatado.

Segundo dados fornecidos por organizações de saúde e de mulheres, cerca da metade de todos os casos registrados de estupro e de violência sexual foram cometidos contra meninas haitianas menores de 17 anos.

Até 175 mil crianças estavam envolvidas com trabalhos domésticos. A maioria delas não freqüentava a escola e muitas, segundo informações, eram submetidas a abusos e a castigos corporais.

A detenção de crianças com até 10 anos de idade em estabelecimentos penitenciários violou a legislação nacional e as normas internacionais.

Houve várias denúncias de abuso e de tráfico de crianças que estavam em orfanatos.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 123

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Haiti em setembro e outubro.

Haiti: Freedom of expression cannot prevail if there is no justice for murdered journalists (AMR 36/004/2007)

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado:	**Pratibha Patil (sucedeu a APJ Abdul Kalam em julho)**
Chefe de governo:	**Manmohan Singh**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**não ratificado**
População:	**1,134 bilhões**
Expectativa de vida:	**63,7 anos**
Mortalidade de crianças com até 5 anos (m/f):	**84/88 por mil**
Taxa de alfabetização:	**61 por cento**

Ataques a bomba e o conflito armado em várias partes do país deixaram centenas de mortos. O diálogo entre a Índia e o Paquistão e as iniciativas dos dois países para resolver os conflitos na Caxemira e em Nagaland pouco avançaram. Alguns setores da economia que progrediram rapidamente trouxeram melhores expectativas paras as áreas urbanas. Porém, alguns procedimentos para a aquisição de terras e de outros recursos econômicos para empresas e projetos de desenvolvimento foram causa de protesto em vários estados. Esses protestos coincidiram com um súbito crescimento das atividades de grupos armados maoístas em alguns estados, aumentando as preocupações com a segurança e os direitos humanos. As comunidades locais marginalizadas, dentre elas os adivasis (comunidades nativas), os dalits e os pequenos agricultores, protestaram contra as ameaças aos seus meios de subsistência, contra a negação ao seu direito de participação nas decisões sobre projetos de exploração econômica e contra processos de reassentamento e reabilitação. Houve denúncias de vários tipos de abusos cometidos contra os direitos humanos, como assassinatos, expulsões forçadas, uso excessivo da força policial, violência contra as mulheres e perseguição aos defensores de direitos humanos. Os mecanismos institucionais falharam em proteger os direitos civis e políticos e em garantir justiça para as vítimas. Essas falhas também se refletiram sobre os direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente das comunidades que já eram marginalizadas.

Informações gerais

Centenas de pessoas foram mortas em ataques a bomba, entre elas, 66 passageiros que estavam em um trem com destino ao Paquistão em fevereiro, 42 pessoas em Hyderabad em agosto, e 10 pessoas em Uttar Pradesh em novembro. Preocupações com os ataques recorrentes marcaram o andamento do diálogo entre Índia e Paquistão, que não alcançou progressos significativos. Houve algum avanço nas iniciativas de paz para a Caxemira e Nagaland. Em Assam, nos meses de janeiro e novembro, houve vários atentados a bomba e ataques contra imigrantes dos estados do norte.

Pelo menos 400 pessoas foram mortas em confrontos entre a polícia e os maoístas nas regiões central e leste do país. As comunidades dessas regiões resistiram às tentativas de aquisição de terras para projetos de exploração econômica e para áreas econômicas especiais. Em vários estados, dentre eles Bengala Ocidental, Orissa, Jharkhand, Chhattisgarh, Madhya Pradesh, Andhra Pradesh, Maharashtra, Karnataka, Tâmil Nadu, Pondicherry, Maharashtra e Meghalaya, ocorreram manifestações de comunidades locais cujos meios de subsistência foram ameaçados por projetos acelerados de irrigação, de mineração, de construção de fábricas e de exploração econômica. Métodos ilegais foram cada vez mais usados para lidar com esses protestos e a impunidade para os abusos continuou a vigorar.

Os índices de suicídio de agricultores endividados permaneceram altos em alguns estados, inclusive em Maharashtra, onde há algumas medidas de assistência. O acesso inadequado aos serviços de saúde contribuiu para uma epidemia de cólera nas comunidades adivasi do sul de Orissa.

Um acordo feito com os Estados Unidos em 2006, que permitiria à Índia o acesso a material nuclear estratégico e a equipamentos que seriam utilizados com fins civis, ainda não havia sido implementado devido à oposição política interna. As exportações de armas para Myanmar foram suspensas em novembro, após a repressão ao movimento pró-democracia naquele país.

A Índia assinou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, em fevereiro, e foi reeleita para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Entretanto, o país não ratificou a Convenção contra a Tortura e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias. As solicitações de visitas ao país feitas pela Relatoria Especial da ONU sobre tortura e sobre execuções extrajudiciais continuaram pendentes. Os Grupos de Trabalho sobre detenções arbitrárias e sobre desaparecimentos forçados e involuntários também não foram convidados a visitar a Índia.

Direitos econômicos, sociais e culturais

Cerca de 300 milhões de pessoas, aproximadamente 1/4 da população, continuaram a viver na pobreza. As preocupações com a proteção dos direitos das comunidades que já eram marginalizadas aumentaram. As disposições constitucionais em vigor foram desconsideradas, uma vez que as áreas ricas em recursos demarcadas para uso exclusivo da comunidade adivasi foram cedidas a várias indústrias, dentre elas a extrativa. Em geral, as comunidades afetadas foram excluídas dos processos decisórios, somente participando das decisões sobre reassentamento e reabilitação depois de serem desalojadas. Apesar das leis que garantem o direito à informação, as autoridades continuaram relutantes em divulgar informações importantes.

Em Nandigram, em Bengala Ocidental, milícias privadas aliadas ao Partido Comunista da Índia (PCI - marxista), que está no governo, entraram em confronto com apoiadores armados de organizações locais por controle de território. As autoridades não conseguiram persuadir os agricultores a abandonar um bloqueio que fizeram em protesto contra a decisão de transferir um projeto industrial para a região. Seguiu-se uma série de violações contra os direitos humanos, dentre elas, homicídios ilegais, expulsões forçadas, uso excessivo da força policial, violência contra as mulheres, negação de acesso e de informações para a imprensa e para as organizações de direitos humanos, perseguição dos defensores de direitos humanos e impedimento à justiça para as vítimas das violações.

■ Em janeiro e março, pelo menos 25 pessoas, a maioria moradores da região, foram mortas em Nandigram. Mais de 100 pessoas ficaram feridas e pelo menos 20 mulheres foram abusadas sexualmente pelas milícias privadas aliadas ao Partido Comunista, atualmente no poder. Anteriormente, 1.500 pessoas, na maioria simpatizantes do PCI, haviam sido desalojadas de suas casas quando os apoiadores das organizações locais ergueram bloqueios durante as manifestações contra os desalojamentos forçados.

■ Em Orissa, pelo menos 50 pessoas ficaram feridas nas manifestações que as organizações de agricultores realizaram durante todo o ano contra os desalojamentos forçados, devido a um projeto de construção de uma fábrica de aço. Uma investigação oficial sobre os assassinatos de 12 manifestantes da comunidade adivasi, cometidos pela polícia em Kalinganagar em 2006, permaneceu suspensa. Em novembro, após uma longa campanha dos adivasis, a Suprema Corte deliberou contra uma decisão do governo do estado que permitia a mineração, por parte de uma empresa multinacional, em áreas florestais preservadas de Niyamagiri.

■ Em julho, a polícia usou força excessiva contra manifestantes em Badwani, Madhya Pradesh, ferindo ao menos 10 pessoas e detendo 92. As manifestações se opunham aos desalojamentos forçados causados pelo projeto da represa Narmada.

Violência contra os adivasis e contra comunidades marginalizadas

Houve aumento da violência na região de Dantewada, em Chattisgarh, entre os maoístas armados e as forças do estado apoiadas pela Salwa Judum, uma milícia civil amplamente patrocinada pelo governo do estado. Civis, em sua maioria adivasis, foram atingidos pelos dois lados. Houve denúncias de homicídios ilegais, seqüestros, torturas e mutilações cometidos por ambas as partes. Houve ainda casos de abuso sexual por parte de agentes do governo e de assassinatos após julgamentos sumários cometidos pelos maoístas. A grande maioria desses abusos não foi completamente investigada.

Cerca de 50 mil adivasis continuaram como deslocados internos da região de Dantewada. A maioria deles morava em campos especiais. Não houve nenhuma tentativa real de garantir o seu retorno voluntário e houve denúncias de que partes de suas terras poderiam ser oferecidas para empresas e para projetos de desenvolvimento. Há informações de que ao menos outros 10 mil adivasis deixaram a região em direção a Andhra Pradesh.

■ Em 15 de março, pelo menos 55 pessoas, a maioria

delas pertencentes à Salwa Judum, foram mortas em um ataque de supostos maoístas próximo a Bijapur.

■ Em 31 de março, 12 adivasis foram mortos pela polícia estadual e pela Salwa Judum em Santoshpur.

■ Em 14 de maio, um conhecido ativista da União Popular das Liberdades Civis, Dr. Binayak Sen, foi preso. Ele foi acusado sob a Lei de Segurança Pública Especial de Chhattisgarh, de 2005, e de acordo com as alterações nas disposições da Lei de Prevenção às Atividades Ilegais, de 1967. Sua prisão motivou protestos das organizações de direitos humanos e da comunidade médica.

■ Em 10 de julho, 24 integrantes de diversas forças de segurança e 20 supostos maoístas foram mortos em ataques e contra-ataques ocorridos em Konta.

Abusos semelhantes contra os direitos humanos foram registrados em vários outros estados, dentre eles Karnataka, Jharkhand e Andhra Pradesh.

■ Em 10 de julho, cinco ativistas adivasi foram mortos pela polícia de Karnataka, em Adyaka, no distrito de Chikmagalur.

■ Em 20 de agosto, 11 mulheres adivasi foram abusadas sexualmente pela polícia de Andhra Pradesh, em Vakpalli, no distrito de Visakhapatnam.

■ Em 26 de outubro, maoístas armados detonaram uma mina terrestre em Vidyanagar, no distrito de Nellore, aparentemente com intuito de atingir o ex-ministro-chefe (equivalente a governador) de Andhra Pradesh, N Janardhana Reddy, e sua esposa, N Rajyalakshmi, secretária de governo. Três integrantes da comitiva também foram mortos.

■ Em 27 de outubro, maoístas armados realizaram disparos durante um festival cultural em Chikhadia, matando 18 pessoas.

Os ativistas que fizeram campanha pelo direito à terra ou por questões ambientais relacionadas às comunidades marginalizadas foram vítimas de abusos.

■ Em julho, Saroj Mohanty, escritor e ativista que se manifestou contra a ameaça de desalojamento de uma comunidade adivasi devido a um projeto industrial da Utkal Alumina, em Kashipur, Orissa, foi detido sob acusações de roubo qualificado (dacoity), violação do direito de propriedade e tentativa de assassinato.

■ Roma, um ativista que trabalhava com os dalits e com os adivasis em Mirzapur, Uttar Pradesh, foi detido em agosto de acordo com a Lei de Segurança Nacional.

As novas leis que garantem aos adivasis o direito de acesso às terras florestais foram praticamente ignoradas, e as comunidades foram vítimas de violência policial.

■ Em abril, a polícia usou força excessiva contra os adivasis que protestavam contra a ameaça de expulsões forçadas por parte do departamento estadual de florestas, no distrito de Rewa, em Madhya Pradesh. Sete adivasis ficaram feridos.

■ Em julho, sete manifestantes foram mortos quando a polícia atirou contra os participantes de um protesto pelo direito à terra, em Khammam, no distrito de Andhra Pradesh.

Segurança e direitos humanos

Persistiram as demandas por novas leis internas antiterrorismo. A Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas, de 1958, não foi revogada apesar do grande número de protestos. Uttar Pradesh juntou-se à lista dos estados com leis de controle do crime organizado que prevêem a possibilidade de detenção arbitrária.

Impunidade

A impunidade continuou disseminada pelo país.

Jammu e Caxemira

Tanto atores estatais quanto não-estatais continuaram a gozar de impunidade por crimes de tortura, por mortes sob custódia, por seqüestros e por assassinatos. Uma organização de direitos humanos denunciou que, nos últimos 18 anos, 1.051 pessoas foram vítimas de desaparecimentos forçados somente no distrito de Baramulla. Organizações de direitos humanos contestaram as declarações oficiais de que não houve desaparecimentos até o dia 10 de novembro de 2007. As organizações afirmaram que 60 pessoas haviam desaparecido desde 2006 e que nove delas desapareceram em 2007. Cinco pessoas, supostamente detidas ilegalmente, foram encontradas. Foram poucos os casos em que se iniciaram ações criminais por violações de direitos humanos cometidas em anos anteriores.

■ Em maio, o Tribunal Superior de Jammu e Caxemira ordenou à polícia estadual que abrisse inquérito para apurar as acusações de assassinato contra 11 policiais da Polícia de Fronteira Indo-Tibetana, em conexão com o desaparecimento de Ashraf Ahmad Koka, um morador de Gond, em outubro de 2001.

Gujarat

Cinco anos depois de milhares de muçulmanos serem atacados e mais de dois mil serem mortos, a justiça não se cumpriu para a maioria das vítimas e sobreviventes. Os responsáveis pelos episódios de violência indicaram aos meios de comunicação que membros do Partido

Bharatiya Janata (no governo) estariam envolvidos; porém, não houve qualquer investigação substancial a esse respeito.

Poucas providências foram tomadas com relação a um relatório oficial apontando para mais de cinco mil famílias desalojadas que continuavam a viver em condições "subumanas" em Gujarat. Vários casos importantes de assassinatos e de abusos sexuais cometidos contra mulheres muçulmanas ainda estavam pendentes na Suprema Corte.

Em maio, as autoridades de Gujarat admitiram o envolvimento de integrantes da cúpula da polícia no assassinato de Sohrabuddin Shaikh e de sua esposa, Kausar Bi, ocorrido em novembro de 2005. Depois disso, familiares de pelo menos três outras pessoas assassinadas pela polícia em anos anteriores solicitaram a abertura de novas investigações.

Punjab

A maioria dos policiais responsáveis por graves violações dos direitos humanos cometidas durante as perturbações civis ocorridas entre 1984 e 1994 em Punjab continuou impune. Os resultados do inquérito, feito pelo Escritório Central de Investigação, sobre as alegações de que 2.097 pessoas assassinadas foram cremadas pela polícia ainda não haviam sido completamente divulgados nove anos após o início da investigação. No distrito de Amritsar, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) indenizou os familiares de 1.298 vítimas desses assassinatos. Entretanto, a CNDH foi criticada pela demora nas investigações, e uma comissão designada pela própria CNDH, em 2006, para analisar pedidos de indenização também foi criticada por organizações de direitos humanos, em outubro, devido a várias falhas.
Em maio, o governo determinou que fosse feita uma investigação sobre três homicídios ilegais cometidos pela polícia em Punjab, entre 1993 e 1994, após informações de que três pessoas registradas como mortas teriam reaparecido em sua cidade natal.

Karnataka e Tâmil Nadu

Onze anos depois de as acusações de homicídios ilegais, de tortura, de abuso sexual e de detenção ilegal de adivasis terem sido feitas pela primeira vez contra uma força conjunta Tâmil Nadu e Karnataka, criada para prender contrabandistas de sândalo, a CNDH ainda não abriu inquérito contra nenhum dos 38 policiais acusados de responsabilidade pelos abusos. Em janeiro, a CNDH indenizou provisoriamente 89 das 140 vítimas e de seus familiares que haviam feito as acusações.

Assam

Uma comissão de inquérito criada para investigar os homicídios ilegais de 35 indivíduos ligados à Frente de Libertação Unida de Asom, cometidos entre 1998 e 2001, divulgou suas conclusões em novembro. A comissão concluiu que os assassinatos foram executados por desertores de uma organização sob o comando do ex-ministro-chefe (governador) e da polícia estadual. Não ficou esclarecido se algum dos responsáveis seria levado à Justiça.

Pena de morte

Pelo menos 100 pessoas foram sentenciadas à morte, apesar de não ter havido nenhuma execução. Em dezembro, a Índia votou contra uma resolução da Assembléia Geral da ONU que determinava uma moratória à pena de morte.

Visitas e relatórios da AI

- Representantes da Anistia Internacional visitaram a Índia em agosto e em novembro e se encontraram com funcionários do governo e com membros de organizações da sociedade civil.
- Need for effective investigations and prosecutions as political violence continues in West Bengal (ASA 20/020/2007)
- Indian helicopters for Myanmar: making a mockery of embargoes? (ASA 20/014/2007)
- A pattern of unlawful killings by the Gujarat police: Urgent need for effective investigations (ASA: 20/011/2007)
- Five years on – the bitter and uphill struggle for justice in Gujarat (AI Index: ASA 20/007/2007)

INDONÉSIA

REPÚBLICA DA INDONÉSIA

Chefe de Estado e de governo:	**Susilo Bambang Yudhoyono**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**228,1 milhões**
Expectativa de vida:	**69,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**46/37 por mil**
Taxa de alfabetização:	**90,4 por cento**

Houve denúncias de tortura, de uso excessivo da força e de homicídios ilegais cometidos pela polícia e pelas forças de segurança. A maior parte dos perpetradores de graves violações dos direitos

humanos no passado, inclusive nas províncias de Nanggroe Aceh Darussalam (NAD), Papua e Timor-Leste, continuou a desfrutar de impunidade. A situação em Papua continuou tensa com o aumento das ameaças e dos ataques direcionados contra ativistas de direitos humanos e líderes religiosos. O número de possíveis prisioneiros de consciência teve um aumento acentuado, com até 76 pessoas detidas por expressarem pacificamente suas opiniões políticas e religiosas.

Forças policiais e de segurança

As violações de direitos humanos cometidas pela polícia e pelos militares incluíam o uso excessivo da força durante manifestações e ao efetuar prisões, os tiroteios fatais e a tortura.

■ Em janeiro, segundo informações, dois homens gays foram espancados, receberam chutes e foram agredidos verbalmente por vizinhos antes de serem arbitrariamente detidos pela polícia. Eles foram levados para o posto policial de Banda Raya, na província de Aceh, onde ainda sofreram abusos sexuais e outras formas de tortura e de maus-tratos. Ao que parece, os homens foram agredidos unicamente por causa de sua orientação sexual.

■ Em maio, quatro pessoas, entre as quais uma mulher grávida, foram mortas a tiros durante um confronto entre fuzileiros navais e camponeses a respeito de uma disputa por terras. Outras oito pessoas, entre elas uma criança de 4 anos, ficaram feridas. Em julho, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) pediu aos militares que permitissem aos moradores continuarem utilizando as terras que estavam sob litígio, em Pasuruan, enquanto aguardavam uma decisão definitiva da Justiça. A Comissão pediu ainda que o governo e o Exército indenizassem as vítimas pelos prejuízos que elas e suas famílias sofreram. Treze fuzileiros navais foram apontados como suspeitos nos tiroteios. No fim do ano, nenhum deles havia sido processado e todos haviam reassumido suas funções.

Em novembro, o relator especial da ONU sobre a tortura, Manfred Nowak, visitou a Indonésia. Ele concluiu que devido à falta de salvaguardas legais e institucionais, bem como à predominância de uma impunidade estrutural, as pessoas privadas de liberdade ficavam extremamente vulneráveis a tortura e a outras formas de maus-tratos.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão continuou a ser severamente restringida. Houve um aumento significativo dos ataques e das ameaças contra os defensores de direitos humanos após a visita, em junho, da representante especial do secretário-geral da ONU para os defensores de direitos humanos, Hina Jilani. Ela expressou preocupações com a persistente impunidade para as violações cometidas no passado contra os defensores de direitos humanos e com a falta de iniciativas concretas do governo para proteger os defensores, inlcusive de proteção específica para aqueles que trabalham com os direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT) e com as pessoas que vivem com HIV/Aids. A representante chamou a atenção para as hostilidades e as intimidações contínuas dos defensores por parte da polícia, do Exército e de outros órgãos de segurança e de inteligência, e também para as restrições de acesso às vítimas e aos locais onde ocorreram violações de direitos humanos, principalmente em Papua.

Até 63 pessoas foram detidas e presas por expressarem pacificamente suas opiniões. Além destas, 13 pessoas presas em anos anteriores continuaram encarceradas.

■ Em junho, pelo menos 21 pessoas foram presas em Ambon, na província de Maluku, após uma visita do Presidente. Segundo relatos, os dançarinos que apresentavam uma dança tradicional local para o Presidente foram detidos após levantarem a bandeira da independência de Moluku. Durante o interrogatório, segundo informações, eles foram espancados e ameaçados. A maioria deles foi acusada de "rebelião", com base nos artigos 106 e 110 do Código Penal: um crime passível de punição com a sentença máxima de prisão perpétua. Eles eram considerados possíveis prisioneiros de consciência.

Em julho, o Tribunal Constitucional considerou inconstitucionais os artigos 154 e 155 do Código Penal, que definiam crimes conhecidos comumente como "semeadores de ódio". Estes artigos criminalizavam a "expressão pública de sentimentos de hostilidade, de ódio ou de desprezo contra o governo" e proibiam "a expressão de tais sentimentos ou opiniões nos meios de comunicação". Estes delitos foram usados com freqüência pelo governo para restringir as críticas pacíficas e para prender adversários políticos, pessoas que criticavam o

governo, estudantes e defensores dos direitos humanos.Apesar de a determinação do tribunal ter sido bastante bem recebida, sua aplicação não era retroativa.Os prisioneiros de consciência Filep Karma, sentenciado a 15 anos, e Yusak Pakage, sentenciado a 10 anos, continuaram presos. Parte de sua condenação, em maio de 2005, por levantar a bandeira de Papua, foi baseada nos artigos 154 e 155.

Papua

Um conflito menos intenso prosseguiu entre as forças de segurança e os militantes pró-independência em Papua. Os militares, várias vezes, ameaçaram membros das comunidades locais que apoiavam a independência de modo pacífico.Um oficial do Exército que havia sido indiciado por crimes contra a humanidade no Timor-Leste, mas que ainda não havia sido julgado, foi nomeado comandante do Exército em Jayapura, a capital de Papua. Entre as denúncias de violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança incluíam-se execuções extrajudiciais, tortura e uso excessivo da força.

■ Albert Rumbekwan, diretor da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) na província de Papua, foi ameaçado de morte e estava sob vigilância depois da visita da representante especial da ONU para os defensores de direitos humanos.

Pena de morte

Em abril, Ayub Bulubili foi executado por um pelotão de fuzilamento pelo assassinato premeditado de uma família de seis pessoas. Sabe-se que pelo menos 115 pessoas estavam condenadas à morte no fim de 2007.

Em fevereiro, um grupo de advogados indonésios propôs que o Tribunal Constitucional procedesse a uma revisão jurídica da Lei de Narcóticos de 1997.Eles argumentaram que a cláusula que prevê a pena de morte para crimes envolvendo drogas contradiz a Constituição de 1945, que garante o direito à vida. Os advogados representavam cinco pessoas que haviam sido condenadas à morte por crimes relacionados a drogas: Edith Yunita Sianturi, Rani Andriani (Melisa Aprilia) e três cidadãos australianos, Myuran Sukumaran, Andrew Chan e Scott Anthony Rush.Em outubro, o recurso foi rejeitado pelo Tribunal Constitucional.

Impunidade

Em maio, o novo procurador-geral, Hendarman Supandji, requereu ao Supremo Tribunal a revisão do caso do assassinato do ativista dos direitos humanos Munir Said Thalib, ocorrido em 2004, pelo qual ninguém havia sido responsabilizado.

A Comissão da Verdade e da Amizade, estabelecida conjuntamente pela Indonésia e pelo Timor-Leste para documentar os crimes cometidos no Timor-Leste em 1999 e para promover a reconciliação, deu início a suas investigações por meio de audiências públicas e fechadas. Em julho, o secretário-geral da ONU instruiu os funcionários das Nações Unidas a não testemunharem perante a Comissão, a menos que suas atribuições fossem revistas a fim de se adequarem às normas internacionais, observando que a ONU não apóia nem aprova anistias para genocídio, para crimes contra a humanidade, crimes de guerra e para violações graves dos direitos humanos, e nem toma qualquer medida que possa facilitar a concessão de anistias.Observadores nacionais e internacionais também manifestaram preocupação com o tratamento que a Comissão dispensou às vítimas durante as audiências e com a possibilidade de uma apreciação tendenciosa dos testemunhos de militares, de membros de milícias e de burocratas frente ao testemunho das vítimas. O mandato da Comissão foi prorrogado até o início de 2008.

Discriminação e violência contra a mulher

Em março, um projeto de lei para a erradicação do crime de tráfico de pessoas foi aprovado e tornou-se lei.As ONGs locais consideraram positiva a inclusão de uma definição de exploração sexual, de cláusulas sobre a facilitação do tráfico e de imunidade para as vítimas. Entretanto, as organizações observaram a insuficiência de cláusulas que criminalizassem o tráfico de crianças e, sobretudo, apontaram para a necessidade de se fazer distinções entre esse tipo de abuso e outros abusos relacionados ao tráfico de pessoas.

As mulheres empregadas domésticas, que foram excluídas da Lei da Mão-de-Obra nacional, foram vítimas de violações dos seus direitos trabalhistas, bem como de abusos físicos e psicológicos, inclusive de natureza sexual, em seus locais de trabalho.Apesar de o Ministério da Mão-de-Obra ter elaborado projeto de lei sobre empregados

domésticos em junho de 2006, nenhuma medida foi tomada para que o projeto se transformasse em lei. Sendo assim, os empregados domésticos continuaram excluídos de proteção legal que determine um número máximo de horas de trabalho, um salário mínimo e proteções específicas para as empregadas domésticas mulheres, proteções estas comtempladas na Lei da Mão-de-Obra para outros tipos de trabalhadores.

Saúde

A Indonésia tem um dos índices de mortalidade materna mais altos do sudeste asiático. Estima-se que, para cada 100 mil nascimentos, 230 a 310 mulheres morram a cada ano.Em fevereiro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) destacou as principais causas das mortes: mutilação genital feminina (MGF); casamentos em idade precoce; falta de acesso a informações sobre saúde reprodutiva e sexual, bem como à educação e a serviços; falta de acesso a assistência médica durante a gravidez e o parto; falta de conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis, sobre HIV/Aids e sobre métodos contraceptivos; alta incidência de abortos inseguros.

Em fevereiro, um estudo feito conjuntamente pelo Ministério da Saúde e pela OMS chamou a atenção para a rápida disseminação do HIV e da Aids entre os grupos considerados de alto risco, entre os quais usuários de drogas, transexuais e profissionais do sexo, principalmente nas regiões da Indonésia em que a assistência à saúde era mais precária.Uma pesquisa financiada pelo governo concluiu que mais de 2 por cento da população de Papua estava infectada com o HIV, ao passo que essa incidência era de 0,2 por cento entre a população geral da Indonésia.Em novembro, pela primeira vez foi lançada uma campanha nacional estimulando o uso da camisinha

Relatórios da AI

- Indonesia: Exploitation and abuse: the plight of women domestic workers (ASA 21/001/2007)
- Indonesia (Aceh): Torture of gay men by the Banda Raya police (ASA 21/004/2007)
- Indonesia: Amnesty International deplores death penalty for drug offences (ASA 21/020/2007)
- Indonesia: Indonesia: Submission to the UN Universal Periodic Review: First session of UPR Working Group 7-18 April 2008 (ASA 21/021/2007)

IRÃ

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Chefe de Estado:	**Líder da República Islâmica do Irã: Ayatollah Sayed Ali Khamenei**
Chefe de governo:	**Presidente: Mahmoud Ahmadinejad**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**69,4 milhões**
Expectativa de vida:	**70,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**32/31 por mil**
Taxa de alfabetização:	**82,4 por cento**

As autoridades continuaram a suprimir as diferenças de opinião. Jornalistas, escritores, acadêmicos, ativistas comunitários e ativistas dos direitos das mulheres foram submetidos a prisões arbitrárias, proibição de viagens, intimidações e fechamento de suas ONGs. A oposição armada, sobretudo de grupos curdos e balúchis, continuou; assim como continuou a repressão do Estado iraniano às comunidades minoritárias. A discriminação contra as mulheres permaneceu arraigada tanto na lei quanto na prática. A tortura e outros maus-tratos ocorreram de modo generalizado nas prisões e nos centros de detenção. Um endurecimento das medidas de segurança, anunciado em abril, foi marcado por um aumento acentuado no número de execuções: pelo menos 335 pessoas foram executadas, entre elas menores infratores. Sentenças de lapidação, amputação e açoitamento continuaram a ser proferidas e executadas.

Informações gerais

O programa iraniano de enriquecimento de urânio continuou a ser um foco de tensão internacional. Autoridades estadunidenses e israelenses se recusaram a descartar a possibilidade de uma ação militar contra o Irã. Em março, o Conselho de Segurança da ONU impôs novas sanções. Em setembro, o governo dos EUA definiu a Guarda Revolucionária do Irã como uma "organização terrorista" por supostamente apoiar insurgentes no Iraque e no Afeganistão. Em dezembro, os órgãos de inteligências dos Estados Unidos publicaram um relatório afirmando que o Irã havia encerrado quaisquer programas de armas nucleares em 2003. No mesmo mês, a Assembléia Geral da ONU condenou

a situação dos direitos humanos no Irã.

O aiatolá Meshkini, presidente da Assembléia dos Peritos, o órgão que supervisiona a nomeação do Líder Supremo, morreu em julho. Ele foi substituído pelo ex-presidente do Irã, Hashemi Rafsanjani.

Com a deterioração da situação econômica, cada vez mais iranianos estão vivendo na pobreza. Em junho, houve tumultos após a introdução de um racionamento de gasolina. Uma greve de três meses dos trabalhadores da usina de cana-de-açúcar Haft Tapeh, na província do Khuzistão, por causa de benefícios e de salários que não foram pagos, foi interrompida à força pelas forças de segurança em outubro. Os funcionários da Haft Tapeh juntamente com professores e com outros trabalhadores realizaram grandes manifestações, quando várias pessoas foram presas.

Liberdade de expressão

Leis redigidas de forma vaga e práticas severas resultaram na repressão generalizada a expressões pacíficas de opiniões divergentes. As manifestações freqüentemente acabavam com prisões em massa e julgamentos injustos. As autoridades mantiveram restrições rigorosas de acesso à Internet. Jornalistas, acadêmicos e internautas, alguns inclusive com dupla nacionalidade, que mantinham blogs na Internet, foram detidos e sentenciados a penas de prisão ou açoitamento; diversos periódicos foram fechados. Em abril, o ministro da Inteligência, Gholam Hossein Ejei, acusou publicamente os estudantes e o movimento das mulheres de fazerem parte de uma tentativa de conseguir uma "suave derrubada" do governo iraniano.

■ Ali Farahbakhsh, jornalista, obteve uma concessão de liberdade condicional antecipada, em outubro, após 11 meses de detenção. Ele foi condenado por "espionagem" e por "receber dinheiro de estrangeiros" em conexão com sua participação em uma conferência sobre mídia na Tailândia.

Defensores de direitos humanos

Grupos independentes de direitos humanos e outras organizações não-governamentais continuaram enfrentando longas demoras, geralmente durante anos, para obter registro oficial, o que os colocava em risco de serem fechados por estarem operando ilegalmente. Estudantes que fizeram campanha por maior respeito aos direitos humanos enfrentaram represálias, inclusive detenções arbitrárias e tortura. Defensores de direitos humanos foram individualmente perseguidos devido ao seu trabalho; alguns eram prisioneiros de consciência.

■ Emaddedin Baghi, presidente da Associação para a Defesa dos Prisioneiros e importante ativista contra a pena de morte, foi detido em outubro após ser intimado a prestar esclarecimentos sobre acusações de "pôr em risco a segurança nacional". Ao comparecerem para pagar a fiança, seus familiares foram informados de que ele agora deveria cumprir a pena de uma sentença suspensa, imposta em 2003, por motivos como "publicar mentiras". Em julho de 2007, outra pena de prisão que ele recebeu por "fazer propaganda favorável aos oponentes", por causa de seu trabalho em favor dos árabes iranianos condenados à morte após julgamentos injustos, aguardava julgamento de recurso. Em outubro, sua esposa, Fatemeh Kamali Ahmad Sarahi, e sua filha, Maryam Baghi, receberam sentenças de prisão de três anos com pena suspensa por se "reunirem e conspirarem com a intenção de prejudicar a segurança nacional", após participarem, em 2004, de uma oficina de direitos humanos em Dubai. Em dezembro, ele sofreu convulsões enquanto estava sob custódia.

■ Mansour Ossanlu, presidente do sindicato que representa os trabalhadores da empresa de ônibus de Teerã e de seus subúrbios (Sharekat-e Vahed), foi detido, em julho, depois de visitar a Europa para buscar apoio ao movimento de sindicatos independentes. Após protestos internacionais, ele recebeu tratamento médico por um ferimento no olho, que teria sido causado durante uma contenda com carcereiros quando estivera detido anteriormente. Em outubro, um tribunal de recursos manteve a sentença de prisão de cinco anos que havia sido imposta em fevereiro.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação generalizada, tanto na lei quanto na prática. Milhares foram presas por não seguirem o código de vestuário obrigatório.

Ativistas que trabalhavam para a Campanha pela Igualdade, que visava a coletar um milhão de assinaturas no Irã, pedindo que se acabasse com a discriminação legalizada contra as mulheres, foram presas e sofreram hostilidades. Em agosto, Nasim Sarabandi e Fatemeh Dehdashti foram sentenciadas a seis meses de prisão, com pena suspensa por dois

anos, por "agirem contra a segurança nacional através da divulgação de propaganda contrária ao sistema". Elas foram as primeiras pessoas a serem julgadas e sentenciadas por coletar assinaturas. No final do ano, quatro ativistas da campanha permaneciam detidas sem acusação nem julgamento: Ronak Safarzadeh e Hana Abdi, duas mulheres curdas que foram detidas, respectivamente, em outubro e novembro, em Sanandaj; e Maryam Hosseinkhah e Jelveh Javaheri, detidas em Teerã, em conexão com seu trabalho de edição do site da campanha. As autoridades persistentemente filtravam o site (controlavam seu conteúdo), dificultando o acesso.

A defensora dos direitos das mulheres Delaram Ali, presa em junho de 2006 depois de uma manifestação pacífica pedindo maior respeito aos direitos das mulheres, teve sua sentença de prisão de 30 meses adiada provisoriamente após a realização de uma campanha local e internacional. Em março, 33 mulheres ativistas foram presas em frente ao Tribunal Revolucionário de Teerã durante um protesto contra o julgamento de cinco mulheres acusadas em conexão com a manifestação de junho de 2006. Todas foram soltas, mas algumas delas irão a julgamento.

Repressão das minorias

Prosseguiu a repressão às minorias étnicas do Irã, que mantiveram sua campanha por um maior reconhecimento de seus direitos culturais e políticos.

Árabes

Pelo menos oito árabes iranianos (ahwazis) foram executados após serem condenados em conexão com os atentados a bomba ocorridos em 2005 no Khuzistão. Acredita-se que ao menos outros 17 árabes iranianos aguardem execução após julgamentos injustos relativos ao atentado. Várias dezenas, e possivelmente centenas, de árabes iranianos teriam sido presos no mês de abril, às vésperas do aniversário dos distúrbios ocorridos em 2005. Os tumultos aconteceram em protesto a uma carta que teria sido escrita por um conselheiro presidencial, o qual negou sua autenticidade, expondo uma série de políticas voltadas à redução da população árabe do Khuzistão.

■ Em abril, o jornalista Mohammad Hassan Fallahiya foi sentenciado a três anos de prisão com trabalhos forçados, por escrever artigos que criticavam o governo e por, supostamente, ter feito contato com grupos oposicionistas baseados fora do Irã. Ele foi detido em novembro de 2006 e, durante todo o processo judicial, lhe foi negado acesso a um advogado. Sua família afirmou que as autoridades responsáveis pela prisão Evin se recusaram a permitir que lhe entregassem os remédios de que ele necessitava para tratar de doenças cardíacas e hematológicas, colocando sua vida em risco.

Azeris (azerbaijanos)

Centenas de ativistas iranianos azeris foram presos por causa de uma manifestação pacífica realizada no Dia Internacional da Língua Materna, 21 de fevereiro. Os manifestantes pediam que sua própria língua fosse usada nas escolas e em outras instituições de ensino em regiões do noroeste iraniano onde mora a maioria dos iranianos azeris.

■ O prisioneiro de consciência Saleh Kamrani, advogado e defensor dos direitos humanos, ficou detido na prisão Evin entre os meses de agosto e dezembro. Em setembro de 2006, ele havia sido sentenciado a um ano de prisão – com pena suspensa por cinco anos – por "divulgar propaganda contra o sistema". Não ficou claro se sua prisão estava relacionada a essa sentença.

Balúchis

O grupo armado balúchi Jondallah realizou ataques contra servidores iranianos, inclusive a explosão de um ônibus que conduzia oficiais da Guarda Revolucionária, no mês de fevereiro. O grupo também tomou reféns, dos quais ao menos um foi morto.

■ Nasrollah Shanbeh-zehi foi preso após o atentado contra o ônibus. Cinco dias mais tarde, ele foi executado publicamente depois de um julgamento sumário.

■ Yaqub Mehrnehad, presidente da Sociedade da Juventude Voz da Justiça, uma organização não-governamental reconhecida, foi detido em Zahedan, no mês de abril, inicialmente pelo Ministério da Inteligência, após uma reunião na secretaria provincial do Ministério da Cultura e Orientação Islâmica, na qual estaria presente o governador de Zahedan. Até o final do ano, ele permanecia na prisão de Zahedan sem ter acesso a um advogado. Ele pode ter sido torturado.

■ Em maio, a polícia matou a tiros Roya Sarani, uma menina balúchi de 11 anos, quando ela voltava de carro com seu pai da escola para casa, em Zahedan. Segundo informações, as autoridades pressionaram sua família para que fizesse um funeral discreto. Acredita-se que não tenha havido nenhuma investigação sobre sua morte.

Curdos

Integrantes do Partido por uma Vida Livre no Curdistão (Partiya Jiyana Azadîya Kurdistanê, PJAK) atacaram forças iranianas que bombardearam áreas do norte do Iraque onde acreditavam que se escondessem as forças do PJAK. Inúmeros curdos foram presos, muitos dos quais acusados de filiação ou de manter contato com grupos proscritos. Jornalistas e defensores de direitos humanos curdos corriam maior risco de serem hostilizados ou detidos.

■ Mohammad Sadiq Kabudvand, presidente da Organização de Direitos Humanos do Curdistão (HROK) e editor do semanário proscrito Payam-e Mardom, foi detido, em julho, aparentemente por "agir contra a segurança nacional", por fazer "propaganda contra o sistema" e por "cooperar com grupos opostos ao sistema"; embora ele não tenha sido acusado formalmente. Ele queixou-se das condições precárias da prisão e de maus-tratos, inclusive da negação de acesso à latrina, o que teria sido feito, aparentemente, com a intenção de forçar outros membros proeminentes da HROK a se entregarem aos agentes de segurança para serem interrogados.

Minorias religiosas

Por todo o país, os bahá'ís continuaram sendo perseguidos por causa de sua religião. Ao menos 13 bahá'ís foram presos em pelo menos 10 cidades. Eles foram submetidos a hostilidades e a práticas discriminatórias, como obstrução de acesso a educação superior, a empréstimos bancários e a recebimento de pensões. Nove cemitérios bahá'ís foram profanados.

Em agosto e novembro, embates envolvendo sufis resultaram em várias dezenas de feridos e, em novembro, em mais de cem prisões. Em setembro, um casal – um cristão convertido que se casou com uma mulher cristã em uma cerimônia islâmica – teria sofrido açoitamento, em Gohar Dasht, devido a sua fé.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos foram corriqueiros em muitas prisões e centros de detenção, o que foi facilitado por longos períodos de detenção provisória em que os detentos não podiam ter acesso a advogado ou à família. Ao menos duas pessoas morreram em custódia, possivelmente em conseqüência de tortura. Os torturadores raramente ou nunca eram responsabilizados por seus crimes.

■ Em maio, quatro estudantes e editores-chefes de publicações estudantis, presos nesse mesmo mês na escola Politécnica Amir Kabir, foram torturados, de acordo com suas famílias. Os abusos teriam incluído sessões de interrogatório de 24 horas, privação de sono, espancamento com cabos e com punhos, e ameaças aos prisioneiros e a suas famílias. Os quatro foram presos devido a artigos que servidores da universidade consideraram "ofensivos à santidade islâmica". Em julho, as famílias dos estudantes detidos enviaram uma carta aberta ao aiatolá Shahroudi, chefe do poder Judiciário, descrevendo a denúncia de tortura.

■ Zahra Bani Yaghoub, formada em medicina, morreu sob custódia em Hamadan no mês de outubro. Ela foi presa por caminhar no parque com seu noivo e morreu no dia seguinte enquanto estava detida. As autoridades disseram que ela se enforcou. Sua família afirmou que ela estava se sentindo bem quando falaram com ela ao telefone, meia hora antes de ela ser encontrada morta. Em novembro, a imprensa informou que o diretor do centro de detenção havia sido detido, tendo, mais tarde, sido solto mediante fiança e permanecido no cargo.

■ Em novembro, foi determinado que houvesse novo julgamento no caso de Zahra Kazemi, uma fotojornalista canadense-iraniana morta sob custódia em 2003. Ela foi torturada até a morte; porém, a única pessoa processada foi absolvida em 2004, uma decisão que foi mantida em 2005. Ela foi presa por tirar fotografias do lado de fora da prisão Evin.

Pena de morte

Houve um crescimento acentuado das execuções em 2007. A Anistia Internacional recebeu informes de que até 335 pessoas foram executadas, apesar de que, na verdade, este número provavelmente seja muito maior. Algumas pessoas foram executadas em público, geralmente em enforcamentos múltiplos. Sentenças de morte foram impostas para uma ampla variedade de crimes, como contrabando de drogas, roubo com arma, homicídio, espionagem, violência política e delitos sexuais. Um tribunal "especial" no leste do Irã, criado em maio de 2006 para reduzir o tempo entre o crime e sua punição, resultou em um grande aumento no número de balúchis executados.

Menores infratores

Ao menos sete pessoas menores de 18 anos à época em que cometeram um crime foram executadas, e pelo menos outros 75 menores infratores aguardavam

execução. Depois dos protestos que aconteceram dentro e fora do país, as sentenças de morte de pelo menos dois menores infratores – Sina Paymard e Nazanin Fatehi – foram comutadas.

■ Makwan Moloudzadeh, um menor infrator curdo-iraniano, foi executado em dezembro, após um julgamento flagrantemente injusto, por três estupros que ele teria cometido oito anos antes quando tinha 13 anos de idade. Ao condená-lo à morte, o juiz baseou-se em seu "conhecimento" de que o delito havia ocorrido e de que Makwan Moloudzadeh havia atingido a puberdade na época do crime, devendo, portanto, ser julgado e sentenciado como adulto.

Execução por apedrejamento (lapidação)

Jafar Kiani foi apedrejada até a morte em Takestan, no mês de julho, apesar de uma ordem do chefe do poder Judiciário concedendo uma suspensão temporária da execução. Autoridades mais tarde afirmaram que o juiz do caso havia "se enganado". Pelo menos nove mulheres, entre as quais a co-acusada com Jafar Kiani, e dois homens ainda corriam risco de lapidação. Em novembro, autoridades judiciais declararam que uma nova versão do Código Penal havia sido enviada ao Majlis (Parlamento) para aprovação e que, se aprovada, disporia sobre a possibilidade de comutar sentenças de apedrejamento.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Sentenças de açoitamento e de amputações continuaram a ser proferidas e executadas.

■ Em novembro, Soghra Mola'i foi açoitada 80 vezes por manter "relações ilícitas", depois que sua sentença de morte por apedrejamento foi revogada após um novo julgamento. Ela permaneceu na prisão para cumprir uma sentença por envolvimento no assassinato de seu marido.

Ao menos oito pessoas tiveram seus dedos ou mão amputados após serem condenados por roubo.

Relatórios da AI

- Iran : Human rights abuses against the Baluchi minority (MDE 13/104/2007)
- Iran: The last executioner of children (MDE 13/059/2007)

IRAQUE

REPÚBLICA DO IRAQUE

Chefe de Estado:	**Jalal Talabani**
Chefe de governo:	**Nuri al-Maliki**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**não ratificado**
População:	**28 milhões**
Expectativa de vida:	**57,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**109/102 por mil**
Taxa de alfabetização:	**74,1 por cento**

Milhares de civis, inclusive crianças, foram mortos ou feridos em meio à constante violência sectária e a outros tipos de violência. Todas as partes envolvidas no conflito cometeram violações graves dos direitos humanos, algumas das quais constituem crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Muitos civis morreram em conseqüência de atentados a bomba cometidos por grupos contrários ao governo do Iraque e contrários à força multinacional comandada pelos Estados Unidos. Outros civis foram vítimas de matanças sectárias por parte de grupos armados xiitas e sunitas. Centenas de pessoas foram seqüestradas, torturadas e assassinadas, com seus corpos largados nas ruas ou encontrados pelas famílias nos necrotérios. A natureza cada vez mais sectária da violência fez com que centenas de milhares de pessoas tivessem de abandonar suas casas, aumentando o número crescente de refugiados iraquianos na Síria, na Jordânia e em outros países, e fazendo com que esse número chegasse a dois milhões de pessoas. Além disso, o número de pessoas deslocadas dentro do Iraque ultrapassou os dois milhões. Essa situação agravou ainda mais a crescente crise humanitária. As forças de segurança iraquianas também cometeram graves violações de direitos humanos, como homicídios ilegais, estupros e outras formas de tortura, e ainda prisões e detenções arbitrárias. A força multinacional matou civis e manteve presas mais de 25 mil pessoas sem acusação ou julgamento, entre as quais algumas que ficaram presas por vários anos. Civis também foram mortos por seguranças contratados por empresas militares privadas e por empresas de segurança que, até outubro, gozavam de imunidade jurídica no Iraque. A pena de morte foi amplamente utilizada e 33 pessoas foram

executadas, algumas após julgamentos flagrantemente injustos.

Informações gerais

Em janeiro, o presidente dos EUA, George W. Bush, anunciou o envio de um novo contingente de 20 mil soldados como parte de um "revigoramento" militar para melhorar a segurança, principalmente na área de Bagdá, e para ajudar o governo iraquiano a obter maior controle sobre a situação. O "revigoramento" foi acompanhado de iniciativas econômicas e políticas, como planos de reconstrução e criação de empregos, realização de eleições provinciais, e a finalização de legislação contenciosa, como a lei de extração de petróleo. O progresso nessas áreas, porém, foi limitado.

Apesar do "revigoramento", a violência permaneceu disseminada e severa, embora houvesse informações de que teria diminuído no final do ano. O governo e o Parlamento foram prejudicados por divisões políticas e por um boicote dos parlamentares que representavam partidos políticos contrários ao primeiro-ministro Nuri al-Maliki.

Em abril, o ACNUR convocou uma conferência internacional na Suíça em resposta à crescente crise humanitária causada pelo êxodo de refugiados iraquianos e pelos deslocamentos de pessoas dentro do Iraque.

Em agosto, o líder religioso xiita Moqtada al-Sadr anunciou que o exército Mahdi, formado por seus seguidores, cessaria os ataques por um período de até seis meses e cooperaria com as forças de segurança iraquianas.

No mesmo mês, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1770, que, entre outras coisas, autoriza a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI), mediante solicitação do governo iraquiano, a promover conversações políticas entre os grupos étnicos e políticos do país, bem como negociações regionais sobre questões relativas à segurança na fronteira do Iraque, à energia e à crise humanitária. A resolução, entretanto, não tratou adequadamente da grave situação dos direitos humanos no país.

Em dezembro, as forças do Reino Unido passaram o controle da província de Basra para as forças do governo iraquiano.

Abusos de grupos armados

Grupos armados, entre os quais os grupos islâmicos e nacionalistas que lutam contra as forças comandadas pelos EUA e contra o governo iraquiano, bem como a Al Qaeda e as milícias afiliadas a grupos religiosos xiitas, cometeram graves abusos dos direitos humanos. Muitos desses abusos foram cometidos durante episódios de violência sectária entre grupos armados xiitas e sunitas, que tentavam eliminar, respectivamente, sunitas e xiitas dos bairros de moradia mista, retirando as pessoas de suas casas ou atacando-as nas ruas para assassiná-las. Frequentemente, os corpos eram abandonados com marcas de tortura e mutilações. Membros de minorias étnicas e religiosas – yadizis, cristãos, sabeus e palestinos – também se tornaram vítimas desses abusos, como também o foram mulheres, defensores de direitos humanos, juízes, médicos e outros profissionais.

■ No dia 18 de abril, ao menos 140 pessoas foram mortas quando um carro-bomba explodiu em um mercado de Al Sadriya, um distrito predominantemente xiita de Bagdá.

■ Em 12 de maio, Adib Ibrahim al-Jalabi, médico e pessoa de destaque na Organização Islâmica pelos Direitos Humanos (Mosul), foi assassinado por homens armados que se acredita pertencerem à Al Qaeda, após sair de sua clínica em Mosul.

■ Em 3 de junho, o padre caldeu Ragheed Ganni e três diáconos foram mortos a tiros por agressores desconhecidos em Mosul.

■ Em 7 de julho, cerca de 150 pessoas foram mortas e mais de 265 ficaram feridas em um atentado suicida com carro-bomba em um mercado público de Amerli, um vilarejo de população predominantemente turcomana xiita, na província (governorado) de Saladino.

■ Em agosto, Mostafa Ahmad, motorista de táxi e refugiado palestino, foi seqüestrado por homens armados aparentemente pertencentes ao exército Mahdi. Dois dias depois, os seqüestradores usaram seu telefone celular a fim de avisar sua família para buscar seu corpo no necrotério; ele havia sido torturado com uma furadeira, seus dentes haviam sido arrancados e ele havia levado seis tiros.

■ No dia 14 de agosto, mais de 400 pessoas foram mortas e pelo menos 300 ficaram feridas em quatro atentados suicidas que explodiram tanques de combustível em Al Qahtaniya, Al Jazira e Tal Uzair,

vilarejos próximos à fronteira com a Síria, habitados principalmente por membros da seita minoritária yazidi. Entre as vítimas estavam muitas crianças.

■ No dia 28 de outubro, Shehab Mohammad al-Hiti, sunita e editor do jornal semanal *Baghdad al-Youm*, foi seqüestrado em Al-Jamia, Bagdá. Posteriormente, ele foi encontrado morto a tiros.

Matanças por parte das forças de segurança iraquianas

As forças de segurança iraquianas mataram civis de modo ilegal. Em alguns casos, apesar de terem sido anunciadas investigações, seus resultados não foram divulgados.

■ No dia 27 de março, atiradores vestindo uniformes da polícia mataram 70 árabes sunitas na cidade de população mista Tal-'Afar, próxima a Mosul, aparentemente em represália a um ataque suicida cometido por um insurgente sunita em um bairro xiita da cidade. Segundo informações, os sobreviventes relataram que os atiradores arrastaram os homens de suas casas, algemaram-nos, vendaram seus olhos e, então, os fuzilaram com grande quantidade de tiros. Dois dias depois, o governo reconheceu que a polícia havia sido responsável pela matança e, segundo informações, 13 policiais teriam sido detidos brevemente. Não ficou claro se algum deles foi levado à Justiça.

Matanças e outras violações cometidas pela força multinacional

As forças dos EUA cometeram graves violações de direitos humanos, como homicídios ilegais de civis, prisões arbitrárias, destruição de propriedade e buscas domiciliares violentas. Um número reduzido de soldados dos EUA e do Reino Unido foi julgado e condenado por violações de direitos humanos cometidas em anos anteriores.

■ Em 28 de setembro, as forças dos EUA lançaram um ataque aéreo noturno que tinha como alvo um edifício localizado em um bairro majoritariamente sunita de Saha, no sudoeste de Bagdá. Pelo menos 10 homens, mulheres e crianças foram mortos.

■ Em 21 de outubro, após violentos confrontos entre as forças dos EUA e atiradores do exército Mahdi, em Sadr City, em Bagdá, as forças dos EUA usaram helicópteros para, segundo informações, atingir um homem suspeito de ter seqüestrado soldados da força multinacional. Durante o ataque, segundo a polícia iraquiana, 13 civis foram mortos, entre os quais duas crianças, e vários outros foram feridos. Um militar dos EUA declarou que um comitê estava examinando o incidente.

■ Em agosto, um soldado dos EUA foi condenado a 110 anos de prisão, com direito a liberdade condicional, pelo estupro seguido da morte de 'Abeer Qasim Hamza al-Janabi, uma menina de 14 anos, e pelo assassinato de três membros da família da jovem, em Mahmoudiya, em março de 2006. Um tribunal militar em Kentucky (EUA) considerou o soldado culpado de "estupro, conspiração para cometimento de estupro, violação de domicílio com a intenção de cometer estupro, e quatro acusações de homicídio qualificado". Dois outros solados, que já haviam admitido ter estuprado a menina, receberam penas de prisão perpétua no mês de fevereiro.

Prisões e detenções arbitrárias

A força multinacional e as forças de segurança iraquianas mantinham presas 60 mil pessoas, conforme estimativas de novembro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). A maioria encontrava-se detida indefinidamente, sem acusação ou julgamento, na condição de "detentos de segurança". Em outubro, o comandante de operações para detentos da força multinacional disse que a força mantinha cerca de 25 detentos no campo Bucca, na região sul, nos campos Victory e Cropper, próximos ao Aeroporto Internacional de Bagdá, e em mais outros locais. Entre os detentos estavam 840 menores e 280 estrangeiros, a maioria de países árabes. Logo após a declaração, a força multinacional começou a libertar os detentos. Em dezembro, milhares de detentos haviam sido soltos com a condição de não representarem uma ameaça à segurança e de suas famílias oferecerem garantia de que teriam boa conduta.

Tortura e outros maus-tratos

Foram corriqueiros os relatos de tortura e de outros maus-tratos de detentos, inclusive de menores, pelas forças de segurança iraquianas, sobretudo do Ministério do Interior. Milhares de prisioneiros foram mantidos nas prisões extremamente superlotadas administradas por iraquianos, nas delegacias de polícia e nos campos de detenção, sendo que muitos deles não tinham acesso a advogado, situação que facilita a ocorrência de tortura. Em maio, ex-detentos

de uma unidade prisional no bairro majoritariamente xiita de Kadhimiya, em Bagdá, relataram a um funcionário da ONU que eles haviam sido submetidos a "espancamentos freqüentes, suspensão pelos membros durante longos períodos de tempo, aplicação de choques elétricos em partes sensíveis do corpo e ameaças de maus-tratos a familiares próximos". Como já havia acontecido em anos anteriores, o governo anunciou que conduziria investigações sobre denúncias específicas de abusos cometidos pelas forças de segurança iraquianas, mas não tornou público o resultado dessas investigações, aumentando as preocupações de que houve impunidade generalizada.

■ No dia 4 de março, tropas britânicas e iraquianas encontraram cerca de 30 prisioneiros, inclusive alguns que apresentavam sinais de tortura, quando invadiram a sede de um órgão de inteligência do governo em Basra.

■ Em outubro, a Associação dos Prisioneiros por Justiça, uma ONG iraquiana de direitos humanos, afirmou ter entrevistado cinco adolescentes entre 13 e 17 anos torturados pelas forças de segurança iraquianas, que suspeitavam que esses jovens prestassem auxílio a insurgentes e a milícias.

I

Pena de morte

A pena de morte foi utilizada extensivamente, apesar de o ministro de Direitos Humanos ter afirmado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março, que o governo estava trabalhando pela abolição da pena capital.

Ao menos 199 homens e mulheres foram condenados à morte, e ao menos 33 prisioneiros foram executados. A maioria das sentenças de morte foi proferida depois de julgamentos injustos conduzidos pelo Tribunal Penal Central do Iraque (TPCI). Os réus queixaram-se de que confissões extraídas sob tortura foram usadas como prova contra eles, e de que não podiam escolher seu próprio advogado.

■ Em fevereiro, o Tribunal de Cassação manteve as sentenças de morte por homicídio qualificado proferidas contra duas mulheres. Samar Sa'ad 'Abdullah e Wassan Talib foram condenadas à morte, respectivamente, pelo Tribunal Penal de Karkh, em agosto de 2005, e pelo TPCI, em Bagdá, em agosto de 2006.

■ Em maio, seis homens – Moazzea Abdul-Khazal, Hussain Jihad Hassan, 'Abdel-Qader Qasim Jameel, Mostafa Mahmoud Isma'il, Qais Habib Aslem e Islam Mostafa 'Abdel-Sattar – foram condenados à morte pelo TPCI, por seqüestro e morte de um homem no distrito de Adhamiya, em Bagdá. Não se sabia se eles haviam sido executados.

Abusos cometidos por seguranças e por militares privados

Guardas armados de origem estrangeira empregados por empresas militares e de segurança privadas mataram civis. As empresas de segurança contavam com imunidade jurídica, segundo a Ordem 17, expedida em 2004 por Paul Bremer, então chefe da Autoridade Provisória da Coalizão. No entanto, após um grave incidente ocorrido em setembro, envolvendo a empresa Blackwater, com sede nos EUA, o governo iraquiano apresentou um projeto de lei que revogaria a Ordem 17.

■ No dia 16 de setembro, 17 civis iraquianos foram mortos e 27 foram feridos, quando seguranças da Blackwater dispararam contra civis em um movimentado cruzamento do bairro Al Mansour, em Bagdá. A empresa afirmou que seus seguranças atiraram em legítima defesa. Porém, testemunhas e o governo iraquiano afirmaram que os seguranças iniciaram os disparos. Tanto as autoridades iraquianas quanto o Departamento de Estado dos EUA anunciaram estar conduzindo investigações e, em novembro, o Birô Federal de Investigação dos EUA (FBI) concluiu que o tiroteio havia sido injustificado. A empresa declarou que, se algum de seus seguranças fosse culpado de má conduta, eles seriam responsabilizados. O governo iraquiano exigiu que a Blackwater pagasse 8 milhões de dólares em compensação para cada uma das famílias das 17 pessoas mortas.

Violência contra as mulheres

Houve um aumento da violência contra as mulheres. Muitas tiveram de deixar seus empregos após receberem ameaças de morte, ou tiveram de buscar refúgio no exterior. Em Basra, cerca de 42 mulheres teriam sido mortas, entre julho e setembro, por grupos armados xiitas que disputavam o controle da área. Na maioria das províncias, cada vez mais as mulheres eram ameaçadas por homens armados caso não seguissem um rígido código de vestuário. Segundo informações, a violência doméstica e os

"assassinatos em nome da honra" estavam aumentando, e um sectarismo cada vez mais intenso colocava em risco as mulheres casadas com homens de seitas diferentes.

■ Em fevereiro, lideranças tribais denunciaram que quatro soldados iraquianos teriam estuprado uma mulher pertencente à minoria turcomana, após invadirem sua casa, em Tal-'Afar, próximo a Mosul. Um militar iraquiano de alta patente afirmou que quatro homens confessaram o estupro, porém, não ficou claro se alguma ação foi tomada contra eles.

■ Por volta do dia 7 de abril, Du'a Khalil Aswad, uma adolescente yazidi de 17 anos, foi apedrejada até a morte diante de uma multidão, na cidade de Bashika, próxima a Mosul. Vítima de um "crime de honra", ela foi morta por um grupo de oito ou nove homens yazidi, inclusive parentes, que a acusaram de ter um relacionamento com um garoto muçulmano sunita. Sua morte por apedrejamento, que durou cerca de 30 minutos, foi gravada em vídeo e colocada na Internet. Membros das forças de segurança locais estavam presentes, porém, não intervieram.

Refugiados e deslocados internos

Pelo menos 4,2 milhões de iraquianos foram deslocados. Destes, 2,2 milhões encontravam-se deslocados dentro do Iraque e aproximadamente 2 milhões estavam refugiados, principalmente na Síria (cerca de 1,4 milhão) e na Jordânia (cerca de meio milhão). Nos últimos meses do ano, os dois países vizinhos, enfrentando dificuldades para suprir as necessidades de saúde, de educação e outras dos refugiados que já estavam em seu território, passaram a exigir a concessão de vistos que impediam a entrada de iraquianos em busca de refúgio. Dentro do Iraque, a maioria das províncias barrava a entrada de pessoas que fugiam da violência sectária em outros lugares.

Julgamentos de ex-autoridades

O Supremo Tribunal Criminal Iraquiano (STCI) prosseguiu com os julgamentos de autoridades de alto escalão do governo, de partidos, das forças de segurança e do exército ligadas ao governo anterior do partido Baath, chefiado por Saddam Hussein, por graves violações de direitos humanos cometidas durante seu regime. Diversos réus foram condenados à morte em julgamentos flagrantemente injustos, sendo que três deles, sentenciados em 2006, foram executados. Interferências políticas continuaram a comprometer a imparcialidade do STCI.

■ Em fevereiro, a Câmara de Apelações do STCI substituiu a sentença de prisão perpétua proferida anteriormente contra o vice-presidente Taha Yassin Ramadan pela pena de morte e, no dia 20 de março, ele foi executado. Dois co-réus, Barzan Ibrahim al-Tikriti e 'Awad Hamad al-Bandar, foram enforcados no dia 15 de janeiro.

■ O julgamento dos indivíduos acusados de serem responsáveis pelos abusos cometidos durante a chamada campanha Anfal, em 1988, que causou a morte de aproximadamente 180 mil curdos iraquianos, foi concluído no dia 24 de junho. Três dos seis réus – 'Ali Hassan al-Majid, Sultan Hashim Ahmad al-Ta'i e Hussain Rashid al-Tikri – foram condenados à morte por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade. 'Ali Hassan al-Majid foi também condenado por genocídio. A Câmara de Apelações do STCI confirmou as sentenças de morte no dia 4 de setembro, e esperava-se que os três fossem executados dentro de 30 dias. Porém, os militares dos EUA se recusaram a transferir os três indivíduos à custódia iraquiana devido a uma contenda legal entre o Primeiro Ministro al-Maliki e o Conselho Presidencial.

Norte do Iraque

Violações de direitos humanos, entre as quais detenções arbitrárias, tortura e execuções foram reportadas em áreas sob o controle do Governo Regional do Curdistão, no norte do Iraque. A violência contra as mulheres foi amplamente disseminada.

■ Mohammad Siyassi Ashkani, um jornalista de Sulaimaniya, foi preso por agentes das forças de segurança Asayish e ficou detido, sem acusação nem julgamento, por quase seis meses. Ele foi mantido isolado em uma cela solitária durante os primeiros 55 dias de sua prisão, antes de ter permissão para visitas semanais de sua família, mas não teve acesso a um advogado. Ele foi libertado no dia 19 de julho.

■ No dia 29 de maio, Heman Mohamed, 'Othman Abdel-Karim, Sherwan Ahmed e Qaraman Rasul foram executados em Erbil. Eles haviam sido condenados, em 2006, por participação em um atentado a bomba em Erbil, um ano antes.

Três cidadãos turcos – Metir Demir, Mustafa Egilli e Hasip Yokus –, membros da organização não-governamental Associação pelo Direito à Liberdade de Pensamento e Educação (Özgür-Der), sediada na

Turquia, que haviam sido presos em junho de 2006, permaneceram detidos, sem acusação nem julgamento, desde o dia 12 de setembro, quando foram repatriados à Turquia. Um deles contou à Anistia Internacional que eles ficaram presos no edifício das forças de segurança curdas (Asayish), em Erbil, que não tiveram acesso a advogado e que dois deles foram torturados e mantidos por seis meses em cela solitária. Os métodos de tortura incluíam golpes no corpo e na sola dos pés (*falaqa*) e choques elétricos.

■ Em novembro, o ministro de Direitos Humanos do Governo Regional do Curdistão afirmou que 27 mulheres haviam sido assassinadas "em nome da honra", entre os meses de agosto e novembro. No entanto, não deu nenhuma informação sobre prisões ou processos referentes a essas mortes.

Relatórios da AI

- Iraque: A deepening refugee crisis – Media Briefing (MDE 14/021/2007)
- Iraque: Unjust and unfair: the death penalty in Iraq (MDE 14/014/2007)
- Iraque: The situation of Iraqi refugees in Syria (MDE 14/036/2007)
- Iraque: Millions in flight: the Iraqi refugee crisis (MDE 14/041/2007)
- : Human rights abuses against Palestinian refugees (MDE 14/030/2007)

I

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

ESTADO DE ISRAEL

Chefe de Estado:	**Shimon Peres (sucedeu a Moshe Katzav em junho)**
Chefe de governo:	**Ehud Olmert**
Pena de morte:	**abolicionista para crimes comuns**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado, mas com intenção declarada de não ratificar**
População:	**6,7 milhões (Israel); 3,8 milhões (TPO)**
Expectativa de vida:	**80,3 anos (Israel); 72,9 anos (TPO)**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**23/21 por mil (Israel); 23/18 por mil (TPO)**
Taxa de alfabetização:	**97,1 por cento (Israel); 92,4 por cento (TPO)**

A situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) continuou tenebrosa. As forças israelenses mataram mais de 370 palestinos, destruíram mais de 100 casas palestinas e impuseram restrições ainda mais severas à circulação dos palestinos. Em junho, o governo israelense impôs um bloqueio sem precedentes à Faixa de Gaza, praticamente aprisionando toda a sua população de 1,5 milhão de pessoas, submetendo-as a uma forma de punição coletiva e provocando a mais grave crise humanitária já ocorrida até o momento. Cerca de 40 palestinos morreram depois de não receberem permissão para sair de Gaza em busca de tratamento médico urgente que não estava disponível nos hospitais locais. A maioria dos moradores de Gaza teve que depender de ajuda internacional para sobreviver; porém, as agências assistenciais da ONU reclamaram que o bloqueio israelense dificultou o seu trabalho de fornecer essa ajuda tão necessária. Na Cisjordânia, as autoridades israelenses continuaram a expandir os assentamentos ilegais e a construir uma cerca/muro de 700 km, em violação ao direito internacional. A impunidade continuou sendo a regra para os soldados e para os colonos israelenses que cometeram abusos graves contra os palestinos, entre

os quais, homicídios ilegais, agressões físicas e ataques contra a propriedade. Milhares de palestinos foram detidos, a maioria dos quais acabaram soltos sem acusações. Aqueles acusados de crimes relacionados à segurança geralmente eram julgados de modo injusto em tribunais militares. Cerca de nove mil palestinos, entre adultos e crianças, continuaram presos nas cadeias israelenses. Alguns vinham sendo mantidos presos há anos sem acusação nem julgamento. Ataques de grupos armados palestinos mataram 13 israelenses (veja a entrada sobre a Autoridade Palestina).

Informações gerais

Em janeiro, o presidente Moshe Katzav licenciou-se do cargo após o procurador-geral ter anunciado que ele seria acusado de estupro. Em junho, o Presidente renunciou após obter uma negociação de culpa na qual ele assumiria responsabilidade por crimes menos graves, como assédio sexual, atentado ao pudor e intimidação de testemunhas, em troca de um acordo em que as acusações de estupro contra ele seriam retiradas e ele não seria preso. Uma das querelantes encaminhou uma petição ao Supremo Tribunal solicitando a anulação da negociação de culpa, e organizações que trabalham pelos direitos da mulher pediram que Moshe Katzav fosse levado a julgamento. O caso continuava pendente. Em junho, o vice-primeiro-ministro Shimon Peres foi eleito presidente.

O governo israelense retomou o diálogo com a Autoridade Palestina (AP) e, em novembro, os dois lados participaram de um encontro internacional em Annapolis (EUA), patrocinado pelo governo dos Estados Unidos, para discutir a retomada das negociações de paz. Entretanto, nenhuma medida concreta foi anunciada no encontro. As promessas feitas anteriormente pelos israelenses, de aliviar as restrições à circulação dos palestinos e de remover alguns dos "postos avançados" de colonato, não haviam sido cumpridas até o fim do ano. Em dezembro, as autoridades israelenses anunciaram uma expansão ainda maior dos assentamentos israelenses nos TPO, violando as leis internacionais.

Assassinatos de palestinos

Os freqüentes ataques aéreos e de outros tipos realizados pelas forças israelenses mataram mais de 370 palestinos, entre os quais cerca de 50 crianças, e feriram outros milhares de pessoas. As autoridades israelenses alegaram que seus ataques eram uma resposta aos ataques com morteiros e com foguetes "qassam", de fabricação caseira, feitos por grupos armados palestinos estabelecidos em Gaza contra as cidades e vilarejos próximos, no sul de Israel, e contra posições do Exército israelense ao longo do perímetro da Faixa de Gaza. Mais da metade dos palestinos mortos pelas forças israelenses eram militantes armados que participavam de confrontos ou de ataques armados ou, então, que foram executados extrajudicialmente por meio de ataques aéreos; os demais eram civis desarmados que não estavam envolvidos nas hostilidades. Cerca de 50 crianças estavam entre os civis que foram mortos.

■ Cinco crianças foram mortas por mísseis israelenses em dois incidentes separados ocorridos em Beit Hanoun, ao norte de Gaza, em agosto. Mahmoud, Sara e Yahia Abu Ghazal, de 8, 9 e 11 anos respectivamente, foram mortos no dia 29 de agosto quando levavam suas ovelhas para pastar. Fadi Mansour al-Kafarna e 'Abd al-Qader 'Ashour, de 11 e 13 anos, foram mortos no dia 21 de agosto quando brincavam em um campo; uma terceira criança ficou ferida.

■ Zaher al-Majdalawi e Ahmad Abu Zubaidah, de 13 e 14 anos, foram mortos no dia 1º de junho enquanto empinavam pipas na praia, em Beit Lahia, ao norte de Gaza.

Assassinatos de israelenses

Sete civis israelenses e seis soldados foram mortos por grupos armados palestinos – o menor número anual de vítimas fatais desde o início da intifada em 2000.

■ Shirel Friedman e Oshri Oz foram mortos em Sderot por ataques de foguetes "qassam" em 21 e 27 de maio.

Sistema de justiça

Detenções

Milhares de palestinos, incluindo um grande número de crianças, foram detidos pelas forças israelenses nos TPO. A maioria dos presos foi solta sem acusação algum tempo depois; porém, centenas foram acusados de crimes contra a segurança. Aproximadamente nove mil palestinos, incluindo mais de 300 crianças e os palestinos que foram

detidos nos anos anteriores, continuavam presos no fim de 2007. Mais de 900 estavam sendo mantidos em detenção administrativa sem acusação nem julgamento – alguns deles desde 2002. Entre os detidos estavam vários ex-ministros do governo da Autoridade Palestina liderado pelo Hamas, bem como parlamentares e prefeitos do partido que, aparentemente, estavam sendo detidos para pressionar o Hamas a libertar Gilad Shalit, um soldado israelense capturado em 2006, que continuava a ser mantido em Gaza pelos braços armados do Hamas e pelos Comitês de Resistência Popular.

Quase todos os detentos palestinos continuaram sendo mantidos em cadeias dentro de Israel, em violação ao direito internacional humanitário, que proíbe a remoção de detentos para o território da potência ocupante.

Em outubro, após um pedido de habeas corpus feito por uma organização de direitos humanos, o Supremo Tribunal determinou que o Exército e a administração da prisão explicassem por que as transferências dos detentos palestinos de um local de detenção para outro muitas vezes não eram registradas. O caso continuava pendente no final do ano.

Negação de visitas familiares

As autoridades israelenses freqüentemente negaram permissões de visitas aos familiares de detentos palestinos por motivos de "segurança" não especificados. A proibição muitas vezes parecia arbitrária, e os mesmos familiares recebiam permissão de visitas em algumas ocasiões, mas não em outras. Muitos pais, esposas e filhos de detentos não obtiveram permissão para visitar seus familiares por mais de quatro anos. Em junho, as autoridades israelenses suspenderam todas as visitas familiares a cerca de 900 detentos da Faixa de Gaza. A suspensão continuou a vigorar no resto do ano. Nenhum israelense que cumpria pena de prisão foi submetido a tais restrições.

Julgamentos injustos em tribunais militares

Os julgamentos de palestinos nos tribunais militares israelenses geralmente não observavam as normas internacionais de imparcialidade, e não houve investigações confiáveis sobre denúncias de tortura e de outros maus-tratos infligidos aos detentos.

Libertação de prisioneiros

Em julho, outubro e dezembro, as autoridades israelenses libertaram cerca de 770 prisioneiros palestinos: a maioria membros do partido Fatah, do presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas. Em um acordo firmado em outubro no Líbano com o Hizbollah, as autoridades israelenses libertaram um libanês que sofria de transtornos mentais, capturado pelas forças israelenses no Líbano e levado para Israel em agosto de 2006. Devolveram, ainda, os corpos de dois guerrilheiros libaneses do Hizbollah, em troca do corpo de um israelense que havia se afogado e cujo corpo fora levado pela água para a costa libanesa alguns anos atrás. As autoridades israelenses continuaram recusando-se a entregar às famílias os corpos de centenas de palestinos mortos nos ataques e confrontos com as forças de Israel em anos anteriores.

Impunidade por ataques contra os palestinos

Soldados israelenses e outros integrantes das forças de segurança, bem como os colonos israelenses, continuaram a desfrutar de impunidade pelos abusos de direitos humanos cometidos contra os palestinos, como homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos, agressões físicas e ataques contra suas propriedades. As investigações e os processos referentes a tais abusos foram raros, geralmente limitando-se aos casos divulgados por organizações de direitos humanos e pela imprensa. São poucas as investigações iniciadas sobre esses abusos das quais se tem conhecimento. A maioria é encerrada por "falta de provas". Nos raros casos em que soldados ou colonos foram condenados por abusos cometidos contra palestinos, eles foram tratados com relativa indulgência, e não se sabe de nenhum integrante do Serviço de Segurança Geral (a agência de inteligência israelense) processado por torturar palestinos.

Tortura e outros maus-tratos

Os detentos eram freqüentemente mantidos incomunicáveis por um longo período, sendo interrogados e sem ter acesso a seus advogados até mesmo durante várias semanas. As denúncias de tortura e de outros maus-tratos eram muito comuns durante esse período. Os métodos relatados incluíam espancamentos, períodos prolongados com a pessoa amarrada em posições dolorosas, impedimento do uso do banheiro e ameaças de causar mal aos familiares dos detentos. Em alguns

casos, pais, esposas, irmãos e irmãs dos detentos eram intimados e forçados a aparecer diante dos detentos vestindo o uniforme da prisão para fazê-los pensar que seus familiares também estavam presos e sendo maltratados.

Em outubro, após o requerimento de uma organização de direitos humanos, o Supremo Tribunal emitiu uma decisão provisória determinando que as autoridades informassem aos palestinos mantidos em um centro de detenção na Cisjordânia que o novo regulamento permita que usassem o banheiro livremente. Em março, após o requerimento de uma organização de direitos humanos, o Supremo Tribunal determinou que o Serviço de Segurança Geral informasse Mohammed Sweiti, um detento que havia sido mantido incomunicável por cinco semanas, que sua esposa não se encontrava detida. Mohammed Sweiti havia iniciado uma greve de fome e tentado suicídio após ver sua esposa e seu pai vestidos com o uniforme da prisão e ser levado a acreditar que eles estavam sofrendo maus-tratos.

Bloqueios e outras restrições

Mais de 550 barreiras e postos de controle do Exército israelense restringiram ou impediram a circulação dos palestinos entre as cidades e vilarejos da Cisjordânia. As autoridades israelenses continuaram a expandir os assentamentos ilegais na Cisjordânia ocupada e a construir uma cerca/muro de 700 km, 80 por cento do qual passa por dentro da Cisjordânia. Com este propósito, grandes áreas de terras palestinas foram confiscadas ou se tornaram inacessíveis aos palestinos, privando-os de seus meios de subsistência e restringindo seu acesso aos seus locais de trabalho, às escolas, aos serviços de saúde e a outros serviços necessários. Os palestinos foram impedidos de circular e tiveram seu acesso limitado em mais de 300 km de estradas na Cisjordânia, as quais eram utilizadas sobretudo pelos colonos israelenses.

Em junho, as autoridades israelenses reforçaram ainda mais o bloqueio imposto anteriormente à Faixa de Gaza, em um nível sem precedentes. Elas fecharam a fronteira com o Egito, que é o único ponto de saída e de entrada para os moradores de Gaza, e o terminal comercial de Karni. Milhares de palestinos ficaram retidos durante meses no lado egípcio da fronteira. A maioria teve permissão para retornar a Gaza em agosto, mas um grande número permanecia retido no fim do ano e milhares de estudantes e trabalhadores não podiam deixar Gaza para retornar a suas escolas e locais de trabalho no exterior. Exceto em alguns casos urgentes, até mesmo pacientes que necessitavam de cuidados médicos não disponíveis em Gaza não tiveram permissão para deixar a área, e mais de 40 pessoas acabaram morrendo em conseqüência disso.

O bloqueio causou uma deterioração acentuada na já terrível situação humanitária em Gaza. As poucas fábricas que continuavam a funcionar, apesar das restrições impostas nos anos anteriores, foram forçadas a fechar, pois não podiam importar matérias-primas e nem exportar os produtos fabricados. Grandes quantidades de flores e de outros produtos agrícolas foram perdidos porque não puderam ser exportados. Houve escassez de carne, de laticínios e de outros gêneros alimentícios básicos, bem como de diversos outros produtos, como papel, lápis, roupas, medicamentos e peças de reserva para equipamentos hospitalares. A pobreza extrema, a desnutrição e outros problemas de saúde aumentaram. Oitenta por cento da população foi forçada a depender de ajuda internacional; porém, as agências assistenciais da ONU e as organizações humanitárias também foram prejudicadas tanto pelas restrições quanto por aumentos nos custos operacionais decorrentes dessa situação.

Destruição de casas

As forças israelenses demoliram mais de 100 casas palestinas em toda a Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, devido à falta de licenças para construção – que eram sistematicamente negadas aos palestinos que moravam nessas áreas dos TPO. As demolições deixaram centenas de palestinos desabrigados.

■ Em agosto, as forças israelenses destruíram várias casas e currais de animais em Humsa, um pequeno vilarejo da Cisjordânia situado na área do Vale do Jordão. As famílias de Abdallah Hsein Bisharat e de Ahmad Abdallah Bani Odeh, que totalizavam cerca de 40 pessoas, a maioria delas crianças, ficaram desabrigadas. O Exército também confiscou os tanques de água e o trator que pertenciam aos residentes do vilarejo. Os moradores já haviam sido forçados a se mudar do povoado vizinho de Hadidiya

para Humsa, depois que o Exército israelense ameaçou destruir suas casas. O Exército considera que o local seja uma "área militar fechada" destinada ao uso das forças israelenses para a prática de tiros. Em outubro, as famílias foram novamente forçadas a se mudar de Humsa e voltar para Hadidiya.

■ Em outubro, mais de 200 palestinos foram forçados a deixar as suas casas em Khirbet Qassa, um pequeno vilarejo estabelecido nos anos 50 por palestinos refugiados. O local havia sido separado do resto da Cisjordânia pela cerca/muro e, por mais de um ano, as forças israelenses assediaram seus moradores para que se mudassem dali. Grande parte de suas casas foi demolida com a justificativa de terem sido construídas sem a permissão que as autoridades israelenses se negam a conceder aos palestinos nessas áreas.

Reunificação familiar negada

Cidadãos estrangeiros, a maioria de origem palestina, casados com residentes palestinos dos TPO, passaram, cada vez mais, a não receber permissão para entrar nos TPO. Os cônjuges de nacionalidades européia e norte-americana que, anteriormente, podiam residir nos Territórios Palestinos Ocupados desde que saíssem e entrassem em Israel a cada três meses para renovar seus vistos, tiveram sua entrada freqüentemente negada nos TPO. Após uma firme campanha feita tanto pelos cidadãos interessados quanto por organizações de direitos humanos, em outubro as autoridades israelenses aprovaram cerca de 3.500 pedidos de unificação familiar feitos nos anos anteriores. Entretanto, cerca de 120 mil outros pedidos que estavam pendentes não foram atendidos.

Visitas e relatórios da AI

Delegações da Anistia Internacional visitaram Israel e os Territórios Palestinos Ocupados em junho, julho e dezembro.

Israel and the Occupied Palestinian Territories: Enduring Occupation – Palestinian under siege in the West Bank (MDE 15/033/2007)

Israel/Occupied Palestinian Territories: Right to family life denied – Foreign spouses of Palestinians barred (MDE 15/018/2007)

Israel/Occupied Palestinian Territories: Update to Comments by Amnesty International on Israel's compliance with its obligations under the International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination (ICERD) (MDE 15/007/2007)

IOccupied Palestinian Territories: Torn apart by factional strife (MDE 21/020/2007)

ITÁLIA

REPÚBLICA ITALIANA

Chefe de Estado:	**Giorgio Napolitano**
Chefe de governo:	**Romano Prodi**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**58,2 milhões**
Expectativa de vida:	**80,3 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/6 por mil**
Taxa de alfabetização:	**98,4 por cento**

Diversas pessoas receberam ordens de deportação que, se concretizadas, corresponderiam a *refoulement* (repatriamento forçado para países em que a pessoa correria risco de sofrer violações graves de direitos humanos); pelo menos uma pessoa sofreu maus-tratos em detenção após ser deportada da Itália. Persistiram os informes de maus-tratos por parte de policiais, e as autoridades italianas não introduziram mecanismos efetivos de responsabilização da polícia. As autoridades discriminaram os ciganos, e diversos aspectos dos antecedentes de direitos humanos da Itália foram criticados pelo Comitê contra a Tortura da ONU (CAT). A Itália não criminalizou a tortura em seu código penal e ainda carecia de uma legislação de asilo abrangente.

"Guerra ao terror"

As autoridades italianas não cooperaram plenamente com as investigações sobre violações de direitos humanos praticadas no contexto da "guerra ao terror" e foram alvo de críticas do Parlamento Europeu por seu envolvimento com transferências extrajudiciais (renditions).

Transferências extrajudiciais

■ No dia 16 de fevereiro, um juiz italiano indiciou sete cidadãos italianos, sobretudo agentes secretos do Serviço de Informação e Segurança Militar Italiano (SISMI), por conexões com o seqüestro de Abu Omar. Cidadão egípcio residente na Itália, ele foi seqüestrado em uma rua de Milão, em 2003, e entregue ao Egito como parte do programa de transferências extrajudiciais comandado pelos EUA. Ao chegar no Egito, Abu Omar foi imediatamente detido e, segundo informações, submetido a tortura. No dia 11 de fevereiro, ele foi solto sem acusações. Em julho de 2006, um tribunal de Milão emitiu pedidos de extradição e, em fevereiro de 2007, indiciou 26

cidadãos estadunidenses suspeitos de envolvimento com as transferências extrajudiciais. Até o final do ano, o ministro da Justiça não havia enviado às autoridades dos EUA os pedidos de extradição dos 26 cidadãos estadunidenses, a maioria dos quais se acreditava serem agentes da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos).

Em abril, o Tribunal Constitucional declarou admissível uma apelação sobre "conflito de poderes" feita pelo governo italiano. O governo alegou que o Judiciário havia assumido poderes que não lhe seriam constitucionalmente permitidos ao reunir algumas das provas usadas nos processos contra os acusados de responsabilidade pela transferência extrajudicial de Abu Omar. No dia 18 de junho, o julgamento foi suspenso enquanto se aguardava o resultado de uma reapreciação do Tribunal Constitucional. O julgamento continuou suspenso até o final do ano.

■ Em fevereiro, o Parlamento Europeu condenou a transferência extraordinária do cidadão italiano Abou Elkassim Britel em uma resolução sobre a denúncia de utilização de países europeus pela CIA para fins de transporte e detenção ilegal de prisioneiros. Abou Elkassim Britel foi preso no Paquistão, em março de 2002, pela polícia paquistanesa. Foi interrogado por agentes estadunidenses e paquistaneses e, depois disso, entregue extrajudicialmente às autoridades marroquinas. O Ministério do Interior da Itália teria cooperado com serviços secretos estrangeiros no caso de Abou Elkassim Britel depois que ele foi detido no Paquistão.

Lei Pisanu

A Itália manteve a legislação (conhecida como Lei Pisanu) relativa a medidas de emergência para combater o terrorismo. Essa legislação prevê ordens de expulsão tanto para os imigrantes em situação irregular quanto para aqueles em situação regular, sem oferecer proteção efetiva contra o retorno forçado para países onde corram risco de ter seus direitos humanos gravemente violados. A lei não requer que a pessoa deportada tenha sido condenada ou acusada de algum crime relacionado ao terrorismo. A expulsão pode ser determinada pelo ministro do Interior ou, sob sua delegação, por um prefetto (representante provincial). A lei não prevê a confirmação judicial ou a autorização da decisão de expulsão ou de sua execução. Embora seja possível recorrer judicialmente de uma decisão de expulsão tomada com base nessa lei, a apelação não suspende a deportação. Em suas Observações Finais, de 18 de maio, o Comitê contra a Tortura da ONU recomendou que a Itália acatasse integralmente o Artigo 3º da Convenção contra a Tortura referente aos procedimentos de devolução (refoulement). O Comitê manifestou particular preocupação com relação à Lei Pisanu.

■ No dia 4 de janeiro, Cherif Foued Ben Fitouri foi expulso da Itália para a Tunísia com base nas disposições da Lei Pisanu. Segundo a ordem de expulsão, ele foi removido da Itália por ter relações com pessoas envolvidas com grupos islâmicos que, supostamente, estariam planejando atos terroristas. Na Tunísia, ele foi mantido em prisão solitária nas dependências do Ministério do Interior. No dia 16 de janeiro, ele foi transferido a uma prisão sob jurisdição militar. De acordo com os informes recebidos pela Anistia Internacional, ele foi submetido a tortura e a outros maus-tratos enquanto esteve detido na Tunísia, onde permanecia detido até o final do ano.

■ No dia 29 de maio, as autoridades italianas requisitaram ao governo tunisiano que povidenciasse garantias diplomáticas de que se Nassim Saadi fosse deportado da Itália para a Tunísia ele não seria submetido a tratamento contrário ao Artigo 3º (proibição da tortura e de tratamento desumano ou degradante) da Convenção Européia de Direitos Humanos. No dia 8 de agosto de 2006, o ministro do Interior havia ordenado a deportação de Nassim Saadi para a Tunísia. No dia 14 de setembro de 2006, Nassim lançou um apelo à Corte Européia de Direitos Humanos para que suspendesse sua expulsão. A Corte emitiu uma medida provisória e a expulsão foi suspensa até segunda ordem.

Forças policiais e de segurança

A Itália continuou sem ter um mecanismo efetivo para que a polícia preste contas de suas ações. Houve irregularidades em processos judiciais contra funcionários responsáveis pela aplicação da lei, acusados de violações de direitos humanos. Uma pessoa foi morta a tiros por um agente policial e outra morreu em custódia da polícia sob circunstâncias que, até o final do ano, estavam sujeitas a investigações. Foram proferidas as primeiras sentenças relativas aos maus-tratos policiais ocorridos durante a cúpula do G8, em Gênova, em 2001.

■ No dia 19 de outubro, teve início o julgamento de quatro policiais acusados do homicídio doloso simples de Federico Aldrovandi. Federico morreu no dia 25 de setembro de 2005 após ter sido abordado por quatro policiais em Ferrara. Durante os procedimentos investigatórios, amostras de sangue coletadas do local da morte de Federico Aldrovandi desapareceram e, mais

tarde, reapareceram; os registros de ligações telefônicas feitas para serviços de emergência na noite de sua morte foram adulterados.

■ No dia 4 de abril, segundo informações, agentes de aplicação da lei utilizaram força excessiva para conter um confronto potencialmente violento entre torcedores do AS Roma e do Manchester United durante um jogo de futebol no Estádio Olímpico de Roma. Imagens do incidente e depoimentos de testemunhas prestados à Anistia Internacional mostraram que entre 60 e 100 policiais italianos entraram na área do estádio onde se encontrava a torcida do Manchester e espancaram violentamente os torcedores com cassetetes. Várias das vítimas afirmaram que os policiais os golpeavam repetidamente enquanto eles estavam deitados no chão, e que os golpes eram dados por trás, na cabeça ou nas costas. Algumas das pessoas agredidas ainda não haviam se recuperado dos ferimentos no final do ano, enquanto outras tomaram conhecimento de que ficariam parcialmente incapacitadas pelo resto de suas vidas.

Julgamentos do G8

Prosseguiram os julgamentos dos agentes de aplicação da lei envolvidos no policiamento da reunião de cúpula do G8, ocorrida em Gênova, em 2001. Estima-se que mais de 200 mil pessoas participaram das manifestações antiglobalização nas ruas de Gênova durante o encontro realizado em 2001 e nos dias que o precederam.

■ No dia 17 de janeiro, foi revelado que provas cruciais, obtidas durante uma audiência do julgamento de 29 policiais acusados, entre outras coisas, de violência e de fabricação de provas com relação à invasão do prédio da escola Diaz, haviam desaparecido. A delegacia de polícia (questura) de Gênova declarou que as provas podem ter sido "destruídas por engano".

■ Em maio, foi proferida a primeira sentença referente aos eventos do encontro do G8. O Ministério do Interior foi condenado a pagar indenizações de 5 mil euros a Marina Spaccini e de 18 mil euros a Simona Zabetta Coda, que foram espancadas por policiais em Gênova.

■ Em março, a Corte Européia de Direitos Humanos declarou admissível a demanda apresentada no caso de Carlo Giuliani, morto com um tiro de um agente policial durante o encontro do G8.

Comitê contra a Tortura da ONU

No dia 18 de maio, o Comitê contra a Tortura (CAT) publicou suas Observações Finais sobre a Itália. O CAT recomendou que a Itália incorporasse o crime de tortura à sua legislação doméstica e adotasse uma definição de tortura abrangendo todos os elementos contidos no Artigo 1º da Convenção. O CAT recomendou ainda que todos os funcionários responsáveis pela aplicação da lei fossem adequadamente equipados e treinados para empregar meios não-violentos e para somente recorrerem ao uso da força e de armas de fogo quando estritamente necessário e de modo proporcional. O CAT fez observações quanto às constantes denúncias de uso excessivo da força e de maus-tratos praticados por funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei. Com relação à responsabilização dos agentes de aplicação da lei envolvidos com atos de violência desproporcionais e desnecessários, o CAT recomendou que a Itália "reforçasse medidas que garantam investigações imediatas, imparciais e eficazes sobre todas as denúncias de tortura e de maus-tratos cometidos por funcionários responsáveis pela aplicação da lei".

Direitos de imigrantes e refugiados

A Itália ainda não possuía uma legislação de asilo específica e abrangente, ajustada à Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados.
Um projeto de lei governamental, aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 24 de abril, continha novas propostas referentes à detenção de imigrantes. O projeto propunha diretrizes para reformar a lei única de imigração (Testo Unico Immigrazione, 286/98 - conhecida como Lei Turco-Napolitano), modificada pela Lei 189/02 (conhecida como Lei Bossi-Fini). Essas diretrizes incluíam regras relativas a menores desacompanhados, a detenção e a deportação. O Ministério do Interior expediu uma diretiva requisitando que todos os prefettos permitissem o aceso do ACNUR, de "organizações humanitárias e internacionais", de ONGs locais e de jornalistas aos estabelecimentos que abrigassem requerentes de asilo e imigrantes irregulares.

Em suas Observações Finais de 18 de maio, o CAT afirmou que a Itália deveria adotar medidas efetivas para garantir que a detenção de requerentes de asilo e de outros não-cidadãos fosse usada em circunstâncias excepcionais ou como último recurso, e pelo menor tempo possível. O Comitê afirmou ainda que a Itália deveria assegurar que os tribunais conduzissem uma revisão judicial mais eficaz acerca da detenção desses grupos.

Discriminação - ciganos

No dia 2 de novembro, entrou em vigor um decreto-lei de

emergência que tornava possível às autoridades italianas expulsarem cidadãos da União Européia (UE) com base em preocupações relativas à segurança pública. O decreto-lei não estava de acordo com a Diretiva 2004/38/EC da UE e parecia ser dirigido aos cidadãos ciganos ou de origem cigana, como reação à suspeita de que um homem descrito como sendo um cigano da Romênia tivesse assassinado uma mulher italiana, na capital, Roma. Nas duas semanas seguintes à entrada em vigor do decreto-lei, foram expulsas 177 pessoas. Em maio, os prefeitos de Roma e de Milão assinaram "pactos de segurança" que visavam à expulsão forçada de até 10 mil ciganos. Durante todo o ano, as autoridades italianas se engajaram em expulsões de larga escala contra comunidades ciganas, em contravenção às normas de direitos humanos. Diversos políticos utilizaram linguagem discriminatória, entre os quais o prefeito de Roma, Carlo Mosca, que, no início de novembro, teria se referido aos ciganos da Romênia como "bestas".

Relatórios e visitas da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Itália em abril e outubro.

Europe and Central Asia: Summary of Amnesty International's concerns in the region January-June 2007 (EUR 01/010/2007)

Italy: A briefing to the UN Committee against Torture (EUR 30/03/2007)

JAPÃO

Chefe de governo:	**Yasuo Fukuda (sucedeu a Abe Shinzo em setembro)**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**128,3 milhões**
Expectativa de vida:	**82,3 anos**
Mortalidade de crianças com até 5 anos (m/f):	**5/4 por mil**

As execuções continuaram. A coleta de impressões digitais e de fotografias de todos os estrangeiros que entram no Japão foi adotada como uma medida antiterrorista. Mesmo com a crescente pressão internacional, o governo japonês não tomou qualquer providência para resolver a questão da reparação às vítimas do sistema de escravidão sexual imposto pelo Japão durante a II Guerra Mundial.

Informações gerais

Em julho, nas eleições para a Câmara dos Conselheiros (Câmara Alta), o Partido Democrático, de oposição, ganhou a maioria das cadeiras. A coalizão governamental ainda tem uma maioria de dois terços na Câmara dos Representantes.

Pena de morte

Nove homens foram executados em 2007. Pelo menos 107 prisioneiros continuaram no corredor da morte.

Durante o mandato do ex-ministro da Justiça, Nagase Jinen, foram executadas seis pessoas, em abril e agosto. No mandato de seu sucessor, o ministro Kunio Hatoyama, mais três pessoas foram executadas em dezembro. Em setembro, o ministro Hatoyama anunciou publicamente que considerava a possibilidade de ignorar uma cláusula do Código de Processo Penal que exige a assinatura do ministro da Justiça para autorizar as execuções. Os tribunais, finalmente, confirmaram sentenças de morte referentes a 23 casos - o número anual mais alto desde 1962. As execuções geralmente aconteciam em segredo e os prisioneiros não eram avisados com antecedência que seriam executados.

■ Um dos três homens executados em agosto, Takezawa Hifumi, padecia de transtorno mental. Ele foi detido após um surto que, segundo informações, o fez ficar paranóico e agressivo. Segundo os relatórios do seu julgamento, os médicos, tanto da defesa quanto da acusação, diagnosticaram Takezawa como portador de transtorno mental. Ele foi condenado à morte em março de 1998.

Advogados de defesa que trabalharam com casos de pena de morte foram perseguidos. Alguns deles receberam balas de revólver em envelopes ou foram denunciados pela imprensa local.
Em novembro, o ministro Hatoyama reuniu-se com grupos defensores da abolição da pena de morte, entre os quais a Anistia Internacional, e ouviu suas opiniões.

Tortura e outros maus-tratos

Em maio, o Comitê da ONU contra a Tortura (CAT) examinou o relatório inicial do governo japonês, que deveria ter sido entregue em julho de 2000, e manifestou graves preocupações de que o sistema daiyo-kangoku de detenção provisória não esteja de acordo com as normas internacionais. O Comitê

chamou atenção para a falta de um sistema independente para monitorar a custódia policial e de um sistema efetivo para receber denúncias.

■ Em novembro, o tribunal do distrito de Osaka não aceitou uma confissão obtida durante os procedimentos investigatórios devido à suspeita, baseada na gravação digital do interrogatório, de que a confissão fora forçada. Esta foi a primeira vez que um suspeito é absolvido em um julgamento devido a uma gravação digital.

Refugiados e imigração

Um total de 816 solicitantes requisitaram a condição de refugiados em 2007 – 500 dos quais de Mianmar. O status de refugiado foi concedido a 41 indivíduos, entre os quais 25 cidadãos de Mianmar e três do Irã.

O CAT concluiu que a Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados, que foi emendada, não proibia expressamente a deportação para países onde houvesse risco de tortura. Não havia nenhum órgão independente para avaliar os pedidos de reconhecimento dos refugiados, nem os locais de detenção. Também não havia nenhum sistema independente de denúncias para averiguar alegações de violência cometidas por funcionários contra os requerentes de asilo detidos, que continuaram a sofrer com a falta de acesso a cuidados médicos adequados. Os requerentes de asilo foram mantidos em custódia por tempo excessivo entre o momento da negativa do pedido de asilo e a deportação. Menores de idade ficaram detidos por períodos prolongados e corriam risco de serem deportados sem seus pais e sem aviso prévio.

A coleta de impressões digitais e de fotografias de todos os estrangeiros maiores de 16 anos que entram no Japão, inclusive dos residentes permanentes, e os procedimentos de deportação acelerada de qualquer pessoa considerada um "possível terrorista" pelo ministro da Justiça, entraram em vigor a partir de outubro. Essas medidas foram associadas a uma lista de interdição de acesso sem nenhum mecanismo que permitisse contestar a inclusão de nomes na lista.

Violência contra a mulher

Os parlamentos do mundo todo adotaram resoluções que pediam justiça para os sobreviventes do sistema de escravidão sexual imposto pelo Japão durante a II Guerra Mundial. Em julho, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou a Resolução 121. Em novembro, os parlamentos holandês e canadense aprovaram moções como esta por unanimidade, e o Parlamento Europeu adotou uma resolução em 13 de dezembro.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Japão em setembro.

Open letter to the Minister of Justice of Japan, the Hon. Nagase Jinen: Detention of minors seeking asylum in Japan (ASA 22/002/2007)

MÉXICO

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Chefe de Estado e de governo:	**Felipe Calderón Hinojosa**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**109,6 milhões**
Expectativa de vida:	**75,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**22/18 por mil**
Taxa de alfabetização:	**91,6 por cento**

Violações de direitos humanos continuaram a ocorrer em todo o país e em alguns estados foram sistemáticas. A maioria dos responsáveis pelas violações continuou a esquivar-se da justiça.

A polícia usou força excessiva para dispersar manifestantes em várias ocasiões, ferindo vários deles. Abusos contínuos contra os direitos humanos foram reportados no estado de Oaxaca.Militares que exerciam funções de polícia mataram várias pessoas e cometeram outras graves violações contra os direitos humanos. O governo também falhou em levar à Justiça os responsáveis pelas graves violações dos direitos humanos cometidas em décadas anteriores.

Jornalistas e defensores de direitos humanos foram mortos e ameaçados. Em vários estados, as autoridades fizeram mau uso do sistema de justiça, submetendo ativistas políticos e sociais a processos injustos.

Comunidades indígenas e outros grupos desprotegidos, tais como os imigrantes, continuaram a sofrer discriminação. A falta de acesso a serviços

básicos e a falta de participação nos projetos de desenvolvimento aumentaram as desigualdades e resultaram em conflito. Freqüentemente, as comunidades prejudicadas tiveram seu devido acesso à Justiça negado.
Mesmo com reformas legais positivas, a violência contra a mulher continuou a ocorrer por todo o país e a maioria das mulheres que sobreviveram à violência não puderam ter acesso à Justiça.

Informações gerais

O Presidente Calderón comprometeu-se a combater o crime organizado, que teria sido responsável por mais de 2.500 mortes durante o ano de 2007.
Em outubro, os governos do México e dos Estados Unidos anunciaram a Iniciativa Mérida, um programa de cooperação em segurança regional. Os Estados Unidos ofereceram 1,4 bilhão de dólares ao México e à América Central, durante três anos, para financiar os gastos com segurança e com justiça criminal. No fim de 2007, o Congresso dos EUA continuou a discutir a proposta e seu impacto potencial sobre os direitos humanos e a segurança.

Desenvolvimentos legais, constitucionais e institucionais

Em maio, as autoridades anunciaram a criação de um Plano Nacional de Desenvolvimento que incluía garantias para a proteção dos direitos humanos. O governo também prometeu dar livre acesso aos mecanismos internacionais de direitos humanos e tentar resolver o problema do uso da tortura.
Em agosto, foi anunciado o desenvolvimento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos.

As reformas da Constituição, da segurança pública e do sistema de justiça criminal avançaram no Congresso. Essas reformas requerem mudanças substanciais na polícia e nos procedimentos judiciais, como o fortalecimento dos poderes da polícia e dos promotores para que possam entrar nos domicílios sem autorização judicial e para que possam manter os suspeitos de crime organizado em detenção provisória (arraigo) por até 80 dias.

Suprema Corte de Justiça

Em fevereiro, a Suprema Corte de Justiça concluiu que os militares haviam violado a proibição constitucional de discriminação ao dispensar oficiais com base em sua condição de portadores do HIV.

Em dezembro, foram apresentadas as conclusões de um inquérito especial determinado pela Suprema Corte sobre o caso de Lydia Cacho. O inquérito concluiu que o governador do estado de Puebla e outras autoridades de alto escalão foram responsáveis pelo mau uso do sistema de justiça, que resultou na detenção, em maus-tratos e num processo judicial injusto contra a jornalista por ela ter publicado um livro sobre abusos contra crianças e redes de pornografia. Contudo, a maioria dos juízes da Corte recusou-se a endossar as conclusões.

Os resultados de dois outros inquéritos especiais determinados pela Suprema Corte de Justiça sobre abusos cometidos nos estados de San Salvador Atenco e Oaxaca estavam pendentes no fim do ano.

Direitos reprodutivos

A Assembléia Legislativa do Distrito Federal descriminalizou os abortos feitos no primeiro trimestre e disponibilizou serviços para a realização de abortos na cidade do México. A Procuradoria Geral da República e a Comissão Nacional de Direitos Humanos apresentaram à Suprema Corte suas objeções quanto à constitucionalidade dessas reformas, as quais estavam pendentes no fim do ano.

Forças policiais e de segurança – segurança pública

Militares

Mais de 20 mil militares foram destacados para efetuar operações policiais em diversos estados a fim de combater os grupos de narcotráfico. Houve denúncias de que os soldados detiveram arbitrariamente, torturaram e assassinaram ao menos cinco pessoas durante essas operações.

■ Em fevereiro, as autoridades do estado de Veracruz concluíram que uma índia, Ernestina Ascencio Rosario, havia morrido em conseqüência de um estupro supostamente cometido por soldados do Exército que efetuavam operações policiais no estado. Entretanto, a Comissão Nacional de Direitos Humanos concluiu que a investigação tinha falhas e que Ernestina Ascencio Rosario havia morrido de causas naturais. Apesar das amplas preocupações com o tratamento dado ao caso, o inquérito foi encerrado.

■ Em maio, militares envolvidos em operações policiais detiveram arbitrariamente várias pessoas no estado de Michoacán. Vários detentos relataram que foram vítimas de maus-tratos e quatro adolescentes foram abusadas sexualmente ou estupradas.

■ Em junho, soldados que controlavam uma barreira

rodoviária no estado de Sinaloa atiraram contra um automóvel, matando duas mulheres e três crianças. Vários oficiais foram presos e as investigações militares ainda prosseguiam no fim do ano.

Uso excessivo da força e tortura

Policiais foram acusados de usar força excessiva e de praticar tortura.

■ Em julho, em Oaxaca, as polícias estadual e municipal usaram gás lacrimogêneo, pedras e cacetetes para dispersar manifestantes, ferindo, gravemente, pelo menos duas pessoas. Houve grande número de prisões. Emeterio Cruz foi fotografado sob custódia em boas condições de saúde; porém, foi espancado várias vezes pela polícia e depois levado em coma para um hospital. Ele recebeu alta, em agosto, com uma paralisia parcial. Cinco policiais municipais foram detidos e acusados por envolvimento no caso.

■ Em junho, a polícia estadual expulsou um grupo de agricultores indígenas Nahua que ocupavam terras cuja posse estava sob disputa, no município de Ixhuatlán de Madero, no estado de Veracruz. A polícia fez vários disparos para o alto; um detento foi atingido e ficou ferido.Segundo informações, as pessoas detidas foram espancadas e ameaçadas durante o interrogatório, a fim de que implicassem seu líder em supostas infrações criminais.Depois de algum tempo, elas foram libertadas sob fiança enquanto aguardam um processo por ocupação ilegal de terras.

M

Impunidade

As investigações sobre alegações de detenção arbitrária, tortura e outras formas de maus-tratos cometidas pela polícia foram inadequadas na maioria dos casos e a impunidade para violações de direitos humanos foi predominante em todo o país.

As denúncias de violações contra os direitos humanos cometidas por militares geralmente eram levadas ao sistema de justiça militar. A Comissão Nacional de Direitos Humanos encontrou evidências da ocorrência de abusos graves em muitos dos casos; porém, não recomendou que tais casos fossem encaminhados a tribunais civis.

■ Em outubro, quatro soldados foram condenados pela Justiça civil pelo estupro de 14 mulheres, em julho de 2006, no município de Castaños, no estado de Coahuila. Outros militares envolvidos no ataque ou foram absolvidos ou não foram levados a julgamento.

Violações passadas de direitos humanos

Casos de violações de direitos humanos cometidas nos anos 60, 70 e 80 e que haviam sido anteriormente investigados pela Promotoria Especial foram devolvidos à Procuradoria Geral da República sem qualquer compromisso coma continuação das investigações. O governo ignorou o relatório conclusivo da Promotoria Especial reconhecendo que os abusos eram crimes praticados sistematicamente pelo Estado.Foi anunciada, em outubro, a criação de um fundo para indenizar as vítimas.

■ Em julho, um juiz federal constatou que o massacre de um grande número de estudantes, na praça Tlatelolco, na cidade do México, em 1968, era genocídio. Porém, o juiz considerou não haver provas suficientes contra o ex-presidente Luis Echeverría para dar continuidade ao processo. Um recurso contra essa decisão estava ainda pendente no fim do ano.

Possíveis desaparecimentos forçados

O Exército Popular Revolucionário (EPR) acusou as autoridades do desaparecimento forçado de dois de seus integrantes, Edmundo Reyes Amaya e Gabriel Alberto Cruz Sánchez. O EPR alegou que eles foram detidos na cidade de Oaxaca em 25 de maio.

Em agosto, o EPR reivindicou a autoria de várias explosões na região central do México como forma de exigir que as autoridades reconhecessem serem responsáveis pela detenção de seus dois integrantes. Em outubro, um tribunal federal expediu uma ordem de habeas corpus (amparo) exigindo o fim do desaparecimento forçado dos dois indivíduos e a garantia de seu reaparecimento imediato por parte das autoridades. As autoridades estaduais e federais negaram que os dois homens estivessem detidos ou que tivessem forçosamente desaparecido e prometeram investigar o caso. O paradeiro de Edmundo Reyes Amaya e Gabriel Alberto Cruz Sánchez continuava desconhecido no fim do ano.

Violência contra a mulher

Em junho, a Pesquisa Nacional sobre a Dinâmica das Relações Familiares concluiu que 67 por cento das mulheres com mais de 15 anos relataram sofrer algum tipo de violência em casa, na comunidade, no local de trabalho ou na escola, e aproximadamente uma em cada 10 relatou que já havia sido vítima de violência sexual.

Em fevereiro, entrou em vigor a Lei Geral de

Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência. Nove estados adotaram reformas legais semelhantes.

Há informações de que mais de 25 mulheres foram assassinadas em Ciudad Juarez em 2007. As autoridades continuaram não levando à Justiça os responsáveis por muitos crimes de violência cometidos contra mulheres no estado de Chihuahua em anos anteriores. Em outros estados, como no estado do México, havia denúncias de que a impunidade e o número de mulheres assassinadas eram ainda maiores.

Sistema judiciário - detenção arbitrária e julgamentos injustos

O sistema judiciário criminal continuou a ser usado em alguns estados para processar ativistas sociais e opositores políticos. Eles foram submetidos a longos períodos de detenção arbitrária e a procedimentos legais injustos. Apesar de, em muitos casos, serem expedidas ordens judiciais federais favoráveis, os tribunais de justiça dos estados freqüentemente falhavam na punição das injustiças. Nenhuma autoridade teve que se justificar por ter violado as normas para julgamentos justos.

■ Em novembro, a prisioneira de consciência, Magdalena García Durán, uma mulher indígena detida durante as manifestações ocorridas em San Salvador Atenco, em maio de 2006, foi libertada devido à insuficiência de provas. Ela foi libertada depois que um juiz local finalmente aceitou uma segunda ordem de um juiz federal. Entretanto, mais de 20 outras pessoas detidas em San Salvador Atenco, no mesmo dia, estavam sendo julgadas no fim do ano por meio de procedimentos caracterizados por injustiças semelhantes.

■ Diego Arcos, um líder comunitário de Nuevo Tila, no estado de Chiapas, foi libertado em dezembro de 2007, após passar um ano sob custódia acusado de quatro assassinatos cometidos durante um ataque à comunidade de Viejo Velasco em novembro de 2006. Mesmo tendo obtido um mandado judicial federal favorável em agosto, ele só foi libertado quando o secretário estadual de Justiça reexaminou o caso e retirou as acusações.

■ Em maio, Ignacio del Valle Medina, Felipe Alvarez Hernández e Héctor Galindo Gochicoa, líderes de um movimento local de protesto em San Salvador Atenco, no estado do México, foram sentenciados, cada um, a 67 anos de prisão, após serem condenados por seqüestrar funcionários públicos durante disputas locais em 2006. Houve sérias preocupações com a imparcialidade do julgamento e da sentença.

Defensores de direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos continuaram a ser vítimas de ataques, ameaças, perseguições e de acusações criminais infundadas em muitos estados, aparentemente como forma de retaliação ao seu trabalho.

■ Em maio, Aldo Zamora, membro de uma família de ativistas ambientais que faziam campanha contra o desmatamento ilegal no município de Ocuilán, no estado do México, foi morto a tiros. Seu pai havia denunciado várias vezes junto às autoridades que sua família estava recebendo ameaças de morte feitas, mas nada foi feito para protegê-los. Dois suspeitos foram presos em agosto e outros dois continuavam livres no fim do ano.

■ Em abril, o defensor dos direitos dos imigrantes, Santiago Rafael Cruz, foi espancado até a morte no escritório do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Campo (FLOC) em Monterrey, estado de Nuevo León. As autoridades estaduais negaram que a morte de Santiago Rafael Cruz estivesse ligada ao seu trabalho em defesa dos direitos humanos, mas as organizações de direitos humanos locais manifestaram preocupação com a qualidade da investigação feita sobre sua morte. Um homem foi acusado do assassinato e, no final do ano, encontrava-se detido aguardando julgamento.

■ A defensora de direitos humanos Aline Castellanos foi forçada a deixar o estado de Oaxaca após receber um mandado de prisão fundamentado em provas forjadas que a acusavam de envolvimento com a ocupação de um prédio público.

Liberdade de expressão - jornalistas

Jornalistas, principalmente aqueles que fizeram reportagens sobre tráfico de drogas e corrupção, foram atacados diversas vezes. Pelo menos seis jornalistas e profissionais dos meios de comunicação foram assassinados e três outros foram seqüestrados. A maioria das investigações oficiais sobre esses crimes e sobre os ataques feitos contra jornalistas em anos anteriores teve pouco ou nenhum progresso.

■ Em outubro, Mateo Cortés Martínez, Flor Vásquez López e Agustín López Nolasco, funcionários do jornal El Imparcial del Istmo, em Oaxaca, foram mortos a quando entregavam jornais. Logo após os assassinatos, o diretor e dois repórteres do jornal receberam

ameaças, advertindo-os de que o mesmo aconteceria com eles.

As circunstâncias recorrentes dos ataques praticados contra jornalistas resultaram em um aumento da autocensura, comprometendo a liberdade de expressão.

Em abril, a difamação foi descriminalizada na legislação federal, mas continuou a ser considerada crime na maior parte das jurisdições estaduais.

Discriminação - comunidades marginalizadas

Muitas comunidades marginalizadas continuaram a ter acesso limitado aos serviços básicos, apesar do compromisso assumido pelo governo de aumentar os gastos na área social. Essa situação fomentou conflitos, desigualdades e discriminação que afetaram, principalmente, muitas comunidades indígenas.O fato de as comunidades prejudicadas por projetos de desenvolvimento ou de exploração econômica não serem devidamente informadas ou consultadas, e de não terem a oportunidade de participar da elaboração desses projetos, acentuou as tensões e piorou ainda mais suas condições de carência.

■ As comunidades que se opuseram à construção da represa da hidrelétrica de La Parota, no estado de Guerrero, venceram várias ações judiciais preliminares com base em que sua aprovação não havia sido obtida por meios legais. No fim do ano, o projeto continuava suspenso enquanto se aguardava o resultado de diversas ações judiciais.

Imigrantes

Houve denúncias contínuas de abusos cometidos contra alguns dos milhares de imigrantes irregulares que cruzaram as fronteiras do sul e do norte do país. Pessoas que ofereciam assistência humanitária aos migrantes que cruzavam o México corriam o risco de serem acusadas de tráfico de pessoas.

O governo propôs novos procedimentos regulatórios para os centros de detenção de imigrantes. As propostas, que restringiriam o acesso da sociedade civil e aumentariam o controle sobre os imigrantes, ainda aguardavam aprovação do Executivo no fim do ano.

Visitas e relatórios da AI

A secretária-geral da Anistia Internacional visitou a cidade de Oaxaca, a Cidade do México e o estado de Guerrero. Ela também reuniu-se com autoridades do governo e participou da reunião bienal do Comitê Executivo Internacional da Anistia Internacional em Cocoyoc, no estado de Morelos, em agosto

Mexico: Laws without justice: Human rights violations and impunity in the public security and criminal justice system (AMR 41/002/2007)

Mexico: Laws without justice – appeal cases (AMR 41/015/2007)

Mexico: Human rights at risk in La Parota Dam project (AMR 41/029/2007)

Mexico: Oaxaca – Clamour for justice (AMR 41/031/2007)

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:	**Armando Guebuza**
Chefe de governo:	**Luisa Diogo**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**20,5 milhões**
Expectativa de vida:	**43 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**171/154 por mil**
Taxa de alfabetização:	**38,7 por cento**

Aumentou o número de pessoas suspeitas de cometerem crimes que foram mortas ilegalmente pela polícia. A polícia também foi responsável por outras violações de direitos humanos, como prisões e detenções arbitrárias e o uso excessivo da força. As inundações, que começaram em dezembro de 2006, haviam deslocado cerca de 120 mil pessoas até fevereiro de 2007. A situação se agravou quando o Furacão Favio atingiu a província de Inhambane, no sul do país, destruindo casas e causando ainda mais prejuízos.

Informações gerais

Em março, Moçambique ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em novembro, a Assembléia da República se autoconcedeu poderes para propor emendas à Constituição, com o objetivo de adiar o que seriam as primeiras eleições para as Assembléias Provinciais, programadas para dezembro.

Houve uma série de explosões em um depósito de armas do Exército na capital, Maputo, e uma explosão na cidade de Beira. Mais de 100 pessoas

foram mortas, centenas ficaram feridas e outras centenas ficaram sem moradia. O incidente mais grave ocorreu em março, quando uma explosão no depósito de armas do Exército em Malhazine, Maputo, que já havia explodido em fevereiro, matou mais de 100 pessoas e feriu pelo menos 500. Explosões menores ocorreram durante todo o ano de 2007, causando ainda mais mortes.

Execuções extrajudiciais

O número de pessoas suspeitas de cometerem crimes que foram mortas pela polícia aumentou. Somente alguns desses casos foram investigados e nenhum policial foi processado por cometer violações dos direitos humanos. Em maio, o procurador-geral anunciou uma investigação sobre a possível existência de grupos de extermínio dentro da polícia, os quais seriam responsáveis por esses assassinatos. Entretanto, até o momento, os resultados da investigação não foram divulgados. Policiais detidos por violações de direitos humanos em 2006 ainda não haviam sido julgados no fim de 2007.

■ Em abril, três policiais levaram Sousa Carlos Cossa, Mustafa Assane Momede e Francisco Nhantumbo de uma delegacia de polícia em Laulane, Maputo, para um campo de futebol, no bairro Costa do Sol, onde os mataram a tiros. Os policiais alegaram que os três homens tentaram fugir. Porém, os resultados da autópsia revelaram que os três haviam sido baleados na nuca de uma distância muito próxima. Os policiais foram afastados de suas atividades, mas a polícia, inicialmente, se recusou a prendê-los. Finalmente, em maio, eles foram detidos e mantidos presos, alegando, então, que cumpriam ordens superiores. A investigação sobre esse caso estava em andamento no fim de 2007.

■ Abrantes Afonso Penicela morreu no hospital, em agosto, um dia depois de ter sido seqüestrado, espancado, baleado e queimado por policiais que o abandonaram, acreditando que ele estivesse morto. Antes de morrer, porém, ele disse a sua família e a um policial que um grupo de, ao menos, cinco policiais foi até sua casa, em dois carros, com um amigo seu. O telefone do seu amigo foi usado para chamá-lo e, quando ele saiu de casa, os policiais o agarraram, o colocaram em um dos carros e lhe aplicaram uma injeção de entorpecente. Os policiais o levaram então para uma área isolada em Xinavane, cerca de 120 km ao norte de Maputo, e o espancaram até que ele perdesse a consciência. Depois disso, atiraram em sua nuca, atearam-lhe fogo e foram embora, aparentemente pensando que ele estivesse morto. Abrantes conseguiu arrastar-se até a estrada mais próxima, onde foi encontrado por moradores que entraram em contato com sua família e o levaram para o hospital de Xinavane. Ele foi, então, transferido para o Hospital Central de Maputo. A família denunciou o caso na 5ª Delegacia de Polícia e um policial foi ao hospital para colher seu depoimento. A polícia informou à família que o caso estava sendo investigado, mas nenhum dos policiais envolvidos havia sido preso até o fim de 2007.

Prisões e detenções arbitrárias

Houve denúncias de prisões e de detenções arbitrárias pela polícia. A maioria desses casos não foi investigada pelas autoridades.

■ Em março, manifestantes em Maputo exigiram a renúncia do ministro da Defesa Nacional após uma segunda explosão no depósito de armas do Exército em Malhazine. Eles argumentavam que o ministro não havia retirado as armas e as munições daquele local depois de uma explosão anterior, ocorrida em fevereiro. Seis manifestantes foram presos e detidos sem acusação na delegacia de Alto Mãe em Maputo. Eles foram soltos na manhã seguinte. O jornalista Celso Manguana foi preso na delegacia de Alto Mãe quando investigava as seis detenções. Ele ficou detido por dois dias e, depois disso, foi acusado de desacato às autoridades, sendo então transferido para a Cadeia Civil de Maputo. Aparentemente, ele chamou os policiais de incompetentes quando eles não responderam às suas perguntas. Ele foi libertado três dias após ter sido preso, e as acusações contra ele foram retiradas.

Visita da AI

🚌 Representantes da Anistia Internacional visitaram Moçambique em setembro.

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 152

PALESTINA

AUTORIDADE PALESTINA

Presidente:	**Mohmoud Abbas**
Primeiro Ministro:	**Salam Fayyad (sucedeu a Ismail Haniyeh em junho)**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**3,9 milhões**
Expectativa de vida:	**72,9 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**23/28 por mil**
Taxa de alfabetização:	**92,4 por cento**

A violência política entre facções palestinas teve uma escalada dramática no primeiro semestre de 2007 e fez com que diferentes facções governassem a Cisjordânia e a Faixa de Gaza na segunda metade do ano. Confrontos entre as forças de segurança e os grupos armados leais ao partido Fatah, do presidente da Autoridade Palestina (AP), presidente Mahmoud Abbas, e ao Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), do primeiro-ministro Isma'il Haniyeh, resultaram em centenas de mortes. Em junho, depois de o Hamas ter tomado à força o controle da Faixa de Gaza, o Presidente Abbas dissolveu o governo do primeiro-ministro Haniyeh, declarou estado de emergência e estabeleceu um governo de emergência que excluiu membros do Hamas. Ambas as facções cometeram graves abusos de direitos humanos, incluindo detenção arbitrária e tortura.
Ataques aéreos e outros ataques das forças israelenses mataram centenas de palestinos e destruíram mais de 100 residências, além de outras propriedades palestinas. Os problemas sociais e econômicos causados por décadas de ocupação israelense, por ataques militares, por bloqueios opressivos e por medidas econômicas punitivas nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) tornaram-se cada vez mais severos. O rigoroso bloqueio de Israel na Faixa de Gaza atingiu um nível sem precedentes, mantendo presa toda sua população de 1,5 milhão de pessoas e forçando a maioria dos habitantes de Gaza à pobreza e à dependência de ajuda internacional que, muitas vezes, não chegava até eles (veja capítulo sobre Israel-TPO).
Grupos armados palestinos mataram 13 israelenses, sete dos quais eram civis; as forças israelenses mataram aproximadamente 370 palestinos, sendo que quase a metade eram civis, entre os quais cerca de 50 crianças.

Informações gerais

Os embates armados entre as facções palestinas e o aprofundamento da crise econômica se intensificaram na primeira metade do ano, sobretudo na Faixa de Gaza, onde sanções econômicas internacionais e sanções econômicas de Israel foram impostas após a vitória do Hamas nas eleições da AP em 2006. A deterioração da situação econômica para os palestinos foi exacerbada pelo endurecimento do bloqueio imposto pelas autoridades israelenses aos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) e pelos freqüentes ataques militares israelenses que provocaram a destruição da infra-estrutura civil palestina.

Em março de 2007, os líderes do Fatah e do Hamas concordaram em terminar o conflito interno e formar um governo de unidade liderado pelo primeiro-ministro Haniyeh. No entanto, os confrontos armados foram logo retomados e se intensificaram. Em 14 de junho, as forças do Hamas e suas milícias tomaram o controle de todas as instalações de segurança e dos prédios do governo da AP controlados pelo Fatah na Faixa de Gaza. No mesmo dia, o Presidente Abbas dissolveu o governo de unidade e estabeleceu um governo de emergência com sede na Cisjordânia. Ele designou Salam Fayyad como primeiro-ministro. O Hamas se recusou a reconhecer o governo de emergência e montou uma administração de facto do Hamas, que governou Gaza durante o restante do ano. A UE, os EUA e outros doadores internacionais aumentaram as sanções contra a administração de facto do Hamas na Faixa de Gaza e retomaram a assistência financeira direta ao governo de emergência da AP na Cisjordânia. O governo de Israel devolveu parte dos impostos que havia previamente confiscado ao governo de emergência da AP e, ao mesmo tempo, reforçou seu bloqueio à Faixa de Gaza. Entre outras medidas, o governo israelense recusou-se a permitir a entrada de suprimentos médicos em Gaza ou a autorizar a saída de pacientes que necessitavam de tratamento médico urgente. Em conseqüência, cerca de 40 pacientes morreram.

Em novembro, o governo israelense e o presidente da AP, com seu governo de emergência, participaram

de uma reunião internacional promovida pelos EUA em Annapolis, da qual o Hamas foi excluído. O objetivo da reunião era retomar as negociações de paz; porém, nenhum progresso tangível era evidente no final de 2007. Contrariando os compromissos que assumiram antes da reunião, as autoridades israelenses não suspenderam suas restrições à circulação dos palestinos nos TPO e continuaram a expandir os assentamentos israelenses na Cisjordânia.

Durante todo o ano, os principais grupos armados palestinos – Jihad Islâmica, Comitês de Resistência Popular, Brigadas dos Mártires de Al Aqsa (braço armado do Fatah) e as Brigadas de Izz al-Din al-Qassam (braço armado do Hamas) – freqüentemente dispararam foguetes caseiros "qassam" da Faixa de Gaza para o sul de Israel, matando dois civis israelenses e ferindo vários outros.

Tomada de poder do Hamas na Faixa de Gaza

Em junho, depois que as forças do Hamas e suas milícias aliadas tomaram o controle das instalações de segurança e das instituições da AP, o Presidente Abbas ordenou que todas as forças de segurança e instituições judiciais da AP na Faixa de Gaza suspendessem suas operações. A administração de facto do Hamas preencheu o vácuo institucional e legal resultante dessa ação, estabelecendo órgãos judiciais e de segurança. Esses órgãos careciam de pessoal com formação adequada às funções, de mecanismos de prestação de contas e de salvaguardas de direitos humanos.

Cerca de 40 mil funcionários públicos e integrantes das forças de segurança da Autoridade Palestina foram demitidos pelo governo de emergência da AP por suspeitas de que trabalhassem para instituições controladas pelo Hamas na Faixa de Gaza. Dezenas de milhares de outros, que não recebiam vencimentos integrais havia mais de um ano, tiveram seus salários pagos pelo governo de emergência da AP, sediado na Cisjordânia, sob a condição de não continuarem trabalhando na Faixa de Gaza.

Freqüentemente, as forças do Hamas hostilizavam ex-membros das forças de segurança e outros funcionários leais ao governo de emergência da AP. No dia 16 de agosto, as forças do Hamas detiveram brevemente o procurador-geral da AP e ordenaram que ele não se incumbisse de nenhuma atividade. Em 4 de setembro, a administração do Hamas anunciou o estabelecimento de um Conselho Supremo de Justiça alternativo para indicar juízes ao Departamento de Justiça da Faixa de Gaza – uma atitude contrária ao princípio de independência do Judiciário e que infringiu as leis palestinas.

As divisões entre o Fatah e o Hamas exacerbaram os imensos obstáculos enfrentados pelos habitantes de Gaza quando tentavam obter justiça ou reparação nas já problemáticas instituições judiciais e de segurança da AP.

Em junho, depois que o Hamas assumiu à força o poder em Gaza, atiradores do Fatah realizaram ataques de retaliação contra supostos ou conhecidos apoiadores do Hamas na Cisjordânia, seqüestrando e agredindo diversas pessoas e incendiando dezenas de propriedades.Tais atos foram realizados com impunidade, muitas vezes na presença das forças de segurança da AP, que falharam em intervir e em manter a lei.

Assassinatos, ilegalidade e impunidade

Janeiro a junho

O clima de ilegalidade e de impunidade, já evidente em anos anteriores, se intensificou na primeira metade de 2007, com o aumento na escalada dos conflitos inter-sectários entre militantes do Fatah e do Hamas na Faixa de Gaza.

Cerca de 300 palestinos foram mortos nos confrontos entre as facções. Em sua maioria eram membros de forças de segurança e de milícias rivais; porém, dezenas eram civis desarmados que passavam nas proximidades. Atiradores efetuaram ataques e realizaram intensos tiroteios em áreas residenciais densamente povoadas, inclusive dentro e próximo de hospitais, com absoluta indiferença pelas vidas de residentes e transeuntes.

Integrantes das forças de segurança da AP e grupos armados afiliados ao Fatah e ao Hamas cometeram homicídios ilegais e seqüestros de rivais com impunidade. Em junho, pistoleiros do Hamas perseguiram membros das forças de segurança da AP e da milícia do Fatah – as Brigadas de Al Aqsa – matando alguns e atirando nas pernas de outros. Pistoleiros do Fatah também realizaram ataques similares contra membros do Hamas, embora em menor escala.

■ Mohammed Swerki, um cozinheiro da Guarda

Presidencial, foi atirado do alto de um prédio na cidade de Gaza, em 10 de junho, depois que ele e um colega, ao entrarem no prédio errado para entregar comida, foram capturados por atiradores do Hamas. Os atiradores do Fatah retaliaram, seqüestrando um suposto simpatizante do Hamas, Husam Abu Qinas, quando ele voltava para casa do trabalho, e o mataram jogando-o de outro prédio.

■ Uma passeata pacífica pelo fim dos confrontos entre o Fatah e o Hamas, organizada por partidos de esquerda e por outros, no dia 13 de junho, em Gaza, foi alvo de tiros. Três manifestantes foram mortos: Taghreed Salah al-'Alia, Shadi Tayseer al-'Ijla e Mohammad Mahmoud Adas.

Junho a dezembro

A falta de lei, os homicídios ilegais e os seqüestros na Faixa de Gaza diminuíram significativamente depois que o Hamas tomou o poder em junho. No entanto, as forças e as milícias do Hamas freqüentemente atacavam ativistas do Fatah e outros críticos e manifestantes, assim como os jornalistas que cobriam esses ataques. Enquanto isso, integrantes das forças do Hamas foram alvo de ataques à bomba, que o Hamas atribuiu a ativistas do Fatah.

■ Em 12 de novembro, pelo menos seis manifestantes foram mortos e dezenas ficaram feridos quando as forças do Hamas atiraram contra os participantes de um comício organizado por ativistas do Fatah, para celebrar o terceiro aniversário da morte de Yasser Arafat, ex-presidente da AP e chefe do Fatah.

Na Cisjordânia, as forças da Autoridade Palestina atacaram manifestantes em diversas ocasiões.

■ No dia 27 de novembro, em Hebron, um manifestante foi morto a tiros durante um protesto contra a reunião entre Israel e a AP, realizada em Annapolis.

O governo de emergência da AP, sob intensa pressão dos doadores ocidentais, tomou algumas medidas para controlar a falta de lei que havia predominado em anos anteriores, especialmente os freqüentes seqüestros, as agressões e outros ataques praticados pelas Brigadas de Al Aqsa. Em outubro, as forças de segurança da AP implementaram um conjunto de medidas, planejadas pelo enviado estadunidense para questões de segurança, o general Keith Dayton, a fim de aumentar a segurança em Nablus, um forte reduto das Brigadas de Al Aqsa. Apesar de não terem cessado completamente, essas medidas resultaram em uma diminuição acentuada dos ataques desses grupos. Porém, a AP fracassou em levar à Justiça os militantes das Brigadas de Al Aqsa responsáveis por assassinatos, por seqüestros e por outros ataques.

Detenções arbitrárias, torturas e outros maus-tratos

Gaza

Depois da metade de junho, as forças e milícias do Hamas detiveram cerca de 1.500 pessoas em uma campanha de prisões politicamente motivada. Centenas de pessoas, na maioria apoiadores do Fatah, foram detidas arbitrariamente por participarem de manifestações não-violentas. A maior parte dessas pessoas foi libertada em 48 horas; porém, só eram soltas com a condição de assinarem um compromisso de não participarem de futuros protestos ou de outras formas de oposição. Em muitos casos, as forças do Hamas também exigiram que os detidos pagassem "multas". Os indivíduos foram detidos principalmente nas antigas instalações de segurança da AP e em outros locais que, segundo as leis palestinas, não podiam ser usados como centros de detenção.

Muitos detidos alegaram terem sido torturados ou maltratados de outras formas – sendo surrados, amarados em posições dolorosas (*shabeh*) e ameaçados. Alguns disseram ter sido ameaçados de levar tiros nas pernas. Pelo menos dois detentos – Walid Abu Dalfa e Fadhel Dahmash – morreram sob custódia, aparentemente em resultado de tortura ou de outros maus-tratos.

■ Tariq Mohammed Asfour, um ex-policial, foi detido pelas forças e milícias do Hamas no final de junho. Ele foi espancado por seis horas com arames, com varas e com uma pá de ferro, e teve pregos enfiados em suas tíbias com um martelo.

■ Wael Ghalban, um ativista do Fatah, foi severamente espancado nos pés e em outras partes do corpo por forças do Hamas durante uma noite em que passou detido, no mês de novembro.

Cisjordânia

Depois da metade de junho, forças de segurança da AP lançaram uma ofensiva contra os apoiadores do Hamas em toda a Cisjordânia e prenderam cerca de 1.500 pessoas. A maioria delas foi libertada em alguns dias sem acusações e, freqüentemente, sob a condição de delatar o Hamas e o compromisso de não apoiá-lo. Vários outros permaneceram detidos por várias semanas ou meses e foram, então, libertados sem acusações. De setembro em diante, porém, as forças israelenses geralmente prendiam quem havia

sido solto pela AP. A maioria das detenções da AP foram efetuadas pelas forças de segurança, especialmente a Segurança Preventiva que, de acordo com a lei palestina, não estava autorizada a deter suspeitos. Os detidos, além disso, eram mantidos em locais não autorizados para detenção. As famílias raramente eram notificadas sobre as prisões ou sobre o paradeiro dos detentos e, em alguns casos, as forças de segurança transferiam os indivíduos de um local para outro a fim de impedir que comparecessem perante um juiz ou para evitar cumprir as ordens judiciais de soltá-los. Com freqüência, os detidos não eram levados perante um juiz dentro do prazo requerido pela lei palestina. Denúncias de torturas e de maus-tratos, raras a princípio, tornaram-se mais comuns a partir de agosto, com prisioneiros relatando terem sido propositalmente amarrados em posições dolorosas (*shabeh*). A maioria das vítimas, no entanto, relutava em apresentar queixa por temerem ser presas novamente pelas forças da AP ou detidas pelas forças israelenses.

■ Ahmad Doleh foi preso pelas forças da AP em Nablus, no começo de julho, permanecendo detido por cinco meses, sem acusação nem julgamento, em vários locais. Poucos dias após sua libertação pela AP, no início do dezembro, ele foi preso pelas forças israelenses.

■ Hussein al-Sheikh, um advogado da região de Belém, foi detido pelas forças da AP durante 13 dias em setembro e, então, libertado sem acusações. Uma semana depois, porém, ele foi preso pelas forças israelenses e colocado sob detenção administrativa sem acusações ou julgamento.

Impunidade

Nem a AP na Cisjordânia nem o Hamas na Faixa de Gaza tomaram qualquer medida confiável para assegurar que membros de suas forças de segurança ou de suas milícias prestassem contas de seus atos. Eles continuaram desfrutando de impunidade pelos abusos de direitos humanos cometidos, inclusive homicídios ilegais, tomada de reféns, incêndios criminosos e outros tipos de ataque contra pessoas ou propriedades.

Abusos de grupos armados

Os grupos armados palestinos realizaram ataques indiscriminados contra civis israelenses. Treze israelenses, incluindo sete civis, foram mortos nesses ataques, o menor índice anual de fatalidades desde a eclosão da intifada, em 2000.

Freqüentemente, os grupos armados palestinos lançavam foguetes "qassam", de fabricação caseira, da Faixa de Gaza em direção à cidade vizinha de Sderot e a outras áreas próximas em Israel. Dois israelenses morreram e vários outros ficaram feridos devido aos ataques.

■ Shirel Friedman e Oshri Oz foram mortos por ataques de foguetes "qassam" em Sderot, nos dias 21 e 27 de maio.

Os atentados suicidas à bomba e os ataques a tiros praticamente cessaram em 2007. Um ataque suicida foi realizado pelo grupo Jihad Islâmica, em Eilat, no dia 29 de janeiro.

■ Emile Ameliach, Israel Zamalloa e Michael Bem Sa'don foram mortos em um ataque suicida a uma padaria em Eilat, no dia 29 de janeiro.

Na primeira metade do ano, os grupos armados palestinos continuaram a seqüestrar membros de grupos rivais e cidadãos estrangeiros. Vários reféns palestinos foram mortos (veja acima), embora a maioria tenha sido libertada ilesa.

■ Em março, o Exército do Islã, um grupo pequeno e, até então, pouco conhecido, seqüestrou o jornalista britânico Alan Johnston na cidade de Gaza e o manteve cativo por 114 dias, ameaçando matá-lo ou feri-lo em várias ocasiões. Ele foi libertado no início de julho depois de pressões do Hamas.

■ Em junho, o Hamas e os Comitês de Resistência Popular divulgaram uma gravação de áudio de Gilad Shalit, um soldado israelense capturado em junho de 2006. No entanto, continuaram negando o acesso do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) ao prisioneiro ou qualquer comunicação com sua família.

Violência contra a mulher

Mais de 10 mulheres foram assassinadas nos chamados "assassinatos em nome da honra" e várias outras foram mortas ou feridas em ataques das forças israelenses ou durante os combates sectários entre grupos palestinos rivais.

■ Nisreen Mohammad Abu Bureik e Inam Jaber Daifallah foram mortas em Gaza, respectivamente, em julho e agosto. De acordo com suas famílias, ambas foram mortas por parentes homens, nos denominados crimes "de honra".

As vidas das mulheres se tornaram ainda mais difíceis devido à deterioração das condições humanitárias, e

os bloqueios de Israel aos TPO restringiram ainda mais seu acesso à saúde e a outros serviços cruciais. Pelo menos três mulheres deram à luz em postos de controle militar israelenses depois de terem sido impedidas de prosseguir seu trajeto em busca dos hospitais mais próximos.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram Gaza e a Cisjordânia em junho/julho e em dezembro.

Occupied Palestinian Territories: Torn apart by factional strife (MDE 21/020/2007)

Palestinian Authority: New government must end impunity for lawlessness (MDE 21/002/2007)

Palestinian Authority: New unity government must put civilian protection above politics (MDE 21/001/2007)

PAQUISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

Chefe de Estado:	**Pervez Musharraf**
Chefe de governo:	**Muhammadmian Soomro (interino, sucedeu a Shaukat Aziz em novembro)**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**164,6 milhões**
Expectativa de vida:	**64,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**95/106 por mil**
Taxa de alfabetização:	**49,9 por cento**

Milhares de advogados, de jornalistas, de militantes de partidos políticos e de ativistas de direitos humanos foram detidos arbitrariamente. A independência do Judiciário foi coibida. Algumas vítimas de desaparecimentos forçados reapareceram, mas centenas ainda continuam desaparecidas. Prosseguiram os assassinatos "em nome da honra" e a prática de valer-se de jirgas (conselhos tribais informais). A violência contra a mulher continuou com impunidade. Ao menos 310 pessoas foram condenadas à morte e pelo menos 135 foram executadas. Membros de grupos pró-Talibã e de outros grupos islâmicos seqüestraram reféns, mataram civis de modo ilegal e cometeram atos de violência contra mulheres e meninas.

Informações gerais

Duas fases de um confronto entre o governo e o poder Judiciário dominaram o processo político. Em março, o presidente da Suprema Corte, Iftikhar Chaudhry, foi suspenso por suposta má conduta. Porém, em julho, por decisão dessa mesma corte, ele foi reconduzido ao cargo. No dia 3 de novembro, o general Pervez Musharraf declarou estado de emergência, suspendeu a Constituição e substituiu-a por uma Ordem Provisória Constitucional.

Depois que juízes leais à Ordem Provisória Constitucional confirmaram que Pervez Musharraf seria elegível à Presidência, ele renunciou ao comando militar, no dia 28 de novembro, e tomou posse como presidente civil.

No dia 15 de novembro, um governo interino foi instalado para preparar as eleições previstas para janeiro de 2008. O estado de emergência foi suspenso no dia 15 de dezembro, e uma Constituição emendada foi restaurada.

Os ex-premiês Benazir Bhutto e Nawaz Sharif retornaram do exílio para concorrer nas eleições. Em dezembro, Benazir Bhutto foi assassinada em um atentado suicida a bomba, que provocou manifestações generalizadas de violência. As eleições foram adiadas até fevereiro de 2008.

Em áreas tribais na fronteira com o Afeganistão e em Swat (na Província da Fronteira Noroeste), grupos armados islâmicos e forças talibãs locais consolidaram seu controle no decorrer do ano. Os ataques militares contra supostos grupos armados islâmicos (aos quais o governo se refere como "militantes") ou contra alvos do Talibã envolveram matanças indiscriminadas de civis.

Desenvolvimentos legais e constitucionais

A Ordem Provisória Constitucional suspendeu direitos constitucionais fundamentais, como as salvaguardas relativas a prisões e detenções, os direitos de segurança da pessoa, os direitos de liberdade de expressão, de reunião e de associação.

Em novembro, os juízes do Supremo tiveram de fazer um novo juramento de lealdade à Ordem Provisória Constitucional. Doze dos 17 juízes da Suprema Corte, entre os quais seu presidente, e cerca de 40 juízes dos tribunais superiores das províncias, ou não foram convidados a prestar o juramento ou se recusaram a fazê-lo. Aqueles juízes da Suprema Corte que prestaram juramento sob a Ordem Provisória Constitucional, conseqüentemente, validaram esta

ordem, bem como o estado de emergência.
No dia 10 de novembro, o Presidente Musharraf emendou a Lei do Exército para permitir que civis acusados de traição, de subversão e de indefinidas "declarações que conduzam a danos públicos", cometidos a partir de janeiro de 2003, pudessem ser julgados em tribunais militares

No dia 21 de novembro, o Presidente Musharraf promulgou uma emenda constitucional que impedia a análise judicial do estado de emergência, da Ordem Provisória Constitucional e de qualquer ação tomada durante o período de exceção.

Centenas de casos na Suprema Corte e nos quatro tribunais superiores provinciais estão atrasados, pois os advogados boicotaram os tribunais presididos por juízes que prestaram juramento sob a Ordem Provisória Constitucional.

Prisões e detenções arbitrárias

Durante o período de emergência, o direito à liberdade de reunião foi reprimido por meio da aplicação rigorosa da Seção 144 do Código de Processo Penal, o qual proíbe a reunião de mais de quatro pessoas em lugar público sem autorização. A maioria das pessoas detidas foi presa sem referência a qualquer lei, enquanto outros o foram por infringir a Seção 144 e por ameaçar a manutenção da ordem pública. Alguns foram mantidos em detenção administrativa, segundo o Decreto de Manutenção da Ordem Pública. Diversos manifestantes foram acusados de crimes terroristas ou de subversão.

Entre os meses de março e julho, centenas de advogados e de ativistas que apoiavam o presidente da Suprema Corte foram detidos. Membros idosos de partidos políticos foram arrastados de suas casas à noite, e ativistas foram detidos em prisões distantes de suas casas. Às vésperas do esperado retorno do ex-primeiro-ministro Nawaz Sharif, em setembro, centenas de filiados partidários foram presos.
Após a declaração de estado de emergência, vários dos juízes afastados, inclusive o presidente do Supremo, foram colocados em prisão domiciliar de facto, impedidos de ter acesso à família ou amigos, sem referência a qualquer lei. Milhares de advogados e de outros defensores dos direitos humanos foram detidos, entre os quais 55 ativistas de direitos humanos que haviam se reunido no escritório da ONG Comissão de Direitos Humanos do Paquistão, em Lahore, no dia 4 de novembro. A presidente da Comissão e relatora especial da ONU sobre a liberdade de religião, Asma Jahangir, ficou detida em sua casa por 90 dias sob uma ordem de detenção baseada no decreto de Manutenção da Ordem Pública, que foi suspensa no dia 16 de novembro. Uma ordem de detenção de 90 dias expedida contra Hina Jilani, representante especial do secretário-geral da ONU para os defensores de direitos humanos, não foi cumprida quando ela retornou ao país.

■ No dia 5 de novembro, o líder nacionalista baluchi Hasil Bizenjo; Ayub Qureshi, dirigente provincial do Partido Nacional do Baluchistão; Yusuf Mastikhan, vice-presidente do Partido Nacional dos Trabalhadores; e os líderes sindicais Liaquat Sahi e Farid Awan foram presos em Karachi, acusados de subversão e desordem após fazerem discursos contrários à imposição do estado de emergência. Eles foram libertados mediante fiança no dia 22 de novembro, mas as acusações permaneceram.

Tortura e outros maus-tratos

Muitas das pessoas que foram detidas arbitrariamente teriam sido torturadas ou foram maltratadas por meio de práticas como privação de sono e negação de tratamento médico de urgência. A tortura e outros maus-tratos foram usados rotineiramente contra pessoas suspeitas de cometerem crimes.

■ Mohammad Shahid Rind foi preso no dia 28 de julho e, segundo informações, foi torturado pela polícia, que o teria confundido com o irmão de um criminoso procurado. O Tribunal Superior de Sind determinou que ele fosse solto e recebesse tratamento médico, tendo aberto um inquérito para investigar sua prisão e sua tortura. Ele permanecia detido no final do ano.

Desaparecimentos forçados

A Suprema Corte realizou audiências sobre petições de habeas corpus em nome de mais de 400 pessoas que foram submetidas a desaparecimentos forçados, tanto no contexto da "guerra ao terror" do governo quanto em outras campanhas de segurança nacional. Depois da apresentação das petições, mais de 100 desaparecidos foram localizados. Alguns dos que reapareceram haviam sido detidos sob acusações aparentemente falsas.
No dia 5 de outubro, o presidente da Suprema Corte, o juiz Iftikhar Chaudhry, afirmou haver "provas irrefutáveis" de que as pessoas desaparecidas estavam sob a custódia de agências secretas e de que os responsáveis seriam processados. Ele ordenou que

todos aqueles cujo paradeiro ainda era desconhecido comparecessem perante o tribunal. As audiências prosseguiram até o dia 2 de novembro, quando a corte prorrogou os procedimentos até 13 de novembro. Porém, após a imposição do estado de emergência, no dia 3 de novembro, e da suspensão de vários juízes da Suprema Corte, as audiências sobre os desaparecidos não foram mais realizadas.

O destino e o paradeiro de centenas de pessoas continuou incerto; temia-se que estivessem sob risco de tortura ou de outros maus-tratos.

■ Saud Memon, que seria o proprietário da cabana em que o jornalista estadunidense seqüestrado Daniel Pearl foi assassinado em 2002, foi encontrado próximo a sua casa, em Karachi, no dia 28 de abril de 2007. Ele havia perdido a memória, não conseguia falar e pesava apenas 36 kilos. No dia 18 de maio, ele morreu no hospital. Acredita-se que ele tenha sido preso por agentes do FBI, o Birô Federal de Investigação dos Estados Unidos, em março de 2003, na África do Sul. Ainda não se sabe onde e sob a custódia de quem ele foi mantido depois disso.

As transferências ilegais de vítimas de desaparecimentos forçados para países onde estariam em risco de sofrer tortura ou outros maus-tratos prosseguiram.

■ Osman Alihan, um homem de etnia uigur da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, na China, foi mantido em um local de detenção desconhecido após ter sido preso em Rawalpindi, no dia 4 de julho. Ele estava sendo procurado pelas autoridades chinesas por suposta filiação ao proscrito Movimento Islâmico do Turquistão Oriental. No final de julho, ele foi transferido ilegalmente à China. Seu destino permanecia desconhecido. Outro homem de etnia uigur, Ismail Semed, foi executado na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, no dia 8 de fevereiro de 2007, por "tentativa de dividir a pátria" e por outros delitos. Ele havia sido repatriado à força do Paquistão para a China em 2003 (veja a entrada sobre a China).

Uso excessivo da força

Durante várias ondas de protestos, as forças de segurança fizeram uso excessivo e desnecessário da força contra manifestantes pacíficos.

■ Em 29 de setembro, mais de 80 advogados e militantes de partidos políticos que protestavam em Islamabad contra as futuras eleições presidenciais ficaram feridos; alguns deles gravemente, quando policiais, na maioria à paisana, os espancaram usando cassetetes. Em 1º de outubro, a Suprema Corte considerou o chefe da polícia de Islamabad responsável por ordenar o uso desproporcional da força e determinou sua imediata suspensão. No dia 23 de outubro, a Suprema Corte concluiu que o destacamento de policiais à paisana havia sido ilegal.

Em julho, depois de não terem prendido ou tentado processar os religiosos e estudantes da Mesquita Vermelha, em Islamabad, que seqüestraram, espancaram e ameaçaram pessoas que eles consideraram estarem desrespeitando as normas islâmicas, as forças de segurança sitiaram e depois invadiram a mesquita. Calcula-se que ao menos 100 pessoas tenham sido mortas. Entre os mortos estavam mulheres e crianças desarmadas que, possivelmente, foram usadas como escudos humanos pelos indivíduos entrincheirados na mesquita. Os religiosos e os estudantes haviam sido avisados previamente pelo Presidente Musharraf que seriam mortos caso não se rendessem.

A polícia foi cúmplice nos violentos ataques supostamente realizados por aliados políticos do governo, sobretudo durante a campanha dos advogados contra a suspensão do presidente do Supremo, em março. No dia 12 de maio, pelo menos 40 pessoas que faziam uma manifestação de boas-vindas ao presidente do tribunal, em Karachi, foram mortas em conseqüência desses ataques dos aliados políticos. A polícia geralmente não protegia nem os manifestantes, nem os advogados e nem mesmo impedia a violência.

Nas áreas tribais e em Swat, o Exército alegou ter matado centenas de "militantes", mas os moradores locais disseram que muitas das vítimas eram mulheres e crianças. Os militares efetuaram vários bombardeios em vilarejos, que, segundo informações, resultaram na morte de inúmeros civis desarmados. Poucas tentativas foram feitas para prender e julgar os supostos "militantes".

■ No dia 7 de outubro, aviões de caça bombardearam supostos "esconderijos de militantes" no Waziristão do Norte, matando cerca de 250 pessoas, inclusive civis. Segundo informações, milhares de camponeses fugiram da região.

Restrição à liberdade de expressão

Muitos jornalistas que faziam a cobertura das manifestações de protesto foram espancados,

ameaçados e detidos. Depois da imposição do estado de emergência, estações de rádio e de televisão independentes foram fechadas. Em novembro, foram publicadas novas leis arbitrárias de restrição aos meios de comunicação impressos e eletrônicos. Canais de TV paquistaneses independentes foram proibidos de realizar suas transmissões dentro do Paquistão, a menos que assinassem um Código de Conduta restringindo as críticas ao governo.

Abusos de grupos armados

Tomadas de reféns e assassinatos

Integrantes de grupos armados islâmicos foram responsáveis por tomadas de reféns, por assassinatos de prisioneiros cativos e por outros homicídios ilegais. Após o cerco da Mesquita Vermelha, os atentados suicidas contra instalações do governo e do Exército aumentaram, resultando em mais de 400 mortes. Somente no mês de julho, 194 pessoas, entre as quais muitos civis, foram mortas em 13 atentados suicidas. Membros de grupos islâmicos executaram dezenas de pessoas consideradas contraventoras da lei islâmica ou que se julgava terem cooperado com o governo. Em alguns casos, as execuções ocorreram após a realização de audiências por conselhos islâmicos (shura).

Em agosto, um grupo pró-Talibã em Waziristão do Sul, divulgou um vídeo que, aparentemente, mostrava um adolescente decapitando um membro de uma força paramilitar pró-governo que havia sido capturado. O vídeo fez surgirem preocupações de que o grupo estaria utilizando crianças para cometer graves abusos de direitos humanos.

Violência contra meninas e mulheres

Cada vez mais, meninas e mulheres foram alvo de abusos nas áreas de fronteira com o Afeganistão sob controle do Talibã.

■ Em Bannu, na Província da Fronteira Noroeste, os corpos de duas mulheres foram encontrados em setembro. Um bilhete preso ao corpo de uma delas afirmava que ela havia sido morta como punição por suas atividades imorais.

Discriminação contra minorias religiosas

As autoridades não deram proteção às minorias religiosas.

■ Em setembro, em Karachi, dois médicos ahmadi foram mortos, supostamente, em razão de sua crença minoritária. Ninguém foi preso.

Continuaram os processos com base nas leis de blasfêmia, e muitas pessoas foram condenadas à morte.

■ Younus Masih, um homem cristão, foi condenado à morte por blasfêmia em um tribunal de Lahore, no dia 30 de maio, em um julgamento que, segundo informações, foi injusto. Ele foi falsamente acusado de fazer observações difamatórias contra o profeta do Islã durante um serviço religioso em 2005. Younus Masih era um prisioneiro de consciência.

Violência contra a mulher

A violência sob custódia, inclusive estupro, continuou acontecendo. O Estado falhou no seu dever de prevenir e processar casos de violência doméstica e comunitária, como mutilações, estupros e assassinatos "em nome da honra". A ONG Fundação Aurat afirmou que, nos primeiros 10 meses de 2007, somente na província de Sind, 183 mulheres e 104 homens foram assassinados por, supostamente, mancharem a "honra" da família. Apesar de, em 2004, o Tribunal Superior de Sind ter proibido as jirgas, esses conselhos continuaram a ter apoio oficial. Em novembro, o ministro interino da Informação, Nisar Memon, declarou que as jirgas eram uma realidade e que deveriam ser "trazidas para dentro do sistema".

Em diversas ocasiões, a corte superior determinou a instauração de processos judiciais contra pessoas responsáveis pela prática da swara: a entrega de uma menina ou de mulher para o casamento com um adversário em troca da resolução de disputas. Essa prática passou a ser punível com até 10 anos de prisão, segundo uma lei de 2005. No entanto, continuou a ser amplamente disseminada.

P

Direitos das crianças ignorados

O número de tribunais de menores ainda era insuficiente. Crianças continuaram a ser julgadas e detidas juntamente com adultos. Houve casos de crianças detidas sob uma cláusula de responsabilidade coletiva da Regulamentação de Crimes de Fronteira nas áreas tribais, por delitos que foram cometidos por outrem: uma clara violação à proibição de punições coletivas no direito internacional.

Pena de morte

Cerca de 310 pessoas teriam sido condenadas à morte, a maioria por homicídio. Ao menos 135 pessoas foram executadas, entre as quais, pelo

menos um menor infrator.

■ Muhammad Mansha foi executado em Sahiwal no mês de novembro. Ele havia sido condenado à morte, em março de 2001, por um assassinato cometido quando ele tinha aproximadamente 15 anos.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Os decretos Hudud continuaram a prever açoitamentos e amputações, mas punições como estas não foram efetuadas em 2007. Em junho, o Tribunal Federal Shariat anulou uma sentença de amputação da mão direita e pé esquerdo, imposta por roubo a Ajab Khan, um cidadão afegão, em janeiro de 2006. O Tribunal decidiu que sentenças obrigatórias tais como amputações não podem ser impostas pela lei islâmica a menos que a confiabilidade das testemunhas possa ser determinada

Visitas e relatórios da AI

Uma delegação da Anistia Internacional visitou o Paquistão em dezembro.

Pakistan: Fatal erosion of human rights safeguards under emergency (ASA 33/040/2007).

Pakistan: Amnesty International's call to political parties to commit themselves to uphold a 12-point plan on human rights (ASA 33/052/2007).

PORTUGAL

REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado:	**Aníbal António Cavaco Silva**
Chefe de governo:	**José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa**
Pena de mortey:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**10,6 milhões**
Expectativa de vida:	**80,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/5 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99 por cento**

As denúncias de maus-tratos por parte da polícia prosseguiram e a impunidade continuou arraigada. Persistiu a violência contra a mulher. O Ministério Público abriu um inquérito para investigar suspeitas de que vôos secretos da CIA tenham feito escalas em Portugal.

Maus-tratos

Em 2007, prosseguiram as denúncias de maus-tratos policiais e a impunidade para esses crimes.

■ No dia 29 de maio, o 2º Juízo Criminal de Lisboa absolveu todos os sete réus em uma ação criminal contra agentes prisionais acusados de agredir Albino Libânio, no Estabelecimento Prisional de Lisboa, em 2003. O Serviço de Auditoria e Inspecção da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) investigou o incidente e concluiu que Albino Libânio havia, de fato, sido agredido pelos agentes prisionais, como ele alegara. O tribunal reconheceu as lesões sofridas por Albino, porém, absolveu os réus com base na falta de provas que confirmassem sua responsabilidade. Albino Libânio interpôs um recurso junto ao Tribunal de Recursos, argumentando que o tribunal havia falhado na condução de investigações primárias, as quais teriam fornecido as informações necessárias para assegurar uma condenação. O recurso ainda estava pendente no final do ano.

Imigração

Uma nova lei de imigração, que passou a vigorar em 4 de julho, introduziu certos direitos legais para os imigrantes que aguardam decisão sobre sua expulsão ou admissão em território português, com ênfase especial sobre os direitos dos menores desacompanhados. A lei também especifica que facilitar a imigração ilegal de maneira a pôr em risco a vida do imigrante, ou a configurar tratamento desumano ou degradante, pode acarretar punição entre dois e oito anos de prisão. Pessoas vítimas de tráfico humano não serão mais classificadas como imigrantes ilegais.

Violência contra a mulher

O terceiro Plano Nacional contra a Violência Doméstica entrou em vigor no mês de junho. Um de seus principais dispositivos assegura livre acesso à assistência médica para as vítimas de violência doméstica. Em julho, o governo declarou que 39 mulheres foram mortas por seus maridos ou parceiros no ano de 2006.

"Guerra ao terror"

No dia 25 de janeiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros declarou que as investigações do governo sobre as denúncias de que vôos secretos da CIA teriam feito escalas em Portugal durante

operações de transferência ilegal de suspeitos de um país para outro (*renditions*) haviam sido encerradas. O ministro afirmou não haver evidências que sustentassem a continuação do inquérito. Porém, no dia 5 de fevereiro, o Ministério Público anunciou que abriria uma investigação criminal sobre a possível tortura e outros maus-tratos relativos à suspeita de vôos secretos da CIA, com base em informações fornecidas por uma representante portuguesa no Parlamento Europeu e por um jornalista. Até o fim do ano, não haviam sido divulgadas mais informações.

Relatório da AI

Europa e Ásia Central: Resumo das Preocupações da Anistia Internacional na Região, janeiro-junho de 2007 (EUR 01/010/2007).

REINO UNIDO

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado:	**Rainha Elizabeth II**
Chefe de governo:	**Gordon Brown (sucedeu a Tony Blair em junho)**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**60 milhões**
Expectativa de vida:	**79 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/6 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99 por cento**

O Reino Unido continuou tentando repatriar pessoas para países em que enfrentariam um risco real de sofrer violações graves de direitos humanos com base em "garantias diplomáticas" sem obrigatoriedade jurídica. O segredo na implantação de medidas antiterroristas ocasionou procedimentos judiciais injustos. Houve falhas contínuas na prestação de contas por violações passadas, inclusive com relação à suposta cumplicidade do Estado em assassinatos na Irlanda do Norte. O governo tentou limitar a aplicação extraterritorial das proteções de direitos humanos, particularmente com relação às atividades de suas forças armadas no Iraque. Mulheres submetidas ao controle de imigração e que sofreram violência no Reino Unido, inclusive violência doméstica e tráfico, não puderam ter acesso ao apoio de que necessitavam. Requerentes de asilo rejeitados continuaram sendo compelidos a situações de privação.

"Guerra ao terror"

Ordens de Controle

A contar de dezembro, havia 14 "ordens de controle" em vigência sob os poderes da Lei de Prevenção ao Terrorismo de 2005.

■ Em outubro, o mais alto tribunal do Reino Unido, o Comitê de Apelação da Câmara dos Lordes (*Law Lords*), julgou quatro casos de referência relativos ao sistema de ordens de controle. Os lordes confirmaram, entre outras coisas, que o toque de recolher de 18 horas, que o ministro do Interior (*Home Secretary*) tentara impor a um grupo de indivíduos, constituía uma privação de liberdade além do que a lei permitia. Os lordes ordenaram à Suprema Corte que reconsiderasse a eqüidade da audiência proporcionada a dois indivíduos que questionaram as ordens de controle impostas a eles. O conteúdo das acusações contra esses dois homens fora ocultado tanto deles quanto dos advogados de sua escolha.

■ Em janeiro, uma pessoa foi condenada por infringir as obrigações decorrentes de uma ordem de controle – a primeira condenação referente a um delito previsto na Lei de Prevenção ao Terrorismo – e recebeu uma sentença de cinco meses de prisão.

Deportações com garantias

As autoridades do Reino Unido continuaram tentando deportar pessoas que elas afirmavam ser uma ameaça para a segurança nacional do Reino Unido, apesar de razões substanciais para acreditarem que essas pessoas enfrentariam um risco real de violações de direitos humanos caso retornassem aos seus países de origem. As autoridades prosseguiram sustentando que as garantias diplomáticas recebidas de países para os quais essas pessoas seriam deportadas eram suficientes para protegê-las de tal risco; ainda que nenhum tribunal possa exigir o cumprimento dessas garantias.

Os procedimentos pelos quais essas deportações poderiam ser questionadas, na Comissão Especial de Apelações sobre Imigração (SIAC), foram injustos, em particular por sua aceitação de material secreto não revelado nem aos apelantes nem aos advogados de sua escolha.

Durante o ano, oito indivíduos que o Reino Unido

tentava deportar para a Argélia por razões de segurança nacional desistiram de seu direito de continuar apelando contra a deportação, sendo, assim, repatriados.

■ Em janeiro, dois argelinos – Reda Dendani, citado nos procedimentos legais como Q, e outro homem, citado nos procedimentos legais como H, – foram deportados do Reino Unido para a Argélia. Antes da deportação, consta que ambos teriam recebido garantias orais das autoridades argelinas de que não eram procurados na Argélia. Ambos foram presos e detidos assim que retornaram e foram acusados de "participação em uma rede terrorista operando no exterior". Segundo informações, H e Reda Dendani foram condenados em novembro e sentenciados, respectivamente, a três e oito anos de prisão.

■ Em maio, o argeliano Moloud Sihali ganhou um recurso contra sua deportação por razões de segurança nacional. A SIAC decidiu que ele não era uma ameaça à segurança nacional.

■ Em julho, o Tribunal de Recursos julgou as apelações de três argelinos contra as decisões da SIAC de confirmar suas ordens de deportação por razões de segurança nacional. Os três homens eram: Mustapha Taleb, mencionado nos procedimentos legais como Y; um homem citado como U; e outro, referido como BB. O Tribunal de Recursos decidiu que a SIAC deveria reconsiderar todos os três casos. Nos casos de BB e de U, o Tribunal de Recursos chegou a esta conclusão por motivos que não foram revelados nem aos indivíduos, nem aos seus advogados, nem ao público. Em novembro, a SIAC reafirmou sua decisão anterior de que os três poderiam ser devolvidos para a Argélia legalmente e com segurança.

■ Em fevereiro, a SIAC rejeitou a apelação de Omar Mahmoud Mohammed Othman, também conhecido como Abu Qatada, contra sua deportação para a Jordânia, por razões de segurança nacional. A SIAC concluiu que o Memorando de Entendimento que o Reino Unido finalizou com a Jordânia, em 2005, garantiria sua segurança nesse país. No final do ano, seu apelo contra a decisão ainda estava pendente.

■ Em abril, a SIAC impediu a tentativa de deportar dois cidadãos líbios – mencionados nos procedimentos legais como DD e AS – para seu país de origem por razões de segurança. A SIAC concluiu que, apesar das garantias oferecidas no Memorando de Entendimento entre o Reino Unido e a Líbia, existia um risco real de que, retornando para a Líbia, DD e AS fossem julgados em procedimentos que equivaliam a uma "completa" negação do que seja um julgamento justo, e de que pudessem ser condenados à morte.

Detentos de Guantánamo com conexões no Reino Unido

Em abril, Bisher Al Rawi, ex-residente do Reino Unido, foi devolvido para o Reino Unido depois de mais de quatro anos sob custódia dos EUA na base de Guantánamo.

Em agosto, autoridades britânicas escreveram às autoridades estadunidenses, requisitando a libertação da base de Guantánamo e o retorno ao Reino Unido dos ex-residentes Jamil El Banna, Omar Deghayes, Shaker Aamer, Binyam Mohammed e Abdennour Sameur. Não houve qualquer pedido em nome de um sexto ex-residente, Ahmed Belbach, cidadão argelino que, segundo informações, foi liberado para soltura e enfrentaria um risco real de detenção secreta caso fosse devolvido para a Argélia, o que o deixaria em perigo de sofrer tortura ou outros maus-tratos.

Em dezembro, Jamil El Banna, Omar Deghayes e Abdennour Sameur foram devolvidos para o Reino Unido. Os três foram detidos ao chegar. Abdennour Sameur foi libertado sem acusações. Jamil El Banna e Omar Deghayes foram libertados sob fiança até que seja realizada uma audiência formal sobre sua extradição para a Espanha, a fim de que lá sejam julgados.

No fim do ano, Binyam Mohammed, Shaker Aamer e Ahmed Belbacha permaneciam na base de Guantánamo.

Transferências extrajudiciais (*renditions*)

Em julho, o Comitê de Inteligência e Segurança (ISC) divulgou um relatório sobre o suposto envolvimento do Reino Unido no programa de transferências extrajudiciais liderado pelos EUA. O informe fez críticas limitadas às autoridades britânicas, inclusive por não manterem "registros apropriados para pesquisa" dos requerimentos para conduzir operações de transferências extrajudiciais através do espaço aéreo britânico. Porém, concluiu-se, nesse informe, não haver "provas" de que o Reino Unido tenha sido cúmplice nas "transferências extraordinárias como foram definidas pelo ISC.

O ISC está subordinado diretamente ao primeiro-ministro, que decide se o relatório será apresentado ao Parlamento. A Anistia Internacional considerou

que o órgão não tem suficiente independência do Executivo para conduzir uma investigação devidamente independente e imparcial sobre as alegações de envolvimento do Reino Unido nas transferências.

Continuaram a surgir informações sugerindo que o território britânico, incluindo a ilha de Diego Garcia, pode ter sido utilizado por aeronaves envolvidas em vôos de transferências extrajudiciais. As autoridades britânicas disseram à Anistia Internacional que o Reino Unido "não mantém registros rotineiros dos vôos que chegam ou saem de Diego Garcia", mas que estavam "satisfeitas com [a] garantia" dada pelos EUA de que "não utilizaram Diego Garcia para nenhuma operação de transferência extrajudicial".

Forças armadas britânicas no Iraque

O governo continuou tentando limitar a aplicação de suas obrigações de direitos humanos fora do território britânico, sobretudo com relação às atividades de suas forças armadas no Iraque.

■ Em março, foi concluído o julgamento militar (*court martial*) de sete militares britânicos. Eles foram acusados em conexão com a tortura e a morte de Baha Mousa, em setembro de 2003, e pelo tratamento dispensado a vários outros civis iraquianos presos e detidos na base militar britânica de Basra no mesmo período. Um dos acusados declarou-se culpado da acusação de tratamento desumano, um crime de guerra. Ele foi absolvido das demais acusações contra ele. Seis outros foram absolvidos de todas as acusações.

O juiz observou que encapuzar prisioneiros, mantê-los em posições estressantes e privá-los de sono se tornaram "procedimentos padrão de operação" dentro do batalhão responsável pela detenção dos indivíduos.

■ Em junho, os lordes julgaram seis casos apresentados sob o nome Al Skeini, referentes às mortes de seis civis iraquianos. Cinco dos seis foram atingidos por disparos fatais, em circunstâncias controversas, durante operações realizadas pelas forças armadas britânicas; o sexto era Baha Mousa.

Os lordes decidiram que os cinco primeiros indivíduos não estavam sob jurisdição britânica quando foram mortos, e que as obrigações do Reino Unido sob a Convenção Européia de Direitos Humanos não eram, portanto, aplicáveis a eles. Eles decidiram que Baha Mousa estava sob jurisdição britânica apenas a partir do momento de sua chegada à unidade de detenção administrada pelo Reino Unido, e não desde o momento de sua prisão. Os lordes ordenaram que o caso de Baha Mousa retornasse a um tribunal inferior, para que se determinasse se havia ocorrido violação de seu direito à vida e de seu direito de não ser torturado. Até o final do ano, esses procedimentos judiciais não haviam sido retomados.

■ Em dezembro, os lordes julgaram um recurso contra a detenção sem acusação nem julgamento, por mais de três anos, de Hilal Al-Jedda, um dos cerca de 75 "detentos de segurança" mantidos pelas forças britânicas no Iraque. Eles decidiram que Hilal Al-Jedda estava sob jurisdição britânica, pois sua detenção era legalmente atribuída ao Reino Unido e não (como o país alegara) às Nações Unidas. No entanto, eles julgaram que a Resolução 1546 do Conselho de Segurança da ONU permitia que o Reino Unido efetivamente mantivesse pessoas detidas no Iraque. Não fosse por isso, fazê-lo seria considerado incompatível com as obrigações do Reino Unido frente à Corte Européia de Direitos Humanos.

Disparos da polícia e mortes sob custódia

■ Em novembro, um júri condenou o Comissariado da Polícia Metropolitana – por um delito previsto na legislação de saúde e segurança – em conexão com a operação policial que resultou na morte, a tiros, de Jean Charles de Menezes em julho de 2005.

Após o veredicto, a Comissão Independente de Queixas à Polícia (IPCC) publicou seu relatório sobre os disparos da polícia. A Comissão reiterou a preocupação com o fato de a polícia ter tentado impedir que a Comissão realizasse a investigação sobre o tiroteio desde o começo.

Em dezembro, teve início uma audiência para decidir se uma investigação forense sobre a morte, que havia sido adiada até que o processo criminal estivesse finalizado, deveria ser retomada.
A Comissão Independente de Queixas à Polícia anunciou que quatro policiais envolvidos na operação não enfrentariam acusações disciplinares.

Atualizações

■ Em junho, o Tribunal de Recursos confirmou o veredicto de 2004 de um grande júri, de que o policial que atirou e matou Derek Bennett, em 2001, havia agido dentro da legalidade.

■ Em agosto, a Comissão Independente de Queixas à Polícia anunciou que nenhum dos oito agentes da Polícia Metropolitana envolvidos nos eventos que levaram à morte sob custódia de Roger Sylvester, em janeiro de 1999, enfrentará ações disciplinares.

Irlanda do Norte

Em maio, o governo direto chegou ao fim, com a restauração da Assembléia da Irlanda do Norte, suspensa desde 2002.

Conivência e assassinatos políticos

Em janeiro, a Ouvidoria da Polícia para a Irlanda do Norte divulgou um relatório sobre uma investigação que encontrou provas de conivência entre a polícia e os paramilitares legalistas em um período tão recente quanto 2003.

Em junho, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa adotou sua segunda resolução provisória sobre a obediência do Reino Unido a uma série de julgamentos da Corte Européia de Direitos Humanos. Os casos em questão foram apresentados por familiares de indivíduos que, supostamente, foram mortos por ou com a cumplicidade das forças de segurança britânicas na Irlanda do Norte. A Corte julgou, em cada caso, que o Reino Unido não havia fomentado investigações adequadas sobre essas mortes. O Comitê de Ministros lamentou que "em nenhum dos casos uma investigação efetiva foi concluída".

■ Em junho, o Tribunal de Recursos da Irlanda do Norte reverteu uma decisão da Suprema Corte, de 2006, que havia determinado ser ilegal a decisão de manter a investigação sobre as denúncias de cumplicidade no assassinato de Billy Wright sob a Lei de Inquéritos de 2005. A investigação procedeu sob a Lei de Inquéritos.

Em outubro, o comitê de investigação anunciou sua intenção de produzir um relatório provisório, no início de 2008, sobre a cooperação prestada pelo Serviço de Polícia da Irlanda do Norte à investigação; em particular no que diz respeito às significativas lacunas no material fornecido pelo Serviço de Polícia para a investigação.

■ No fim do ano, o governo ainda não havia estabelecido um inquérito sobre as denúncias de cumplicidade do Estado no assassinato de Patrick Finucane, ocorrido em 1989.

■ Em dezembro, foi anunciado o veredicto sobre um processo criminal referente à explosão de um carro-bomba em Omagh, em 1998, entre outros incidentes. O único réu foi absolvido de todas as acusações contra ele. O juiz fez críticas ao caso da promotoria, especialmente à maneira com que as provas de DNA foram utilizadas. Ele acusou dois funcionários da polícia de "indução ao erro deliberada e calculada" e remeteu o caso ao ouvidor da polícia para a Irlanda do Norte.

Refugiados e requerentes de asilo

Em outubro, a Lei de Fronteiras do Reino Unido foi aprovada. A lei falha em pôr fim à situação de carência a que são forçados os requerentes de asilo rejeitados, em função da legislação existente.
O governo britânico continuou a impor o retorno de requerentes de asilo iraquianos rejeitados para o norte do Iraque.

Uma ação legal em andamento impede o governo do Reino Unido de devolver requerentes de asilo rejeitados para o Zimbábue.

Em novembro, os lordes revogaram a decisão de um Tribunal de Recursos de que seria "excessivamente severo" devolver à capital sudanesa, Cartum, os requerentes de asilo de Darfur que fossem rejeitados.

Violência contra a mulher

Foi praticamente impossível às mulheres submetidas a controle de imigração e que sofreram violência no Reino Unido, inclusive violência doméstica e tráfico, ter acesso ao auxílio moradia ou ao apoio financeiro de que necessitavam em conseqüência da regra que proíbe "auxílio proveniente de verbas públicas". De acordo com essa regra, certas categorias de imigrantes com licença para entrar e permanecer no Reino Unido somente por um período limitado não têm qualquer direito (sujeito a exceções restritas) a usufruir de tais benefícios.

Tráfico de seres humanos

Em março, o Reino Unido assinou a Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, mas ainda não a havia ratificado até o final do ano.

Em dezembro, informou-se que quatro mulheres que haviam sido traficadas para o Reino Unido, a fim de serem exploradas sexualmente, receberiam uma indenização do órgão que administra as compensações financeiras às vítimas de crimes

violentos (*Criminal Injuries Compensation Authority*); decisão que poderia fazer com que outras vítimas de tráfico se qualificassem para receber indenização.

Organizações não-governamentais estavam preocupadas com a falta de alojamentos adequados, mantidos com fundos do governo, para as vítimas de tráfico.

Visitas da AI

Representantes da Anistia Internacional participaram como observadores em audiências judiciais no Reino Unido; algumas, inclusive, sobre legislação antiterrorista

United Kingdom: Deportations to Algeria at all costs (EUR 45/001/2007)

Europe and Central Asia: Summary of Amnesty International's Concerns in the Region: January – June 2007 (EUR 01/010/2007).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	
Chefe de Estado e de governo:	**Joseph Kabila**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**61,2 milhões**
Expectativa de vida:	**45,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**208/186 por mil**
Taxa de alfabetização:	**67,2 por cento**

As tensões políticas e militares na República Democrática do Congo (RDC) resultaram em grandes explosões de violência na capital, Kinshasa, e na província do Congo Central (Baixo Congo). Homicídios ilegais, prisões e detenções arbitrárias, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes praticados pelas forças de segurança e por grupos armados foram comuns em todo o país, sendo direcionados, em muitos casos, a supostos oponentes políticos. O número de estupros perpetrados por membros das forças de segurança e por combatentes de grupos armados seguiu em níveis bastante altos. Enquanto a segurança continuou a melhorar em algumas províncias, uma crise humanitária e de direitos humanos aprofundou-se nas duas províncias Kivu no leste do país.

As necessidades humanitárias continuaram críticas em todo o território nacional, com mais de 1,4 milhão de pessoas deslocadas pelo conflito no país. O fornecimento de serviços sociais vitais, como saúde e educação, foi prejudicado por uma governança precária, pela infra-estrutura decadente e pelo baixo nível de investimentos.

Informações gerais

Um novo governo, formado em fevereiro, encerrou a administração interina da coalizão que, desde 2003, dividia o poder. As tensões entre o governo e Jean-Pierre Bemba, principal candidato à presidência pela oposição em 2006, explodiram no final de março. Cerca de 600 pessoas foram mortas quando eclodiram os combates entre as forças governamentais e os guardas armados de Jean-Pierre Bemba, em Kinshasa, depois que o líder oposicionista rechaçou uma ordem do governo para depor as armas. Em seguida, Jean-Pierre Bemba deixou o país, dando lugar a uma precária coexistência entre governo e oposição.

A autoridade do Estado continuou a ser restaurada em áreas previamente inseguras do país. As instituições do Estado, embora mais consolidadas, permaneceram fracas. Vários grupos armados foram desarmados e desmobilizados com êxito, especialmente no distrito de Ituri e na província de Katanga. No entanto, sem a prometida assistência para que se reintegrassem à vida civil, os combatentes desmobilizados foram uma fonte de insegurança local.

O conflito persistiu nas províncias de Kivu, no leste da RDC. Em agosto, irromperam combates na província de Kivu Norte, entre o Exército e as forças leais ao comandante tutsi Lauren Nkunda. O conflito, que também envolveu o grupo armado Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) e as milícias Mayi-Mayi, foi marcado por sérias violações do direito internacional humanitário e levou a um aumento das tensões entre a RDC e Ruanda. Em novembro, os dois governos concordaram com uma "abordagem comum" para acabar com a ameaça representada por grupos armados nacionais e internacionais na RDC. Uma ofensiva militar do governo, apoiada pela força de manutenção de paz

da ONU, MONUC, contra as forças de Laurent Nkunda, em dezembro, foi inconclusiva. No fim do ano, anunciaram-se planos de uma grande conferência nacional com o objetivo de pacificar Kivu.

Pessoas deslocadas dentro do país

Mais de 170 mil pessoas foram deslocadas pelos conflitos em Kivu Norte, ocorridos entre agosto e dezembro, somando-se a cerca de outras 200 mil pessoas deslocadas na região desde o fim de 2006 devido à insegurança. No total, mais de 1,4 milhões de pessoas estavam deslocadas no interior do território da RDC, enquanto 322 mil viviam como refugiadas em países vizinhos.

Forças policiais e de segurança

O Exército, a força policial e os serviços de inteligência militar e civil nacionais operaram rotineiramente com pouco ou nenhum respeito às leis congolesas e ao direito internacional e cometeram a maioria das violações de direitos humanas registradas. Um número cada vez maior de violações foi atribuído à polícia. A falta de disciplina e o fraco comando dessas forças, somados à impunidade generalizada de que gozam, continuaram sendo a maior barreira para que a realização dos direitos humanos melhorasse. O programa de Reforma do Setor de Segurança, voltado à integração das forças e dos grupos armados desmobilizados a uma força de segurança unificada do Estado, permaneceu apenas parcialmente completo. O fracasso do governo e de Laurent Nkunda em respeitar a estrutura legal nacional para a integração do Exército foi um dos fatores que contribuiu para a violência em Kivu do Norte.

A proteção de civis, no leste, permaneceu quase que completamente dependente das sobrecarregadas forças da MONUC. Em novembro, o secretário-geral da ONU propôs algumas metas que deveriam ser atingidas antes de qualquer redução das forças da MONUC. Entres essas: o desarmamento e a desmobilização ou repatriação de grupos armados do leste; e um aumento substancial das garantias de que as forças de segurança da RDC proverão segurança, protegendo civis e respeitando os direitos humanos.

Homicídios ilegais

As forças de segurança do Estado, assim como grupos armados congoleses e estrangeiros, cometeram centenas de homicídios ilegais. Durante as operações militares, ou todas as forças envolvidas alvejaram civis deliberadamente ou não tomaram as medidas adequadas para proteção da população civil. Durante o conflito de março em Kinshasa, tanto as forças governamentais quanto a guarda armada de Jean-Pierre Bemba usaram armamentos pesados em áreas residenciais, densamente povoadas, causando a morte de centenas de civis.

■ Em 31 de janeiro/1º de fevereiro, 95 civis foram mortos pelo Exército e pela polícia, que usaram força desproporcional e, em alguns casos, execuções extrajudiciais para sufocar os violentos protestos ocorridos na província do Congo Central (Baixo-Congo). Dez membros das forças de segurança morreram nos distúrbios.

■ Segundo denúncias, as forças governamentais teriam executado ao menos 27 supostos apoiadores de Jean-Pierre Bemba, em Kinshasa, no final de março.

■ Em setembro, 21 corpos foram descobertos dentro de covas coletivas, em áreas desocupadas pelas forças de Laurent Nkunda no território de Rutshuru, em Kivu Norte. Alguns dos corpos estavam com as mãos e os pés amarrados.

Tortura e outros maus-tratos

Atos de tortura e de maus-tratos foram cometidos de modo rotineiro pelos serviços de segurança do governo e por grupos armados, incluindo espancamentos prolongados, esfaqueamentos e estupros sob custódia. Os detentos eram mantidos incomunicáveis, algumas vezes em locais de detenção secretos. Em Kinshasa, a Guarda Republicana (guarda presidencial) e a divisão de Serviços Especiais da polícia detiveram arbitrariamente, torturaram e maltrataram vários supostos adversários do governo. Muitas vítimas foram visadas por terem a mesma origem étnica ou geográfica de Jean-Pierre Bemba, que é da província de Equateur. As condições na maioria das prisões e centros de detenção continuaram sendo cruéis, desumanas ou degradantes. Mortes de prisioneiros por desnutrição ou por doenças tratáveis foram relatadas com regularidade.

■ Papy Tembe Moroni, jornalista em Kinshasa, oriundo da província de Equateur e que trabalhava para uma estação de televisão oposicionista, passou 132 dias detido arbitrariamente antes de ser libertado em abril.

Sobre o tempo que permaneceu em custódia policial, ele disse à AI: "Eu apanhei com pedaços de madeira e cassetetes, como se eles estivessem matando uma cobra".

Violência sexual

Uma alta incidência de estupros e de outras formas de violência sexual continuou a ser observada em todo o país, particularmente no leste. Soldados e policiais, assim como membros de grupos armados congoleses e estrangeiros, estavam entre os principais responsáveis por esses crimes. Houve aumento também no número de estupros perpetrados por civis. Muitos estupros, especialmente os cometidos por grupos armados, envolviam mutilação genital ou outros extremos de brutalidade. O grupo armado FDLR e sua facção dissidente, Rasta, raptaram mulheres e meninas para serem escravas sexuais. Poucos responsáveis por violência sexual foram levados à Justiça. Uma lei de 2006 que reforçava os procedimentos judiciais e as penas para os crimes de violência sexual não foi implantada de modo abrangente. Sobreviventes de estupro continuaram a ser estigmatizadas, sofrendo exclusão social e econômica. Poucas tiveram acesso a cuidados médicos adequados. A contínua crise de estupros é parte de um padrão mais amplo da violência e da discriminação endêmica contra as mulheres na RDC.

■ Combatentes Mayi-Mayi teriam sido responsáveis pelo estupro em massa de aproximadamente 120 mulheres e meninas em Lieke Lesole, no território de Opala, na província de Orientale, entre 21 de julho e 3 de agosto. Uma investigação judicial estava em curso no fim do ano.

■ Entre 26 e 27 de maio, segundo informações, combatentes Rasta ou da FDLR assassinaram 17 pessoas, incluindo mulheres e crianças, tendo raptado e agredido sexualmente sete mulheres, em Kanyola, na província de Kivu Sul. As mulheres foram posteriormente resgatadas pelo Exército.

Crianças soldados

Várias centenas de crianças permaneceram nas fileiras de grupos armados congoleses e estrangeiros e em algumas unidades do Exército. Um programa governamental que visava a identificar as crianças e afastá-las das forças armadas estava em grande medida inoperante no final do ano. Os programas voltados à reintegração de ex-crianças soldados à vida civil continuaram fracos em muitas regiões do país. Cerca de cinco mil ex-crianças soldados aguardavam auxílio à reintegração no final de 2007.

Em Kivu Norte, o grupo armado de Laurent Nkunda e a milícia adversária Mayi-Mayi recrutaram uma grande quantidade de crianças, muitas delas à força. As forças de Nkunda teriam escolhido as escolas como alvos do recrutamento forçado. A insegurança em Kivu Norte prejudicou os programas de organizações não-governamentais voltados à reunificação de famílias e à reintrodução de ex-crianças soldados à comunidade. Ex-crianças soldados que haviam se unido novamente às suas famílias estavam entre as que foram levadas pelos grupos armados.

■ Em outubro, mais de 160 meninas e meninos, com idades entre sete e 18 anos, foram abrigadas em um estádio na cidade de Rutshuru, em Kivu Norte. Elas haviam escapado de tentativas das forças de Laurent Nkunda de recrutá-las à força. Temia-se que outras crianças tivessem sido capturadas por milicianos armados ou que estivessem perdidas na floresta.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ataques e ameaças de morte, que se acredita terem sido realizados principalmente por agentes do governo. Jornalistas e advogados foram rotineiramente agredidos, detidos arbitrariamente ou intimidados por causa de suas atividades profissionais.

■ Uma defensora de diretos humanos foi estuprada por um agente de segurança durante uma visita de trabalho a uma unidade de detenção no mês de maio. Em setembro, as filhas de outra ativista foram violentamente agredidas sexualmente em sua casa por soldados.

■ Em junho, Serge Maheshe, jornalista da Rádio Okapi, apoiada pela ONU, foi morto, em Bukavu, em circunstâncias que não foram satisfatoriamente investigadas. Depois de um julgamento militar injusto, quatro pessoas foram condenadas à morte em agosto, inclusive dois amigos da vítima, condenados com base em testemunhos não corroborados, e mais tarde retratados, de dois homens que confessaram o assassinato. Um recurso estava pendente.

Sistema de justiça

O sistema de justiça civil esteve ausente ou funcionando precariamente em muitas áreas e foi prejudicado pela falta de independência, de recursos e de pessoal. Continuaram os julgamentos de civis por tribunais militares, apesar de serem inconstitucionais. Muitos julgamentos no país, especialmente em tribunais militares, foram injustos. Sentenças de morte continuaram a ser proferidas, a grande maioria por tribunais militares, mas nenhuma execução foi registrada. Apesar da prolongada demora para levar as pessoas ao tribunal, os julgamentos geralmente eram sumários. Ocorreram episódios freqüentes de interferência política e militar na administração da justiça.

■ Théophile Kazadi Mutombo Fofana era mantido ilegalmente em detenção provisória na prisão CPRK, em Kinshasa, desde setembro de 2004. Ele foi extraditado de forma ilegal da República do Congo, em julho de 2004, por suspeita de envolvimento em uma suposta tentativa de golpe em Kinshasa e foi torturado sob custódia do serviço de segurança. Até o momento, ele não compareceu perante um tribunal nem teve permissão de contestar a legalidade de sua detenção.

Impunidade – justiça internacional

A impunidade persistiu na vasta maioria dos casos. Houve, porém, um aumento no número de investigações e de julgamentos – sobretudo militares – por abusos dos direitos humanos, incluindo alguns por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Os processos foram prejudicados pelas freqüentes fugas das prisões e dos centros de detenção.

■ Em outubro, o governo entregou Germain Katanga, ex-comandante de um grupo armado Ituri, para o Tribunal Penal Internacional (TPI). Ele foi indiciado pelo TPI por acusações de crimes contra a humanidade e crimes de guerra supostamente cometidos no distrito de Ituri em 2003. Ele foi o segundo líder de um grupo armado de Ituri a ser transferido para o Tribunal; o primeiro foi Thomas Libanga Dyilo, transferido em março de 2006. Outro homem, preso pelas autoridades congolesas no início de 2005 por acusações de crimes contra a humanidade em Ituri, permaneceu em detenção provisória na prisão CPRK em Kinshasa. As autoridades judiciais militares prorrogaram várias vezes sua detenção em violação aos procedimentos legais congoleses; porém, não tentaram levá-lo a julgamento.

■ Em fevereiro, o tribunal militar de Bunia (em Ituri) condenou 13 soldados por crimes de guerra pelos assassinatos de mais de 30 civis no vilarejo de Bavi, ocorridos no final de 2006. O mesmo tribunal condenou seis membros de um grupo armado pelo crime de guerra de terem assassinado dois observadores militares da MONUC em maio de 2003. Em ambos os casos, o tribunal aplicou as disposições do Estatuto de Roma do TPI.

■ Em junho, um tribunal militar absolveu todos os acusados, inclusive militares e três funcionários estrangeiros da mineradora multinacional Anvil Mining, de crimes de guerra em conexão com o massacre de Kilwa, na província de Katanga, em 2004. Quatro dos doze réus foram condenados por crimes não relacionados. Aparentemente, houve interferência política no julgamento. As absolvições foram amplamente condenadas como um retrocesso na luta contra a impunidade na RDC.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o país em maio e junho.

Democratic Republic of Congo: Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) and Reform of the Army (AFR 62/001/2007)

Democratic Republic of Congo: Torture and killings by state security agents still endemic (AFR 62/012/2007)

Democratic Republic of Congo (DRC): Escalating violence in North-Kivu deepens risk of mass ethnic killings (AFR 62/014/2007)

RÚSSIA

FEDERAÇÃO RUSSA

Chefe de Estado:	**Vladimir Putin**
Chefe de governo:	**Viktor Zubkov (sucedeu a Mikhail Fradkov em setembro)**
Pena de morte:	**abolicionista na prática**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**142,5 milhões**
Expectativa de vida:	**65 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**24/18 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99,4 por cento**

As autoridades russas tornaram-se cada vez mais intolerantes a críticas e a diferenças de opinião, qualificando-as como "antipatrióticas". As restrições governamentais aos direitos civis e políticos foram

evidentes no decorrer de todo o ano, especialmente às vésperas das eleições para a Duma (Parlamento) em dezembro. Devido ao rígido controle estatal sobre a televisão e sobre outros meios de comunicação, as manifestações públicas tornaram-se os pontos deflagradores de protestos políticos durante o ano, com a polícia prendendo manifestantes, jornalistas e ativistas de direitos humanos, alguns dos quais foram espancados. Ativistas e opositores políticos do governo foram submetidos a detenção administrativa.

Aumentou o número de ataques racistas divulgados pela imprensa: ao menos 61 pessoas foram mortas no país. Apesar de as autoridades terem reconhecido o problema, e de o número de ações penais por crimes raciais ter aumentado, as medidas adotadas não interromperam a onda de violência.

A Corte Européia de Direitos Humanos decidiu que a Rússia foi responsável por desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais em 15 julgamentos relativos ao segundo conflito da Chechênia, que começou em 1999. Em comparação com anos anteriores, foram registrados menos casos de desaparecimentos na República da Chechênia; porém, violações graves dos direitos humanos foram freqüentes, e as pessoas relutavam em denunciar os abusos por medo de represálias. Na Inguchétia, houve aumento de violações sérias, como desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais.

As ONGs foram sobrecarregadas com regulamentações opressivas sobre declarações obrigatórias às autoridades, impostas através de mudanças na legislação. A tortura foi utilizada pela polícia contra os detentos, entre outros motivos, para extrair "confissões". Houve denúncias de violência contra os internos nas prisões

Informações gerais

A corrupção arraigada comprometeu o Estado de Direito e a confiança das pessoas no sistema legal. Uma nova estrutura, o Comitê de Investigação, foi criada dentro da Procuradoria Geral russa, com responsabilidade sobre as investigações criminais. Até o final do ano, não estava claro qual seria o impacto dessas mudanças no trabalho da Procuradoria.

Foram introduzidas novas leis de controle da imigração com a finalidade de simplificar os procedimentos de imigração e a obtenção de permissões de trabalho. Entretanto, essas leis aumentam as penalidades para quem empregar imigrantes de modo irregular. Uma lei de janeiro de 2007, proibindo o trabalho de estrangeiros nos mercados varejistas da Rússia, a qual foi apresentada pelo Presidente Putin como uma maneira de proteger os "russos nativos", foi considerada por algumas pessoas como legitimizadora da xenofobia.

O partido Rússia Unida, governista, conquistou uma ampla maioria nas eleições para a Duma (a câmara baixa do Parlamento), em dezembro, sendo o Presidente Putin quem encabeçou a lista eleitoral do partido. Uma missão de observação formada por parlamentares da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) e do Conselho da Europa declarou as eleições "injustas".

O norte do Cáucaso continuou a ser uma região violenta e instável. A situação de segurança na Inguchétia se deteriorou, com grupos armados lançando inúmeros ataques, freqüentemente fatais, contra integrantes dos órgãos de aplicação da lei. Pistoleiros não identificados efetuaram diversos ataques contra civis não-ingushes, inclusive contra pessoas de etnia russa. Na Chechênia, prosseguiram os combates esporádicos, com incursões de grupos armados na capital, Grozni, e em outras áreas. Ramzan Kadyrov foi designado presidente da Chechênia em março, após a renúncia de Alu Alkhanov.

Defensores de direitos humanos

Representantes do governo e meios de comunicação sob controle estatal acusaram repetidamente defensores de direitos humanos e membros do movimento oposicionista de estarem a serviço de interesses estrangeiros e de serem “anti-russos". Defensores de direitos humanos e ativistas da sociedade civil foram submetidos a hostilidades e intimidações. Acusações criminais, por uso de programas de computador sem licença ou por incitação ao ódio, foram feitas seletivamente contra defensores de direitos humanos e contra jornalistas independentes.

■ Oleg Orlov, diretor do centro de direitos humanos Memorial, e três jornalistas de uma estação de televisão russa, que haviam planejado monitorar uma manifestação contra os graves abusos que estavam

sendo cometidos na Inguchétia por funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei, foram seqüestrados por indivíduos mascarados, em um hotel na Inguchétia, no dia 24 de novembro. Eles relataram terem sido espancados e ameaçados com tiros antes de serem soltos em um descampado.

Em abril, pela primeira vez as ONGs russas foram obrigadas a entregar informações sobre suas atividades ao Serviço Federal de Registro, conforme a nova lei das ONGs. Nos meses seguintes, defensores de direitos humanos foram submetidos a contínuas inspeções de suas atividades; muitos foram forçados a registrar novamente suas ONGs segundo procedimentos burocráticos demorados e tiveram de contestar, nos tribunais, acusações feitas contra suas organizações.

■ A Citizen's Watch, uma organização de direitos humanos de São Petesburgo, que atua sobre questões de reforma policial e de combate ao racismo, utilizou fundos de doadores não-russos para suas publicações. O Serviço Federal de Registro considerou que a impressão dos nomes dos doadores nas publicações da Citizen's Watch constituía publicidade para os doadores, e, para fazer isso, a ONG teria de pagar taxas. Em julho, o Serviço Federal de Registro exigiu cópias de todas as comunicações enviadas pela organização desde 2004. A Citizen's Watch contestou o direito do Serviço Federal de Registro de receber essas informações.

Em agosto, entraram em vigor as novas emendas à lei de combate a "atividades extremistas". Os dispositivos acrescentaram à lista de possíveis motivações "extremistas" um novo motivo de ódio contra um grupo específico: a lista agora inclui não apenas o ódio contra uma raça, uma religião ou uma etnia específica, mas também contra grupos políticos, ideológicos e sociais. A lei permite que atos menos graves de desordem sejam punidos com maior severidade quando cometidos por razões de ódio contra um grupo específico. Defensores de direitos humanos manifestaram preocupação de que a lei pudesse ser usada para reprimir as diferenças de opinião.

■ No dia 27 de janeiro, o Supremo Tribunal manteve a condenação do defensor de direitos humanos Stanislav Dmitrievskii, que havia recebido uma sentença condicional, em 2006, por incitação à inimizade étnica, após ter publicado artigos de líderes separatistas chechenos. Em novembro, um tribunal de Nizhny Novgorod impôs condições mais rígidas para o cumprimento de sua pena.

■ Segundo informações, nove pessoas foram indiciadas pelo assassinato da jornalista de direitos humanos Anna Politkovskaya, ocorrido em outubro de 2006.

Liberdade de expressão

Nos meses que antecederam as eleições para a Duma, as autoridades aumentaram as restrições às demonstrações públicas de opiniões divergentes. Dezenas de pessoas, entre as quais jornalistas e monitores, foram brevemente detidas antes, durante e após manifestações; sendo muitos condenados por violações do Código Administrativo em julgamentos que nem sempre seguiram as normas para julgamentos justos.

■ Em novembro, o líder oposicionista Garry Kasparov foi sentenciado a cinco dias de detenção administrativa por ter participado de uma "passeata dos dissidentes" em Moscou, uma semana antes das eleições para a Duma. A Anistia Internacional considerou-o um prisioneiro de consciência e pediu que ele fosse libertado imediatamente.

Em diversas ocasiões, a polícia utilizou força excessiva para dispersar manifestações organizadas por partidos de oposição e por ativistas contrários ao governo. Após uma passeata em São Petesburgo, no dia 15 de abril, várias pessoas tiveram de receber tratamento hospitalar.

As autoridades utilizaram diversos métodos para impedir que jornalistas, ativistas políticos de destaque e ativistas de direitos humanos participassem de manifestações e monitorassem os eventos. Em maio, o prefeito de Moscou, Yuri Luzhkov, proibiu uma passeata por direitos GLBT. Ativistas GLBT, entre os quais diversos membros do Parlamento Europeu, foram detidos brevemente quando tentaram entregar ao prefeito uma petição instando-o a respeitar o direito à liberdade de expressão e protestando contra a sua decisão de proibir que uma passeata por direitos homossexuais acontecesse em Moscou.

Conflito armado no norte do Cáucaso

Os órgãos tanto federais quanto locais de aplicação da lei que operam na região responderam de modo arbitrário e ilegal aos ataques violentos de grupos armados. Violações graves dos direitos humanos, como seqüestros e desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura (inclusive em locais

de detenção não oficiais), e execuções extrajudiciais foram reportadas nas repúblicas da Chechênia, da Inguchétia, do Daguestão e da Ossétia do Norte. Pessoas foram condenadas por crimes em casos nos quais "confissões" forçadas eram parte das provas apresentadas contra elas. Na Inguchétia e no Daguestão, foram organizadas manifestações contra desaparecimentos e outros atos arbitrários praticados pelos órgãos de aplicação da lei. Na capital da Chechênia, Grozni, uma passeata contra os desaparecimentos foi proibida em outubro. Abusos de direitos humanos, inclusive seqüestros, teriam sido cometidos por grupos armados contra civis na região.

Na Inguchétia, em pelo menos seis casos em que indivíduos foram mortos a tiros por funcionários encarregados de cumprir a lei, testemunhas afirmaram que os homens haviam sido sumariamente executados; as autoridades, por sua vez, afirmaram que eles apresentaram resistência armada. Familiares de um menino de seis anos, morto a tiros por agentes de segurança durante uma incursão na casa da família, em novembro, afirmaram que o garoto foi morto deliberadamente. Detentos foram torturados e maltratados com a finalidade de extrair "confissões" ou informações. Ao menos três pessoas vítimas de seqüestro ou de desaparecimento forçado durante o ano continuavam desaparecidas no final do ano.

■ Ibragim Gazdiev foi capturado por homens armados usando roupas camufladas, no mês de agosto, em Karabulak, na Inguchétia, tendo desaparecido depois disso. Segundo informações, os homens armados eram agentes de aplicação da lei do Serviço Federal de Segurança (FSB). As autoridades negaram oficialmente que Ibragim Gazdiev tivesse sido detido. Desde que isso aconteceu, não se tem qualquer notícia dele.

Na Chechênia, o número de seqüestros e de desaparecimentos forçados comunicados diminuiu em comparação com o ano anterior, embora ainda continue a haver registros desse tipo de casos. Houve denúncias de tortura e de maus-tratos cometidos por funcionários responsáveis pela aplicação da lei, inclusive em locais de detenção secretos e ilegais. Durante a visita que fez à Chechênia, em março, o comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa afirmou ter tido "a impressão de que a tortura e os maus-tratos eram disseminados", acrescentando que os perpetradores da tortura tinham uma sensação de "total impunidade". Em março, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura (CPT) emitiu a sua terceira declaração pública sobre a Chechênia, apontando seis centros de detenção policial em que o risco de os detentos serem torturados foi considerado alto.

Em Kabardino-Balkaria, no mês de outubro, teve início o julgamento de 59 suspeitos acusados de terem realizado um ataque armado na cidade de Nalchik, em outubro de 2005, no qual foram mortas 100 pessoas. Muitos dos detentos, entre os quais um ex-prisioneiro de Guantánamo, Rasul Kudaev, afirmaram ter sido torturados para que fizessem confissões.

Impunidade

As vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares geralmente tinham medo de prestar queixas de maneira oficial. Em alguns casos, a vítima ou os seus advogados eram ameaçados diretamente para que não levassem adiante as denúncias. Grupos de direitos humanos da região que divulgavam as violações e prestavam assistência às vítimas sofreram pressão por parte das autoridades. Alguns indivíduos estariam relutantes em apresentar requerimentos à Corte Européia de Direitos Humanos devido a represálias tomadas anteriormente contra outros demandantes.

■ Sumaia Abzueva, de 76 anos, teria sido espancada a caminho do mercado, em Argun, no dia 9 de janeiro, por um grupo de rapazes. Ela estava tentando fazer com que a morte de seu filho, ocorrida em 2005, fosse investigada. Sumaia afirmou ter sido ameaçada mais de uma vez pelos homens que haviam detido e levado seu filho da residência da família, os quais se suspeitava serem membros das forças de segurança chechenas.

Nos casos em que se abriam investigações a respeito de violações de direitos humanos, elas geralmente se mostravam inúteis, sendo suspensas por não conseguirem identificar qualquer suspeito. O CPT destacou graves impropriedades em muitas das investigações que foram abertas sobre denúncias de tortura. Não havia uma lista única das pessoas desaparecidas, não havia trabalho de coleta de DNA dos parentes das pessoas desaparecidas, não eram feitos trabalhos de exumação em sepulturas coletivas e não havia um laboratório forense adequadamente equipado para efetuar autópsias. Poucos casos foram a julgamento.

■ Em junho, um tribunal militar de Rostov condenou quatro integrantes de uma unidade especial de inteligência militar russa pelas mortes de seis civis do vilarejo Dai, na Chechênia, ocorridas em janeiro de 2002. Eles receberam sentenças de prisão por períodos de 9 a 14 anos, a serem cumpridas em colônias penitenciárias de regime rigoroso. Essa foi a terceira audiência referente ao caso. Três dos quatro acusados foram sentenciados à revelia, pois não compareceram perante o tribunal. O Supremo Tribunal da Federação Russa manteve as condenações.

Decisões da Corte Européia de Direitos Humanos

A Corte Européia decidiu que a Rússia foi responsável por desaparecimentos forçados, tortura e execuções extrajudiciais em 15 julgamentos relativos ao segundo conflito da Chechênia. A Corte criticou duramente a ineficácia das investigações.

■ Em 2000, a pacifista Zura Bitieva foi torturada em um centro de detenção não oficial em Chernokozoko. Em 2003, ela foi morta juntamente com outros três membros de sua família. Zura havia aberto um processo junto à Corte, referente à tortura que sofrera. A Corte constatou que sua detenção em Chernokozovo havia ocorrido "em total desconsideração às exigências da legalidade"; que sua morte e a de seus familiares poderia ser atribuída ao Estado; e que não houve uma investigação eficaz, imediata e completa sobre os assassinatos.

Pessoas deslocadas dentro do país

Milhares de pessoas permaneceram deslocadas na região norte do Cáucaso em conseqüência do segundo conflito da Chechênia. Em Grozni, pelo menos sete centros de acomodação temporária foram fechados. Algumas pessoas teriam sido forçadas a deixar esses locais sem garantias de um retorno seguro e sustentável, sem que qualquer alternativa de alojamento fosse oferecida e sem que os devidos procedimentos fossem observados. Segundo informações, houve pessoas forçadas a assinar declarações afirmando que estavam partindo voluntariamente.

Estimava-se que mais de 18 mil pessoas deslocadas pelo conflito da Chechênia estavam vivendo na Inguchétia e no Daguestão no final de 2007; algumas em condições de extrema pobreza, em campos de deslocados provisórios. Outros milhares permaneciam deslocados na Inguchétia, provenientes do distrito de Prigorodny, um território disputado com a Ossétia do Norte.

Repatriamento forçado

Pessoas que foram detidas com base nos procedimentos de deportação e extradição não tiveram acesso a processos de asilo significativos e ficaram vulneráveis às ações arbitrárias dos órgãos de aplicação da lei. A Anistia Internacional tomou conhecimento de ao menos três casos de repatriamento forçado para países (nestes casos Uzbequistão e China) onde os indivíduos corriam forte risco de sofrerem violações de direitos humanos, inclusive tortura, o que constitui uma violação do princípio de não-devolução (non-refoulement). Em um dos casos, uma pessoa foi deportada mais de 24 horas depois de a Corte Européia de Direitos Humanos ter expedido uma ordem para suspender a deportação. Em maio, o diretor de um centro de detenção de estrangeiros em Moscou foi condenado por abuso de autoridade por sua participação na deportação de Rustam Muminov, cidadão uzbeque, em outubro de 2006, em violação ao direito russo e ao direito internacional.

Tortura e maus-tratos

Houve muitos informes de tortura e de maus-tratos em locais de detenção e durante investigações conduzidas por funcionários responsáveis pela aplicação da lei. Houve denúncias de que policiais e investigadores espancaram detentos, colocaram sacos plásticos ou máscaras de gás em suas cabeças, usaram choques elétricos e os ameaçaram com outras formas de tortura e de maus-tratos caso se recusassem a admitir sua "culpa" e assinar "confissões".

No decorrer do ano, diversos policiais foram considerados culpados de crimes relacionados à prática de tortura e de maus-tratos durante investigações e interrogatórios.

■ Em julho, Valerii Dontsov, um homem idoso e portador de deficiência, da cidade de Kstovo, na região de Nizhny Novgorod, foi, segundo informações, espancado e maltratado pela polícia para fazê-lo confessar o assassinato de seu filho. Depois dos maus-tratos a que foi submetido pela polícia, ele teve que receber tratamento hospitalar.

Houve relatos de distúrbios em várias colônias penais. Os prisioneiros protestavam contra maus-

tratos e contra violações de seus direitos, tais como não poder receber visitas familiares nem encomendas de comida, e o uso freqüente de celas de castigo por pequenas infrações do regulamento penitenciário. Informes semelhantes foram recebidos de colônias penais das regiões de Krasnodar, Sverdlovsk e Kaluga. Os meios de comunicação divulgaram que três prisioneiros morreram durante a supressão a um motim na região de Sverdlovsk.

Em janeiro, o Presidente Putin deu declarações favoráveis à ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura. Estavam sendo discutidas propostas que permitissem o monitoramento público de locais de detenção; porém, até o final do ano, não havia sido implementado nenhum sistema efetivo de inspeções sem aviso prévio.

Preocupação com julgamentos justos

Em abril, a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa exortou as autoridades russas a usarem "todos os meios legais disponíveis" para libertar Igor Sutiagin, Valentin Danilov e Mikhail Trepashkin. Os parlamentares manifestaram preocupação com o fato de as autoridades não cumprirem as normas internacionais para julgamentos justos e com denúncias de tratamento médico inadequado.

■ Igor Sutiagin, sentenciado em 2004 a 15 anos de prisão por espionagem, passou três meses em uma cela de castigo, por, segundo informações, possuir um telefone celular em uma colônia penal.

■ O advogado e ex-agente dos serviços de segurança, Mikhail Trepashkin, foi considerado culpado, em 2004, de revelar segredos de Estado e de posse ilegal de munições. Em março, ele foi transferido de uma colônia penal de regime aberto para uma de regime mais rigoroso por, supostamente, ter infringido as regras da prisão. No entanto, seus advogados e defensores de direitos humanos acreditavam que a transferência fora uma punição por suas queixas contra as autoridades prisionais. Mikhail Trepashkin foi solto no dia 30 de novembro.

■ Em fevereiro, novas acusações foram apresentadas contra o ex-diretor da companhia de petróleo Yukos, Mikhail Khodorkovskii, e contra seu associado, Platon Lebedev, ambos presos por envolvimento com fraudes e com lavagem de dinheiro. A Procuradoria Geral não respeitou as decisões judiciais referentes aos processos criminais, e a equipe de advogados que defende os prisioneiros foi intimidada.

Violência contra a mulher

A violência contra as mulheres no âmbito familiar foi amplamente disseminada. O apoio governamental a centros de atendimento e a serviços telefônicos de emergência foi totalmente inadequado. Não havia, no direito russo, qualquer medida que tratasse especificamente da violência contra a mulher dentro da família.

Racismo

Ataques racistas violentos ocorreram com uma regularidade alarmante, principalmente nos grandes centros urbanos como Moscou, São Petesburgo e Nizhny Novgorod, onde vive a maioria dos estrangeiros e das minorias étnicas. Embora seja difícil verificar o número exato de ataques e de incidentes racistas, o Centro de Informação e Análise SOVA, uma entidade não-governamental, informou que pelo menos 61 pessoas foram mortas e que 369 ficaram feridas em ataques racistas; uma quantidade maior do que em 2006. Ataques anti-semitas e profanação de cemitérios judaicos também foram relatados. Devido a um problema crônico de subnotificação, a real incidência desse tipo de violência permanece oculta.

Apesar dos esforços crescentes das autoridades para que a questão do racismo obtenha reconhecimento, e de algumas indicações de que as disposições legais contra os crimes racistas estão sendo utilizadas de maneira mais eficaz, houve poucas condenações por agressões racistas e as vítimas afirmaram que suas tentativas de denunciar esses ataques às autoridades foram em vão.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o país em julho e em dezembro. Uma visita à Chechênia, planejada para outubro, foi adiada a pedido das autoridades.

Russian Federation: What justice for Chechnya's disappeared? (EUR 46/015/2007)

Russian Federation: Update Briefing: What progress has been made since May 2006 to tackle violent racism? (EUR 46/047/2007)

Russian Federation: Human rights defenders at risk in the North Caucasus (EUR 46/053/2007)

Russian Federation: New trial of Mikhail Khodorkovskii and Platon Lebedev must meet international fair trial standards (EUR 46/052/2007)

SÍRIA

REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

Chefe de Estado:	**Bashar al-Assad**
Chefe de governo:	**Muhammad Naji al-'Otri**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**18,9 milhões**
Expectativa de vida:	**73,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**20/16 por mil**
Taxa de alfabetização:	**80,8 por cento**

O estado de emergência, em vigor desde 1963, continuou a conceder poderes amplos de detenção e prisão às forças de segurança. A liberdade de expressão e associação foi severamente limitada. Centenas de pessoas foram presas e outras centenas continuaram encarceradas por motivos políticos, incluindo prisioneiros de consciência e outros que foram sentenciados após julgamentos injustos. Defensores de direitos humanos foram perseguidos e oprimidos. Leis e práticas discriminatórias foram aplicadas contra as mulheres e a minoria curda. A tortura e outros maus-tratos ficaram impunes. As execuções públicas foram retomadas.

Informações gerais

A Síria chegou a receber 1,4 milhão de refugiados iraquianos, muitos dos quais entraram no país em 2007, e aproximadamente 500 mil refugiados palestinos, os quais já eram residentes havia mais tempo. Dezenas de milhares de sírios continuaram internamente deslocados devido à contínua ocupação da região de Golã por Israel.

Em fevereiro, a Síria ratificou a Carta Árabe dos Direitos Humanos.

Em 6 de setembro, aviões da Força Aérea Israelense bombardearam um edifício na região noroeste da Síria. A imprensa nacional sugeriu que o alvo havia sido uma instalação nuclear. O presidente Bashar al-Assad declarou que o edifício militar atingido estava desocupado. O Chefe da Agência Internacional de Energia Atômica criticou Israel por "fazer justiça com as próprias mãos" e disse que as autoridades israelenses não apresentaram nenhuma prova de que o alvo era uma instalação nuclear secreta.

O nono relatório da Comissão de Investigação Independente da ONU, divulgado em novembro, sobre o assassinato do ex-primeiro ministro libanês Rafiq Hariri em 2005, concluiu ter obtido "conclusões preliminares mais precisas" e reafirmou a cooperação da Síria com a Comissão.

Detenções arbitrárias e prisões

Prisioneiros políticos

Segundo informações, aproximadamente 1.500 pessoas foram detidas por motivos políticos, inclusive prisioneiros de consciência. Centenas de outros que haviam sido detidos nos anos anteriores continuaram presos. A maioria das mais de 170 pessoas sentenciadas em 2007, após julgamentos flagrantemente injustos do Supremo Tribunal de Segurança do Estado (STSE), do Tribunal Penal e do Tribunal Militar, era acusada de militância islâmica.

■ Em 11 de março, o STSE condenou 24 homens da região de Qatana, próximo a Damasco, por participarem de um "grupo criado com o objetivo de mudar a situação econômica e social do país" e "enfraquecer sentimentos nacionalistas", aparentemente com base apenas nas "confissões" dos acusados, que alegam terem confessado mediante tortura. O STSE sentenciou-os a penas que variavam de 4 a 12 anos de prisão. Os homens, detidos entre os meses de maio e novembro de 2004, haviam sido mantidos incomunicáveis por quase um ano no departamento da Palestina do Serviço de Inteligência Militar, em Damasco, que é conhecido pelo uso da tortura e de outros maus-tratos. O STSE falhou em investigar as alegações dos acusados de que suas confissões haviam sido obtidas mediante tortura.

■ Em 10 de maio, o Tribunal Penal condenou Kamal al-Labwani por "conspirar com um país estrangeiro e por comunicar-se com alguém capaz de incitá-lo a atacar a Síria", sentenciando-o a 12 anos de prisão. A acusação está relacionada a sua visita a Europa e aos Estados Unidos, em 2005, onde ele se encontrou com organizações de direitos humanos e com funcionários do governo e reivindicou uma reforma democrática pacífica para a Síria. Kamal al-Labwani havia sido preso anteriormente, por três anos, devido ao seu envolvimento com o movimento pacífico pró-reforma, conhecido como "Primavera de Damasco", entre 2000 e 2001.

■ Em 13 de maio, o Tribunal Penal condenou Michel Kilo e Mahmoud 'Issa por "enfraquecerem sentimentos nacionalistas", sentenciando-os a três anos de prisão.

Eles estavam entre as 10 pessoas detidas em maio de 2006 por causa da Declaração Beirute-Damasco, assinada por 300 sírios e cidadãos libaneses, que buscava a normalização das relações entre os dois países.

■ Das 40 pessoas detidas por participarem de uma reunião, em 1º de dezembro, do Conselho Nacional da Declaração de Damasco para uma Mudança Nacional Democrática – um importante grupo pró-democracia e de oposição não-autorizado – sete continuavam presas e mantidas incomunicáveis no fim do ano.

Grupo de Trabalho da ONU sobre detenções arbitrárias

Foi anunciado, em fevereiro, que o Grupo de Trabalho da ONU sobre detenções arbitrárias havia declarado, em maio de 2006, que a detenção de Riad Drar al-Hamood fora arbitrária devido à inobservância das normas para julgamentos justos e por ele ter sido condenado pelo exercício do direito de liberdade de expressão. Riad Drar al-Hamood foi condenado a cinco anos de prisão pelo STSE em abril de 2006, acusado de pertencer a uma "organização secreta", de "publicar notícias falsas" e de "incitar a luta sectária". As acusações estão relacionadas a um discurso feito por ele no funeral de um proeminente estudioso islâmico curdo, xeque Muhammad Ma'shuq al-Khiznawi, que havia sido seqüestrado e morto.

Em junho de 2007, o Grupo de Trabalho da ONU declarou que Ayman Ardenli, mantido preso por três anos na Síria sem acusação, havia sido detido arbitrariamente, já que sua detenção não poderia ser justificada por "quaisquer bases legais", e que Muhammad Zammar, mantido preso por quase cinco anos sem acusação antes de ser sentenciado pelo STSE a 12 anos de prisão, em 11 de fevereiro, fora detido arbitrariamente devido à inobservância das normas para julgamentos justos (veja abaixo).

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão continuou a ser severamente controlada.

■ Em 17 de junho, Maher Isber Ibrahim, Tareq al-Ghorani, Hussam 'Ali Mulhim, Diab Siriyeh, 'Omar 'Ali al-'Abdullah, 'Allam Fakhour e Ayham Saqr foram condenados pelo STSE por "agirem ou fazerem declarações escritas ou orais que pudessem colocar o Estado em perigo ou prejudicar o seu relacionamento com outro país, expondo-o ao risco de ações hostis", bem como por seu envolvimento na organização de um grupo de discussão formado por jovens e por publicarem artigos pró-democracia na Internet. Maher Isber Ibrahim e Tareq al-Ghorani também foram condenados por "transmitir notícias falsas" e sentenciados a sete anos de prisão, enquanto os outros cinco receberam sentenças de cinco anos de prisão. Todos foram detidos pelo Serviço de Inteligência da Força Aérea no início de 2006 e, segundo informações, mantidos incomunicáveis até novembro de 2006. Eles não reconheceram as "confissões" que haviam feito durante a prisão temporária, alegando que haviam sido obtidas mediante tortura e coação. Entretanto, o STSE falhou em investigar suas denúncias e aceitou as "confissões" como prova.

■ Fa'eq al-Mir, líder do Partido Democrático Popular, foi condenado pelo Tribunal Penal, em 31 de dezembro, por "espalhar informações falsas prejudiciais à nação". Esta acusação aparentemente está relacionada a uma ligação telefônica que ele fez para um político libanês a fim de expressar condolências pelo assassinato de um ministro de Estado. Ele foi sentenciado a 18 meses de prisão.

■ Segundo informações, Kareem Arabji foi detido em 7 de junho pelo Serviço de Inteligência Militar em Damasco, por coordenar o fórum de jovens www.akhawia.net na Internet. No fim do ano, ele ainda era mantido incomunicável .

Tortura e maus-tratos

Os detentos continuaram a sofrer tortura e maus-tratos. Segundo informações, cinco deles morreram possivelmente em conseqüência dos abusos.
As autoridades não tomaram nenhuma medida para investigar as alegações de tortura.

■ Aref Dalilah, de 64 anos, continuou em confinamento solitário em uma pequena cela na prisão de 'Adra, cumprindo uma pena de 10 anos imposta devido ao seu envolvimento no movimento pró-reforma conhecido como "Primavera de Damasco". Ele sofre de diabetes, de pressão alta e dos efeitos de um derrame, e teve negado o acesso aos cuidados médicos adequados.

■ O corpo de Abd al-Moez Salem foi devolvido a sua família em Areeha, em 4 de julho, e, segundo informações, foi sepultado na presença de agentes do Serviço de Inteligência Militar que não permitiram que ele fosse visto nem preparado para o sepultamento.

Aparentemente ele havia sido mantido incomunicável por até dois anos, inclusive no departamento da Palestina do Serviço de Inteligência Militar.

■ Aref Hannoush, de 16 anos, estava entre os nove jovens que, segundo informações, foram vítimas de tortura e maus-tratos quando estiveram detidos em Damasco, em agosto. Eles disseram ter sido confinados em condições precárias e degradantes, privados do sono e do acesso ao banheiro, e espancados, inclusive pelo método conhecido como dulab, em que a vítima é espancada com bastões enquanto está suspensa por um pneu.

"Guerra ao terror"

■ Muhammad Zammar, detido no Marrocos e transferido ilegalmente para a Síria, em dezembro de 2001, aparentemente sob o programa estadunidense de transferências extrajudiciais (*renditions*), foi condenado em fevereiro, após um julgamento injusto, por quatro acusações, inclusive por filiação à organização proscrita síria Irmandade Muçulmana. Nenhuma prova da suposta filiação foi apresentada durante o julgamento e a Irmandade Muçulmana negou que Muhammad Zammar tivesse sido um membro da organização ou tivesse qualquer ligação com a Irmandade ou com quaisquer de seus membros.

Violência e discriminação contra a mulher

Em janeiro, segundo informações, o Ministro do Trabalho e das Relações Sociais, declarou a Associação das Mulheres Sírias como ilegal. A associação funcionava desde 1948. Em fevereiro, o ministro ordenou a dissolução de outro grupo defensor dos direitos das mulheres, a Organização da Iniciativa Social, e, em setembro, recusou a licença de funcionamento para cinco ONGs, inclusive a Organização de Apoio às Mulheres e Vítimas de Violência Doméstica.

Em fevereiro, o grão mufti sírio, xeque Ahmed Badreddin Hassoun, declarou que a prática dos crimes de "honra" é um erro, que para o cumprimento da lei de adultério serão necessárias quatro testemunhas e que ele havia solicitado ao ministro da Justiça a criação de um comitê para propor emendas à lei de crimes de "honra".

Em junho, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher recomendou que as autoridades sírias tomassem medidas para melhorar a situação das mulheres. Dentre as reivindicações do Comitê estavam: a reforma das leis discriminatórias ou o seu repúdio, incluindo a reforma de disposições relevantes da Lei de Estado Civil, do Código Penal e da Lei da Nacionalidade; a criminalização do estupro cometido pelos marido; o fim da impunidade para os responsáveis pelos crimes de "honra" e o fim de qualquer redução de pena; a criação de abrigos e de outros serviços para as mulheres vítimas de violência; e permissão para as organizações defensoras dos direitos das mulheres e outras ONGs de direitos humanos atuarem independentemente do governo.

Discriminação contra a minoria curda

Os curdos sírios continuaram a sofrer discriminação devido a sua identidade, inclusive restrições no uso de sua língua e cultura. Dezenas de milhares de curdos sírios permaneceram efetivamente sem um Estado e, por isso, tiveram negada a igualdade de acesso a direitos econômicos e sociais.

■ Segundo informações, o artista curdo Salah Amr Sheerzad foi detido e sofreu maus-tratos em um departamento de segurança de Aleppo, em março, após participar de uma apresentação musical.

■ Oito cidadãos curdos, segundo informações, foram detidos em 5 de abril e ficaram presos por 10 dias em um departamento de Segurança Política em Damasco. Aparentemente, eles foram detidos por vestirem camisas com punhos das mesmas cores que a bandeira curda.

Defensores dos direitos humanos

Várias organizações de direitos humanos sem autorização de funcionamento continuaram ativas, apesar de seus membros correrem risco de serem presos, perseguidos e proibidos de viajar.

■ Em 24 de abril, o Tribunal Penal condenou Anwar al-Bunni, um advogado e líder do Centro Sírio de Pesquisa e Estudos Jurídicos, por "espalhar informações falsas prejudiciais à nação" e o sentenciou a cinco anos de prisão. Esta condenação refere-se a uma declaração feita por ele, em abril de 2006, sobre a morte sob custódia de Muhammad Shaher Haysa, aparentemente em conseqüência de maus-tratos que possivelmente chegaram a tortura. Anwar al-Bunni, um prisioneiro de consciência, foi espancado severamente por guardas da prisão em 25 de janeiro.

■ Em 1º de novembro, as autoridades proibiram os advogados de direitos humanos Muhannad al-Hasani,

Khalil Ma'atouq, Mustafa Osso, Radif Mustafa e Hasan Masho de viajar ao Egito para participarem de um seminário organizado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos e pelo Instituto Cairo de Estudos sobre Direitos Humanos.

Pena de morte

A pena de morte continuou a vigorar para uma grande variedade de crimes. Segundo informações, ao menos sete pessoas foram executadas em público. Elas haviam sido condenadas à morte após julgamentos flagrantemente injustos pelo Tribunal Militar de Campo, no qual os réus não têm advogado de defesa e não têm direito à apelação.

■ Cinco prisioneiros, Radwan Abd al-Qadr Hassan Muhammad, Kheiro Khalif al-Fares, Abd al-Hai Faisal Abd al-Hai, Saleh Youssef Mahmoud e Hassan Ahmed Khallouf, foram enforcados em público em Aleppo em 25 de outubro. Os dois últimos eram menores de 18 anos na época em que foram executados e, portanto, deveriam ser menores infratores. Segundo a imprensa estatal síria, aqueles que foram executados haviam cometido "vários assassinatos, assaltos à mão armada e aterrorizado cidadãos inocentes".

Desaparecimentos forçados

O destino de aproximadamente 17 mil pessoas, a maioria islamista, vítimas de desaparecimentos forçados após terem sido detidos no final dos anos 70 e início dos 80, bem como de centenas de libaneses e palestinos que foram detidos na Síria ou seqüestrados do Líbano pelas forças sírias ou pelas milícias libanesas e palestinas, continuou desconhecido.

Visitas e relatórios da AI

A Anistia Internacional visitou a Síria em junho para investigar a situação dos refugiados iraquianos e para obter informações sobre os abusos cometidos contra os direitos humanos no Iraque.

Iraqi refugees in Syria (MDE 14/036/2007)

SRI LANKA

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA

Chefe de Estado e de governo: **Mahinda Rajapakse**
Chefe de governo: **Ratnasiri Wickremanayake**
Pena de morte: **abolicionista na prática**

O ano de 2007 foi caracterizado pela impunidade por violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. Entre os abusos crescentes contra os direitos humanos, ocorreram centenas de desaparecimentos forçados, homicídios ilegais de trabalhadores humanitários, detenções arbitrárias e tortura. A falta de proteção dos civis foi a principal preocupação, já que o violento conflito entre as forças do governo e os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (Tigres Tâmeis) recomeçou.

Informações gerais

Em janeiro, o Exército tomou o controle de Vakarai, na região leste, após semanas de intenso conflito. Dezenas de milhares de civis deixaram a região. Em março, um ataque aéreo dos Tigres Tâmeis atingiu uma base militar próxima ao principal aeroporto. Ainda em março, violentos conflitos no distrito de Batticaloa provocaram um aumento dos deslocamentos. O número de pessoas deslocadas pelo conflito na região chegou a quase 160 mil no fim de março, o dobro do mês anterior. Em julho, o governo declarou que havia "liberado" com êxito a região leste da ação dos Tigres Tâmeis.

Os civis, nas regiões leste e norte, foram vítimas de inúmeras privações e muitos deles foram mortos em ataques indiscriminados. A falta de linhas de transporte na península de Jaffna prejudicou o fornecimento de alimentos para cerca de 500 mil pessoas. A única estrada que dá acesso à região continuou fechada e os civis precisaram de uma permissão do Exército para entrar e sair.

Em junho, as forças de segurança expulsaram várias centenas de civis tâmeis de Colombo. Outras expulsões forçadas foram impedidas por uma ordem do Supremo Tribunal.

Em outubro, o relator especial da ONU sobre a tortura concluiu que esta prática estava disseminada por todo o país. O Alto Comissariado da ONU para os

Direitos Humanos criticou o governo pela sua falha em registrar, investigar e processar adequadamente os casos de seqüestros, desaparecimentos e homicídios.

Em novembro, o líder político dos Tigres Tâmeis, S.P. Thamilchelvan, foi morto em um ataque da força aérea do Sri Lanka. Em 28 de novembro, dois bombardeios na capital, Colombo, mataram 18 e feriram mais de 30 pessoas. O Exército culpou os Tigres Tâmeis pelos bombardeios.

As solicitações dos grupos defensores de direitos para a instalação de um escritório local do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, a fim de cuidar da segurança dos civis no Sri Lanka, foram negadas várias vezes pelo governo.

Em dezembro, os Estados Unidos suspenderam a ajuda militar para o Sri Lanka devido às preocupações com os direitos humanos.

Deslocados internos no país

O número de pessoas deslocadas em conseqüência do conflito, desde abril de 2006, totalizou mais de 200 mil em 2007. Além disso, muitas pessoas continuavam deslocadas desde há muito tempo. Em Puttalam, por exemplo, uma cidade no noroeste do Sri Lanka, famílias muçulmanas deslocadas da região norte do país passaram seu 17º ano nessas condições. A segurança física dos deslocados internos, na maioria das vezes, ficou comprometida. Em várias ocasiões, o governo forçou-os a voltarem para suas casas em condições de insegurança, em violação às internacionais.

Crianças soldados

O recrutamento de crianças soldados pelos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil e pelo grupo armado tâmil, conhecido como facção Karuna, continuou nas regiões leste e norte. Em maio de 2007, o Grupo de Trabalho sobre as Crianças e o Conflito Armado do Conselho de Segurança ameaçou tomar providências contra os Tigres Tâmeis se eles continuassem a recrutar crianças. O representante especial da ONU para as crianças e o conflito armado identificou os Tigres Tâmeis como "criminosos contumazes que por quatro anos têm constado na lista do secretário-geral sobre violadores ".

■ Em 18 de junho, os Tigres Tâmeis libertaram 135 crianças soldados e se comprometeram a reduzir o recrutamento de todas as crianças até o fim do ano. Segundo o UNICEF, o recrutamento de crianças soldados pelos Tigres Tâmeis, de fato, diminuiu em 2007.

■ Em abril, o UNICEF afirmou que, dos 285 casos de crianças recrutadas pelo grupo Karuna, havia 195 ainda não solucionados.

Prisões e detenções arbitrárias

A polícia do Sri Lanka foi responsável por detenções em massa de mais de mil homens e mulheres tâmeis que, segundo informações, foram efetuadas em resposta aos bombardeios suicidas ocorridos em Colombo, em 28 de novembro. As detenções foram feitas de forma arbitrária e discriminatória usando os amplos poderes garantidos pelas leis de emergência. Segundo denúncias, "os tâmeis foram jogados em veículos de carga e levados para interrogatório". Mais de 400 detidos, dentre eles 50 mulheres, foram levados para o campo de Boosa, próximo a Galle, no sul, um local que é conhecido pela superlotação e por não ter saneamento nem água potável adequados.

Liberdade de expressão

Aumentou o número de ataques contra jornalistas, principalmente daqueles a quem se considerava fazerem parte da imprensa tâmil.

■ Em 29 de abril, Selvaraja Rajivaram, um jovem jornalista do jornal Uthayan, foi morto a tiros próximo a sede do jornal em Jaffna.

■ Em 2 de agosto, Sahathevan Deluxshan, um jornalista de 22 anos que trabalhava meio período, foi baleado e morto por homens não identificados na cidade de Jaffna.

As autoridades não investigaram efetivamente nem processaram os responsáveis por estes homicídios ilegais. Jornalistas de todas as comunidades foram detidos por causa de artigos críticos ao governo.

■ Em 16 de agosto, a segurança particular oferecida pelo governo para proteger o colunista Iqbal Athas foi retirada. Iqbal Athas havia recebido proteção policial depois de ter sido repetidamente ameaçado por membros das forças de segurança irritados com suas reportagens sobre o tráfico de armas.

Impunidade

A proposta de uma comissão de inquérito não conseguiu conquistar a confiança de todos os lados do conflito. Surgiram graves preocupações com a

proteção de testemunhas.
A Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) perdeu credibilidade devido à nomeação política dos comissários.
■ Em dezembro, o Comitê Coordenador Internacional das Instituições Nacionais de Direitos Humanos descredenciou a CNDH. Para funcionar adequadamente, a CNDH deve ser nomeada de forma independente e dispor de todos os recursos necessários.

Como os abusos dos direitos humanos aumentaram durante o conflito, um clima de impunidade persistiu. O governo prometeu que faria uma investigação imediata sobre os homicídios ilegais de dois voluntários da Cruz Vermelha no Sri Lanka, em junho, mas a investigação não foi adiante. Ao longo de todo o ano de 2007, a polícia do Sri Lanka foi criticada pela sua inoperância e pelas suas falhas na identificação dos perpetradores de crimes violentos.

Relatórios da AI

Sri Lanka: urgent need for effective protection of civilians as conflict intensifies, Media Briefing (ASA 37/009/2007))

Sri Lanka: Amnesty International calls on the United Nations Human Rights Council to address violations (ASA 37/019/2007)

SUDÃO

REPÚBLICA DO SUDÃO

Chefe de Estado e de governo:	**Omar Hassan al-Bashir**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**37 milhões**
Expectativa de vida:	**57,4 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**113/100 por mil**
Taxa de alfabetização:	**60,9 por cento**

O Movimento Popular de Libertação do Sudão (MPLS) retirou-se do governo desde o mês de outubro até 27 de dezembro, atribuindo sua saída ao fracasso na implementação do Acordo de Paz Global, assinado em 2005, que terminou com um conflito de décadas entre as regiões norte e sul do país.

Conflitos e insegurança persistiram em Darfur, e tanto armas quanto grupos armados continuaram a proliferar. Houve novos deslocamentos que atingiram cerca de 280 mil pessoas. Em julho, o Conselho de Segurança da ONU obteve uma votação unânime em favor do envio de uma força de manutenção da paz de 26 mil homens para Darfur. Essa força, no dia 31 de dezembro, substituiu a Missão da União Africana no Sudão (AMIS), que não havia conseguido impedir as constantes matanças e os estupros que aconteciam em Darfur. No final do ano, as negociações entre o governo e os grupos armados se encontravam paralisadas.

Os serviços de segurança usaram força letal contra manifestantes pacíficos, inclusive para atingir pessoas que protestavam contra a construção da represa Kajbar, no norte do Sudão. Os serviços de segurança continuaram a manter supostos opositores em detenção incomunicada por longos períodos de tempo. A tortura e os maus-tratos de darfurenses e de outros grupos marginalizados foram sistemáticos. Ao menos 23 pessoas foram condenadas à morte e sete foram executadas.
A liberdade de expressão foi restringida e jornalistas foram detidos como prisioneiros de consciência.
No Sudão Meridional, prosseguiram as detenções arbitrárias.

Os grupos armados também cometeram abusos dos direitos humanos, como a execução deliberada de prisioneiros cativos e outros tipos de homicídios ilegais, a tomada de reféns e a detenção ilegal de opositores.

Informações gerais

Em outubro, o MPLS suspendeu sua participação no Governo de União Nacional (GNU) do Presidente Omar Hassan al-Bashir, reclamando do fracasso dos ministros do Partido do Congresso Nacional (PCN) em implementar as disposições do Acordo de Paz Global, e da falta de participação do primeiro vice-presidente Salva Kiir Mayardit. Em uma declaração oficial, o MPLS mencionou as seguintes questões: obstrução de transformações democráticas; atrasos no processo de reconciliação nacional; não implementação do Protocolo de Abyei (Abyei é uma área rica em petróleo que adquiriu status especial segundo o Acordo de Paz Global); atrasos na demarcação da fronteira entre o norte e o sul; e falta de transparência na distribuição das receitas petrolíferas. Os ministros do MPLS reingressaram no GNU em 27 de dezembro, porém, os desacordos

sobre o Protocolo de Abyei não haviam sido resolvidos até o final do ano.

O Acordo de Paz assinado com os grupos armados do leste do Sudão, em 2006, permaneceram em vigor, e os líderes oposicionistas do leste juntaram-se ao GNU. Algumas figuras de destaque declararam que pessoas do leste próximas ao Partido do Congresso Nacional receberam uma quantidade desproporcional de cargos no governo.

A harmonização da legislação nacional com as disposições do Acordo de Paz Global sofreu diversos atrasos. Entre as leis que não foram aprovadas em 2007 estavam a Lei do Serviço de Segurança Nacional, a Lei da Polícia Nacional, a Lei das Forças Armadas e a Lei Eleitoral. Além disso, não foram apresentados projetos de lei à Comissão Nacional de Direitos Humanos, à Comissão Eleitoral e à Comissão de Terras.

Escrutínio internacional em Darfur

O secretário-geral da ONU apresentou relatórios mensais ao Conselho de Segurança sobre a situação em Darfur. O Conselho também recebeu informes regulares do relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos no Sudão. A Missão da ONU no Sudão (UNMIS), estabelecida com base no Acordo de Paz Global, tinha mais de 10 mil tropas no sul e também em Abyei, nas montanhas da Núbia e no Nilo Azul. A UNMIS contava com 70 monitores de direitos humanos por todo o Sudão, inclusive 33 em Darfur. A Missão emitiu relatórios periódicos sobre incidentes específicos de direitos humanos, mas parou de publicar informes atualizados regulares sobre direitos humanos.

Uma missão de alto nível, com cinco integrantes, com um mandato da Seção Especial sobre Darfur do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, de dezembro de 2006, não obteve concessão de vistos para entrar no Sudão. A missão visitou o Chade e também outras áreas e apresentou seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos em março.

Nesse mês, o CDH convocou um grupo de especialistas para levar a cabo as recomendações feitas anteriormente pelos organismos de direitos humanos da ONU para Darfur. O Conselho Consultivo de Direitos Humanos, designado pelo governo sudanês, respondeu às recomendações. Porém, segundo um relatório apresentado ao CDH em novembro, foram poucas as recomendações postas em prática. O CDH votou pelo fim do mandato do grupo de especialistas, mas manteve o mandato do relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Sudão.

Em dezembro, o CDH instou o Sudão a implementar todas as recomendações ainda pendentes identificadas pelo grupo de especialistas sobre Darfur, estendeu em um ano o mandato da relatora especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos no Sudão e pediu que ela desse prosseguimento à implementação dessas recomendações.

Um painel de especialistas, criado em 2005, através da Resolução 1591 do Conselho de Segurança, para monitorar o embargo de armas, reportou que todas as partes envolvidas estavam infringindo o embargo e identificou nominalmente certos indivíduos responsáveis por sua violação.

Em julho, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1769, estabelecendo uma Operação Híbrida da União Africana-Nações Unidas em Darfur (UNAMID) - uma força mista de manutenção da paz da União Africana (UA) e da ONU, com mais de 26 mil integrantes, entre os quais mais de seis mil policiais da ONU. O governo do Sudão obstruiu a possibilidade de intervenção rápida da força ao não aprovar a lista de países contribuintes, a qual incluía países não-africanos. Além disso, países-membros da ONU não contribuíram com equipamentos cruciais, tais como helicópteros. A UNAMID substituiu a AMIS no dia 31 de dezembro, porém com um contingente de apenas 9 mil integrantes, incluindo 6.880 soldados e 1.540 policiais.

Em fevereiro, o promotor do Tribunal Penal Internacional (TPI) apresentou à Câmara de Instrução do TPI provas de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade, ocorridos em Darfur, contra Ahmad Muhammad Harun, ex-ministro do Interior e posteriormente ministro de Questões Humanitárias, e contra o líder da milícia Janjawid Ali Mohammad Ali Abdel-Rahman (Ali Kushayb). Em abril, a Câmara de Instrução do TPI expediu mandados de prisão contra os dois acusados. O governo do Sudão afirmou que se recusaria a entregá-los. Em dezembro, o Conselho de Segurança da ONU não aceitou uma declaração presidencial apoiando a condenação do promotor à falta de cooperação do Sudão com o TPI.

Darfur

Todas as principais partes no conflito cometeram violações das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário, inclusive homicídios ilegais, detenções arbitrárias, ataques a funcionários e a equipamentos das agências humanitárias, tortura, maus-tratos e tomada de reféns.

Os grupos armados continuaram a proliferar, originando-se, sobretudo, de facções dissidentes do Exército de Libertação do Sudão (ELS) e do Movimento para a Justiça e a Igualdade (MJI). No final de 2007, dizia-se existir mais de 30 grupos armados, incluindo grupos representando os árabes. Esses grupos, cada vez mais, se dividiam com base em etnias.

As milícias Janjawid realizaram ataques contra civis com apoio (inclusive aéreo) das Forças Armadas do Sudão. Parte dessas milícias, porém, segundo informações, passaram a se opor ao governo. A Força Aérea do Sudão (FAS) bombardeou civis e alvos não-militares, usando helicópteros e aviões bombardeiros Antonov. Algumas aeronaves da FAS foram pintadas de branco para parecerem com as aeronaves da ONU. Os grupos armados lutaram contra o governo e também um contra o outro. A proliferação de armamentos estimulou pequenos choques que resultaram em confrontos maiores, sendo freqüentes os conflitos entre grupos étnicos, inclusive entre diferentes grupos árabes incorporados às forças paramilitares do governo. Os conflitos étnicos e os ataques de grupos armados se estenderam para o vizinho Kordofan.

A AMIS estava em falta de pessoal, de meios de transporte e de armamentos pesados.

A cronologia do Acordo de Paz de Darfur, de 2006, assinado pelo governo e pelo Exército de Libertação do Sudão/Minni Minawi - mas rejeitado pela maioria dos grupos armados em Darfur - não foi respeitada. Foram organizadas conferências pela ONU e pela UA em Arusha, na Tanzânia, no mês de agosto, e pelo Exército de Libertação do Povo do Sudão em Juba, no sul do Sudão, em outubro-dezembro, com o propósito de tentar unificar os grupos e de assegurar uma base comum de negociação. Alguns dos grupos conseguiram se unir. Diversas tentativas para restabelecer o processo de paz foram feitas tanto por atores regionais quanto pela ONU e pela UA. Em outubro, foi realizada uma conferência de paz sob os auspícios da ONU e da UA em Sirte, na Líbia, porém, os grupos armados mais proeminentes se recusaram a participar.

Em conseqüência dos ataques, sobretudo de grupos do governo e de paramilitares, cerca de 280 mil pessoas foram deslocadas, o que fez com que o número de deslocados em Darfur subisse para 2.387.000.

Em grande parte de Darfur não era seguro viajar. Todas as partes do conflito, inclusive as forças paramilitares do governo, instalaram postos de controle nos quais extorquiam dinheiro ou detinham viajantes.

■ Em abril, helicópteros e aviões Antonov bombardearam o vilarejo de Umm Rai, no norte de Darfur, em um ataque indiscriminado que atingiu uma escola, matando duas pessoas.

■ Entre janeiro e agosto, homens da tribo Rizeigat, a maioria usando uniformes do Serviço de Inteligência de Fronteira ou da Frente de Defesa Popular, atacaram membros do grupo étnico Tarjum, muitos dos quais pertenciam às forças paramilitares do governo. No total, cerca de 500 pessoas foram mortas em diversos ataques.

■ Em agosto, mais de 50 milicianos Janjawid seqüestraram 17 homens que viajavam da cidade de Niala em direção a campos de deslocados internos (DI). Os viajantes cativos foram mantidos amarrados em árvores. Eles ficaram presos por mais de 70 dias e foram libertados após pagarem 110 milhões de libras sudanesas (55 mil dólares).

■ Em setembro, dois grupos armados de oposição, supostas ramificações do MJI e do ELS/Unidade, atacaram e saquearam a base da AMIS em Haskanita, no norte de Darfur. Eles mataram 10 soldados das forças de paz e roubaram armamentos. Depois disso, o exército sudanês ocupou a cidade e incendiou-a completamente.

Violência contra as mulheres

Os estupros continuaram a ocorrer de modo disseminado; as principais vítimas eram as mulheres e as meninas dos campos de deslocados internos que saíam para buscar lenha. As mulheres, às vezes, apesar de serem atacadas e espancadas, conseguiam escapar. Elas raramente denunciavam à polícia o que acontecia. Os homens continuaram deixando às mulheres a tarefa de buscar lenha, pois temiam ser mortos caso se arriscassem a sair dos campos.

■ Diversas mulheres deslocadas internamente,

inclusive adolescentes, foram estupradas quando saíram de campos para DI, em Zalingei, para coletar lenha, no segundo semestre de 2007. Em agosto, uma mulher foi estuprada quando estava grávida de oito meses.

A mutilação genital feminina continuou a ser praticada sistematicamente no norte do Sudão.

Detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos

O Serviço Nacional de Inteligência e Segurança, a Inteligência Militar e a polícia continuaram a cometer violações de direitos humanos, inclusive prisões arbitrárias, tortura e maus-tratos, bem como o uso de força excessiva. Presos políticos, pessoas suspeitas de terem cometido crimes, estudantes em Cartum, darfurenses e pessoas de outras áreas marginalizadas foram rotineiramente submetidos a tortura e a maus-tratos. Açoitamentos continuaram a ser impostos para uma variedade de delitos contra a ordem pública, como relações sexuais ilegais e comércio de álcool. Manifestações eram freqüentemente reprimidas com uso de força excessiva.

■ Ao menos 30 pessoas foram presas, entre os meses de junho e julho, em conexão com os protestos contra a represa Kajbar. Em junho, durante uma passeata pacífica, a polícia matou quatro manifestantes e feriu outros 11. Entre os que foram presos estava um grupo que investigava os homicídios, entre eles: Mohammed Jalal Ahmad Hashim, professor da Universidade de Cartum; membros do comitê contra a represa Kajbar, inclusive seu porta-voz, Osman Ibrahim; e jornalistas. As pessoas detidas, inclusive os jornalistas, foram mantidas incomunicáveis por até 10 semanas e tiveram de assinar uma declaração prometendo, no futuro, não mais fazer comentários sobre a represa.

■ Mubarak al-Fadel al-Mahdi, presidente do Partido Al Umma para a Reforma e a Renovação (PURR), foi preso, em julho, juntamente com, no mínimo, outras 40 pessoas, entre as quais vários ex-militares, sendo acusado de contrabandear armas e de planejar um golpe. Logo após a prisão, foi emitida uma ordem proibindo que o caso fosse discutido na imprensa. No dia 1º de agosto, Ali Mahmoud Hassanain, de 73 anos, advogado de direitos humanos e vice-presidente do Partido Democrático Unionista, foi preso. Entre o grupo de detentos no qual ele se encontrava, muitos foram torturados durante um período de detenção incomunicável que chegou a seis semanas, aparentemente para forçá-los a confessar participação em um suposto golpe. Os métodos de tortura utilizados incluíam espancamentos, permanecer sentado ou em pé por longos períodos de tempo e suspensão pelos pulsos e tornozelos amarrados às costas (posição conhecida como tayyara - avião). Em novembro, Mubarak al-Fadel al-Mahdi e Ali Mahmoud Hassanain, esse diabético, entraram em greve de fome em protesto contra as ilegalidades e os atrasos durante a fase de instrução do processo. No dia 4 de dezembro, o Estado soltou Mubarak al-Fadel al-Mahdi sem qualquer acusação e, no dia 31 de dezembro, os demais detentos receberam indulto presidencial.

■ Em agosto, a polícia e o Serviço Nacional de Inteligência e Segurança cercaram o campo Kalma, próximo a Niala, em Darfur, e prenderam cerca de 35 deslocados internos depois que dois policiais teriam sido mortos. A maioria dos detentos foi espancada no momento da prisão e também posteriormente na delegacia central de Niala, onde permaneceram detidos incomunicáveis por um longo tempo. Eles foram libertados em outubro, sem acusações nem julgamento.

■ Mais de 100 pessoas, entre as quais estudantes, participaram de uma manifestação em setembro, por ocasião do Dia Global por Darfur. Após as manifestações, oito estudantes foram presos por um período de dois dias. Segundo informações, eles tiveram os olhos vendados e foram torturados pelo Serviço Nacional de Inteligência e Segurança. No terceiro dia, eles foram transferidos para custódia da polícia e as torturas cessaram.

Julgamentos injustos e pena de morte

Há confirmação de que ao menos 23 pessoas foram condenadas à morte e de que sete foram executadas por enforcamento em 2007. Acredita-se, porém, que os números verdadeiros sejam muito mais altos. Sentenças de morte continuaram a ser freqüentemente proferidas após julgamentos injustos em que confissões extraídas mediante tortura eram usadas como prova. Em diversas ocasiões, os réus foram condenados à morte depois de julgamentos em que não tiveram advogado de defesa.

Mulheres acusadas de adultério continuaram a receber sentenças de morte, porém, não se sabe de alguma que tenha sido executada. Em Darfur, os Tribunais Especiais e os Tribunais Penais Especiais continuaram a conduzir julgamentos injustos.

O Tribunal Penal Especial sobre os acontecimentos de Darfur não realizou nenhuma audiência durante o ano.

No Sudão Meridional muitas pessoas que foram julgadas sem acesso a advogados de defesa receberam sentenças de morte. Porém, não se tem conhecimento de que alguém tenha sido executado judicialmente em 2007.

■ Sadia Idriss Fadul e Amouna Abdallah Daldoum, ambas de Darfur, foram condenadas em fevereiro e março, respectivamente, à lapidação*(apedrejamento até a morte), por adultério, pelo Tribunal Penal da Província de Managil, no Estado de Gazira. Acreditava-se que a pena havia sido comutada.

■ Em novembro, 10 pessoas de origem darfurense, entre as quais al-Tayeb Abdel Aziz, de 16 anos, e Idris Mohammed al-Sanousi, de 71 anos, foram condenadas à morte no Tribunal Penal de Cartum pelo assassinato de um editor de jornal, Mohammed Taha. Todos os 10 retrataram suas confissões, pois disseram que haviam sido extraídas sob tortura. O Tribunal rejeitou o pedido dos advogados de defesa para que fossem requisitados exames médicos.

■ Dois membros da Inteligência Militar, Bakhit Mohammed Bakhit e Abdel Malik Abdallah, foram executados por enforcamento no mês de maio, na prisão de Shalla, em Al-Fashir, Darfur. Eles foram levados a julgamento no Tribunal Penal Especial sobre os acontecimentos de Darfur, em agosto de 2005, e foram condenados à pena de morte, por assassinato, pela morte de Adam Idris Mohammed, torturado até a morte quando estava sob custódia. O chefe da Inteligência Militar foi absolvido.

Liberdade de expressão

Continuaram as restrições à liberdade de expressão e de associação. As disposições da Lei de Imprensa, de 2004, foram utilizadas para censurar jornais e para limitar a liberdade de expressão. O governo impôs ordens de silêncio (*leis de mordaça) que incluíam proibições arbitrárias de reportar: casos criminais referentes ao conflito de Darfur, investigações sobre mortes de civis em manifestações contra a represa de Kajbar, informações referentes ao caso de Mubarak al-Fadel al-Mahdi.

■ Em novembro, dois jornalistas do jornal Al-Sudani foram detidos por 12 dias quando se recusaram a pagar uma multa de 10 mil libras sudanesas (5 mil dólares). Eles haviam sido condenados por difamação por terem escrito um artigo criticando o Serviço Nacional de Inteligência e Segurança pela detenção de outros jornalistas. Eles eram prisioneiros de consciência.

Sudão Meridional

No Sudão Meridional - uma região autônoma, segundo o Acordo de Paz Global (APG) - diversas comissões do APG foram criadas por meio de decreto presidencial, entre elas a Comissão de Direitos Humanos do Sudão Meridional. Em novembro, a Assembléia Legislativa do Sudão Meridional aprovou uma Lei do Exército. Projetos de lei relativos ao Serviço Público, a População e Censo, e a Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) estavam prestes a ser apresentados.

Os choques entre diferentes milícias continuaram e muitas vezes resultaram na morte ou no seqüestro de civis. As pessoas continuaram a ser detidas arbitrariamente, às vezes como reféns em nome de outros familiares. Em parte devido à falta de advogados, muitas pessoas foram condenadas sem terem acesso a advogados de defesa. Várias sentenças de morte foram proferidas, mas não se tem conhecimento de que tenha ocorrido alguma execução.

■ Em outubro, Mapet Daniel Dut foi condenado à morte por assassinato, pelo Tribunal de Justiça de Rumbek. Segundo informações, ele não teve advogado de defesa. Posteriormente, ele escapou da prisão e a polícia então deteve seu irmão e seu pai em seu lugar. Duas irmãs, que foram levar-lhes comida, também foram detidas, sendo soltas depois de alguns dias. Mapet Daniel Dut não foi recapturado e seu pai permanecia detido no final do ano.

Relatórios da AI

- Sudão: Time is running out: Protect the people of Darfur (AFR 54/016/2007)
- Sudão: Arms continuing to fuel serious human rights violations in Darfur (AFR 54/019/2007)
- Sudão: Arrest Now! Darfur, the Sudan: Ahmad Harun and Ali Kushayb (AFR 54/027/2007)
- Darfur: When will they protect us? (AFR 54/043/2007)
- Sudão: Obstruction and Delay (AFR 54/006/2007)

Countries_AZ_Port:Paises 23/5/2008 23:23 Página 184

TIMOR LESTE

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR LESTE

Chefe de Estado:	**José Manuel Ramos-Horta (sucedeu a Kay Rala Xanana Gusmão)**
Chefe de governo:	**Kay Rala Xanana Gusmão (sucedeu a Estanislau da Silva em agosto, o qual havia sucedido a José Manuel Ramos-Horta em maio)**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**1 milhão**
Expectativa de vida:	**59,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**118/110 por mil**
Taxa de alfabetização:	**50,1 por cento**

Embora as eleições presidenciais e parlamentares tenham sido relativamente justas e pacíficas, protestos e incidentes violentos irromperam esporadicamente no decorrer do ano. A polícia e o judiciário continuaram sendo instituições fracas. O número de pessoas deslocadas dentro do país permaneceu elevado. Houve progresso nas investigações e nos processos judiciais dos responsáveis pelas violações de direitos humanos ocorridas em 2006; porém, continuou a impunidade pelas violações cometidas sob a ocupação indonésia.

Informações gerais

A primeira eleição presidencial do Timor-Leste, desde sua independência, foi realizada em abril. O pleito foi descrito pelos observadores como relativamente livre e justo. As eleições parlamentares, realizadas logo a seguir, em junho, não estabeleceram uma clara maioria. O novo presidente eleito, José Ramos-Horta, anunciou em agosto que o ex-presidente Xanana Gusmão seria nomeado primeiro-ministro.

Em fevereiro, a Missão Integrada da ONU no Timor-Leste (UNMIT), cujo mandato incluía fomentar a estabilidade e apoiar as eleições nacionais, teve sua missão estendida até o início de 2008.

Após os violentos distúrbios ocorridos entre abril e maio de 2006, quando cerca de 38 pessoas morreram e aproximadamente 150 mil foram deslocadas, a violência prosseguiu em um nível menos intenso durante todo o ano de 2007. Em agosto, após a indicação do novo governo, incidentes violentos irromperam por todo o país, causando mortes e destruição de propriedade.

Forças policiais e de segurança

Houve prosseguimento do programa de reconstrução da força policial nacional, que incluía uma triagem rigorosa de todo o efetivo atual. Até agosto, de três mil policiais, 1.200 haviam recebido uma certificação provisória.

Continuaram ocorrendo denúncias de violações de direitos humanos cometidas pela polícia e pelos militares, incluindo tratamento cruel, desumano e degradante, prisão arbitrária, uso excessivo da força e disparos fatais.

Houve também alegações de uso excessivo da força e de tratamento cruel e degradante por parte das forças de segurança internacionais e de policiais da UNMIT.

Deslocados internos

Aproximadamente 100 mil pessoas permaneceram deslocadas no interior de todo o país, em conseqüência dos eventos ocorridos em 2006 e 2007. Essas pessoas necessitavam com urgência de alimentação adequada e de abrigo, bem como de água e de instalações sanitárias.

Sistema de justiça - distúrbios de 2006

As investigações de atos criminosos cometidos por policiais e militares durante os incidentes de 2006 tiveram um certo progresso e alguns processos judiciais foram iniciados. Uma legislação contendo medidas relativas a questões de verdade e clemência, adotada em junho pelo Parlamento, foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Recursos em agosto. Havia preocupações de que, caso promulgada, a lei pudesse prejudicar as investigações e os processos judiciais sobre os acontecimentos de 2006.
O ex-primeiro-ministro Mari Alkatiri foi absolvido da suspeita de envolvimento em atividades ilegais, relativas ao armamento de milícias civis durante os eventos de 2006.

Impunidade

A UNMIT restabeleceu a Equipe de Investigação de Crimes Graves, a fim de completar as investigações sobre casos pendentes referentes aos eventos relacionados ao referendo de independência de 1999, quando foram cometidas sérias violações de direitos humanos. A divisão de processos da Equipe, porém, não foi reinstituída. Tanto o governo

timorense quanto o governo indonésio resistiram a novas iniciativas de levar à Justiça todos os perpetradores dos crimes de 1999.
A Comissão da Verdade e da Amizade, estabelecida conjuntamente pela Indonésia e pelo Timor-Leste para documentar os crimes cometidos no Timor-Leste em 1999 e para promover a reconciliação, deu início às suas investigações por meio de audiências públicas e fechadas. Em julho, o secretário-geral da ONU instruiu os funcionários das Nações Unidas a não testemunharem, pois a Comissão poderia recomendar anistia para crimes graves. Observadores nacionais e internacionais manifestaram preocupação com o tratamento que a Comissão dispensou às vítimas durante as audiências e com a possibilidade de uma apreciação tendenciosa dos testemunhos de militares, de membros de milícias e de burocratas frente ao testemunho das vítimas.

VENEZUELA

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Chefe de Estado:	**Hugo Chávez Frías**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
Tribunal Penal Internacional:	**ratificado**
População:	**27,7 milhões**
Expectativa de vida:	**73,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**28/24 por mil**
Taxa de alfabetização:	**93 por cento**

Milhares de simpatizantes e opositores do governo saíram às ruas em diversas ocasiões. Algumas manifestações acabaram em violentos confrontos entre diferentes grupos de manifestantes e entre manifestantes e a polícia. Uma nova lei sobre o direito das mulheres de viver sem medo de violência trouxe esperança a milhares de mulheres que são vítimas da violência em casa, na comunidade ou nos locais de trabalho.

Informações gerais

O presidente Hugo Chávez Frías tomou posse em janeiro para cumprir seu terceiro mandato e a Assembléia Nacional (o Congresso venezuelano) concedeu-lhe poderes para legislar por decreto, durante 18 meses, sobre uma ampla variedade de questões, entre as quais segurança pública e reforma institucional. Em dezembro, por meio de referendo, os venezuelanos rejeitaram mudanças constitucionais controversas. Preocupações de que algumas das mudanças constitucionais propostas pudessem restringir direitos humanos fundamentais foram expressas pelo relator especial da ONU sobre liberdade de opinião e de expressão, pelo representante especial do secretário-geral da ONU para os defensores de direitos humanos e pelo relator especial da ONU sobre a independência de magistrados e advogados.

Forças policiais e de segurança

Uma nova lei sobre o direito da mulher de viver livre de violência entrou em vigor em março. Apesar de esta nova lei garantir uma maior proteção às mulheres vítimas de violência, um plano de ação que contasse com os recursos necessários para que a lei fosse implementada ainda não havia sido desenvolvido no fim do ano.

Violência política

As autoridades não tomaram as providências necessárias para pôr fim à escalada da violência surgida no contexto das manifestações realizadas por simpatizantes e por opositores das políticas do governo. Há relatos de confrontos violentos ocorridos entre civis, e também entre civis e policiais, ao longo de todo o ano. Esses conflítos resultaram em grande número de feridos e, em pelo menos, dois mortos.

Um grande número de manifestantes, principalmente estudantes, muitos menores de 18 anos, ficou ferido ou foi preso durante as manifestações contra a decisão das autoridades de não renovar a licença da emissora RCTV (Radio Caracas Televisión) no mês de maio. Vários policiais também foram feridos nos confrontos.

Choques entre forças policiais e manifestantes, bem como entre manifestantes e civis armados, também ocorreram em meio a situações de tensão motivadas pelas propostas de reforma constitucional.

Defensores de direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ataques e intimidações.

■ José Luis Urbano, um defensor dos direitos

humanos e presidente da organização *Pro-Defensa del Derecho a la Educación* foi ferido a tiros, em fevereiro, em sua cidade natal, Barcelona, no estado de Anzoátegui, no nordeste do país. Aparentemente, o ataque estava ligado a suas críticas públicas sobre a qualidade da educação oferecida às crianças pobres no estado e a denúncias de corrupção. José Luis Urbano recebeu proteção até o mês de abril. Entretanto, até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça pelo ataque.

Serviços policiais e de segurança

Segundo o procurador-geral *(Fiscal General del Estado*), entre 2000 e 2007, a procuradoria recebeu mais de seis mil queixas sobre denúncias de execuções extrajudiciais cometidas pela polícia. Dos dois mil policiais que estariam envolvidos envolvidos, menos de 400 haviam sido detidos provisoriamente até o fim do ano.

Nenhuma das recomendações feitas pela Comissão Nacional para a Reforma Policial havia sido implementada até o fim do ano. Entre as recomendações da Comissão estavam medidas para aprimorar os instrumentos de responsabilização da polícia, para melhorar seu treinamento em direitos humanos e no uso da força, para aumentar a fiscalização e o controle das armas usadas pelas forças de segurança e a adoção de legislação para a integração dos diferentes órgãos policiais.

Controle de armas

O uso de armas de fogo em homicídios e em outros crimes violentos continuou elevado, inclusive nas prisões.O Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminais (CICPC), que realiza investigações criminais sob a supervisão da Procuradoria-Geral, registrou 9.568 homicídios de janeiro a setembro de 2007: 852 a mais do que no mesmo período em 2006. Apesar de a maioria destes homicídios ter sido causada por armas de fogo, nenhuma medida foi tomada para implementar as recomendações do Plano Nacional de Controle de Armas, que entrou em vigor em 2006.

Visitas da AI

🚌 Uma delegação da Anistia Internacional visitou a Venezuela em julho para investigar violações contra a mulher.

ZIMBÁBUE

REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

Chefe de Estado e de governo:	**Robert Mugabe**
Pena de morte:	**retencionista**
Tribunal Penal Internacional:	**assinado**
População:	**13,1 milhões**
Expectativa de vida:	**51 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**169/153 por mi**
Taxa de alfabetização:	**69,4 por cento**

A situação dos direitos humanos continuou a se deteriorar em 2007 com um aumento da tortura e da violência sistematizadas e com restrições ao direito à liberdade de expressão, de reunião e de associação. Centenas de defensores dos direitos humanos e de membros do principal partido de oposição do país, o Movimento por Mudança Democrática (MDC), foram detidos por participar de reuniões pacíficas. Muitos deles foram torturados quando estavam sob custódia da polícia. A economia continuou em declínio.Cerca de quatro milhões de pessoas precisaram de ajuda alimentar devido à decadência da economia, às chuvas irregulares e à escassez de insumos agrícolas tais como sementes de milho e fertilizantes.
As vítimas dos desalojamentos forçados efetuados em massa, em 2005, continuaram a viver em condições deploráveis e o governo não conseguiu remediar sua situação.

Informações gerais

Em março, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizou um encontro extraordinário na Tanzânia e indicou o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, para intermediar o diálogo entre o governo do Zimbábue e o MDC.
O diálogo começou em um ritmo muito lento e vários prazos estipulados não foram cumpridos. A Anistia Internacional e organizações locais de direitos humanos manifestaram preocupação com o silêncio do processo de mediação no que se refere a violações de direitos humanos. Ademais, o processo de mediação da SACD não tinha uma estratégia clara de participação civil. Enquanto aconteciam as conversações, integrantes do MDC e defensores dos direitos humanos continuaram a ser alvos da polícia do Zimbábue. Após os acordos celebrados durante

as conversações, foi aprovada, em outubro, a emenda constitucional Nº 18, com o objetivo de sincronizar as eleições presidenciais, parlamentares e locais, bem como de criar uma comissão de direitos humanos.Em dezembro, o Parlamento aprovou outros projetos de lei elaborados em conformidade com os acordos firmados nas conversações; entre eles, o projeto de emenda à Lei de Segurança e Ordem Pública e o projeto de emenda às Leis Eleitorais.

A economia continuou em declínio, provocando perdas acentuadas nas rendas familiares e dificultando o acesso a alimentação, saúde e educação. O Programa Alimentar Mundial (PAM) estimou que cerca de quatro milhões de zimbabuanos necessitavam de ajuda alimentar. A inflação havia ultrapassado o índice de 7.900 por cento no fim de setembro, mas o Escritório Central de Estatísticas não divulgou os números relativos a outubro, novembro e dezembro. Em junho, o governo adotou um controle de preços com a intenção declarada de conter alta descontrolada dos alimentos. Essa política causou pânico e provocou uma corrida às compras. No início de julho, a maioria dos produtos, como farinha de milho – um item básico na dieta dos zimbabuanos –, havia desaparecido dos mercados. Durante o período de aplicação dessas regras, a polícia prendeu mais de sete mil comerciantes por não respeitarem o controle oficial de preços. Houve denúncias de conduta corrupta por parte dos agentes responsáveis pelo cumprimento das normas, inclusive sobre o armazenamento clandestino de produtos praticado por encarregados da segurança pública.

Liberdade de reunião e de associação

Ao longo de todo o ano, a polícia impôs sérias restrições aos direitos de reunião e de associação de defensores dos direitos humanos, estudantes, sindicalistas e membros do MDC. A polícia usou força excessiva para dispersar manifestações pacíficas. Os detentos sob custódia da polícia foram vítimas de tortura, principalmente por espancamentos graves, e de maus-tratos. Os detentos tiveram seu acesso a advogados, alimentos e cuidados médicos repetidamente negado.

Em 21 de fevereiro, a polícia de Harare anunciou que as manifestações estariam proibidas por três meses em algumas partes da cidade. Esta proibição parece ter infringido a seção 27 da Lei de Segurança e Ordem Pública, que apenas permite que a polícia imponha um mês de proibição.

Embora a polícia tenha usado força excessiva para dispersar as manifestações e reuniões organizadas pelo MDC e por organizações da sociedade civil, não havia relatos de que a polícia tivesse impedido qualquer reunião ou manifestação organizada pelo partido governista, a União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF) ou por organizações associadas, entre as quais a Associação dos Veteranos da Guerra de Libertação Nacional do Zimbábue.

■ Em 18 de fevereiro, a polícia de Harare impediu o MDC de realizar um comício em Highfield, um bairro na periferia da cidade. A facção do MDC liderada por Morgan Tsvangirai havia programado um comício para lançar sua campanha presidencial às eleições de 2008. Mesmo com uma ordem do Tribunal Superior, obtida pelo MDC em 17 de fevereiro, que proibia a polícia de impedir o comício, a polícia montou barreiras de controle para impedir as pessoas de chegarem ao local do evento. Pelo menos 50 pessoas ficaram feridas, cinco delas gravemente, quando a polícia agrediu os participantes aleatoriamente. A polícia primeiro agrediu os simpatizantes do MDC com cacetetes, e depois utilizou cães, gás lacrimogêneo e jatos d'água para dispersá-los. Policiais também ficaram feridos. Houve denúncias de que a polícia ainda teria ido de casa em casa espancando pessoas suspeitas de apoiarem o MDC.Em 19 de fevereiro, a polícia prendeu vários líderes do MDC em Highfield.

■ Em 11 de março, pelo menos 50 ativistas foram presos em Highfield após tentarem participar de um encontro de orações organizado pela Campanha Salve o Zimbábue, uma coalizão de partidos políticos, organizações da sociedade civil e igrejas. O encontro foi organizado em protesto contra a proibição policial de se fazer manifestações por três meses em partes de Harare. Entre os detidos estavam os líderes da facção do MDC, Morgan Tsvangirai e Arthur Mutambara, o presidente da organização não-governamental Assembléia Nacional Constitucional (NCA), Lovemore Madhuku, e dois integrantes da cúpula do MDC, Sekai Holland e Grace Kwinjeh. Eles foram levados para a delegacia de Machipisa, onde foram chutados e espancados com cacetetes pela polícia.

Os espancamentos prosseguiram nas várias delegacias para onde os detentos foram depois transferidos. Muitos ativistas ficaram gravemente feridos, com fraturas e lacerações profundas na pele. Foi-lhes negado o acesso a advogados e somente Lovemore Madhuku e Morgan Tsvangirai tiveram permissão de receber tratamento médico. A polícia descumpriu uma ordem do Tribunal Superior determinando que os detentos fossem apresentados perante este tribunal no dia 13 de março. A polícia também não levou os detentos à presença de um magistrado, ao meio-dia, na mesma data.
Na delegacia central de Harare, a polícia recusou-se a conceder permissão para que alguns feridos graves fossem levados de ambulância ao tribunal e dispensou as ambulâncias. Os detentos passaram pelo menos quatro horas no corredor do juizado de Rotten Row sem que ninguém os atendesse. A polícia somente permitiu que eles fossem levados ao hospital após a intervenção de funcionários da Procuradoria-Geral. À meia-noite do dia 13 de março, os detentos foram levados de volta ao tribunal e libertados sob custódia de seus advogados.

■ Em 25 de julho, pelo menos 200 ativistas da NCA foram detidos pela polícia em Harare após participarem de uma marcha pacífica. Eles foram levados dos escritórios da NCA para a delegacia central de Harare, onde foram brutalmente agredidos pela polícia e por pessoas não identificadas em trajes civis. Entre os que foram agredidos, estavam duas senhoras idosas, de 68 e 72 anos, que foram escolhidas pela polícia para serem espancadas e acusadas de "incitar os jovens a fazer manifestações contra o governo". Seis bebês também foram levados sob custódia junto com as mães. Elas foram selecionadas para serem espancadas na frente de seus filhos. Os espancamentos duraram cerca de seis horas e os ativistas foram libertados à meia-noite sem acusação. Eles foram obrigados a cantar canções revolucionárias contrárias a Morgan Tsvangirai. Pelo menos 32 ativistas foram hospitalizados depois disso; 14 tiveram os membros fraturados em conseqüência dos espancamentos. Entre os feridos estava um bebê de um ano e sete meses que havia sido agredido pela polícia com um cacetete.

Mulheres defensoras dos direitos humanos

Integrantes do grupo ativista Mulheres do Zimbábue Levantem (WOZA) foram presas ao longo do ano após participarem de manifestações pacíficas. As líderes do WOZA Jenni Williams e Magodonga Mahlangu foram presas várias vezes e ameaçadas pelos policiais. Algumas das ameaças equivaliam a ameaças de morte.

■ Em 6 de junho, sete integrantes do WOZA foram presas em Bulawayo depois de participarem de uma manifestação pacífica. Em solidariedade às sete detentas, Jenni Williams e Magodonga Mahlangu foram junto com elas e também foram presas. Jenni Williams e Magodonga Mahlangu foram acusadas segundo a Lei de Código Penal e libertadas sob fiança em 9 de junho. Integrantes do WOZA também foram presas em outras partes do Zimbábue, inclusive nas cidades de Mutare, Masvingo e Filabusi.

■ Em 1º de outubro, cerca de 200 integrantes do WOZA foram presas em Bulawayo depois de participarem de uma marcha pacífica em protesto contra as emendas constitucionais que vinham sendo introduzidas gradualmente. Elas foram libertadas sem acusação.

■ Em 15 de outubro, 58 ativistas do WOZA que protestavam pacificamente ao lado de fora do Parlamento, em Harare, foram presas e mantidas durante nove horas na delegacia central da capital. Elas foram libertadas sem acusação.

■ Em 6 de novembro, a polícia de Harare prendeu 98 integrantes do WOZA que faziam uma passeata pacífica em protesto contra a violência e reivindicavam a revogação de leis repressivas, tais como a Lei de Segurança e Ordem Pública. As ativistas foram detidas pela polícia de choque diante do Parlamento. Elas foram levadas para a delegacia central de Harare e libertadas sete horas depois sem acusação.

Execuções extrajudiciais

Em 11 de março, a polícia de Highfield atirou e matou o ativista Gift Tandare, da NCA, que participava de um encontro de orações, organizado pela Campanha Salve o Zimbábue como forma de protesto. Nenhuma investigação independente foi feita sobre o incidente. A polícia alegou que Gift Tandare estava em um grupo que não teria atendido ao pedido da polícia para se dispersar. Depois disso, a polícia disparou cinco tiros contra as pessoas presentes ao velório de Gift Tandare, ferindo duas delas. Segundo informações, agentes dos serviços de segurança do Estado levaram seu corpo da funerária

onde estava e forçaram os familiares a sepultá-lo na zona rural, em Mt. Darwin, onde ele nascera.

Tortura e outros maus-tratos

Durante todo o ano, persistiram as denúncias de tortura sob custódia da polícia. Muitas vítimas de tortura foram presas depois de participarem de manifestações pacíficas, ou eram membros do MDC acusados pela polícia de estarem envolvidos em supostos ataques e explosões terroristas.

■ No dia 28 de março e em datas próximas, a polícia prendeu vários funcionários, ativistas e membros de destaque do MDC por todo o país, acusando-os de atividades terroristas e de ataques com coquetéis molotov. Segundo informações, a maioria dos detentos foi torturada sob custódia da polícia. Trinta e duas das pessoas detidas foram acusadas depois e ficaram presas entre dois e quatro meses. Philip Katsande, o secretário de políticas e pesquisas do MDC na província de Harare, estava entre os presos. Ele foi baleado no momento da prisão, quando se escondia no forro do teto da sua casa. A polícia teria também agredido sua esposa e seus filhos durante a detenção. Depois, ele foi levado pela polícia para o hospital de Parirenyatwa. Paul Madzore, um parlamentar do MDC por Glen View, foi preso pela polícia em sua casa no dia 28 de março. Outros moradores da casa, entre os quais crianças, também foram presos. Ele foi torturado pela polícia na delegacia central de Harare.
As acusações contra 30 dos detidos foram retiradas mais tarde devido à falta de provas.

■ Em junho, seis homens, incluindo um oficial reformado do Exército, foram levados a julgamento sob acusação de planejarem um golpe. Segundo informações, Albert Mugove Mutapo, o ex-soldado Nyasha Zivuka, Oncemore Mudzuradhona, Emmanuel Marara, Patson Mupfure e Shingirai Matemachani foram torturados. Seu julgamento estava em andamento no fim do ano.

Seqüestros e agressões

Membros do MDC foram seqüestrados e agredidos por pessoas suspeitas de serem agentes de segurança do Estado.

■ Em 18 de março, Nelson Chamisa, um parlamentar do MDC por Kuwadzana, foi atacado com barras de ferro, do lado de fora do aeroporto internacional de Harare, por pessoas que se acredita serem agentes de segurança do Estado. Ele estava a caminho de Bruxelas para participar de um encontro parlamentar sobre a parceria UE-ACP (União Européia-Estados da África, Caribe e Pacífico). No fim de 2007, ninguém havia sido detido por este ataque.

■ Em março, Last Maengahama, um funcionário do MDC, foi seqüestrado por supostos agentes da segurança do Estado, no shopping center de Borrowdale, em Harare, depois de participar da cerimônia religiosa em memória de Gift Tandare. Last Maengahama foi jogado dentro de um caminhão e agredido antes de ser abandonado em Mutorashanga, a cerca de 100 km de Harare.

■ Em 18 de maio, Cleopas Shiri, presidente do MDC no distrito urbano de Gweru, foi seqüestrado por quatro homens em um carro Mazda 323 verde, quando voltava para casa do trabalho. Ele teve os olhos vendados e foi levado para um prédio onde foi torturado, inclusive com pinos de metal para choques nos dedos dos pés. Quando ele perdeu a consciência, seus seqüestradores o largaram em um matagal. Algum tempo depois, Cleopas Shiri recuperou a consciência, conseguiu chegar até a estrada e pegou uma carona até Bulawayo, onde ficou hospitalizado por um mês. Quando voltou a Gweru, ele descobriu que sua casa estava sendo vigiada. Esta vigilância só acabou quando ele fez uma denúncia ao oficial comandante da polícia do distrito.

■ Em 22 de novembro, pelo menos 22 membros da NCA foram capturados por pessoas não identificadas e deixados em dois microônibus em uma área comercial central do distrito de Harare. Eles teriam sido levados para a sede estadual do partido ZANU-PF em Harare, na Rua 4, onde foram espancados nas solas dos pés com varas e barras de ferro, sendo obrigados a ficar em posições dolorosas, inclusive simulando estar sentados em uma cadeira por um longo período de tempo, e a rolar pelo chão. Depois, eles receberam ordens para lavar o chão da sala e um banheiro, usando as próprias mãos. Segundo informações, depois que os seqüestradores chamaram a polícia, as vítimas foram levadas para a delegacia central de Harare, onde a polícia as acusou de "obstrução da justiça" segundo a Lei Penal (Codificação e Reforma), e foram multadas.
Nenhum dos perpetradores foi detido. Dez das vítimas precisaram de tratamento médico hospitalar.

Estado de Direito

Em outubro, magistrados e promotores entraram de greve reivindicando um aumento de 900% nos seus salários. Muitos salários dos funcionários do poder Judiciário estavam abaixo da linha da pobreza, o que comprometia o sistema de justiça.

Em 6 de novembro, o procurador-geral Sobusa Gula-Ndebele foi detido sob suspeita de "conduta contrária ou inconsistente com as funções de um funcionário público". Ele foi detido após um encontro, que teria acontecido em setembro, com o ex-diretor administrativo e representante do National Merchant Bank, James Andrew Kufakunesu Mushore, procurado pela polícia por crimes contra o sistema financeiro. O procurador-geral foi acusado de contravenção à seção 174 (1) da Lei Penal (Codificação e Reforma), sendo advertido e libertado. Em dezembro, o Presidente Mugabe afastou o procurador-geral e anunciou a criação de um tribunal formado por três pessoas para investigar as alegações de que o procurador-geral havia abusado de seu cargo público.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Zimbábue entre fevereiro e março, em agosto, entre outubro e novembro e entre novembro e dezembro.

Open letter from AI's Secretary General Irene Khan to President Robert Mugabe (AFR 46/006/2007)

Zimbabwe: End harassment, torture and intimidation of opposition activists (AFR 46/007/2007)

Call for Africa leaders to speak out against brutality in Zimbabwe (AFR 46/011/2007)

Zimbabwe: human rights in crisis – Shadow report to the African Commission on Human and Peoples' Rights (AFR 46/016/2007)

Zimbabwe: Between a rock and hard place – women human rights defenders at risk (AFR 46/017/2007)

Zimbabwe: Women at the forefront of challenging government policy